

Universidade Nova de Lisboa  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Departamento de História

*Os Capitães das Armadas da Índia no reinado de D. Manuel I*  
– *uma análise social*

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DA  
EXPANSÃO E DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES

Mestranda: Teresa Lacerda

Orientação Científica: Professor Doutor João Paulo Oliveira e Costa

Lisboa, 2006

## ÍNDICE

ABREVIATURAS UTILIZADAS	6
INTRODUÇÃO	8
1. VELHOS E NOVOS MODOS DE PENSAR A HISTÓRIA SOCIAL DA EXPANSÃO	13
2. AS ARMADAS DA ÍNDIA	26
2.1 A CONSTITUIÇÃO E OS OBJECTIVOS	31
2.2 A IMPORTÂNCIA DA EXPERIÊNCIA DE COMANDO	81
3. O ESTATUTO SOCIAL DOS CAPITÃES DAS ARMADAS DA ÍNDIA	
3.1 A ESTATÍSTICA QUE PRODUZ O RETRATO SOCIAL DO GRUPO	96
3.2 AS ORDENS MILITARES E OS COMANDOS DAS ARMADAS	115
3.3 A REALIDADE SOCIAL DOS CAPITÃES-MORES	126
CONCLUSÃO	144
BIBLIOGRAFIA	151
ANEXOS	
ANEXO 1 – OS CAPITÃES DAS ARMADAS DA ÍNDIA SEGUNDO VÁRIAS FONTES	165
ANEXO 2 – O ESTATUTO SOCIAL DOS CAPITÃES DAS ARMADAS DA ÍNDIA	178
ANEXO 3 – DICIONÁRIO BIOGRÁFICO (CAPITÃES DAS ARMADAS DA ÍNDIA – 1497-1521)	184

*AOS MEUS AVÓS,  
PELO GOSTO DO TEMPO.*

## AGRADECIMENTOS

Como qualquer outro acontecimento ou sentimento também a gratidão tem uma cronologia. Os meus agradecimentos ao professor doutor João Paulo Oliveira e Costa recuam ao tempo do meu terceiro ano de licenciatura quando aprendi, pela sua mão, um pouco do que era fazer História. É graças ao seu dinamismo que muitos jovens licenciados têm, ou tiveram, a oportunidade de descobrir a investigação. Agradeço-lhe tanto a possibilidade de trabalho como o gosto por este ofício.

Na História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa tive outros mestres, como as professoras doutoras Maria de Jesus dos Mártires Lopes e Ângela Domingues a quem agradeço, para lá do conhecimento, a doçura. Esta dissertação de mestrado é fruto de um projecto de investigação, intitulado *A Nobreza e o Estado Português da Índia no século XVI*, que decorre no Centro de História de Além-Mar. Sem o trabalho dos seus coordenadores, João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, bem como da equipa de investigação e de todos os que nele colaboram ou colaboraram, este trabalho não seria realizável.

Recordo com carinho os meus colegas e amigos do Centro de História de Além-Mar: a Cátia, cuja capacidade de trabalho é inspiradora; a Alexandra, companheira de viagens pela Índia, contemporâneas e de há cinco séculos; o André; o meu irmão mais velho (apesar de mais novo) da História; e a Céu, cuja amizade sublinho como quem exalta a ternura, sentimento discreto que me continua a impressionar como nenhum outro. Para ti, querida amiga, o meu bem hajás!

Ao César, à Marta e ao Gil o meu obrigado por terem prospectado estas linhas, detectando os meus erros e as minhas dislexias. Às miúdas, as minhas irmãs de alma, agradeço o trabalho arduo e constante da correcção dos meus desânimos.

Nestas circunstâncias é comum dedicar-se o êxito da obra e reservar para nós os erros. No meu caso, o todo do trabalho é dos meus amigos e família, pois a grandeza desse amor reside na indulgência que me permite partilhar sucessos e fracassos. É neles que encontro diariamente o antídoto para todos os meus anticorpos.

### ABREVIATURAS UTILIZADAS

**A armada da Índia** – José Virgílio Pissarra, *A armada da Índia. Cômputo, tipologia e funcionalidade das armadas de guerra portuguesas do Oriente (1501-1510)*, dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 2001, texto policopiado.

**As Armadas da Índia** – Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso, António Lopes, *As Armadas da Índia, 1497-1835*, Lisboa, 2002.

**Ásia** – João de Barros e Diogo do Couto, *Da Ásia*, 24 vols., Lisboa, 1973-1975 (indicamos o número da década, do livro e do capítulo).

**CAA** – *Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de documentos que a elucidam*, (dir. de R. A. Bulhão Pato e H. Lopes de Mendonça), 7 vols., Lisboa, 1884-1935 (indicamos o número do volume e a página).

**Cavaleiros da Ordem de Cristo** – António Machado Faria, “Cavaleiros da Ordem de Cristo no séc. XVI”, in Separata da revista *Arqueologia e História*, vol. VI, Lisboa, 1955.

**CC** – Corpo Cronológico

**Crónica** – Damião de Góis, *Crónica d’el-Rei D. Manuel*, 4 vols., Coimbra, 1946 (indicamos o número do livro e do capítulo).

**DHDP** – *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, 2 vols., Lisboa, 1994.

**DHP** – *Dicionário de História de Portugal*, (dir. de Joel Serrão), 6 vols., Porto, s/d.

**DPMAC** – *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central (1497-1840)*, 9 vols., Lisboa, 1962-1989.

**GTT** – *Gavetas da Torre do Tombo*, 12 vols. Lisboa, 1964.

**História** – Fernão Lopes de Castanheda, *História do descobrimento e da conquista da Índia pelos Portugueses*, 2 vols., Porto, 1979 (indicamos o número do livro e do capítulo).

**IAN/TT** – Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

**Lendas** – Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, 4 vols., Porto, 1975 (indicamos o número do volume e da página).

**Livro de Linhagens** – *Livro de Linhagens do século XVI* (int. de António Machado Faria), Lisboa, 1966.

**Nobiliário** – Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliários das Famílias de Portugal*, 12 vols., Braga, 1992.

**Provas** – António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, 1946-1955.

**Relação** – *Relação das naós e armadas da Índia com os sucessos dellas que se puderam saber, para notícia e instrução dos curiosos, e amantes da Historia da Índia* (leitura e anotações de Maria Hermínia Maldonado), Coimbra, 1985.

**As Ordens de Santiago e de Cristo** - Isabel Morgado S. e Silva e Maria Cristina Pimenta, “As Ordens de Santiago e de Cristo e a Fundação do Estado da Índia”, in *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do colóquio internacional*, João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues (org.), Lisboa, 2004, pp. 349-86.

**Pedatura** – Cristóvão Alão de Moraes, *Pedatura Lusitana (Nobiliário de Famílias de Portugal)*, 12 vols., Porto, s.d.

**Registo** – Registo da Casa da Índia, ed. Luciano Ribeiro, 2 vols., Lisboa, 1954.

## INTRODUÇÃO

“A memória é uma coisa que se tem ou é uma coisa que se perde?”

Woody Allen<sup>1</sup>

A memória é essencialmente uma coisa que se perde, porque tem por base um invento que decorre num tempo e num espaço fluidos e irrepitíveis. O indivíduo está condenado a perder esse momento e a memória constrói-se a partir dessa perda, esta é a sua essência. Por outro lado, são poucas as memórias que deixam testemunho para a posteridade, a grande maioria morre com o indivíduo que a guarda. Mesmo as que sobrevivem têm que se sujeitar, de novo, ao devir do tempo, às catástrofes naturais e humanas, aos julgamentos de mentalidades e épocas e, por último, só têm a durabilidade da Terra, como compreende Álvaro de Campos no seu poema *Tabacaria*: “morrerá depois o planeta girante em que tudo isto se deu”.

O problema da memória é um problema universal, vivido no quotidiano por todos os homens e dela resultam as visões que têm de si próprios, do outro afectivo, do Homem da sua actualidade, do Homem do seu passado. A memória é assim a base para todo o tipo de conhecimento e, como tal, somos tentados a pensar que a memória é uma coisa que se tem. Mas de novo o conhecimento está ele próprio sujeito ao tempo e ao espaço, à flexibilidade das teses produzidas, à sua durabilidade.

O exercício da memória histórica está assim sujeito a uma série de contratempos e será necessário assumir que se trabalha sobretudo com a perda, é, pois, necessário reinventar determinados tempos, espaços, indivíduos. Que a palavra reinventar não assuste, porque este é um exercício feito com toda a cientificidade possível na História, com rigor heurístico e hermenêutico. É em nome desse rigor que se assume a humildade das nossas conclusões, o desconhecimento que temos da elasticidade das análises que vamos aqui

---

<sup>1</sup> No decurso da nossa investigação esta pergunta veio-nos frequentemente à memória e achámo-la apropriada a todos aqueles que trabalham a História.



apresentar, porque o futuro poderá vir a revelar memórias que se julgavam mortas ou novas competências<sup>2</sup>.

O nosso objecto de estudo – os capitães que comandaram as armadas da Índia no reinado de D. Manuel I – tem propensão especial para a discussão da memória, já que o nosso universo de análise é um conjunto de duzentos e catorze indivíduos que viveram nos séculos XV e XVI, cujos percursos tiveram diversos graus de importância, segundo o próprio julgamento da época e das posteriores, deixando diferentes quantidades e qualidades de marcas. No nosso universo convivem personalidades tão díspares como Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, D. Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque em oposição aos desconhecidos Luís Pires, Antão Garcia, entre outros.

Deste grupo de homens, um chegou a ser vice-rei, outros governadores, capitães de fortalezas, mercadores, mas houve aqueles que não chegaram a sair do Tejo, ou que morreram no decurso da viagem sem abordar o Índico. Uma dissertação de mestrado não pode reconstruir a vida de duzentos e catorze indivíduos porque perderia o sentido analítico, para lá de ser tarefa impossível. A memória de Vasco da Gama está povoada de suposições, de teorias, de reflexões, tudo o que se consegue são verdades plausíveis, verdades que não são necessariamente certas. Sobre o primeiro vice-rei da Índia desconhecem-se pormenores como a data e o local do seu nascimento. Sobre Afonso de Albuquerque só podemos suspeitar de uma grande cumplicidade com D. Manuel I, mas não sabemos como se formou e cresceu.

Ao investigador de História cabe recolher e estudar fragmentos da memória e como cientista procurar uma hipótese, delinear um método e ser o mais verdadeiro possível com aquilo que conclui, mesmo que isso signifique admitir

---

<sup>2</sup> Jacques Le Goff na sua longa reflexão sobre História e Memória notou: “O passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história. Isto é verdadeiro em dois sentidos: primeiro, porque o progresso dos métodos e das técnicas permite pensar que uma parte importante dos documentos do passado está ainda por descobrir; depois, porque a arqueologia revela sem cessar monumentos desconhecidos do passado; os arquivos do passado continuam incessantemente a enriquecer-se. Mas, também novas leituras de documentos, frutos de um presente que nascerá no futuro, devem assegurar uma sobrevivência – ou melhor, uma vida – ao passado, que deixa de ser «definitivamente passado»”. Jacques Le Goff, *História e Memória*, vol. I, Lisboa, Edições 70, s/d, p. 26.

que a sua hipótese primordial estava errada. Todos sabemos que a objectividade não é coisa possível, mas somos todos obrigados a tentá-la.

A nossa dissertação de mestrado propõe estudar a composição social dos capitães das armadas da Índia com o intuito de ampliar o conhecimento sobre a participação da nobreza no projecto expansionista. Pretende, assim, ser um contributo para a própria história da Carreira da Índia que, apesar de ter recebido uma série de importantes estudos, nunca foi abordada deste ponto de vista<sup>3</sup>.

A escolha do reinado de D. Manuel I como baliza cronológica da nossa análise, explica-se por abarcar o início da viagem Lisboa – Índia e a sua fase de maturação. No entanto, não deixámos de fazer algumas incursões pelo reinado do seu sucessor, já que alguns dos capitães prosseguiram nele os seus percursos. Sempre que possível, tentámos fazer pontos comparativos, para tal, usámos o estudo que realizámos para o reinado do *Piedoso*<sup>4</sup>.

Com este trabalho, pretendemos contribuir para o esclarecimento do perfil dos homens que capitanearam as naus de Lisboa para a Índia, fazendo análises estatísticas, comparações entre indivíduos e carreiras, quando necessário, menção aos caracteres pessoais e únicos destes oficiais do Estado da Índia.

A opção pela estatística demonstrou ser bastante exigente requerendo grande rigor, já que nela não cabem as suposições ou as quase certezas. Como tal, tivemos duas preocupações essenciais, por um lado, criar uma listagem, a mais precisa possível, dos capitães das armadas da Índia e, por outro, classificar o estatuto dos capitães, dando primazia ao documento, seguindo uma determinada nomenclatura que apresentamos no quadro seguinte.

---

<sup>3</sup> Veja-se o balanço que João Paulo de Oliveira e Costa fez sobre historiografia da Carreira da Índia no seu trabalho intitulado “Os capitães -mores no reinado de D. João III”, in *A Carreira da Índia, V Simpósio de História Marítima*, Lisboa, Academia de Marinha, 2003, pp. 213-214.

<sup>4</sup> “A Nobreza na Carreira da Índia no Reinado de D. João III – Uma Avaliação Social” in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, Artur Teodoro de Matos e Roberto Carneiro (coord.), Lisboa, CHAM/CEPCEP, 2004, pp. 401-416.

**Quadro 1 – Categorias Sociais**

<b>Não Nobres</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– estrangeiros</li> <li>– não nobres</li> </ul>	
<b>Nobres<sup>5</sup></b>	<b>Não Fidalgos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– escudeiros</li> <li>– cavaleiros</li> <li>– escudeiros da Casa Real</li> <li>– cavaleiros da Casa Real</li> </ul>
	<b>Fidalgos</b>	<b>2ª Ordem</b>
		<b>1ª Ordem</b>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>– moço de câmara</li> <li>– escudeiro-fidalgo da Casa Real</li> <li>– cavaleiro-fidalgo da Casa Real</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>– moço-fidalgo</li> <li>– fidalgo-escudeiro da Casa Real</li> <li>– fidalgo-cavaleiro da Casa Real</li> </ul>

Por vezes, a inexistência de documentos que confirmassem a nobreza de um determinado capitão, obrigou-nos a fazer um estudo genealógico que comprovasse esse estatuto através das suas redes de parentesco. A homonomia foi outro problema que tentámos eliminar, evitando que alguns dos factos referentes a estes indivíduos se encontrassem erradamente concentrados num único nome.

Para lá do estatuto social dos capitães das Armadas da Índia, pareceu-nos pertinente relacionar o estatuto com os objectivos das diferentes esquadras que partiram para o Oriente. Com esta abordagem procurámos verificar se para diferentes tarefas eram chamados indivíduos específicos quer pela sua condição social, quer pela sua experiência no comando de homens.

Dentro do nosso universo houve alguns grupos que impuseram um olhar mais atento, nomeadamente, os capitães-mores, os estrangeiros e os armadores,

<sup>5</sup> Parte das nomenclaturas que usámos para classificar os capitães nobres das armadas da Índia basearam-se nos ensinamentos de João Cordeiro Pereira, “A estrutura social e o seu devir” in *Nova História de Portugal*, Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (dir.), vol. V, *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, João José Alves Dias (coord.), Lisboa, Presença, 1999, pp. 277-336.

aos quais dedicamos especial atenção numa tentativa de aprofundamento da análise, assinalando o que os distingue e o que os une ao cômputo total do nosso objecto de estudo.

Por mais diversos que tenham sido os caminhos que as historiografias tomaram no passado século XX, parece-me que a História Total nunca deixou de ser a linha do horizonte. Depois de se compreender o tempo nas suas estruturas e conjunturas, compreendeu-se que a macro-história só se faz das suas micro memórias<sup>6</sup>. Julgo que a nossa dissertação personifica a compreensão deste conceito, uma vez que dentro da história social da expansão portuguesa, dedicou-se a um universo muito específico, só possível graças ao estudo dos indivíduos, sem deixar com isso de ser uma investigação de tipo serial que busca resposta para a compreensão de um modelo de escolhas políticas articuladas com a realidade social de uma época.

---

<sup>6</sup> Veja-se o estudo de Carlo Ginzburg, *A Micro-História e Outros Ensaio*, Lisboa, Difel, 1991.

## 1. VELHOS E NOVOS MODOS DE PENSAR A HISTÓRIA SOCIAL DA EXPANSÃO

Os que trabalham a História, aqueles que a vêem como instrumento essencial do pensar, devem-se socorrer da potencialidade da memória e perguntar o que foi feito antes de si. Outras vozes, outras «historiografias» formularam teorias sobre temas como a iniciativa dos Descobrimentos, debruçaram-se sobre os grupos sociais que os animaram, sublinhando um e outro aspecto.

Rejeitamos, desde já, a teoria do atrito entre novos e velhos modos de pensar como um factor negativo. Como nos ensinou o filósofo alemão Hegel, a negação é parte integrante da síntese. A História é, como tal, cumulativa e as historiografias não se negam, complementam-se.

*“Os mesmos problemas postos e repostos, as mesmas teses infatigavelmente retomadas dos mesmos pontos de vista, segundo um jogo de básculo perfeito – eterno retorno.”*

Vitorino Magalhães Godinho<sup>7</sup>

A história social da Expansão está intimamente ligada com a questão da iniciativa dos Descobrimentos que há muito se discute.

Muitos foram os historiadores e as correntes onde se inserem que, inspirados por Gomes Eanes de Zurara e a sua *Crónica de Guiné*, atribuíram a empresa dos Descobrimentos ao infante D. Henrique e ousaram pensar, como o dito cronista, que se alcançaria a obra conhecendo-se o seu obreiro<sup>8</sup>. Deve-se compreender a posição dos que assim acreditaram, porque se Zurara iniciara a tradição sobre o infante D. Henrique, ela era corroborada por grande parte da cronística, a saber:

---

<sup>7</sup> Cf. Vitorino Magalhães Godinho, *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1962, p. 1.

<sup>8</sup> Cf. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*, s/l, Livraria Civilização, 1973, caps. I e VII, pp. 9, 43.

por Diogo Gomes, Cadamosto, Rui de Pina, Duarte Pacheco, Jerónimo Munzer, Valentim Fernandes, João de Barros, Damião de Góis e António Galvão<sup>9</sup>.

António Sérgio inaugurou uma visão mais economicista do processo expansionista, dando-lhe um carácter mais socializante. Para a conquista de Ceuta apontou como primeiro motivo a necessidade de saciar a escassez de trigo e “como motor principal do processo que desencadeou o feito apontou a burguesia”<sup>10</sup>.

As apreciações deste pensador tiveram continuidade, seguindo-se estudos que tentavam uma «interpretação não romântica» do processo expansionista<sup>11</sup> e que acabaram por esvaziar o papel do Infante neste processo, exaltando-se a pressão exercida pelas massas e pelo económico<sup>12</sup>.

Vitorino Magalhães Godinho procurou desmontar o argumento de Zurara que os mercadores nunca se sentiram atraídos pelos mares desconhecidos, por estes não trazerem proveito certo. Afirmava que os mercadores conheciam as potencialidades da navegação a Sul do Bojador, o que era testemunhado, entre outras fontes, pela cartografia<sup>13</sup>.

Começou-se, então, a confundir os particulares intervenientes no processo das descobertas com a burguesia fortalecida pela crise de 1383-85, “que acabou por impor ao Estado a lei dos seus interesses e as directivas políticas da expansão no mundo”<sup>14</sup>. Segundo Magalhães Godinho, a burguesia desempenhou um papel motor na economia, cabendo-lhe os papéis principais desempenhados nos finais do século XIV. Na centúria seguinte, a nobreza teria conseguido rebater os feitos desta burguesia saída da crise de 1383-1385 e de Aljubarrota<sup>15</sup>. Em grande parte,

---

<sup>9</sup> Cf. Vitorino Magalhães Godinho, *A Expansão Quatrocentista – problemas das origens e da linha de evolução*, Lisboa, Testemunho Especial, 1945, p. 79.

<sup>10</sup> Luís Filipe Thomaz, “O infante D. Henrique e a Paternidade da Expansão de Gomes Eanes de Azurara a Vitorino Nemésio” in Vitorino Nemésio, *Vida e Obra do Infante D. Henrique*, Lisboa, INCM, s/d, p. XVI.

<sup>11</sup> Cf. Luís Filipe Thomaz, “Expansão Portuguesa e Expansão Europeia” in *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1998, p. 15.

<sup>12</sup> Cf. Luís Filipe Thomaz, “A Evolução da Política Expansionista na primeira metade de Quatrocentos” in *De Ceuta...*, *op. Cit.*, p. 44.

<sup>13</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 78-79.

<sup>14</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, s/d, p. 141.

<sup>15</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 98-90.

esta reviravolta dever-se-ia ao facto da empresa expansionista passar para o controlo directo do Estado<sup>16</sup>.

Seguindo a linha de pensamento de Jaime Cortesão, mas defendendo o papel da burguesia de modo mais apaixonado, encontramos António Borges Coelho que considera a ascensão desta classe no século XIV verdadeiramente meteórica<sup>17</sup>. Afirmar que “também no importantíssimo capítulo da arte militar, a vantagem era da burguesia lusitana”, o que se explica pela Revolução de 1383 e pela isenção, proclamada por D. João I, em 1398, do pagamento da dízima sobre a compra de armas para uso pessoal<sup>18</sup>.

Independentemente das forças sociais que motivaram os Descobrimentos, para Damião Peres, o infante D. Henrique galvanizou essas forças, motorizando-as com as suas capacidades individuais e pelas oportunidades da sua intervenção, estando o seu cunho muito marcado no rumo que os Descobrimentos tomaram durante a sua primeira fase<sup>19</sup>.

A biografia que Vitorino Nemésio escreveu sobre o Infante<sup>20</sup>, conseguiu distanciar-se da acesa discussão sobre esta personagem, que ora o afirmava como homem medieval, quase um cruzado<sup>21</sup>, ora como homem moderno, fito no mar desconhecido, com noções geográficas muito amplas<sup>22</sup>.

Restaurava-se, assim, a importância do infante D. Henrique no processo expansionista e, em particular, no das Descobertas. A par deste avanço, Luís Filipe Thomaz, nos anos 80 e 90, provocou uma reviravolta na interpretação da génese da Expansão, contestando frontalmente as teses instituídas, afirmando que

---

<sup>16</sup> Cf. *Ibidem*, p. 142.

<sup>17</sup> Cf. António Borges Coelho, *Raízes da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Editora Prelo, 1964, p. 77.

<sup>18</sup> Cf. *Ibidem*, p. 79.

<sup>19</sup> Cf. Damião Peres, *História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1959, p. 25.

<sup>20</sup> Vitorino Nemésio, *Vida e Obra...*, *Op. Cit.*

<sup>21</sup> Esta linha de análise foi seguida, nos anos trinta, por Joaquim Bensaúde que escreveu: “[...] Criado desde a infância na atmosfera ideal do Santo Condestável, D. Henrique era de facto um verdadeiro cruzado iluminado pela ideia religiosa.” Joaquim Bensaúde, *A Cruzada do Infante D. Henrique*, s/l, Agência Geral das Colónias, 1942, p. 11.

<sup>22</sup> Luís Filipe Thomaz na apresentação da obra de Vitorino Nemésio descreve-nos as visões exacerbadas e díspares sobre o Infante, que a obra que prefacia vem equilibrar. Cf. Luís Filipe Thomaz, “O infante D. Henrique...”, *op. Cit.*, p. XXI.

existiam muitos factos que permaneciam mal estudados<sup>23</sup> e que “só o prestígio de António Sérgio (...) explicava que historiadores de valor tenham perdido o seu tempo a empreender nas crónicas a pesca à linha ao burguês e a caçada ao grão de trigo...”<sup>24</sup>. Luís Filipe Thomaz procurou fazer uma interpretação mais isenta, sem preferir o económico em detrimento dos factores de outras naturezas e mais do que ruptura, o autor encontrou continuidades.

Veiga Simões fora o primeiro a mencionar a asfixia da nobreza decorrente da crise do século XIV, como fenómeno importante. A nobreza deixou, então, de ser ignorada como uma das ordens sociais intervenientes na Expansão. No entanto, Vitorino Magalhães Godinho atribuiu-lhe apenas um palco, o da expansão territorial. Nos últimos anos, a nobreza tem vindo a ser redescoberta na documentação quatrocentista, no contexto dos descobrimentos marítimos e na posterior exploração do Oceano.

Este redimensionamento da nobreza está intimamente ligado quer com a acção do Infante, já que muitos destes nobres eram membros da casa ducal, quer pelo papel da Coroa, já que os Descobrimentos são chamados à esfera do Estado muito mais cedo do que, normalmente, as historiografias tradicionais admitem. Uns por tornarem a incitava expansionista quase monopólio do infante D. Henrique, outros por quererem ver na burguesia o motor desse mesmo acontecimento.

Apesar da iniciativa do Infante ser decisiva ela não esvazia o papel da Coroa. Num artigo recente, João Paulo Oliveira e Costa demonstra como a Coroa sempre considerou o Atlântico como um *mare nostrum* e não como um *mare clausum*, esforçando-se por obter reconhecimento internacional deste direito, legitimando, assim, os avanços promovidos pelo Infante e usando-os para assumir, mesmo que indirectamente, a hegemonia nos mares<sup>25</sup>.

---

<sup>23</sup> Cf. Luís Filipe Thomaz, “A evolução da política expansionista...”, *De Ceuta...op. Cit.*, p. 44.

<sup>24</sup> Luís Filipe Thomaz, “A Expansão Portuguesa...”, *De Ceuta..., op. Cit.*, p. 25.

<sup>25</sup> Cf. João Paulo Oliveira e Costa, “Doações régias no Atlântico quatrocentista”; in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Nos 550 anos do descobrimento das Flores e do Corvo*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2004, pp. 493-506.



O mesmo autor alertou-nos para o interesse que a Coroa portuguesa sempre manifestou em relação aos domínios descobertos, remontando esse empenho ao reinado de D. Afonso IV, que manteve um diálogo diplomático com vista à posse das ilhas Canárias. Mas, também D. João I e o infante D. Pedro não se alhearam do processo das Descobertas. Quanto à figura de D. Afonso V, tenta-se desmentir a exclusiva atracção pela Conquista. Fundamenta-se a continuidade entre o reinado do *Africano* com o do seu filho, negando-se a ancestral teoria que a acção de D. João II constituiu a antítese do exemplo governativo de seu pai. Pelo contrário, dele herdara “uma vasta zona oceânica subordinada política e militarmente à Coroa portuguesa, que incluía uma região de comércio excepcional, a Mina, que em breve se tornaria num dos sustentáculos da política centralizadora da Coroa”<sup>26</sup>.

Deste modo, podemos afirmar que a intervenção do Estado nos Descobrimientos remonta aos seus primórdios e não apenas ao reinado de D. João II. Se considerarmos a Coroa como fonte galvanizadora das necessidades religiosas, políticas e económico-sociais, tríade unanimemente tida como a razão que despontou o desejo expansionista, teremos que retirar a nobreza da orla em que normalmente é deixada quando se discute estas questões. Não podemos esquecer que a tradição medieval atribuía ao nobre o dever de prestar *auxilium* e *consilium* ao seu rei ou senhor, fosse na guerra, fosse nos novos desafios. A passagem da espada à pena não terá sido assim tão demorada, até porque os dois instrumentos foram sempre conciliáveis<sup>27</sup>. Por outro lado, a Expansão manteve nos seus vários cenários um carácter fortemente militar ou, pelo menos, de prestação de serviços a um senhor ou ao próprio monarca.

Não queremos dizer com isto que, com excepção da Casa Senhorial do infante D. Henrique, haja um envolvimento directo da alta nobreza nas

---

<sup>26</sup> João Paulo Oliveira e Costa, “D. Afonso V e o Atlântico: a base do projecto expansionista de D. João III”, in *Mare Liberum*, Lisboa, Junho de 1999, pp. 39-71.

<sup>27</sup> “O funcionalismo [...] integra-se em boa parte no braço nobiliárquico ou na sua ante-câmara: a carreira leva a receber o título de escudeiro, e depois o de cavaleiro, atingindo-se o grau de cavaleiro-fidalgo ou mesmo acima.” Vitorino Magalhães Godinho, *A Estrutura...*, op. Cit., p. 83.

descobertas<sup>28</sup>. Nem mesmo com D. Manuel I a participação directa dos titulares foi muito abundante<sup>29</sup>. No entanto, sabemos que escudeiros, cavaleiros e mesmo fidalgos da Casa Real agiram como agentes da Coroa na costa da Guiné, nos reinados de D. Afonso V e D. João II<sup>30</sup>. Também na administração ultramarina do século XV, tanto no núcleo instalado em Lisboa como nas ilhas Atlânticas e costa ocidental africana, predominavam membros da baixa nobreza, como escudeiros e cavaleiros da casa do rei, encontrando-se nos cargos mais importantes fidalgos da Casa Real. O que significa que a nobreza seria uma condição para o exercício desses cargos, assim como a qualidade destes estava correlacionada com o grau de nobreza dos que os exerciam<sup>31</sup>.

Vitorino Magalhães Godinho refere vários nobres que desde as primeiras horas dos Descobrimentos participaram em acções directas de corso. Nomeia Rui Valente, cavaleiro da Casa Real e provedor da fazenda do Algarve, que, em 1463, armou uma caravela com o seu cunhado, também ele membro da baixa nobreza<sup>32</sup>, para saltarem os mouros no estreito de Gibraltar<sup>33</sup>. O autor admite que as prestações da Ordem de Cristo e da Casa Senhorial do Infante foram sustentadas por um tráfego marítimo particular. Adianta que este tráfego ainda não tinha sido convenientemente estudado, mas refere os conhecidos exemplos de Tristão Vaz Teixeira<sup>34</sup>, João Gonçalves Zarco<sup>35</sup> e Bartolomeu Perestrelo. Os

---

<sup>28</sup> No entanto, João Paulo Oliveira e Costa reparou que “nas décadas de 1460-1470 e de 1470-80, intervinham nos negócios da costa ocidental africana muitas figuras de alta e média nobreza”. João Paulo Oliveira e Costa, “A Nobreza e a Expansão – Particularidade de um fenómeno social complexo”, *A Nobreza e a Expansão – Estudos Biográficos*, João Paulo Oliveira e Costa (coord.), Cascais, Patrimonia, 2000, p. 16.

<sup>29</sup> Sobre o assunto veja-se *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do colóquio internacional*, João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues (org.), Lisboa, CHAM/IICT, 2004.

<sup>30</sup> Cf. Andreia Martins Carvalho e Alexandra Pelúcia, “Os Primeiros Fidalgos na Costa da Guiné” in *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, n.º 2, 2002, pp. 127-138.

<sup>31</sup> Cf. João Paulo Oliveira e Costa, “A formação do aparelho central da administração ultramarina no século XV” in *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, n.º 2, 2002, pp. 87-102.

<sup>32</sup> Tratava-se de um escudeiro.

<sup>33</sup> Cf. Vitorino Magalhães Godinho, *A Estrutura...*, op. Cit., p. 73.

<sup>34</sup> Foi escudeiro e depois armado cavaleiro na batalha de Aljubarrota por D. João I. Cf. Célia Santana “Tristão Vaz Teixeira” *A Nobreza e a Expansão...*, op. Cit., p. 57.

<sup>35</sup> “Foi um honrado cavaleiro, fidalgo da Casa Senhorial de D. Henrique.” Cf. Pedro Courelas da Silva, “De Zarco a Simão da Câmara o Magnífico”, *A Nobreza e a Expansão...*, op. Cit., p. 87.

dois primeiros eram membros da baixa nobreza com ligações à Casa do infante D. Henrique e o último era fidalgo da Casa do infante D. João<sup>36</sup>.

Um artigo de Luís Filipe Oliveira acabou por colmatar a falta de estudos que Godinho referiu sobre os indivíduos que, por iniciativa particular ou por ordem do infante, deram forma aquilo que ficou conhecido na historiografia por período henriquino. Para o decénio compreendido entre 1433 e 1443, o autor encontrou apenas oito elementos não nobres (armadores e pilotos) envolvidos nas expedições do Infante, concluindo que “é a nobreza que constitui, portanto, o suporte social desta linha da expansão”<sup>37</sup>.

Oliveira Marques no seu estudo sobre a expansão no Atlântico inserido na obra *A Expansão Quatrocentista*<sup>38</sup>, detectou uma panóplia muito variada de grupos sociais, mas encontrou esmagadoramente criados da Casa do infante D. Henrique, calculando-se que apenas 20 % dos capitães das expedições do período henriquino não estavam ligadas ao Infante por laços de dependência<sup>39</sup>.

Fica deste modo claro que antes da nobreza se tornar servidora do rei no Estado da Índia, desenvolvera já relação próxima com o processo expansionista, desempenhando em Quinhentos papéis que na centúria anterior já ensaiara ou representara na plenitude. Deve-se assim reconhecer a este grupo social um dinamismo que as historiografias tradicionais muitas vezes ignoraram.

Não obstante, a Índia do século XVI recebeu uma nobreza diferente daquela que sulcou o Atlântico. A percentagem de fidalgos da Casa Real<sup>40</sup> aumentara consideravelmente entre aqueles que procuravam a Expansão como alternativa à asfixia social que viviam no Reino, fruto, entre outros factores, da aplicação da

---

<sup>36</sup> Cf. *Ásia*, I, i, 2.

<sup>37</sup> Luís Filipe Oliveira, “A expansão quatrocentista portuguesa: um processo de recomposição social da nobreza” in *1383-1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV-XV – Actas das Jornadas de História Medieval*, Lisboa, História e Crítica, 1985, p. 200.

<sup>38</sup> A. H. Oliveira Marques “A Expansão no Atlântico” in *Nova História da Expansão Portuguesa*, Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (dir.), vol. II, *A Expansão Quatrocentista*, A. H. Oliveira Marques (coord.), Lisboa, Estampa, 1998, pp. 11-233.

<sup>39</sup> Cf. *Ibidem*, p. 203.

<sup>40</sup> Relembre-se que a criação deste foro nascera das novas necessidades do monarca implantar o seu poder nos “territórios metropolitanos e ultramarinos”. João Cordeiro Pereira, “A estrutura social...”, *op. Cit.*, p. 290.

Lei Mental de D. Duarte. Porém, alguns elementos em comum subsistem nas «duas nobrezas» – ambas eram maioritariamente secundogénitas»<sup>41</sup>.

Estes e outros aspectos têm vindo a ser referidos por alguns historiadores do Império Marítimo português, como é o caso de Sanjay Subrahmanyam<sup>42</sup> e de Russell-Wood<sup>43</sup> que, inspirados ou inspirando estudos de micro-história, acabaram por definir o perfil da nobreza portuguesa que embarcou na Expansão. Para além disso, caracterizou-se a nobreza que ficou na Índia, que aí criou raízes e se tornou híbrida com as sociedades locais<sup>44</sup>.

Deve-se referir como pioneira a obra conjunta de Geneviève Bouchon e Luís Filipe Thomaz, *Voyage dans les Deltas du Gange et de l'Irraouaddy*<sup>45</sup>, em que os autores incluem oito pequenas biografias<sup>46</sup>, que procuram esclarecer a identidade de várias personagens actuantes no Oriente, alertando para problemas como o dos homónimos, lançando a base de pesquisa usada depois por muitos outros investigadores, nomeadamente, a reconstituição genealógica.

Nos últimos anos, desenvolveram-se esforços para melhor compreender a nobreza quinhentista tanto no palco marroquino<sup>47</sup> como no indiano. Assistiu-se à criação de várias linhas de análise, a saber: procurou-se estudar os vice-reis e

---

<sup>41</sup> “A classe que dirigiu a expansão na Ásia – constituída por secundogénitos que o princípio do morgadio, excluindo da sucessão, empurrava para a marginalidade – não tinha de facto senão oportunidades limitadas de se tomar uma aristocracia terratenente, e permaneceu, por isso, uma espécie de nobreza de serviço, sempre dependente do rei para a redistribuição periódica de favores e cargos.” Luís Filipe Thomaz, “A «Política Oriental» de D. Manuel I e suas contracorrentes” *De Ceuta...*, *op. Cit.*, pp. 205-206.

<sup>42</sup> Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português, 1500-1700 – Uma história política e económica*, Lisboa, Difel, s/d.

<sup>43</sup> A.J. R. Russell-Wood, *Um mundo em Movimento – os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*, Lisboa, Difel, 1998.

<sup>44</sup> Sobre este tema Luís Filipe Thomaz escreveu com grande mestria o artigo “Goa: uma Sociedade Luso-Indiana” in *De Ceuta...*, *op. Cit.*, pp. 244-289.

<sup>45</sup> Geneviève Bouchon e Luís Filipe Thomaz, *Voyage dans les Deltas du Gange et de l'Irraouaddy – Reallion portugaise anonyme (1521)*, Paris, Centre Culturel Portugais – Fondation Calouste Gulbenkian, 1988.

<sup>46</sup> Foram estudados os percursos dos seguintes agentes no Índico: António de Brito, Diogo Pereira, Gonçalo Tavares, Rafael Perestrelo, Cristóvão Jusarte, João de Borba, Martim de Lucena e Simão de Brito Patalim. *Ibidem*, pp. 367-413.

<sup>47</sup> Refira-se o trabalho de Vasco Resende, *A sociedade da Expansão na época de D. Manuel. Mobilidade, hierarquia e poder entre o Reino, o Norte de África e o Oriente. Um estudo prosopográfico*, dissertação de mestrado em História da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 2002. Este trabalho, como salienta o autor, incorpora-se num projecto de investigação levado a cabo pelo Centro de História da Universidade de Lisboa, intitulado *Tecido Social e Redes de Poder: os Portugueses e o Magrebe dos séculos XX a XIX (estudo prosopográfico)*.

governadores<sup>48</sup>; os capitães-mores da Carreira da Índia<sup>49</sup>; os das viagens para o Japão<sup>50</sup>; os capitães das Molucas<sup>51</sup>; os que descobriram o Brasil<sup>52</sup>; Afonso de Albuquerque e os seus capitães<sup>53</sup>; ou simplesmente biografar indivíduos onde se reconheceram marcos comuns<sup>54</sup>.

Como se pode reparar apenas um trabalho debateu concretamente a questão do exercício das capitánias. O caso das Molucas permanece uma exceção. Temos conhecimento da existência de algumas monografias de lugares, onde houve a preocupação de nomear os que exerceram o cargo de capitão. Cite-se o trabalho de Luís Filipe Thomaz<sup>55</sup> sobre Malaca, continuado por Paulo Pinto na sua tese de Mestrado<sup>56</sup>. Exercício semelhante foi proferido por Jorge Santos Alves na sua monografia sobre o Norte de Samatra<sup>57</sup> e por Jorge Flores no seu trabalho sobre Ceilão<sup>58</sup>. Ainda que oferecendo resultados menos sistematizados, aponte-se o trabalho de José Manuel Correia<sup>59</sup>, onde se fez o apontamento esporádico de alguns capitães de fortalezas estantes no Malabar.

Luís Filipe Thomaz tem especial atenção na identificação dos indivíduos que refere nos seus estudos, fazendo notas biográficas muito desenvolvidas, o que

---

<sup>48</sup> Cf. Mafalda Soares da Cunha e Nuno Monteiro, “Vice-reis, governadores e conselheiros de governo do Estado da Índia (1505-1834). Recrutamento e caracterização social” in *Penélope*, Lisboa, n.º 15, 1995, pp. 91-120.

<sup>49</sup> Cf. João Paulo Oliveira e Costa, “Os capitães-mores...”, *op. Cit.*, pp. 213-231.

<sup>50</sup> Cf. Vítor Luís Gaspar Rodrigues, “Os capitães-mores da carreira do Japão: o esboço de caracterização sócio-económica”, in *Arquipélago*, Ponta Delgada, 2.º Série, vol. I, n.º 1, 1995, pp. 141-159.

<sup>51</sup> Cf. Esther Trigo de Sousa, “Capitães portugueses nas ilhas Molucas” in *Stvdia*, Lisboa n.º 43-44, 1980, pp. 183-281.

<sup>52</sup> Cf. João Paulo Oliveira e Costa (coord.), *Descobridores do Brasil – Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Lisboa, SHIP, 2000.

<sup>53</sup> Vítor Luís Gaspar Rodrigues e Alexandra Pelúcia (coords.), *Os Capitães de Afonso de Albuquerque*, no prelo.

<sup>54</sup> Parte desta reflexão foi inspirada pelo artigo introdutório da obra *A Nobreza e a Expansão – Estudos Biográficos*, limitando-nos a acrescentar as realizações mais recentes. Cf. João Paulo Oliveira e Costa, “A Nobreza e a Expansão...”, *op. Cit.*, p. 20.

<sup>55</sup> Luís Filipe Thomaz, *Os portugueses em Malaca (1511-1580)*, Lisboa, 1964. Tese de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa (texto policopiado).

<sup>56</sup> Paulo Pinto, *Portugueses e malaaios – Malaca e os sultanatos de Johor e Achém: 1575-1619*, Lisboa, SHIP, 1997.

<sup>57</sup> Jorge Manuel Santos Alves, *O domínio do Norte de Samatra. A história dos sultanatos de Samudera – Pacém e de Achém e das suas relações com os portugueses (1500-1580)*, Lisboa, SHIP, 1999.

<sup>58</sup> Jorge Flores, *Os Portugueses e o mar de Ceilão. Trato, diplomacia e guerra (1498-1543)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998.

<sup>59</sup> José Manuel Correia, *Os Portugueses no Malabar (1495-1580)*, Lisboa, CNCDP – INCM, 1997.

denota uma preocupação em recheiar os nomes actuantes no Índico que, na maioria das vezes, estão vazios de conteúdo e embrenhados na homonomia<sup>60</sup>.

A construção de biografias sobre os capitães e agentes portugueses que operaram no Índico constituiu um importante impulso para o estudo da nobreza. Essas biografias, quase sempre, reconstituem o percurso desses indivíduos, assim como definem o seu enquadramento familiar, resgatando os estudos genealógicos, associados muitas vezes a práticas positivistas. Caída outrora em desuso, esta técnica conseguiu descobrir uma série de redes familiares e clientelares actuantes nos espaços ultramarinos<sup>61</sup>.

Dentro dos autores que se dedicaram à biografia, gostaríamos de destacar Ronald Bishop Smith<sup>62</sup> quer pela quantidade de artigos, quer pela qualidade, baseada num exaustivo trabalho de arquivo. Pelas mais diversas motivações, foram muitos os investigadores que acabaram por recorrer a este método de fazer história<sup>63</sup>, constituindo este esforço, no seu conjunto, um verdadeiro

---

<sup>60</sup> Veja-se as inúmeras referências biográficas que Luís Filipe Thomaz faz nas seguintes obras: *A questão da pimenta em meados do século XVI. Um debate político do governo de D. João de Castro*, Lisboa, UCP/CEPCEP, 1998; Luís Filipe Thomaz, “O malogrado estabelecimento oficial dos portugueses em Sunda”, in *Aquém e Além da Taprobana*, Lisboa, CHAM, 2002, pp. 381-607.

<sup>61</sup> Dentro dos vários contributos que se têm realizado nesta área, nomeadamente, em diversos artigos sobre nobres actuantes no Índico, gostaríamos de salientar uma das linhas de investigação do projecto *A Nobreza e o Estado da Índia no século XVI* – essa linha estudou as genealogias dos governadores e vice-reis, apresentando resultados consultáveis em <http://cham.fcsh.unl.pt/GEN/Index.htm>

<sup>62</sup> Fazemos referência a algumas das obras deste autor: Ronald Bishop Smith, *The sepulchral urn of Martim Afonso de Melo in Santarém*, Lisboa, Tip. Silvas, 1994; *Three inscriptions referring to Jorge Botelho in Pombal*, Lisboa, Tip. Silvas, 1994; *D. Guterre de Monroy*, Lisboa, Tip. Silvas, 1990; *Diogo Lopes de Sequeira*, Lisboa, Tip. Silvas, 1975; “Cristóvão de Mendonça” in *Stvdia*, n.º 34, Junho 1972, pp. 103-108; *Jorge Alvares the first portuguese to sail to China*; Lisboa, Tip. Silvas, 1972; *João de Meira*; Lisboa, Tip. Silvas, 1973; *António Correa Baharem*, Lisboa, Tip. Silvas, 1977; *D. Fernando de Monroy: his testament in the Biblioteca Pública de Évora*, Lisboa, Tip. Silvas, 1993; *Diogo Fernandes de Beja*, Lisboa, Tip. Silvas, 1977; *Diogo Fernandes de Beja: being the portuguese text of two unpublished letters of the National Archives of Portugal*, Maryland, Decatur Press, 1973; *Diogo Fernandes de Beja and Balthasar Pessoa: Portuguese ambassadors to Cambay and Persia in the first age of the Portuguese discoveries being the Portuguese text of two letters of the collection of the National Archives of Portugal called fragmentos*, Maryland, Decatur Press, 1971; *Diogo Lopes de Sequeira: elements on his office of Almotacé Mor*, Lisboa, Tip. Silvas, 1993; *Fernão Peres de Andrade*, Lisboa, Tip. Silvas, 1981; *Lopo Soares de Alvarenga: better known as de Albergaria*, Lisboa, Tip. Silvas, 1992.

<sup>63</sup> Citaremos, apenas alguns exemplos, das biografias disponíveis sobre oficiais da Índia, ou de estudos que indirectamente documentem a acção destes indivíduos. Maria Augusta Lima Cruz, “A viagem de Gonçalo Pereira Marramaque do Minho às Molucas ou os itinerários da fidalguia portuguesa no Oriente”, in *Stvdia*, n.º 44, pp. 315-340; Antony Disney, “The Estado da Índia and the young nobleman soldier: the case of Dom Fernando de Noronha” in *Mare Liberum*, Lisboa, n.º 5, Junho de 1993, pp. 65-75; Vítor Luís Gaspar Rodrigues, “Sebastião Lopes Lobato: soldado anónimo a ouvidor-geral da Índia” in *Mare Liberum*, Lisboa, n.º 5, Junho de 1993, pp.93-99; Luís Filipe Thomaz, “Diogo Pereira, o Malabar” in *Mare Liberum*, Lisboa, n.º 5, Julho 1993, pp. 49-64; Luís Filipe Thomaz, “A Viagem de António Correia a Pegu em 1519” in Separata da revista *Bracara Augusta*, tomo XXX, fasc. 69, Janeiro – Junho, 1976.

esclarecimento sobre o perfil dos oficiais do Estado da Índia. Incorporando-se nesta linha historiográfica, João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues coordenam um projecto no Centro de História de Além-Mar em parceria com o Instituto de Investigação Científica Tropical, intitulado *A Nobreza e o Estado da Índia no século XVI*. Este projecto incorpora diversas iniciativas, como a organização de colóquios e seminários, assim como incentiva os membros da equipa de investigação a participar em conferências nacionais e internacionais, divulgando os avanços que se tem feito nesta área de estudo, assim como promovendo o diálogo com outros investigadores que estudem quer a nobreza, quer a Expansão<sup>64</sup>. Por outro lado, desenvolveu uma base de dados intitulada *Nobres e Oficiais no Estado da Índia no século XVI* que conta actualmente com cerca 4400 registos, referentes à leitura e recolha de dados em grandes colectâneas documentais e em estudos que apresentam apêndices com documentação\_relevante<sup>65</sup>. A base de dados procura responder aos seguintes campos de investigação: qual o estatuto dos oficiais, quais os cargos que desempenharam (apurando, sempre que possível, as datas do exercício do cargo), quais as armadas ou expedições em que participaram, fazendo-se referência a alguns factos biográficos e anotando-se as relações familiares, clientelares ou de amizade.

---

João Paulo Oliveira e Costa, “Simão de Andrade, fidalgo da Índia e capitão de Chaul” in *Mare Liberum*, Lisboa, n.º 9, (*O Estado da Índia e a Província do Norte, Actas do VII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*), 1995, pp. 99-116; João Paulo Oliveira e Costa, “Leonel Coutinho, um dos primeiros veteranos da Carreira da Índia” in *A Carreira da Índia e as rotas dos estreitos. Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz (dir.), Angra do Heroísmo, 1998, pp. 627-666. João Paulo Oliveira e Costa, “Vasco Fernandes Coutinho, construtor do Estado da Índia e do Brasil” in *D. João III e a formação do Brasil*, Lisboa, CEPCEP, pp. 167-194. Dejanirah Couto, “Jerónimo Rodrigues ébauche d’une carrière orientale” in *Mare Liberum*, n.º 6, Dezembro 1993, pp. 89-96.

Alguns dos artigos aqui citados fazem parte da revista *Mare Liberum*, n.º 5, que reuniu as biografias decorrentes dum projecto de investigação que sentiu necessidade de promover a biografia como um dos processos do esclarecimento da história. Esse projecto foi dirigido por Kenneth Macpherson e Sanjay Subrahmanyam.

<sup>64</sup> O projecto tem ainda o mérito de incentivar algumas dissertações de mestrado e doutoramento, onde se incluí o presente trabalho, assim como o de Andreia Martins de Carvalho, subordinada ao tema – *Redes de parentesco: a nobreza no contexto do governo da Índia de Nuno da Cunha*; as teses de doutoramento de Alexandra Pelúcia sobre *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem: o papel da elite dirigente da Expansão Portuguesa nos reinados de D. João III e D. Sebastião*; e a de João Silva de Jesus, intitulada *Os Capitães de Fortaleza do Oriente, 1568-1664*.

<sup>65</sup> A base de dados *Nobres e Oficiais no Estado da Índia no Século XV* estará disponível brevemente em <http://cham.fesh.unl.pt/port/instrumentos.htm>

O nosso estudo será em muito devedor deste esforço colectivo que envolve não só a equipa de investigação do projecto, mas também vários bolseiros que nele foram colaborando. Por outro lado, esta iniciativa faz uso das novas tecnologias, permitindo uma maior agilidade no tratamento dos dados históricos, proporcionando conclusões abrangentes que, caso contrário, seriam impossíveis. A futura publicação da base de dados na Internet permitirá que as suas informações estejam disponíveis a um número muito vasto de investigadores nacionais e estrangeiros, projectando o estudo da história social da Expansão portuguesa suscitando, quiçá, novas abordagens, nomeadamente, comparações com as demais nações com processos expansionistas.

É interessante notar que este trabalho faz parte do último período identificado por Leroi-Gourhan, um estudioso da memória, que concluiu que a transmissão da memória colectiva podia dividir-se em quatro estádios, a saber: o da comunicação oral, o da escrita, com tábuas ou índices ou das simples fichas, o da mecanografia e o da classificação electrónica em série<sup>66</sup>.

O nosso trabalho vai-se centrar na investigação do oficialato de segunda linha, que espera completar os estudos sobre os governadores e outras grandes figuras do Estado da Índia<sup>67</sup>, área que continua a ser extremamente deficitária, o que se deve a um atraso da historiografia portuguesa em relação às historiografias europeias e à anglo-saxónica onde a biografia surge como um instrumento amplamente desenvolvido. Refira-se, no entanto, que alguns passos importantes foram dados nos últimos tempos, como a organização e consequente publicação das biografias dos reis de Portugal, das quais destacamos, o estudo de Luís Adão da Fonseca sobre D. João II, João Paulo Oliveira e Costa sobre o

---

<sup>66</sup> Cf. A. Leroi-Gourhan, *O Gesto e a Palavra*, 2 vols., Lisboa, Edições 70, 1981-83, p. 342.

<sup>67</sup> Vejam-se as seguintes obras sobre as principais figuras: Geneviève Bouchon, *Vasco da Gama*, Lisboa, Terramar, 1998; Sanjay Subrahmanyam, *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama*, Lisboa, CNCDP, 1998; Luís Adão da Fonseca, *Vasco da Gama, o homem, a viagem, e época*, Lisboa, Expo 98 e D.L., 1998; Luís Adão Fonseca, *Pedro Álvares Cabral, uma viagem*, Lisboa, 1999; Joaquim Candeias Silva, *O fundador do “Estado Português da Índia”, D. Francisco de Almeida, 1457 (?) – 1510*, Lisboa, CNCDP e INCM, 1996; Geneviève Bouchon, *Albuquerque, o Leão dos Mares*, Lisboa, Quetzal, 2000; Banha de Andrade, *História de um fidalgo quinhentista português. Tristão da Cunha*, Lisboa, Faculdade de Letras e Instituto Histórico Infante D. Henrique, 1974; Alexandre Lobato, *António de Saldanha. His times and his achievements*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962; Elaine Sanceau, *D. João de Castro*, Porto, Civilização, 1978.



*Venturoso* e a biografia sobre o seu sucessor realizada por Ana Isabel Buescu<sup>68</sup> que nos ajudam a compreender melhor estes monarcas, assim como as várias esferas dos seus reinados, enriquecendo o nosso conhecimento sobre o «alvorecer» da Idade Moderna.

Quando os indivíduos não são biografáveis, porque os elementos memoriais escasseiam, podemos sempre tirar uma «fotografia de grupo», detectando-se padrões e excepções à regra, atributos inquestionáveis do Homem e da sua História. É dentro deste contexto que integramos a análise social das Armadas da Índia, atendendo sempre às palavras de João de Barros que escreveu: «[...] a dizer a verdade, os escritores dos individuos não podem dar conta; e quem muito procura por elles, quebra o nervo da historia, parte onde está toda a força della»<sup>69</sup>.

---

<sup>68</sup> Luís Adão da Fonseca, *D. João II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005; João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005; Ana Isabel Buescu, *D. João III*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

<sup>69</sup> *Ásia*, I, v, 10.

## 2. AS ARMADAS DA ÍNDIA

*“Eles não sabem que o sonho [...] [é] mapa do mundo distante, rosa-dos-ventos, Infante, caravela quinhentista, que é Cabo de Boa Esperança, ouro, canela, marfim, florete de espadachim [...]”*

*Pedra Filosofal* de António Gedeão

As armadas regulares à Índia, inauguradas por Vasco da Gama e a sua tripulação, em 1497, não quiseram apenas cumprir o sonho do “mapa do mundo distante”, tiveram outras funções e objectivos. O primeiro deles foi estabelecer uma ligação anual entre Lisboa e o Índico – façanha que ficou conhecida por Carreira da Índia. Porém, essas viagens de ida e volta, que transportavam o sonho das especiarias e outras riquezas do Oriente, levavam, muitas vezes, missões adicionais, ou frotas que deveriam cumprir objectivos específicos da estratégia manuelina.

O nosso estudo centra-se em todas essas armadas que partiam de Lisboa, mas não abrange a denominada «torna-viagem». Esta opção é uma forma de balizamento da análise, pois caso não se impusessem limites à investigação ela estender-se-ia por longas páginas e em muitos anos de estudo.

A constituição das armadas que partem de Lisboa é um assunto nebuloso que apresenta várias dificuldades heurísticas que se prendem com a falta de consonância das crónicas, na inexistência de listagens rigorosas contendo o nome dos capitães e de outros efectivos humanos, o número de embarcações que constituíram a armada, assim como a identificação concreta dos navios. As incoerências são fruto do excesso de informação, produzida quase sempre a *posteriori* dos acontecimentos, fruto da tentativa de salvamento da informação que o terramoto de 1755 engoliu.

Sobre os Descobrimentos e a Expansão Marítima no reinado de D. Manuel I versam várias crónicas<sup>70</sup>, cada uma com opiniões próprias sobre os acontecimentos. Por outro lado, existem mais de trinta róis que indicam os navios que partiram de Lisboa para a Índia, muitos deles mantêm-se inéditos nos arquivos<sup>71</sup>, a sua confrontação, só por si, constitui um trabalho historiográfico de grande envergadura.

A *Relação das Naus e Armadas da Índia* (texto do códice add. 20 902 da British Library)<sup>72</sup> constitui uma das principais fontes impressas com informações para os séculos XV, XVI e XVII. Ao nível dos estudos, destaca-se a obra de Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso e António Lopes, que no seu livro *As Armadas da Índia 1497-1835*<sup>73</sup> sintetizaram a informação de 41 fontes, entre crónicas, documentos impressos e manuscritos. A utilização deste instrumento de trabalho foi preciosa pela diversidade de informação que nos proporcionou, no entanto, a sua consulta não se fez de modo líquido, pois as tabelas estão organizadas por anos e não por armadas (aconteceu partirem no mesmo ano mais do que uma armada); sem indicação do capitão-mor (um dos grupos que desejamos estudar); muitos dos nomes que surgem referenciados como capitães de navios não terão exercido efectivamente o cargo, o facto de serem mencionados por algum cronista ou por constarem em listas formuladas muitos anos depois da viagem, não comprova que o rei os tenha nomeado para o cargo de capitão.

---

<sup>70</sup> Brás de Albuquerque, *Comentário de Afonso de Albuquerque*, 2 vols., Lisboa INCM, [prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão], 1973; João de Barros; Diogo do Couto, *Da Ásia*, 24 vols., Lisboa, Livraria Sam Carlos, 1973-1975 [reimpressão da edição de 1777-1788]; Fernão Lopes de Castanheda, *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*, 2 vols., Porto, Lello & Irmão, [introdução e revisão de M. Lopes de Almeida], 1979; Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Porto, Lello & Irmãos, [revisão e introdução de M. Lopes de Almeida], 1975; *Crónica dos Descobrimentos e Primeiras Conquistas da Índia pelos Portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa do Moeda, [ed. e Luís de Albuquerque], 1986; Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel I*, 4 vols., Coimbra, 1954; Jerónimo Osório, *Da vida e feitos d’el rei D. Manuel*, Porto, Civilização, 1944.

<sup>71</sup> Luís de Albuquerque, “Carreira da Índia” in DHD, vol. I, p. 204.

<sup>72</sup> *Relação das naos e armadas da Índia com os sucessos dellas que se puderam saber, para notícias e instrução dos curiozos e amantes da História da Índia*, Coimbra, Biblioteca da Universidade de Coimbra, [Ed. Literária de Maria Hermínia Maldonado, [manuscrito existente na British Library, Códice Addington 20902], 1985.

<sup>73</sup> Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso, António Lopes, *As Armadas da Índia, 1497-1835*, Lisboa, CNCDP, 2002.

Sobre as nomeações dos comandos das armadas da Índia, João de Barros teceu algumas considerações, que serão tidas em conta no evoluir do nosso estudo sem, com isso, deixar de as questionar. Segundo o cronista, os capitães que não eram fidalgos eram indivíduos escolhidos pelos armadores dos navios, ou homens que embora não possuindo nobreza de sangue, possuíam qualidades para o exercício do cargo<sup>74</sup>. Sabemos que o sucessor do *Venturoso* não conduzia as nomeações dos comandos das naus dos armadores deste modo, pelo contrário, elas eram discutidas e negociadas com os investidores das armadas<sup>75</sup>. Infelizmente, para o reinado de D. Manuel I não dispomos de documentação que exponha claramente como o monarca conduzia este processo, mas a atitude de D. João III aconselha-nos a temperar as considerações de João de Barros.

Para o nosso estudo interessa o cruzamento de dois factos: a nomeação régia e o comando efectivo, comprovado, sempre que possível, por documentação. Esta opção justifica-se por desejarmos conhecer melhor a natureza social do cargo e a intervenção do monarca nos comandos das armadas da Índia. Estas directrizes ajudam a justificar a exclusão no nosso estudo da «torna viagem», uma vez que os capitães que a realizaram eram muitas vezes escolhidos pelos governadores, excepto nos casos em que partiram com ordens expressas de regresso, mas mesmos esses podiam sofrer vários contratempus que os impedissem de cumprir as disposição régias.

Na dissertação de mestrado de José Pissarra, intitulada *A Armada da Índia – Cômputo, Tipologia e Funcionalidade das Armadas de Guerra Portuguesas do Oriente (1501-1510)*<sup>76</sup>, conseguimos sentir muitas das dificuldades que o nosso estudo também apresenta. Porém, esta dissertação tem uma natureza bastante diferente da nossa, uma vez que são as embarcações que interessam ao autor e não os indivíduos que as comandaram. No entanto, o seu trabalho, fortemente

---

<sup>74</sup> Cf. *Ásia*, I, v, 10.

<sup>75</sup> Veja-se o nosso estudo “A Nobreza na Carreira da Índia...”, *D. João III, op. Cit.*, pp. 401-416.

<sup>76</sup> José Virgílio Pissarra, *A armada da Índia. Cômputo, tipologia e funcionalidade das armadas de guerra portuguesas do Oriente (1501-1510)*, dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 2001, texto policopiado.

baseado em documentação e não em fontes indirectas, ajudou-nos a solucionar alguns casos mais dúbios, entre os anos de 1497 e 1510.

Em apêndice, apresentamos quadros que são sínteses da informação recolhida em várias fontes, a saber: *Relação*; *As Armadas da Índia*; *História, Ásia, Lendas, Crónica*, *A armada da Índia* e documentação recolhida em colectâneas documentais e no Arquivo da Torre do Tombo. Excluímos a crónica de Brás de Albuquerque, porque os seus *Comentários* são demasiado marcados pela época e pela visão do *Leão dos Mares*, ou seja, os capitães referidos são aqueles que chegaram à Índia e não os que partiram de Lisboa. Nem sempre uma armada chegava com a mesma formação, o capitão de um navio podia ser substituído durante a viagem, por vários motivos, algumas das vezes por razão de óbito. Também não apresentamos os poucos nomes referidos pelo autor anónimo da *Crónica do Descobrimento*, porque esta fonte refere apenas algumas das armadas que partiram de Lisboa entre 1497 e 1508, nem sempre apresentando a lista completa dos comandos da armada, mencionando apenas o capitão-mor. Com estes quadros desejámos alcançar uma listagem dos capitães das armadas da Índia, a mais próximo possível da realidade.

Note-se que, assim como para cada capitão existem diferentes intensidades de memórias, também o mesmo se passa nas armadas. Os primeiros anos da Carreira da Índia são os melhores estudados, as emblemáticas viagens de 1497 e 1500 são objecto de várias obras<sup>77</sup>, mas também as armadas dos Albuquerque (1503) foram abordadas por Geneviève Bouchon na sua biografia sobre o *Leão dos Mares*, assim como Candeias Silva se debruçou sobre a armada de 1505, em virtude do estudo sobre D. Francisco de Almeida, e Banha de

---

<sup>77</sup> Para a armada de Vasco da Gama refiram-se as seguintes obras: Sanjay Subrahmanyam, *A Carreira e a Lenda...*, *op. Cit.*; Luís Adão da Fonseca, *Vasco da Gama...*, *op. Cit.*; Geneviève Bouchon, *Vasco da Gama...*, *op. Cit.*; Joaquim Inácio de Brito Rebelo, “Navegadores e exploradores portugueses até o XVI século (documentos para a sua história): Vasco da Gama, sua família, suas viagens, seus companheiros”, *Revista de Educação de Ensino*, Lisboa, vols. XIII-XV, 1898-1900 (XIII).

Para a armada que descobriu o Brasil destacamos as seguintes obras: Jaime Cortesão, *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*, Lisboa, INCM, 1994; João Paulo Oliveira e Costa (coord.), *Os Descobridores do Brasil...*, *op. Cit.*; Luís Adão da Fonseca, *Pedro Álvares Cabral...*, *op. Cit.*; Max Justo Guedes, *O descobrimento do Brasil 1500-1548*, Lisboa, Clube do Coleccionador dos Correios, 2000.

Andrade sobre a armada de 1506 capitaneada por Tristão da Cunha<sup>78</sup>. Mais recentemente, estudando as lógicas clânicas do *staff* que os governadores levavam para a Índia, a segunda armada comandada por Lopo Soares de Albergaria (1515) foi analisada por Alexandra Pelúcia<sup>79</sup>. Geneviève Bouchon dedicou-se ao estudo da armada de João da Nova (1501)<sup>80</sup> e da primeira viagem ao Índico de Lopo Soares (1504)<sup>81</sup>, assim como é possível recolher-se informações sobre as frotas de 1515 e 1516 no seu estudo sobre os navios e cargas que chegaram ao reino em 1518<sup>82</sup>. O nosso estudo aproxima-se bastante do artigo de Luís Adão da Fonseca, “Os comandos da segunda armada de Vasco da Gama à Índia (1502-1503)”<sup>83</sup>, cujo autor dedicou a esta viagem um capítulo na sua obra sobre o Almirante, o mesmo ocorrendo na biografia de Sanjay Subrahmanyam<sup>84</sup>. Sobre a armada dos Albuquerque (1503) é possível consultar o artigo de Jean Aubin intitulado “L’Apprentissage de l’Inde. Cochim 1503-1504”<sup>85</sup>.

A informação que fomos recolhendo nas várias fontes poderia ser tratada das mais variadas maneiras e muitas dessas análises seriam extremamente pertinentes como, por exemplo, a comparação das diferentes narrativas sobre a mesma viagem, o que nos faz pensar que a perda de memória é um caminho aberto para a pluralidade de um mesmo facto. Mediante as várias propostas analíticas, cingimo-nos a duas, a saber: a constituição e o objectivo de cada armada, conciliada com uma análise social dos seus comandos. Pretendemos, portanto, determinar se existe um padrão: se o número de embarcações se

---

<sup>78</sup> As referências bibliográficas encontram-se citadas na nota 67.

<sup>79</sup> Alexandra Pelúcia, “A baronia do Alvito e a expansão manuelina no Oriente ou a reacção organizada à política imperialista” in *A Alta Nobreza...*, op. Cit., pp. 279-302.

<sup>80</sup> Geneviève Bouchon, “À propos de l’inscription de Colombo (1501). Quelques observations sur le premier voyage de João da Nova dans l’Océan Indien” in *Inde découverte, Inde retrouvée, 1498-1630*, Paris-Lisboa, CNCDP - Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1999, pp. 95-132.

<sup>81</sup> Geneviève Bouchon, “Le premier voyage de Lopo Soares en Inde (1504-1505)” in *Ibidem*, pp. 133-158; “Le inventaire de la cargaison rapportée de l’Inde en 1505” in *Ibidem*, pp. 159-188.

<sup>82</sup> Geneviève Bouchon, *Navires et cargaisons retour de l’Inde en 1518: caderno dos ofiçiaes da India da carregação das naos que vieram o anno de bxxbij*, Paris, Société d’Histoire de l’Orient, 1977.

<sup>83</sup> Luís Adão da Fonseca, “Os comandos da segunda armada de Vasco da Gama à Índia (1502-1503)”, in *Mare Liberum*, Lisboa, n.º 16, 1998, pp. 35-55.

<sup>84</sup> Referências bibliográficas na nota 67.

<sup>85</sup> Jean Aubin, “L’Apprentissage de l’Inde. Cochim 1503-1504” in *Le Latin et l’Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, vol. I, Lisboa-Paris, CNCDP – Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1996-2000, pp. 49-110.

relaciona com o objectivo da armada e se o objectivo influi no estatuto social dos capitães.

## 2.1 A CONSTITUIÇÃO E OS OBJECTIVOS

Estatuto	Data: 8/7/1497 <sup>86</sup>
<b>Capitão-mor</b>	
FCR	Vasco da Gama
<b>Capitães</b>	
CCR?	Paulo da Gama
CCR	Nicolau Coelho
Criado de Vasco da Gama	Gonçalo Nunes

A armada capitaneada por Vasco da Gama, em 1497, que inaugurou a rota do Cabo é a que suscitou maior número de estudos na historiografia portuguesa e internacional, dispondo de várias fontes<sup>87</sup>, das quais se destaca o célebre texto anónimo, atribuído a Álvaro Velho, que faz um relato presencial da viagem<sup>88</sup>.

A 8 de Julho de 1497, partiram de Lisboa quatro embarcações, sendo que o navio de mantimentos capitaneado por Gonçalo Nunes, criado de Vasco da Gama, deveria ser voluntariamente queimado antes de dobrar o Cabo da Boa Esperança<sup>89</sup>. Os demais capitães da armada são sobejamente conhecidos, ainda que a biografia de Paulo da Gama surja associada à do seu irmão, o capitão-mor, e que Nicolau Coelho só no ano 2000 tenha recebido o retrato biográfico merecido com a investigação de Sónia Ramos<sup>90</sup>.

<sup>86</sup> A frota de 1497 é das poucas armadas que não levanta dúvidas quanto à sua constituição, apenas Gaspar Correia e Damião de Góis não nomeiam Gonçalo Nunes como capitão, o que faz algum sentido já que a sua embarcação nunca esteve destinada a chegar ao Índico, de qualquer forma, seguindo a maioria das fontes, crónicas e estudos optámos por considerá-lo no universo da nossa análise.

<sup>87</sup> Veja-se o balanço que António Alberto Banha de Andrade fez sobre a difusão das notícias da primeira armada que chegou à Índia, na obra *Mundos Novos do Mundo*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1972, pp. 196-224. Cármen Raudulet tratou e recolheu os textos italianos do *Códice Riccardiano 1910* referentes a esta armada, *Vasco da Gama. La Prima circumnavigazione dell’Afrique, 1497-1499*, Regio (Emilia); Edizioni Diabasis, 1994.

<sup>88</sup> A *Relação* possui uma série de edições das quais destacamos a de Luís de Albuquerque, *Relação da viagem de Vasco da Gama. Álvaro Velho*, Lisboa, CNCDP, Ministério da Educação, [introd. e notas Luís de Albuquerque], 1990. Os relatos das viagens de 1497 e de 1502 estão reunidas num único volume, compilado por Paul Teyssier e Paul Valentin, *Voyages de Vasco da Gama. Relations dès expéditions de 1497-1499 & 1502-1503*, Paris, Éditions Chandeigne, 1995.

<sup>89</sup> Cf. *As Armadas da Índia*, p. 81.

<sup>90</sup> Sónia Marisa Rodrigues Ramos, “Nicolau Coelho: um capitão e «diplomata» ao serviço da Coroa Portuguesa nos primeiros contactos com o Índico” in *Descobridores do Brasil...*, op. Cit., pp. 157-173.

A constituição da armada de 1497 é das mais interrogadas pelos investigadores, sobretudo a escolha do capitão-mor que tem ocupado algumas linhas nos estudos da história da expansão portuguesa. A interrogação que se coloca à eleição de Vasco da Gama compreende-se por esta ser uma viagem que é, simultaneamente, o coroar de um projecto e o princípio de outro. Por certo, D. Manuel I estaria consciente, assim como D. João II, que a exploração do Índico não teria a mesma natureza que a exploração do oceano Atlântico, caso contrário, quando Bartolomeu Dias dobrou o cabo da Boa Esperança poderia ter continuado viagem<sup>91</sup>. Não se tratava já de um comando destinado a homens do mar, mas a homens de guerra, a fidalgos com autoridade social para representar o rei de Portugal junto dos diversificados poderes do Índico<sup>92</sup>.

Os cronistas que se debruçaram sobre os portugueses no Oriente justificaram a escolha de Vasco da Gama, porém, é interessante notar que essas justificações não têm uma natureza social talvez porque para a época fosse demasiado óbvio que um representante do rei deveria ser um fidalgo da sua casa. Assim, se compreende que as explicações sobre a escolha do capitão-mor recaiam sobre a confiança que o rei tinha na família Gama. Castanheda conta-nos que o escolhido seria Paulo da Gama, irmão mais velho do capitão-mor, que por doença pedira ao rei que fosse Vasco o ocupante do mais alto cargo da armada, prometendo-lhe que ingressaria como capitão<sup>93</sup>. João de Barros narra uma versão ligeiramente diferente, dizendo que Vasco da Gama fora escolhido pela confiança que o rei tinha nele e porque o cargo tinha estado, durante o reinado de D. João II, prometido a seu pai, Estêvão de Gama, entretanto falecido, versão partilhada por Damião de Góis<sup>94</sup>. Dos cronistas da Índia, apenas Gaspar Correia apresenta uma versão quase mística da escolha do capitão-mor relatando que “ElRey, pondo os

---

<sup>91</sup> É curioso notar que, no mesmo dia que partiu a armada para a Índia, Bartolomeu Dias partiu como capitão de um navio para S. Jorge da Mina. Cf. *Ásia*, I, iv, 1.

<sup>92</sup> “Com Vasco da Gama assiste-se, pela primeira vez, à escolha de um fidalgo. As razões para tal inflexão não parecem ser de carácter técnico, mas político e diplomático: D. Manuel está, por certo, seguro de que atingiria dessa feita a Índia, onde havia tratados de comércio a negociar e uma aliança anti-islâmica a urdir, e por isso escolheu um embaixador de posição condigna”. Cf. Luís Filipes Thomaz, “Prefácio à edição portuguesa”, in Sanjay Subrahmanyam, *A Carreira e a Lenda...*, op. Cit., pp. iv-v.

<sup>93</sup> Cf. *História*, I, ii.

<sup>94</sup> Cf. *Ásia*, I, iv, 1. *Crónica*, I, xxiv.



olhos nelle, lhe aluoroçou o coração”<sup>95</sup>, compreendendo, então, que aquele seria o comandante de tão importante viagem.

A historiografia contemporânea, sobretudo através dos estudos de Sanjay Subrahmanyam e Luís Adão da Fonseca, adopta uma análise política, que integra a figura de Vasco da Gama nos bastidores da corte portuguesa e no contexto das ordens militares.

Antes de avançarmos pelas opiniões destes dois autores, não podemos deixar de referir algumas das reflexões feitas por Luís Filipe Thomaz no prefácio à edição portuguesa da obra de Sanjay Subrahmanyam. Nota que apesar de Vasco da Gama ter entrado para a História como um grande navegador, desconhecem-se quais as suas habilitações nesta matéria, a sua escolha para capitão-mor da primeira armada da Índia provavelmente prendeu-se com o facto de este ser um homem duro, “voluntarioso, a roçar às vezes pelo brutal, como ao depois se veria, talvez que a firmeza do seu mando tenha tido, naquela primeira aventura às cegas num mar ignorado, um papel decisivo. Se assim foi, poderá afirmar-se dele, como de muitos que os seus defeitos foram as suas virtudes”<sup>96</sup>.

Seguindo a linha de análise das duas mais recentes «biografias» de Vasco da Gama, é necessário compreender a ambiência política que se criou no Reino, após a morte do príncipe D. Afonso, filho legítimo de D. João II, este apesar de ter nomeado D. Manuel como seu sucessor deixou, à sua morte, um país dividido em duas facções políticas, uma apoiante do *Venturoso*, outra da causa do filho bastardo do rei, D. Jorge. Podemos afirmar que, no contexto da conjuntura de 1495, o carácter dúbio da sucessão não passou da teoria, uma vez que as reais hipóteses do futuro duque de Coimbra eram relativamente pequenas face a um D. Manuel com legitimidade para assumir o trono, que soube, pacientemente, esperar que os principais vultos nacionais e internacionais se perfilhassem à sua volta, sem nunca deixar de estar ao lado do seu monarca. No entanto, ainda que não seguisse todas as vontades do testamento de D. João II, D. Manuel viria a dotar o seu rival com o título de duque e de mestre da Ordem de Santiago,

---

<sup>95</sup> *Lendas*, I, p. 12.

<sup>96</sup> Luís Filipe Thomaz, “Prefácio ...”, *op. Cit.*, p. vii.

reservando para si o mestrado de Cristo. Será no contexto destas duas ordens que as rivalidades políticas se vão manter ao longo do reinado do *Venturoso*, ainda que, por vezes, se tenha a sensação que essa rivalidade foi protagonizada mais pelas famílias ligadas ao duque de Coimbra, do que propriamente por D. Jorge<sup>97</sup>.

A família Gama e o próprio capitão-mor da armada de 1497 tinham ligações à Ordem de Santiago, assim como à principal família defensora da causa de D. Jorge, os Almeidas. Deste modo, somos forçados a interrogarmo-nos porque razão escolheu D. Manuel um indivíduo ligado à «oposição» para comandar os navios que haviam de descobrir o caminho marítimo para a Índia? Sanjay Subrahmanyam responde a esta pergunta notando que, segundo João de Barros, a expedição fora ordenada contra a vontade da maioria do conselho régio e que a nomeação de Vasco da Gama funcionava como uma cedência, por outro lado, “melhor seria enviar como chefe da expedição um homem identificado com a oposição do que um nobre escolhido a dedo por D. Manuel; deste modo, pelo menos, o fardo do fracasso (se se revelasse ser esse o resultado final), poderia, em parte, conhecer um alívio”<sup>98</sup>.

Nas vésperas da sua partida, Vasco da Gama ingressaria na milícia de Cristo, apesar de ter mantido ao longo da sua vida fortes ligações com a Ordem de Santiago, nomeadamente, através da sua família<sup>99</sup>. É curioso notar como, apesar da aparente cedência de D. Manuel I, Vasco da Gama passou para as hostes da Ordem comandada pelo rei. A questão da ligação dos comandos das armadas à Ordem de Cristo será tratada com mais profundidade, no próximo capítulo.

Luís Adão da Fonseca ainda que não discordando de Sanjay Subrahmanyam adopta uma posição mais temperada, fazendo notar que a família de Vasco da Gama, para além de ter ligações à Ordem de Santiago tinha, também, laços com a casa do falecido irmão do rei, D. Diogo. O autor pergunta: “haveria em Portugal muita gente que reunisse ambas as circunstâncias?”<sup>100</sup>.

---

<sup>97</sup> Veja-se a biografia de D. Manuel I escrita por João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I...*, *op. Cit.*.

<sup>98</sup> Sanjay Subrahmanyam, *A Carreira e a Lenda...*, *op. Cit.*, p. 90.

<sup>99</sup> Luís Adão da Fonseca, *Vasco da Gama...*, *op. Cit.*, pp. 27-28.

<sup>100</sup> *Ibidem*, p. 32.

As escolhas dos indivíduos para as capitánias-mores das armadas, assim como do vice-rei e dos governadores da Índia são recorrentemente analisadas à luz da dicotomia existente na corte portuguesa entre os apoiantes de D. Manuel I e do seu projecto imperial<sup>101</sup> e os que se opõem ao rei, nomeadamente, no que concerne ao «plano da Índia». Ao nível do governo do Oriente, as nomeações de D. Francisco de Almeida e Lopo Soares de Albergaria são vistas como produtos da «oposição», enquanto que as de Afonso de Albuquerque e Diogo Lopes de Sequeira são entendidas como momentos de afirmação da vontade régia. No caso das capitánias-mores das armadas, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral são identificados como resultantes das negociações entre o rei e os que não viam com bons olhos o investimento no Índico. Como exemplo de capitães cooperantes do projecto régio temos Tristão da Cunha e D. Fernando Coutinho.

Para concluirmos, devemos sublinhar a ideia, já anteriormente expressa, de que o estatuto social de Vasco da Gama constitui uma novidade. Como notou António Sérgio, “foi Bartolomeu Dias [...] o último representante do tipo de descobridor, criado pelo infante D. Henrique: homens de condição modesta, dedicados ao mar. Agora, com efeito, já se não tratava de descobrir: pretendia-se organizar na Índia a compra e expedição das mercadorias, e negociar diplomaticamente, para esse efeito, com os soberanos orientais. O rei, por consequência, não escolheu um homem do mar para chefe da expedição, mas um nobre, capaz da categoria de seu enviado: Vasco da Gama”<sup>102</sup>.

Portanto, ao contrário do que a historiografia tradicional acreditava, assim como certa cronística, a escolha de Vasco da Gama não se realizou em virtude das suas qualidades ao nível da navegação (que estava reservada aos pilotos, estes sim experientes), mas pela sua condição de fidalgo da Casa Real, que possuía ligações às duas facções políticas da época. Note-se, no entanto, que o seu estatuto seria único na armada, pois, estranhamente, o seu irmão é referido

---

<sup>101</sup> Veja-se Luís Filipe Thomaz, “L’idéé impériale manuélienne” in *La Découverte, le Portugal et l’Europe. Actes du Colloque*, ed. Jean Aubin, Paris, 1990, pp. 35-103 e idem, “A «política oriental» de D. Manuel e suas contracorrentes” in *De Ceuta...*, op. Cit., 1994, pp. 297-386.

<sup>102</sup> António Sérgio, *Breve Interpretação da História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa, 1972, p. 59.

como cavaleiro da Casa Real por Fernão Lopes de Castanheda<sup>103</sup>, condição social partilhada por Nicolau Coelho. Por sua vez, Gonçalo Nunes não passava de um criado do capitão-mor<sup>104</sup>. O nível da fidalguia nos comandos da armada ainda era muito baixo, mas nela já existe o seu requisito que se tornará maioritário na viagem seguinte.

\*

Estatuto	Data: 9/3/1500 <sup>105</sup>
<b>Capitão-mor</b>	
FRC	Pedro Álvares Cabral
<b>Capitães</b>	
FCR	Sancho de Tovar
FCR	Vasco de Ataíde
FCR	Nicolau Coelho
FCR	Simão de Miranda de Azevedo
FCR	Aires Gomes da Silva
FCR	Pêro de Ataíde
Fidalgo	Simão de Pina
ECR	Bartolomeu Dias
ECR	Diogo Dias
Cavaleiro	Nuno Leitão da Cunha
-	Gaspar de Lemos
-	Luís Pires

A segunda viagem à Índia, à semelhança da primeira empresa, também possui uma bibliografia considerável, que sofreu a sua última renovação com a comemoração dos quinhentos anos do descobrimento do Brasil, mote a partir do qual se analisa a armada nos moldes que desejamos deixar aqui inscritos.

Ao nível das fontes coevas, foi publicada, em 1999, uma muito útil compilação, intitulada *Os primeiros 14 documentos relativos à Armada de Pedro Álvares Cabral*<sup>106</sup>, dos seus documentos destacamos os regimentos régios passados ao capitão-mor e a célebre *Carta de Pêro Vaz de Caminha*. Para o *Relato do Piloto Anónimo* existem várias edições em português, das quais destacamos a publicada por Jaime Cortesão<sup>107</sup>.

<sup>103</sup> Cf. *História*, I, ii.

<sup>104</sup> Cf. *Ásia*, I, iv, 2.

<sup>105</sup> Para a constituição da armada seguimos o estudo coordenado por João Paulo Oliveira e Costa, *Descobridores do Brasil...*, op. Cit., assim como *A Armada da Índia*.

<sup>106</sup> *Os primeiros 14 documentos relativos à Armada de Pedro Álvares Cabral*, Lisboa, CNCDP/Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, [ed. Joaquim Romero Magalhães e Susana Münch Miranda], 1999.

<sup>107</sup> Publicada na sua obra *A expedição...*, op. Cit., pp. Veja-se ainda as cópias de duas cartas por Bartolomeu Marchionni sobre a armada de 1500, estantes no *Códice Riccardiano 1910*, publicado em

Após a viagem de prospecção de Vasco da Gama, o rei D. Manuel decidiu enviar à Índia uma grande armada constituída por treze navios. Segundo Fernão Lopes de Castanheda, esta frota tinha como objectivo assentar amizade com o rei de Calecut, instalando um feitor que supervisionasse os negócios régios, nomeadamente, que assegurasse o carregamento de especiarias<sup>108</sup>. A sustentar as palavras do cronista existem dois documentos, um sobre o *Rol das coisas necessárias* e uma *Carta de D. Manuel a Miguel Perez de Amaçam*,<sup>109</sup> que expressam a necessidade de metais preciosos, indispensável para o comércio do Índico, realidade que a frota de Vasco da Gama apreendera.

Destes treze navios, dois eram de particulares, num investia o conde de Portalegre, no outro eram sócios D. Álvaro de Bragança, Bartolomeu Marchionni e Girolamo Sernigi<sup>110</sup>. Dois dos navios do rei tinham uma missão específica, os irmãos Bartolomeu e Diogo Dias estavam destinados a Sofala, onde deviam «descobrir e assentar aquele resgate»<sup>111</sup>, ou seja, mais uma vez a derradeira viagem de Bartolomeu Dias<sup>112</sup> elegia-o como um homem experimentado no descobrimento, o que estava em consonância com a sua carreira, mas também com o seu estatuto social, pois era um escudeiro da Casa Real, ou seja, um membro da baixa nobreza, grupo protagonista dos descobrimentos atlânticos.

Apesar dos seus objectivos eminentemente comerciais e diplomáticos, a armada de Pedro Álvares Cabral ficou célebre entre as muitas da Carreira da Índia, por ter realizado o descobrimento do Brasil sobre o qual se discute persistentemente a sua natureza: intencional ou acidental? Sobre este assunto debruçou-se Jorge Couto na sua obra *A construção do Brasil* dedicando-lhe um capítulo denominado *Casualidade «versus» intencionalidade*. Nele, o autor começa por desmontar o argumento do “arrastamento involuntário da armada

---

*Viagens portuguesas...*, op. Cit., pp. 149-167. Sobre a difusão das notícias da armada de Cabral veja-se A. A. Banha de Andrade, *Mundos Novos...*, op. Cit., pp. 227-273.

<sup>108</sup> Cf. *História*, I, xxx.

<sup>109</sup> Publicados em *Os primeiros 14 documentos...*, op. Cit., pp. 31-32 e 33-34.

<sup>110</sup> Cf. João Paulo Oliveira e Costa, *Descobridores do Brasil...*, op. Cit., p. 14.

<sup>111</sup> Cf. *Ásia*, I, v, 9.

<sup>112</sup> Esta foi a última viagem de Bartolomeu Dias que se perdeu a 20 de Maio de 1500 com os capitães Luís Pires, Aires Gomes da Silva e Simão de Pina. Na mesma ocasião, Diogo Dias perdeu a rota, mas foi encontrado pela armada na viagem de regresso. Cf. João Paulo Oliveira e Costa, *Descobridores do Brasil...*, op. Cit., p. 16; *Ásia*, I, v, 9.

para ocidente (...)", caso esta hipótese fosse verosímil, então a armada teria aportado mais a norte<sup>113</sup>.

Segundo Jorge Couto, o descobrimento do Brasil fazia parte do plano imperial da Coroa, nomeadamente, no que diz respeito à eficácia da rota do Cabo, instalando na região ocidental do hemisfério sul, uma base de apoio à Carreira da Índia<sup>114</sup>. Assim sendo, é possível considerar que Pedro Álvares Cabral tenha recebido instruções directas do monarca, sem que elas fossem passadas para o papel. Este «secretismo» compreende-se dadas as complexas relações luso-castelhanas, pois, apesar, das duas coroas estarem unidas na figura de um único herdeiro, D. Miguel, filho de D. Manuel com a falecida D. Isabel, filha dos Reis Católicos<sup>115</sup>, tinham projectos expansionistas próprios. O descobrimento das Terras de Vera Cruz processou-se de modo muito discreto, não se levando na armada os habituais padrões de descobrimento, sendo a notícia do feito divulgada passado um ano. D. Manuel agia cautelosamente de modo a não provocar um conflito com Castela, à medida que implantava a presença portuguesa na Índia, reforçada pelo domínio do Atlântico, preparando-se para expandir o seu poder em Marrocos<sup>116</sup>.

Pelo quadro que apresentamos é fácil compreender que a armada de 1500 é maioritariamente composta por fidalgos da Casa Real. No caso de Simão de Pina sabemos que era fidalgo e, apesar de não existir qualquer documento que o comprove, possuiria o mesmo estatuto que a maioria dos seus companheiros. É preciso notar que Nicolau Coelho realizou a sua segunda viagem ao Índico já como fidalgo, tendo partido em 1497 como cavaleiro da Casa Real, o que significa que o rei premiava os seus servidores com dádivas de ordem social. A segunda armada à Índia era composta por mais fidalgos da Casa Real,

---

<sup>113</sup> Cf. Jorge Couto, *A Construção do Brasil*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, p. 171.

<sup>114</sup> Esta base de apoio "corresponde, assim, à prossecução de uma política de hegemonia no Atlântico Sul que havia sido iniciada por D. João II". João Paulo Oliveira e Costa, *Descobridores...*, *op. Cit.*, p. 30.

<sup>115</sup> Sobre a união de D. Manuel e de D. Isabel e as suas possíveis consequências para as coroas ibéricas veja-se o sub-capítulo, intitulado "Toledo, 29 de Abril de 1498 – El-rei e príncipe" que João Paulo Oliveira e Costa escreveu na biografia, *D. Manuel I...*, *op. Cit.*, pp. 24-28.

<sup>116</sup> Cf. Jorge Couto, *A Construção...*, *op. Cit.*, pp. 171-182.

nomeadamente, alguns passageiros como Duarte Pacheco Pereira e o feitor de Calecut, Aires Correia.

\*

Estatuto		Data: 15/3/1501 <sup>117</sup>	
<b>Capitão-mor</b>			
FCR	João da Nova		
<b>Capitães</b>			
CCR	Francisco Novais		
Estrangeiro	Misser Vinet		
-	Fernão Pacheco		

O estudo de Geneviève Bouchon dedicado a esta armada, basilar para a nossa análise<sup>118</sup>, não conseguiu solucionar a questão da composição dos comandos, referindo apenas a discordância existente entre os cronistas e a falta de documentação que testemunhe a passagem de João da Nova pelo Ceilão<sup>119</sup>. Esta questão foi solucionada através da confrontação das várias fontes, nomeadamente, pelo trabalho de José Pissarra que não encontrou comprovação documental para a participação de Diogo Barbosa, capitão apontado pela maioria das fontes<sup>120</sup>. No entanto, o autor não conseguiu apurar qual a tipologia das embarcações, apontando apenas que Misser Vinet comandava uma nau de Bartolomeu Marchionni<sup>121</sup>.

Se noutras circunstâncias o conhecimento do tipo de embarcação não é particularmente importante, neste caso torna-se crucial, já que Geneviève Bouchon afirma que a armada de João da Nova é uma viagem de descobrimento apresentando, entre outros argumentos, o facto da frota ser constituída por quatro caravelas, embarcações mais apropriadas à exploração dos mares<sup>122</sup>.

<sup>117</sup> Sobre as notícias que circularam na Europa sobre a armada de João da Nova veja-se A. A. Banha de Andrade, *Mundos Novos...*, op. Cit., p. 292-297.

<sup>118</sup> O estudo de Geneviève Bouchon tem a qualidade de analisar uma armada que prima pelo laconismo dos cronistas e pela total inexistência de documentação coeva.

<sup>119</sup> Geneviève Bouchon faz referência a um breve mandado redigido doze anos depois da partida armada sem, contudo, conter informações de grande interesse. A autora refere-se ao Mandado, escrito em Cananor a 20 de Junho de 1513, publicado em CAA, VII, p. 87. Cf. Geneviève Bouchon, “À propos de l’inscription de Colombo...”, in *Inde découverte...*, op. Cit., p. 106, nota 52.

<sup>120</sup> Consulte-se, em apêndice, o quadro em que confrontámos as fontes e que nos ajudou a chegar a uma conclusão sobre a composição da armada.

<sup>121</sup> Cf. *As Armadas da Índia*, op. Cit..

<sup>122</sup> Conseguimos perceber que Geneviève Bouchon se inclinou mais para a hipótese das caravelas, ainda que estas não sejam referidas por todas as fontes, baseando-se na epistolografia da comunidade mercantil italiana instalada em Lisboa. Opção que se encontra em consonância com a opinião da autora que escreveu: “c’est aux négociants et aux informateurs italiens de Lisbonne que nous devons de pouvoir

A autora defende a ideia que a armada de João da Nova tinha como principal objectivo a exploração do Índico e que, possivelmente, terá tocado o Ceilão justificando-se assim a inscrição encontrada em Colombo, datada de 1501 e com referências claras a Portugal. Tanto as expedições de Cabral e de João da Nova inscrevem-se num período de prospecção intensa que, no caso da primeira, teve como consequência o descobrimento do Brasil e o reconhecimento das minas de ouro da África Oriental. A armada de 1501, para além de ser constituída por caravelas, levava pouco numerário, essencial ao comércio no Malabar<sup>123</sup>, e a carga que chegou ao Reino, em 1502, é tida por Geneviève Bouchon como bastante medíocre, principalmente, se pensarmos que todos os cronistas apontam a armada como tendo uma natureza comercial<sup>124</sup>.

Castanheda escreve que a armada era composta por quatro naus “as mais delas de armadores que mandavam fazenda”<sup>125</sup>, João de Barros especifica que uma das naus era do seu senhor D. Álvaro de Bragança; Fernão Vinet, que era florentino, ia na nau armada por Bartolomeu Marchionni; enquanto Francisco Novais, como criado do rei, comandaria uma embarcação do monarca, supondo-se que o mesmo se passaria com o capitão-mor da armada<sup>126</sup>. Gaspar Correia afirma que duas naus foram apetrechadas com dinheiro dos armadores e uma outra fora financiada pelo próprio rei, apesar de nomear quatro capitães para a frota, ou seja, não aponta investidor para a quarta embarcação<sup>127</sup>.

Geneviève Bouchon não contesta a forte participação de privados na armada de 1501, no entanto, interroga-se sobre os seus objectivos, declarando: “étrange voyage d'affaires que celui de ces négociants dépourvus d'or qui connaissaient pourtant fort bien son rôle irremplaçable. Qu'allait donc faire en

---

donner à l'expédition de 1501 une réalité historique”. Geneviève Bouchon, “À propos de l'inscription de Colombo...”, in *Inde découverte...*, *op. Cit.*, p. 106.

<sup>123</sup> Fernão Lopes de Castanheda na sua crónica descreve como chegados a Cochim, o rei local informou João da Nova que só lhe venderia as especiarias a troco de dinheiro, razão que o levou a Cananor, onde o rei indígena aceitou ficar por fiador dos portugueses de mil quintais de pimenta, cinquenta de gengibre e quatrocentos e cinquenta de canela até que se vendesse a mercadoria que os portugueses levavam. Cf. *História*, I, xliii.

<sup>124</sup> Cf. Geneviève Bouchon, « À propos de l'inscription de Colombo... », in *Inde découverte...*, *op. Cit.*, pp. 127-128.

<sup>125</sup> *História*, I, xliii.

<sup>126</sup> Cf. *Ásia*, I, v, 10.

<sup>127</sup> Cf. *Lendas*, III, p. 234.



Inde cette «frota de mercadores»? N’était-elle pas en quête de nouveaux marchés plutôt que de marchandises?”<sup>128</sup>.

Para o nosso estudo, não é essencial decidir se João da Nova comandava uma armada comercial ou uma armada de descobrimento, possivelmente, estes dois objectivos faziam parte do «regimento» do capitão-mor. O que nos parece pertinente observar é a natureza social dos comandos da frota, a começar pelo capitão-mor que João de Barros diz ser natural da Galiza, nobre de linhagem, que antes de partir para a Índia desempenhava o cargo de alcaide de Lisboa<sup>129</sup>, ofício destinado a fidalgos<sup>130</sup>. O cargo tinha-lhe sido confiado devido aos muitos préstimos consagrados à Coroa<sup>131</sup>, precisando Damião de Góis, que em África tinha feito muitos serviços ao Reino<sup>132</sup>. É nossa convicção que João da Nova era fidalgo, como afirma Barros, o cronista que apresenta maior sensibilidade para as questões do estatuto social dos homens que agiram no Oriente<sup>133</sup>.

Francisco Novais, cavaleiro da Casa Real, era membro da baixa nobreza, enquanto que para Fernão Pacheco nada conseguimos apurar. Quanto a Fernão Vinet, sabemos que estava ao serviço de Bartolomeu Marchionni, um abastado comerciante florentino, instalado em Lisboa e que foi um dos grandes investidores da Carreira da Índia.

Com este breve retrato, podemos concluir que, à excepção do capitão-mor, que envergava a fidalguia necessária para o exercício deste cargo, os demais capitães eram oriundos das franjas da baixa nobreza e um, Fernão Vinet, era estrangeiro ao serviço de outro estrangeiro. Estas características sociais parecem ser próprias das armadas de descobrimento, como teremos oportunidades de demonstrar ao longo do nosso estudo, mas fazem sentido, sobretudo, numa

---

<sup>128</sup> Geneviève Bouchon, “À propos de inscription de Colombo...», ” in *Inde découverte...*, op. Cit., p. 119.

<sup>129</sup> Fernão Lopes de Castanheda diz que era «alcaide pequeno da cidade de Lisboa». Cf. *História*, I, xliii.

<sup>130</sup> Tanto Gaspar Correia como Damião de Góis afirmam que João da Nova era cavaleiro, no entanto, o termo pode ser usado como sinónimo das suas qualidades militares e de comando e não como definição do seu estatuto social.

<sup>131</sup> Cf. *Ásia*, I, v, 10.

<sup>132</sup> Cf. *Crónica*, I, lxiii.

<sup>133</sup> O primeiro documento que refere João da Nova como fidalgo da Casa Real data de Agosto de 1507, mas nada nos leva a desconfiar que este não era o seu estatuto quando empreendeu a sua capitania-mor. Cf. CAA, III, p. 280.

armada com intuitos comerciais e com previsíveis objectivos diplomáticos e militares.

\*

Estatuto	Data: 10/2/1502 <sup>134</sup>
<b>Capitão-mor</b>	
FCR	D. Vasco da Gama
<b>Capitães</b>	
FCR	Pêro de Ataíde
FCR	Pedro Afonso de Aguiar
FCR	D. Luís Coutinho, <i>Ramiro</i>
FCR	Vicente Sodré
Fidalgo	Fernão Rodrigues, <i>Badarças</i>
CCR	Gil Matoso
CCR	Diogo Fernandes Correia
CCR	João Lopes Perestrelo
CCR	Rui de Castanheda
Cavaleiro	António do Campo
Cavaleiro	António Fernandes
Nobre	Brás Sodré
-	Francisco da Cunha
-	João Fonseca

Estatuto	Data: 10 (ou 1) /4/1502
<b>Capitão-mor</b>	
FCR	Estêvão da Gama
<b>Capitães</b>	
Fidalgo	Lopo Mendes de Vasconcelos
Criado de D. Álvaro	Lopo Dias
Estrangeiro?	Tomás de Carmona
Estrangeiro	Giovanni Buanagracia <sup>135</sup>

Na sua segunda viagem à Índia, Vasco da Gama possuía já o título de *Dom* e o cargo de Almirante, o que lhe conferia o direito de comandar armadas à Índia que servissem fins comerciais ou militares<sup>136</sup>. Ao que parece, fez uso desse poder, logo em 1502, afastando Pedro Álvares Cabral que se sentira incomodado por Vicente Sodré ir indigitado capitão-mor de uma armada ao mar Vermelho, com autonomia em relação ao capitão-mor da Carreira<sup>137</sup>.

<sup>134</sup> Para o estudo da segunda viagem de Vasco da Gama veja-se o *Relato anónimo português* e o *Relato anónimo flamengo*, publicados em Paul Teyssier e Paul Valentin (ed.), *Voyages de Vasco da Gama, op. Cit...* Veja-se, também, a carta de Francesco Corbinelli, publicada na obra *Viagens Portuguesas...*, *op. Cit.*, pp. 183-201. Sobre a difusão das notícias sobre a armada de 1502 consulte-se A. A. Banha de Andrade, *Mundos Novos...*, *op. Cit.*, pp. 297 -321.

<sup>135</sup> Apesar de ser florentino D. Francisco de Almeida, passou-lhe alvará de privilégio de cavaleiro (1505.10.09, Cochim), pela sua prestação na tomada e destruição de Quíloa e Mombaça. O alvará foi confirmado por D. Manuel I em Abrantes, 1507/7/7, IAN/TT, *Chancelaria régia de D. Manuel I*, liv. 46, fl. 131 v., ref. em Manuela Mendonça, “Homens da Índia na chancelaria de D. Manuel” in *A Carreira da Índia...*, *op. Cit.*, p. 47. Portanto, à data que partiu para a Índia ainda não era cavaleiro.

<sup>136</sup> Cf. Sanjay Subrahmanyam, *A Carreira e a Lenda...*, *op. Cit.*, p. 205.

<sup>137</sup> Segundo Sanjay Subrahmanyam, Vasco da Gama terá intervindo na contenda entre Pedro Álvares Cabral e Vicente Sodré, que era tio materno de Vasco da Gama. Cf. *Ibidem*, p. 228.

Vasco da Gama, depois de ter descoberto o caminho marítimo para a Índia com quatro pequenas embarcações, era agora capitão-mor de quinze velas, duas das quais, comandadas por Vicente e Brás Sodré, seus tios maternos. Se repararmos que a armada que partiu de Lisboa, em Abril de 1502, era capitaneada por Estêvão da Gama, primo de D. Vasco, levando «debaixo da sua bandeira» Lopo Mendes de Vasconcelos, futuro marido da irmã do Almirante, D. Teresa, podemos dar eco às palavras de Sanjay Subrahmanyam que fala num consórcio Gama-Sodré<sup>138</sup>. Ou seja, esta armada tem um cunho muito marcado por Vasco da Gama que conduzira uma frota extremamente belicosa<sup>139</sup>. Seria essa a ideia de D. Manuel I? A verdade é que nesta viagem seguiam os primeiros navios que deveriam permanecer na Índia, dando luta ao comércio muçulmano-veneziano e defendendo as feitorias portuguesas de Cochim e Cananor das investidas do rei de Calecut. A ideia de uma armada de guerra é reforçada pelas palavras de Fernão Lopes de Castanheda que escreveu: “sabido por el rey dō Manuel o que el rey de Calicut fizera a Pedralvarez cabral, determinou de mãdar huma grossa armada pera se poder vingar dele”<sup>140</sup>.

No entanto, deve-se considerar que se cinco dos quinze navios deveriam permanecer na Índia, pelo menos outros cinco tinham sido armados por particulares, a saber: D. Álvaro de Bragança, Rui Mendes de Brito, Tristão da Cunha e os mercadores estrangeiros Bartolomeu Marchionni e João Francisco Affaitadi<sup>141</sup>, o que significa que para lá dos objectivos da Coroa, devemos atender aos objectivos dos particulares que deveriam ser exclusivamente económicos.

Para esta armada, o *Venturoso* destinou cinco fidalgos, três da Casa Real, porém, mais de um terço dos comandos não possuíam este estatuto, o que indica que a fidalguia ainda não era um requisito para a capitania de um navio da

---

<sup>138</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 228-229.

<sup>139</sup> Relembre-se a célebre captura de um navio de peregrinos a Meca. Sobre este acontecimento veja o que escreveram Luís Adão da Fonseca, *Vasco da Gama...op. Cit.*, pp.197-202; e Sanjay Subrahmanyam, *A Carreira e a Lenda...*, *op. Cit.*, pp. 245-248.

<sup>140</sup> *História*, I, xlv.

<sup>141</sup> Cf. A. A. Marques de Almeida, *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria – O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549). Aproximação a um Estudo de Geofinança*, Lisboa, Edições Cosmos, 1993, p. 100.

Carreira da Índia. Ideia reforçada pela armada de Estêvão da Gama onde a percentagem de fidalguia era também minoritária, com um capitão não nobre e dois estrangeiros, contra Estêvão da Gama e Lopo Mendes de Vasconcelos, sendo que só para o primeiro temos confirmação documental que pertencia à Casa do Rei.

\*

Estatuto	Data: 6/4/1503
<b>Capitão-mor</b>	
FCR	Afonso de Albuquerque
<b>Capitães</b>	
FCR	Fernão Martins de Almada
FCR	Pêro Vaz da Veiga
-	Antão Garcia

Estatuto	Data: 14/4/1503
<b>Capitão-mor</b>	
FCR	Francisco de Albuquerque
<b>Capitães</b>	
FCR	Nicolau Coelho
FCR	Duarte Pacheco Pereira <sup>142</sup>

Estatuto	Data: 14/5/1503
<b>Capitão-mor</b>	
FCR	António de Saldanha
<b>Capitães</b>	
CCR	Rui Lourenço Ravasco
Cavaleiro	Diogo Fernandes Pereira

Depois das armadas de 1502 que perfaziam um total de vinte navios, D. Manuel I decidiu enviar ao Oriente uma armada com dimensões mais modestas, dividindo a capitania-mor pelos primos Afonso e Francisco de Albuquerque<sup>143</sup>. Segundo João Barros, os seis navios estavam destinados a fazer o carregamento anual das especiarias<sup>144</sup>. O capitão Fernão Martins de Almada, que viajava

<sup>142</sup> Sobre este capitão vejam-se os seguintes estudos: Jean Aubin, “Les frustrations de Duarte Pacheco Pereira” in *Le Latin et l’Astrolabe...*, op. Cit., vol. I, pp. 111-132; Avelino Teixeira da Mota, “Duarte Pacheco Pereira – capitão e governador de D. Jorge da Mina” in *Mare Liberum*, Lisboa, n.º 1, 1990, pp. 1-28; André Murteira, “A Carreira de Duarte Pacheco Pereira” in *Descobridores do Brasil...*, op. Cit., pp. 299-329.

<sup>143</sup> Sobre a armada dos Albuquerque o estudo de Jean Aubin “L’apprentissage de l’Inde. Cochim 1503-1504” é o mais significativo debatendo a questão da constituição da frota e nomeando os vários investidores, referindo a vária epistolografia que relata os «sucessos» desta viagem. Cf. Jean Aubin, “L’Apprentissage de l’Inde...” in *Le Latin et l’Astrolabe...*, op. Cit., pp. 49-110. Sobre as cartas dos Paesi, de dois italianos anónimos e de Giovanni da Empoli, que seguiu na armada de Afonso de Albuquerque como agente comercial das firmas Gualterroti e Frescobaldi e de Barolomeu Marchionni, veja-se A. A. Banha de Andrade, *Mundos Novos...*, op. Cit., vol. I, pp. 321-343.

<sup>144</sup> Cf. *Ásia*, I, vii, 2.

«debaixo da bandeira» de Afonso de Albuquerque, dever-se-ia juntar à Armada da Índia, patrulhando o cabo de Guardafui<sup>145</sup>.

Apesar destas ordens régias, não significa que quando chegassem ao Índico, os capitães não devessem estar preparados para uma missão de guerra. Nesta primeira fase da Carreira da Índia, quando o poder régio se prolongava até ao Oriente na figura dos capitães-mores, situação que só se alterará com a indigitação de D. Francisco de Almeida para vice-rei, não podemos compreender as armadas como meros instrumentos económicos, ainda que o comércio fosse uma das suas prioridades. A vida económica tem motivações e propósitos políticos, o reinado de D. Manuel I é disso exemplo, fazendo-se uso dos meios oferecidos por uma nova era, marcada pela descompartimentação do globo terrestre e a elevação das trocas comerciais a uma nova escala, sem se deixar de servir ideias e concepções geoestratégicas de raiz medieval.

No caso específico da armada dos Albuquerque, quando estes chegaram à costa do Malabar, foram forçados a socorrer Cochim, depois, enquanto Afonso de Albuquerque ia a Couilão carregar as especiarias, o seu primo ficou encarregue de dirigir as negociações com o Samorim<sup>146</sup>. O que significa que para lá de capitães das naus de especiarias, os capitães-mores destas duas armadas desempenharam funções militares e diplomáticas, presumindo-se que os seus regimentos lhes conferiam esses poderes.

Em termos sociais, a armada de Francisco de Albuquerque é composta na totalidade por fidalgos moradores na Casa de D. Manuel, enquanto sobre a bandeira de Afonso de Albuquerque, apenas Antão Garcia possuía estatuto indefinido.

A predominância da fidalguia não se verifica entre os capitães que partiram em Maio de 1503, sob as ordens de António de Saldanha. Para esta frota, destinada ao estreito do mar Vermelho<sup>147</sup>, tinham sido requisitados dois cavaleiros, um da Casa Real. Após a sua comissão, estes navios regressaram ao

---

<sup>145</sup> Cf. *Lendas*, I, p. 374.

<sup>146</sup> Cf. Jean Aubin, “L’aprentissage de l’Inde...», in *Le Latim et L’Astrolabe...*, *op. Cit.*, vol. I, p. 53.

<sup>147</sup> Cf. *Ibidem*, p. 54.

Reino com carga de especiarias. José Pissarra identifica estes três navios como a primeira armada extraordinária enviada à Índia; estas desempenhavam missões intermédias de guerra ou comércio<sup>148</sup>.

\*

Estatuto	Data: 22/4/1504
<b>Capitão-mor</b>	
FCR	Lopo Soares de Albergaria
<b>Capitães</b>	
FCR	Pêro de Mendonça
FCR	Filipe de Castro
FCR	Pedro Afonso de Aguiar
FCR	Afonso Lopes da Costa
FCR	Tristão da Silva
FCR	Vasco Carvalho
FCR	Leonel Coutinho
Fidalgo	Lopo Mendes de Vasconcelos
Fidalgo	Manuel Teles Barreto
Fidalgo	Vasco da Silveira
-	Pêro Dinis
-	Lopo de Abreu

A armada que partiu de Lisboa a 22 de Abril de 1504<sup>149</sup> e que levava como capitão-mor Lopo Soares de Albergaria, seguia o mesmo modelo que as do ano anterior, pois era uma típica viagem da Carreira da Índia, percorrendo a rota do Cabo e chegando à Europa no ano seguinte com um bom carregamento de especiarias<sup>150</sup> executando, no tempo que esteve no Oriente, missões militares<sup>151</sup> e diplomáticas<sup>152</sup>, forneceu navios, homens e artilharia à esquadra portuguesa permanente no Índico.

A armada de Lopo Soares suscitou o seguinte reparo por parte de João de Barros: “em as quais naus levava mil e duzentos homens, muita parte deles fidalgos e criados del-Rei, toda gente mui limpa e tal que com razão se pode

<sup>148</sup> Cf. *A Armada da Índia, op. Cit.*. Sobre as armadas extraordinárias veja-se o artigo de Maria Augusta Lima Cruz, “As viagens extraordinárias pela Rota do Cabo (1505-1570)”, in *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreito...*, *op. Cit.*, pp. 581-595.

<sup>149</sup> Para mais informações sobre as fontes que possibilitam o estudo deste armada veja-se A. A. Banha de Andrade, *Mundos Novos...*, *op. Cit.*, pp. 341-343.

<sup>150</sup> Castanheda diz-nos que a armada vinha muito bem provida de especiarias e de muitas riquezas do Oriente. Cf. *História*, I xc. Sobre a quantidade de especiaria que foi expedida na armada de Lopo Soares veja-se Geneviève Bouchon, “L’Inventaire de la Cargaison Rapportée de L’Inde en 1505” in *Inde découverte...*, *op. Cit.*, pp. 159-188.

<sup>151</sup> Sobre o regimento de Lopo Soares Geneviève Bouchon apontou: “Mais les instructions de Lopo Soares permettent de supposer que celui-ci, après avoir remercié le Kolathiri de sa fidélité, le pria de se porter garant du prix des épices, tels qu’ils avaient été fixés par Vasco da Gama dans les premiers jours de 1503. » Geneviève Bouchon, « Le premier voyage... », in ” in *Inde découverte...*, *op. cit.*, p. 143.

<sup>152</sup> Enquanto tratava da expedição das especiarias, Lopo Soares recebeu uma delegação de poderosos de Calecut que desejavam negociar a paz. Porém, as diligências terminaram num novo conflito com Calecut. Cf. *Ibidem*, pp. 144-151.

dizer que esta foi a primeira armada que saiu deste reino de tanta e tam luzida gente e de tam grandes naus”<sup>153</sup>. Estas palavras encorajam-nos a valorizar o número de fidalgos da Casa do Rei que conseguimos apurar entre os capitães, que assume a já expressiva percentagem de 62%, mas que deve ser reforçada pela fidalguia de três outros capitães, deduzida através das suas redes parentais, é o caso de Lopo Mendes de Vasconcelos<sup>154</sup>, Vasco da Silveira<sup>155</sup> e Manuel Teles de Barreto<sup>156</sup> que ficou no Oriente com o importante cargo de capitão-mor do mar da Índia, devendo liderar quatro navios na costa do Querala<sup>157</sup>. Estes indivíduos, eventualmente, também pertenceriam à Casa Real apesar do silêncio das fontes. Não obstante, trata-se da segunda armada consecutiva com uma maioria de fidalgos.

\*

Estatuto		Data: 25/3/1505 <sup>158</sup>	
<b>Capitão-mor</b>			
FCR	D. Francisco de Almeida		
<b>Capitães</b>			
FCR	Pêro Ferreira Fogça		
FCR	Fernão Soares		
FCR	Rui Freire de Andrade		
FCR	Vasco Gomes de Abreu		
FCR	João da Nova		
FCR	Sebastião de Sousa		
Fidalgo	D. Fernando de Eça		
Fidalgo Castelhano	Fernão Bermudez		
CCR	João Serrão		
CCR	Filipe Rodrigues		
CCR	Lopo Sanches		
CCR	Lucas da Fonseca		
Cavaleiro	Gonçalo Paiva		
Nobre	Diogo Correia		
-	Antão Gonçalves		
-	Lopo Chanoca		
-	Antão Vaz		
-	João Homem Godinho		
-	Gonçalo Vaz Góis		

<sup>153</sup> Cf. *Ásia*, I, vii, 9.

<sup>154</sup> Como vimos anteriormente, era o futuro cunhado de Vasco da Gama.

<sup>155</sup> Sobre este capitão veja-se o artigo de Pedro Alexandre Gonçalves Mendes, “Vasco da Silveira. A progressão de um fidalgo na Carreira da Índia” in *Descobridores do Brasil...*, op. Cit., pp. 331-352.

<sup>156</sup> Era sobrinho do conhecido fidalgo apoiante da «Ideia Imperial Manuelina», Duarte Galvão. Cf. Sanjay Subrahmanyam, *A Carreira e a Lenda...*, op. Cit., p. 283. Sobre Duarte Galvão veja-se o estudo de Jean Aubin, “Duarte Galvão”, in *Le Latin et L’Astrolabe...*, op. Cit., vol. I, pp.11-48.

<sup>157</sup> Cf. *Ásia*, I, vii, 11. *A Armada da Índia*, op. Cit..

<sup>158</sup> D. Manuel difundiu as notícias sobre a viagem de D. Francisco de Almeida num documento que recebeu o título de *Gesta proxime per portugalenses* (1506) comentado por A. A. Banha de Andrade em *Mundos Novos...*, op. Cit., pp. 433-435.

Com a viagem de 25 de Março de 1505, iniciava-se um novo ciclo na Expansão Portuguesa, pois com a nomeação de D. Francisco de Almeida como vice-rei criava-se o «Estado Português da Índia». Tratava-se de um Estado peculiar, sem um assento territorial, mas tendo como centro o convés de uma nau no mar da Índia<sup>159</sup>. Não admira que, mediante tal demonstração de força e dinamismo por parte de D. Manuel I, esta armada fosse composta por vinte velas, tratando-se da maior esquadra que Portugal enviou à Índia nos reinados do *Venturoso* e de D. João III.

A escolha do capitão-mor não pode ser pensada separadamente da questão da nomeação de D. Francisco de Almeida para vice-rei da Índia. Dizem-nos os cronistas do Oriente que D. Manuel I tinha escolhido o fidalgo Tristão da Cunha<sup>160</sup>, homem de sua confiança e investidor na segunda viagem de Vasco da Gama à Índia<sup>161</sup>. Porém, devido a um acidente ou a uma súbita cegueira, não pôde assumir o cargo que D. Manuel I lhe destinara, recaindo a sua segunda escolha em D. Francisco de Almeida, irmão do 2.º conde de Abrantes. Mais uma vez, esta nomeação só pode ser compreendida no contexto político da corte manuelina, como atrás fica dito.

Quanto aos demais capitães da armada, sabemos que muitos levavam comissões de serviço<sup>162</sup>, por exemplo, Vasco Gomes de Abreu devia andar entre o cabo de Guardafui e o cabo Comorim; João da Nova por capitão-mor de Cambai a; Pêro Ferreira Fogaça ia capitanear a fortaleza de Quíloa<sup>163</sup>.

Na Armada da Índia deveriam ficar D. Fernando de Eça, Fernão Bermudez, Filipe Rodrigues, Gonçalo Vaz Góis, João Homem, Gonçalo de Paiva, Antão Vaz, Lucas da Fonseca e Lopo Chanoca<sup>164</sup>. Lopo Sanches e João

---

<sup>159</sup> Veja-se o capítulo de Joaquim Candeias Silva, “ O «Estado Português da Índia» – um Estado *sui generis*” in *O fundador...*, op. Cit., pp. 132-138.

<sup>160</sup> Cf. *História*, II, 1; *Ásia*, I, viii, 3; *Crónica*, II, 1.

<sup>161</sup> Cf. A. A. Marques de Almeida, *Capitais e capitalistas...*, op. Cit., p. 100.

<sup>162</sup> Sabemos através de João de Barros que as estadias dos oficiais do Estado da Índia passaram a estar regulamentadas, devendo durar três anos. Cf. *Ásia*, I, viii, 3.

<sup>163</sup> Cf. *História*, II, 1. *Lendas*, II, pp. 529-530.

<sup>164</sup> Cf. *A Armada da Índia*, op. Cit.. Os relatos conciliados de Barros e de Gaspar Góis vão de encontro aos dados apurados por José Pissarra na sua dissertação de mestrado. Cf. *Ásia*, I, viii, 3; *Lendas*, II, pp. 520-530.



Serrão levavam nomeações para capitães de duas galés que se haviam de fazer na Índia, presumindo-se que ficariam a assistir D. Francisco de Almeida<sup>165</sup>.

Terão empreendido a torna-viagem os capitães Fernão Soares, Antão Gonçalves e Filipe Rodrigues, pois as naus que comandavam eram propriedade de particulares<sup>166</sup> que não estariam dispostos a empregar as suas embarcações numa estadia muito prolongada. Rui Freire de Andrade foi enviado pelo vice-rei carregar a sua nau em Couvão<sup>167</sup>, o que indica que deveria estar a preparar-se para regressar ao Reino com as especiarias. Por seu turno, Diogo Correia foi enviado a Cochim para abastecer o seu navio, com Antão Gonçalves e Fernão Soares que, como vimos, foram capitães na armada para o Reino<sup>168</sup>.

Por tudo isto, é seguro concluir que a esquadra de Março de 1505 tinha dois objectivos capitais, o primeiro, assegurar o bom funcionamento da Carreira da Índia, daí que cinco dos seus capitães originários tenham efectuado a torna-viagem; o segundo, abastecer o «Estado da Índia» de oficiais, assim onze capitães deviam incorporar a armada do Índico, enquanto que outros dois assumiriam a capitania-mor de armadas que executariam missões de patrulhamento. Por último, Pêro Ferreira Fogaça deveria assumir o governo de Quíloa.

A importância desta armada reflecte-se nos dados sociais que conseguimos apurar, ou seja, nos 35% de fidalgos da Casa Real entre os capitães, aos quais devemos acrescentar uma série de passageiros ilustres como é o caso de Lourenço de Brito, copeiro-mor de D. Manuel I; Manuel de Pessanha, descendente do célebre almirante genovês que veio para Portugal organizar a marinha; D. Álvaro e D. António de Noronha; Pedro Fernandes Tinoco e D. Lourenço de Almeida. A passagem destes fidalgos da Casa Real para a Índia prende-se com a nova relação de Portugal com estas paragens que assumia uma nova densidade e organização, o que explica que todos estes passageiros, mais do

---

<sup>165</sup> Cf. Joaquim Candeias Silva, *O fundador...*, op. Cit., p. 302.

<sup>166</sup> Cf. *Ibidem*, p.102

<sup>167</sup> Cf. GTT, XI, p. 42.

<sup>168</sup> Cf. GTT, XI, p 42. Joaquim Candeias da Silva, *O fundador...*, op. Cit., p. 312.

que os próprios capitães da armada, viessem a desempenhar cargos de grande destaque<sup>169</sup>.

\*

Estatuto		Data: 18/5/1505	
<b>Capitão-mor</b>			
FCR	Pêro de Anhaia		
<b>Capitães</b>			
FCR	Francisco de Anhaia		
FCR	Pêro Barreto Magalhães		
Cavaleiro	João Leite		
Cavaleiro	Manuel Fernandes Meireles		
-	João de Queirós		

A 18 de Maio partia de Lisboa outra armada, capitaneada por Pêro de Anhaia, que tinha como destino a costa oriental africana, mais concretamente Sofala<sup>170</sup>, onde o monarca português planeava construir uma fortaleza. Para a tarefa indigitara o capitão-mor, que nesta viagem ia acompanhado pelo seu filho Francisco que ficou por capitão-mor do mar de Sofala. Três outras embarcações deveriam seguir caminho para a Índia, assim que tivessem terminado os trabalhos da fortaleza, onde lhes esperava o carregamento das especiarias. Nesta viagem há a registar o óbito de dois capitães João Leite e João Queirós, o primeiro morreu em condições trágico-cómicas, vítima de uma pescaria<sup>171</sup>.

Podemos afirmar que esta armada tinha uma tríade de objectivos, a saber: a construção de fortaleza, a vigilância do mar de Sofala, assim como o abastecimento anual de especiarias. Em termos sociais, é preciso referir que a percentagem de fidalgos da Casa Real era de 50%. Sintomaticamente, os indivíduos com estatuto superior estavam destinados a comandar a execução dos objectivos, pois Pêro de Anhaia estava encarregue da construção da fortaleza,

<sup>169</sup> Lourenço de Brito viria a ocupar a capitania de Cananor; Manuel Pessanha a de Angediva; D. Álvaro Noronha seria capitão de Cochim; Pêro Fernandes Tinoco embaixador ao rei de Vijayanagar; e D. Lourenço de Almeida foi capitão-mor do mar da Índia durante o governo de seu pai. Sobre estes capitães veja-se pequeno resumo biográfico que Joaquim Candeias Silva lhes dedica. Cf. *Ibidem*, pp. 111-113. D. Manuel I recomenda no regimento de D. Francisco de Almeida que este tome conselho com Lourenço de Brito e Manuel Pessanha o que demonstra a especial confiança que o monarca depositava nestes dois servidores da Coroa. Cf. IAN/TT, Maço II de *Leis*, n.º 13 “Regimento de capitão-mor que D. Francisco de Almeida levou para a Índia”, 5 de Março de 1505, publ. em *Ibidem*, p. 285.

<sup>170</sup> Sobre a presença portuguesa em Moçambique vejam-se as seguintes obras de Alexandre Lobato, *A expansão portuguesa em Moçambique de 1498 a 1530*. 3 vols., Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954-1960; “Novos subsídios para a história da fundação de Sofala” in *Ciências Históricas e Filológicas*, secção 7, n.º 8, Lisboa, 1950, p. 135-150.

<sup>171</sup> Cf. *História*, II, x. *Ásia*, I, ix, 6.

Francisco de Anhaia da protecção da costa de Sofala e Pêro Barreto Magalhães da armada encarregue da expedição das especiarias.

Estatuto		Data: 19/11/1505	
Capitães			
CCR	Cid Barbudo		
ECR	Pêro Quaresma		

Ainda em 1505, partiram, a 19 de Novembro, dois navios com missão muito específica. Tratava-se de uma armada de Cid Barbudo<sup>172</sup> e Pêro Quaresma que deveriam procurar Francisco de Albuquerque (que partira de Lisboa em 1503) e Pêro de Mendonça (capitão da armada de D. Vasco da Gama de 1502)<sup>173</sup>. Sobre este último havia notícia que se encontrava no Cabo da Boa Esperança com grande parte da sua tripulação. Para esta operação, D. Manuel I destinou dois membros da sua casa, mas de baixa condição.

O projecto de regimento de Cid Barbudo constitui o documento de maior interesse para a análise desta armada. Após a sua leitura, ficamos com a sensação que se trata de uma viagem de reconhecimento e de descobrimento, organizada sobre o pretexto da recolha de naufragos, caso único no reinado do *Venturoso*. De facto, a palavra descobrimento perpassa por toda a instrução, assinalando-se a presença de degredados na armada que, para além, de averiguarem o paradeiro dos dois capitães, também podiam prospectar as terras onde iam sendo deixados.

Uma vez chegado a Sofala, Cid Barbudo deveria entregar uma missiva régia a Pêro de Anhaia a cuja alçada se deveria submeter<sup>174</sup>. Mais tarde, depois de liberto da costa oriental africana, deveria seguir para a Índia, ordenava o rei: “folgaryamos de ydres descobriindo pera o mar ate a terra de Sam Lourenço”<sup>175</sup>.

<sup>172</sup> Embora a maioria das fontes indique que a armada não possuía capitão-mor, não podemos deixar de considerar a existência de um projecto para o regimento de Cid Barbudo, onde se escreve que este seria o capitão-mor de duas embarcações. Cf. IAN/TT, *Leis e regimentos sem data*, m. I, doc. 24, “Regimento de Cid Barbudo”, [1505, Setembro, (?)], publ. em DPMAC, I, p. 266. No relato das crónicas, pressente-se a liderança deste cavaleiro da Casa Real, sobre Pêro Quaresma, escudeiro da casa do rei.

<sup>173</sup> Castanheda refere apenas Pêro de Mendonça, excluindo Francisco de Albuquerque. Cf. *História*, II, xxxiii. Os demais cronistas, referem o resgate dos dois capitães. *Ásia*, I, ix, 6. *Lendas*, I, p. 570. *Crónica*, II, ix.

<sup>174</sup> No entanto, no capítulo 13 do regimento, o rei recomenda que “por este mesmo capitulo mandamos ao dito Pero d’Anhaya que vos nom ocupe salvo quamdo tal e tam estreyta necesydade de vos terver por nos serviço.” DPMAC, I, p. 278.

<sup>175</sup> *Ibidem*, p. 278.

Quanto a Pêro Quaresma, depois de Sofala deveria dirigir-se para Quíloa e aí esperar pela armada de Tristão da Cunha. Nesse compasso de tempo, podia navegar até Mogadoxo e fazer «presas» aos navios de mouros, mas não aos pertencentes ao rei de Melinde<sup>176</sup>.

Cid Barbudo tinha, ainda, uma missão económica importante, pois deveria levar para a Índia o ouro das minas de Sofala, indispensável para a compra do carregamento anual das especiarias<sup>177</sup>.

\*

<b>Estatuto</b>	<b>Data: 6/4/1506</b>
<b>Capitão-mor</b>	
FCR	Tristão da Cunha
<b>Capitães</b>	
FCR	João Gomes de Abreu
FCR	Job Queimado
FCR	Leonel Coutinho
FCR	Álvaro Teles de Barreto
FCR	Tristão Alvares
Fidalgo	Rui Pereira Coutinho
Fidalgo	Rui Dias Pereira
CCR	Álvaro Fernandes

<b>Estatuto</b>	<b>Data: 6/4/1506</b>
<b>Capitão-mor</b>	
FCR	Afonso de Albuquerque
<b>Capitães</b>	
FCR	Francisco de Távora
FCR	Afonso Lopes da Costa
Fidalgo	Manuel Teles Barreto
Cavaleiro	António do Campo

O rei D. Manuel I planeara para o ano de 1506 uma grande ofensiva contra o Império Mameluco, enviando uma missão cujo objectivo principal consistia na perturbação da navegação no mar Vermelho e no estreito da Pérsia, quer através de uma armada que deveria ser capitaneada por Afonso de Albuquerque, quer pela construção de uma fortaleza na ilha de Socotorá<sup>178</sup>, tarefa para a qual nomeara Tristão da Cunha<sup>179</sup>. É legítimo afirmar que, para a realização destes propósitos tão favoráveis ao seu projecto imperial, o *Venturoso*

<sup>176</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 280-282.

<sup>177</sup> Veja-se o capítulo 13 do regimento. *Ibidem*, pp. 278-280.

<sup>178</sup> Sobre Socotorá no século XVI, veja-se Zoltán Biedermann, “Nas pegadas do apóstolo: Socotorá nas fontes europeias dos séculos XVI e XVII”, in *Anais de História de Além-Mar*, I vol., Lisboa, 2000, pp. 287-386.

<sup>179</sup> Cf. *História*, II, xxx. *Ásia*, II, i, 1. *Lendas*, I, p. 660.

escolhera dois fidalgos que lhe eram próximos, partilhando Afonso de Albuquerque do seu «plano da Índia».

Afonso de Albuquerque partiu a segunda vez para o Oriente como capitão-mor do mar Arábico e Pérsia levando «debaixo da sua bandeira» quatro capitães que, uma vez chegados ao Índico, deveriam obedecer às suas ordens.

Depois da realização das tarefas agendadas por D. Manuel I, Tristão da Cunha deveria abastecer os navios para o regresso ao Reino, coisa que, segundo João de Barros, desejava fazer sem grandes demoras<sup>180</sup>. No entanto, os assuntos da Índia prenderam-no por mais tempo do que estava previsto, só tendo regressado a Lisboa em 1508.

Nesta armada participara um número muito elevado de investidores particulares<sup>181</sup> entre os quais três capitães, a saber: o próprio Tristão da Cunha, Rui Dias Pereira e Job Queimado<sup>182</sup>, curiosamente todos fidalgos, facto que desmistifica a ideia de que um armador é um não nobre. O investimento teria sido recompensado pois Banha de Andrade informa-nos que a armada de regresso trouxe 22 a 23 mil quintais de especiaria e drogarias<sup>183</sup>.

Nesta armada de dupla natureza, política e económica, participou um número considerável de fidalgos da Casa Real, sendo que na esquadra de Afonso de Albuquerque a percentagem é de 60%, atingindo níveis um pouco mais elevados na bandeira de Tristão da Cunha com 67%, aos quais se devem juntar 22% de fidalgos para os quais não foi possível apurar se eram membros da Casa Real. A elevada percentagem de fidalguia «debaixo» da bandeira de Afonso de Albuquerque (apenas António do Campo era cavaleiro) compreende-se por se tratar de uma armada de guerra.

---

<sup>180</sup> Cf. *Ásia*, II, i,1.

<sup>181</sup> “O que é de salientar na composição da armada deste ano é que quase todos os navios pertenciam a particulares e tinham sido fretados por D. Manuel para a viagem, com excepção naturalmente dos navios que iam sob a bandeira de Afonso de Albuquerque, que iriam ficar a patrulhar a entrada do mar Vermelho.” Cf. Andreia Martins de Carvalho, “Tristão da Cunha e a Expansão Manuelina” in *A Alta Nobreza...*, op. Cit., p. 211.

<sup>182</sup> Sobre os investidores da armada de 1506 veja-se A. A. Marques de Almeida, *Capitais e Capitalistas...*, op. Cit., p. 104 e A. A. Banha de Andrade, *História de um fidalgo quinhentista...*, op. Cit., pp. 106-108.

<sup>183</sup> Cf. *Ibidem*, p. 105.

\*

<b>Estatuto</b>	<b>Data: 13/4/1507</b>
<b>Capitão-mor</b>	
FCR	Jorge de Melo Pereira
<b>Capitães</b>	
FCR	Henrique Nunes de Leão
-	Gonçalo Carneiro

<b>Estatuto</b>	<b>Data: 13/4/1507</b>
<b>Capitão-mor</b>	
FCR	Fernão Soares
<b>Capitães</b>	
-	Rui da Cunha

<b>Estatuto</b>	<b>Data: 15/4/1507</b>
<b>Capitão-mor</b>	
FCR	Filipe de Castro
<b>Capitães</b>	
FCR	Jorge de Castro

No ano de 1507, D. Manuel I enviou à Índia nada menos do que quatro capitães-mores. As três primeiras armadas comandadas por Jorge de Melo Pereira, Fernão Soares e Filipe de Castro deveriam fazer o carregamento das especiarias<sup>184</sup>. As capitânias-mores eram ocupadas por fidalgos da Casa Real que, no cômputo total, perfaziam cinco em sete capitães.

Para o estudo destas três viagens impõe-se a análise de dois documentos, por um lado, o regimento de Fernão Soares e, por outro, a carta de D. Manuel ao vice-rei, onde o monarca explicava a opção de tripartir a armada. O primeiro, para além dos conselhos de navegação e das ordens logísticas, ressaltava o carácter comercial da armada que só deveria ser renegado, caso a Índia, em especial o capitão de Cochim e o vice-rei, entendessem que as embarcações e os seus capitães seriam necessários para algum socorro militar<sup>185</sup>. No entanto, na carta anteriormente referida, D. Manuel escreveu a D. Francisco de Almeida que “asy avemos por bem que sejam de la despachadas e venham em booa ora. E asy vos encomendamos que as despaches com sua carrega, porque asy o aveemos por nosso serviço”<sup>186</sup>. O monarca considerava mais útil constituir várias armadas,

<sup>184</sup> Cf. *História*, II, xlv; *Ásia*, II, i, 6; *Lendas*, I, p. 783; *Crónica*, II, xiv.

<sup>185</sup> Cf. IAN/TT, *Leis e regimentos sem data*, m. 1, doc. 17, “Regimento dado por el-rei a Fernão Soares”, s.d., publ. em GTT, V, pp. 336-360.

<sup>186</sup> IAN/TT, *Cartas ds Vice-Reis da Índia*, doc. 168, “Carta de D. Manuel para o vice-rei D. Francisco de Almeida”, publ. em Joaquim Candeias Silva, *O fundador...*, op. Cit., p. 339.

cada uma composta por duas e três embarcações, o que diminuía o risco de se perderem, possibilitando ritmos de navegação distintos, cada uma regressando ao reino em momentos diferentes. Mesmo numa típica viagem da Carreira da Índia, cujo principal objectivo era a expedição das especiarias, o rei nomeara uma maioria de fidalgos da Casa Real.

<b>Estatuto</b>	<b>Data: 20 (ou 21)/4/1507</b>
<b>Capitão-mor</b>	
FCR	Vasco Gomes de Abreu
<b>Capitães</b>	
Fidalgo	Martim Coelho
Fidalgo	Diogo de Melo
CCR	Rui Gonçalves de Valadares
Cavaleiro	João Chanoca
-	Lopo Cabral
-	Pedro Lourenço

Vasco Gomes de Abreu, capitão-mor da armada que partiu a 20 ou 21 de Abril, ia nomeado para capitão de Sofala e Moçambique. No seu regimento contavam várias directrizes régias, das quais os cronistas destacam a construção da fortaleza de Moçambique, motivada, entre outras causas, por questões de navegabilidade do Índico, já que aí era costume os navios fazerem «aguada». Rui Gonçalves de Valadares, Pedro Lourenço, João Chanoca e Lopo Cabral, uma vez chegados à costa oriental africana, ficariam sobre as ordens do capitão da fortaleza, devendo impedir o tráfico de ouro para o mar Vermelho e para a Índia protagonizado pelos «mouros de Meca». Martim Coelho e Diogo de Melo, ambos fidalgos, deveriam engrossar a denominada Armada da Índia durante três anos<sup>187</sup>. Mais uma vez, constatamos que os capitães fidalgos estavam destinados às tarefas de maior responsabilidade e os de condição inferior ou, simplesmente, nebulosa, viajavam com funções subalternas.

\*

<b>Estatuto</b>	<b>Data: 5-8/4/1508</b>
<b>Capitão-mor</b>	
FCR	Diogo Lopes de Sequeira
<b>Capitães</b>	
FCR	Jerónimo Teixeira
CCR	João Nunes

<sup>187</sup> Cf. *História*, II, xlv. *Crónica*, II, xiv. João de Barros dá uma versão ligeiramente diferente dos acontecimentos afirmando que Martim Coelho e Diogo de Melo estavam destinados a integrarem a armada do mar Arábico, comandada por Afonso de Albuquerque. Cf. *Ásia*, II, i, 6.

Cavaleiro	Gonçalo de Sousa
-----------	------------------

A primeira viagem de Diogo Lopes de Sequeira ao Índico teve como missão o descobrimento de Malaca e da ilha de S. Lourenço<sup>188</sup>. Esta última, já tinha estado na mira da estratégia manuelina na viagem de Cid Barbudo e Pêro Quaresma e, segundo Fernão Lopes de Castanheda e Gaspar Correia, Tristão da Cunha tinha tido notícia de nela existir prata e gengibre. A viagem tinha um carácter observatório expresso num extenso questionário que incentivava perguntas de carácter comercial, mas também político, cultural e religioso. Desta forma, o comportamento do capitão-mor dever-se-ia guiar pela diplomacia e não pelas actividades militares, o rei recomendava ao capitão-mor: “trabalhaes por vos fazer hir aos nauios, e nelles hos convidardes e lhe dardes das cousas que leuaes pera dar, e em tudo os trautardes ho melhor que se possa fazer, e em tal maneira que todos posam ser de vos e do voso boom gasalhado contentes”<sup>189</sup>. Sobre o aprofundado rol de interrogações que o rei incumbia Diogo Lopes de Sequeira, Banha de Andrade considerou-o como o protótipo do inquérito que os portugueses faziam em missões de descobrimento<sup>190</sup>.

Esta viagem é marcada, em termos sociais, pela existência de dois fidalgos da Casa Real e dois cavaleiros, um dos quais também da casa de D. Manuel. Ainda que as forças se equilibrem, é interessante notar a presença de dois membros da baixa nobreza numa armada de descobrimento. Infelizmente, não existem notícias quanto aos armadores da esquadra, nem se houve forte participação de privados como viria a acontecer, em 1510, na viagem de Diogo Mendes de Vasconcelos também destinada ao descobrimento de Malaca.

<b>Estatuto</b>	<b>Data: 9/4/1508</b>
<b>Capitão-mor</b>	
FCR	Jorge de Aguiar
<b>Capitães</b>	
FCR	Duarte de Lemos
FCR	Francisco Pereira Pestana
FCR	Alvaro Barreto

<sup>188</sup> Cf. *História*, II, xci. *Ásia*, II, iii, 1. *Lendas*, I, p. 971; *Crónica*, II, xx.

<sup>189</sup> IAN/TT, CC-I-6-82, “Regimento de Diogo Lopes de Sequeira”, Almeirim, 13 de Fevereiro de 1508, publ. em CAA, II, p. 417.

<sup>190</sup> Cf. A. A. Banha de Andrade, *Mundos Novos...*, op. Cit., p. 561.



FCR	Tristão da Silva
FCR	Vasco Carvalho
Fidalgo	João Rodrigues Pereira
Fidalgo	Vasco da Silveira
CCR “cavaleiro da guarda do rei”	João Colaço
Nobre	Pêro Correia
Nobre	Diogo Correia
-	Gonçalo Mendes de Brito

No mesmo ano, o rei D. Manuel enviou à Índia mais doze capitães, cujo comandante era Jorge de Aguiar que deveria servir como capitão-mor do mar da Arábia e Pérsia, cargo desempenhado, até então, por Afonso de Albuquerque que o rei mandara suceder a D. Francisco de Almeida no governo da Índia. Segundo Castanheda e Barros, o sota-capitão da armada era o sobrinho de Jorge de Aguiar, Duarte de Lemos<sup>191</sup> que viria a substituir o tio após o seu desaparecimento.

Podemos afirmar, com certeza, que a viagem possuía duas funções, a primeira era renovar a armada do mar Arábico e, a segunda seria a torna-viagem com os habituais produtos do Oriente<sup>192</sup>. As crónicas são unânimes em considerar que Francisco Pereira Pestana partiu com a nomeação de capitão de Quíloa<sup>193</sup>. João Rodrigues Pereira, Álvaro Barreto, Tristão da Silva, Gonçalo Mendes de Brito, João Colaço e Vasco Carvalho, armador da própria nau, regressaram ao Reino, com a carga de especiarias, em 1509. Os restantes capitães integraram os contingentes da Armada da Índia<sup>194</sup>.

Apesar de não termos encontrado quaisquer vestígios sociais para um dos protagonistas desta viagem, podemos concluir que a armada era composta por uma maioria de fidalgos, com a percentagem de pelo menos 50% de membros da Casa Real, o que de certa forma condiz com os objectivos militares da armada e com o forte investimento régio, já que entre os particulares só encontramos

<sup>191</sup> Cf. *História*, II, xci. *Ásia*, II, iii, 1.

<sup>192</sup> Uma carta de Duarte de Lemos para o rei revela-nos um pouco do regimento desta armada, “vii o seu regymento e vii que Vossa Alteza manda nelle que as naos que aviam de hir quaregar sendo caso que chegasem tarde nam perdessem tempo.” IAN/TT, CC- I-7-47, “Carta de Duarte de Lemos ao rei.”, Moçambique, 1508, Setembro, 30, publ. em DPMAC, II, pp. 276-301.

<sup>193</sup> Cf. *História*, II, xci. *Ásia*, II, iii, 1; *Lendas*, I, p. 887, *Crónica*, II, xx.

<sup>194</sup> Estas informações foram retiradas da dissertação de mestrado de José Pissara, *A Armada da Índia...op. Cit...*

Vasco Carvalho, a possibilidade muito interrogada da participação de Job Queimado<sup>195</sup>, e Gonçalo Mendes que capitaneada uma nau de Rui Mendes de Brito<sup>196</sup>.

\*

<b>Estatuto</b>	<b>Data: 12 ou 22/3/1509</b>
<b>Capitão-mor</b>	
FCR Marechal do Reino	D. Fernando Coutinho
<b>Capitães</b>	
FCR	Pêro Afonso de Aguiar
FCR	Francisco de Sá
FCR	Sebastião de Sousa
FCR	Rui Freire de Andrade
FCR	Jorge da Cunha
FCR	Luís Coutinho
FCR	Gomes Freire
FCR	Leonel Coutinho
Fidalgo	Francisco de Sousa, <i>Mancias</i>
CCR	Rodrigo Rebelo
CCR	Brás Teixeira
CCR	Francisco Marecos
ECR	Francisco Corbinelli
Armador	Jorge Lopes, <i>Bixorda</i>
Estrangeiro	Marco, <i>Alemão</i>

A 12 ou 22 de Março de 1509, partia de Lisboa uma grande armada, constituída por dezasseis navios que tinha a particularidade de ser capitaneada pelo mais alto fidalgo que D. Manuel I enviara à Índia até então. D. Fernando Coutinho, marechal do Reino, tinha como principal missão conduzir Afonso de Albuquerque no cargo de governador que, renitentemente, o vice-rei D. Francisco de Almeida se recusava a entregar. Por outro lado, D. Fernando partiu para a Índia com o objectivo de conquistar Calecut.

Mais do que compreender os motivos pelos quais o monarca português nomeou um fidalgo de tão grada nobreza para o comando de uma armada à Índia, é necessário perceber quais as razões que tornavam este posto apetecível ao marechal do Reino. Como explica Vítor Luís Gaspar Rodrigues, com o fim dos conflitos com Castela, assim como das grandes expedições a Marrocos lideradas pelo rei, a organização do exército régio sofreu alguns recuos, nomeadamente, “um acentuado esvaziamento do cargo de Marechal, que tendeu a tornar-se cada

<sup>195</sup> Cf. A. A. Marques de Almeida, *Capitais e Capitalistas...*, op. Cit., p. 106.

<sup>196</sup> Cf. *A Armada da Índia*, op. Cit..

vez mais um posto honorífico”<sup>197</sup>. A viagem era, assim, encarada como uma boa oportunidade para prestar um serviço ao rei e um importante feito de armas, revitalizando-se o cargo e a honra de D. Fernando.

A escolha do marechal do Reino por parte do monarca pode ser compreendida por este se tratar do segundo cargo na hierarquia militar, logo a seguir ao de condestável, com legitimidade para julgar gente de guerra, o que lhe conferia uma grande autoridade, essencial para indigitar Afonso de Albuquerque como governador. Por outro lado, D. Fernando tinha laços familiares com o *Leão dos Mares* o que garantia a D. Manuel I o cumprimento da sua missão<sup>198</sup>.

A segunda incumbência da armada estava associada aos desígnios guerreiros do marechal que esperava submeter Calecut à soberania do rei português. Para tal organizou-se uma grande esquadra, composta por 15 velas e com um elevado número de homens de armas<sup>199</sup>. A importância desta viagem é também testemunhada por mais de metade dos seus comandantes serem fidalgos da Casa Real, aos quais podemos, pelo menos em teoria, juntar Francisco de Sousa, *Mancias* que, a julgar pelas sua rede familiar, seria membro da Casa de D. Manuel I, embora falte comprovação documental.

Para lá da componente militar da armada, não podemos ignorar a sua vertente comercial, com a participação de três privados, que comandavam as suas próprias naus, uma de Jorge Lopes, de alcunha *Bixordas*, outra de um tal Marco, *Alemão*<sup>200</sup> e Francisco Corbinelli que apesar de ostentar o estatuto de escudeiro da Casa Real, não escondia a sua origem florentina e as suas ligações a esta comunidade de mercadores<sup>201</sup>.

---

<sup>197</sup> Cf. Vítor Luís Gaspar Rodrigues, “As Linhagens Secundárias dos Coutinhos e a Construção do Império Manuelino” in João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues (org.), *A Alta Nobreza...*, op. Cit., p. 181.

<sup>198</sup> “Eram primos em segundo grau, descendendo por via materna de D. Álvaro Gonçalves de Ataíde, 1º Conde de Atouguia.” Cf. *Ibidem*, p. 181.

<sup>199</sup> O intervalo fornecido pela cronística é de 3000 a 1660 homens, o primeiro número adiantado por João de Barros e o segundo por Damião de Góis. Cf. *Ásia*, II, iii, 9. *Crónica*, I, xl.

<sup>200</sup> A nau pertencia ao capitão que a comandara até à Índia e a Fernão Chamorro. Cf. CAA, III, pp. 307-308.

<sup>201</sup> Vários documentos publicados nas *Cartas de Afonso de Albuquerque* atestam que a nau pertenceria a Bartolomeu Marchionni. Cf. CAA, IV, pp. 274-275; CAA, VI, pp. 380-381. Sobre estes dois mercadores florentinos vejam-se os estudos de Virgínia Rau, *Um florentino ao serviço da expansão ultramarina portuguesa, Francisco Corbinelli*, Lisboa, Instituto Hidrográfico, 1974; “Notes sur la traite portugaise à la

\*

Estatuto	Data: 12/3/1510
<b>Capitão-mor</b>	
Nobre	Diogo Mendes de Vasconcelos
<b>Capitães</b>	
Fidalgo	Baltasar da Silva
ECR	Pêro Quaresma
Estrangeiro	Dinis Semigi

Depois da armada comandada pelo capitão de mais elevado estatuto social que viajou até à Índia, D. Manuel I enviou Diogo Mendes de Vasconcelos o mais nebuloso dos capitães-mores que partiu para o Oriente com a mesma missão atribuída ao conhecido Diogo Lopes de Sequeira. O descobrimento de Malaca era de novo tentado, agora por uma armada que parece ter sido resultante do investimento exclusivo de particulares<sup>202</sup>.

Seria pois, Diogo Mendes de Vasconcelos, o primeiro não fidalgo a capitanear uma armada até ao Índico? Não nos parece, apesar de não haver qualquer documento que expresse a origem social do capitão, é possível recolher alguns indícios. Diogo Mendes era, segundo Alão de Moraes, filho de Martim Mendes de Vasconcelos, morador da vila de Pinhel, e casou com D. Violante Barbudo<sup>203</sup>. Ou seja, as suas fracas ligações familiares dizem-nos pouco, mas alerta-nos para não cairmos na tentação de o ligarmos aos outros Mendes de Vasconcelos que andaram na Índia.

Nos *Comentários*, Brás de Albuquerque caracteriza Diogo Mendes como um homem altivo, capaz de se ofender com o *Leão dos Mares* pela baixaza das tarefas que este lhe atribuiu. Nas palavras do cronista, Diogo Mendes afirmou que “não se fora por lhe desobedecer, mas que sua honra o obrigara a fazer o que fez; porque sendo ele homem para cousas muito grandes, o mandara como escudeiro em dois batéis socorrer a ilha de Chorão”,<sup>204</sup>. O próprio Afonso de Albuquerque numa carta que escreveu ao rei nota que “Diogo Mendes é bom

---

fin du XV<sup>e</sup> siècle et le florentin Bartolomeo di Domenico Marchionni” in *Bulletin de l'Institut Historique Belge de Rome*, n.º 44, Bruxelles Rome, Institut Historique Belge de Rome, 1974, p. 535-543.

<sup>202</sup> Cf. CAA, VII, pp. 111-112.

<sup>203</sup> Cf. *Pedatura*, vol. II, tomo I, pp. 171-173. Também João de Barros lhe atribuiu a mesma filiação. Cf. *Ásia*, II, v, 8.

<sup>204</sup> Brás de Albuquerque, *Comentários...*, op. Cit., parte III, capítulo xii.

homem e que é avisado e cavaleiro e homem de bom conselho”<sup>205</sup>. Mais tarde acrescenta que o capitão teria aprendido leis em Salamanca<sup>206</sup>, o que nos sugere que pertencia a uma nobreza de serviço, capaz de ascender a graus sociais mais elevados o que talvez justifique o seu desdém pelos escudeiros. Fernão Lopes de Castanheda é o único cronística que atribuiu um estatuto social ao capitão-mor afirmando que este era fidalgo<sup>207</sup>.

Perante tantas incertezas, achámos mais prudente tomá-lo apenas por nobre. O estatuto social da armada não se reflecte só no seu comandante, mas nos demais membros que, como se pode verificar pelo quadro, repartem-se pela fidalguia, pela baixa nobreza e pela condição de estrangeiro, o que de certa forma corresponde à constituição das outras armadas de descobrimento.

Estatuto		Data: 16/3/1510	
<b>Capitão-mor</b>			
FCR	Gonçalo de Sequeira		
<b>Capitães</b>			
FCR	Manuel da Cunha		
Fidalgo	Jorge Nunes de Leão		
CCR	Lourenço Moreno		
N/Nobre	João de Aveiro		
-	Lourenço Lopes		
-	Diogo Lobo de Alvalade		

Quatro dias depois da partida da primeira armada do ano de 1510, fazia-se ao mar Gonçalo de Sequeira, comandante de 7 navios que tinham como missão o carregamento das especiarias<sup>208</sup>. O regimento do capitão-mor<sup>209</sup> é o documento basilar na análise dos objectivos desta armada, pois permite-nos compreendê-los como estes tinham sido projectados em Lisboa pelo rei e os seus colaboradores. Através do regimento somos informados que o monarca ordenava que um dos navios da armada se dirigisse para Sofala para recolher informações sobre a

<sup>205</sup> CAA, I, p. 62. As palavras elogiosas de Albuquerque revestem-se de uma maior importância já que Diogo Mendes e o descobrimento de Malaca entraram em rota de colisão com os projectos do governador para a conquista de Goa, o que gerou conflito com todos os capitães da esquadra que se viram obrigados a integrarem as hostes da Armada da Índia contra a sua vontade e contra o regimento régio, que isentava Diogo Mendes de Vasconcelos dos poderes de Afonso de Albuquerque.

<sup>206</sup> Cf. CAA, I, p. 165.

<sup>207</sup> Cf. *História*, III, xxxiv.

<sup>208</sup> Cf. *História*, III, xxxiv; *Ásia*, II, v, 8. *Lendas*, II, p. 131.

<sup>209</sup> IAN/TT, *Leis e regimentos sem data*, m. I, doc. 18, “Regimento de Gonçalo de Sequeira”, publ. em GTT, V, p.498-520.

fortaleza, assim como resgatar algum ouro para o comércio na Índia. Após a realização desta tarefa o capitão do navio dever-se-ia dirigir, o mais depressa possível, para Moçambique juntando-se à restante armada<sup>210</sup>.

À data da elaboração do regimento, o rei ainda não tinha conhecimento do desaparecimento de Jorge de Aguiar, ordenando que a esquadra fosse a Socotorá, deixando os materiais enviados para a armada do mar Árábico<sup>211</sup>. O rei também ordenava que se fizessem «presas» aos navios dos «mouros de Meca» e aos de Calecut e recomendava que se “achaseis allgumas pessoas e mercadores principaes os leverees convosco e nas naos que em booa ora vierem pera este regno nos trarees três ou quatro delles que saibam da Meca e da Pérsia”<sup>212</sup>, o que significa que D. Manuel I não descorava o bloqueio ao Império Mameluco, nem a ideia de cruzada contra o infiel. A parte final do documento é dedicada ao comércio da Índia, em especial, ao carregamento das especiarias<sup>213</sup>.

Em termos de composição social, devemos destacar a maioria de fidalgos, assim como a identificação de João de Aveiro como não nobre, já que este é apontado como sendo um piloto que assumiu a capitania de um navio, caso único no reinado de D. Manuel I e no de D. João III. Como escreveu João de Barros, o cargo devia ter-lhe sido atribuído “por ser neste mister do mar homem mui suficiente”<sup>214</sup>.

<b>Estatuto</b>	<b>Data: 8/1510</b>
<b>Capitão-mor</b>	
CCR	João Serrão
<b>Capitães</b>	
CCR	Pêro de Sousa
-	Simão Cavaleiro

1510 parece ter sido o ano em que a questão do descobrimento voltou a estar em cima da mesa do despacho do rei, pois para além da viagem a Malaca, em Agosto de 1510, partiu João Serrão, um cavaleiro da casa real, por capitão de três velas que deveriam ir descobrir a ilha de São Lourenço e, se possível,

<sup>210</sup> Cf. *Ibidem*, p.502.

<sup>211</sup> Cf. *Ibidem*, p. 504.

<sup>212</sup> *Ibidem*, p. 505.

<sup>213</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 510-520.

<sup>214</sup> *Ásia*, II, v, 8.

carregar gengibre na ilha de Matatana<sup>215</sup>. Mais uma vez verificamos que para esta viagem de descobrimento foram escolhidos comandantes dentro dos cavaleiros, mesmo Simão Cavaleiro, para quem não detectamos o estatuto, por sugestão do seu nome, talvez pertencesse a este grupo.

\*

Estatuto	Data: 25/3/1511
<b>Capitão-mor</b>	
FCR	D. Garcia de Noronha
<b>Capitães</b>	
FCR	D. Aires da Gama
FCR	Cristóvão de Brito
FCR	Jorge de Brito
FCR	Pêro Mascarenhas
FCR	Manuel de Castro Alcoforado

A 25 de Março de 1511 partiu para a Índia como capitão de seis velas D. Garcia de Noronha. Este sobrinho de Afonso de Albuquerque chegava, pela primeira vez ao Índico, como capitão de algumas das figuras que marcariam, no decurso dos anos seguintes, o Estado português no Oriente. A armada tinha como objectivo o carregamento das especiarias<sup>216</sup>, apesar dos seus capitães se dirigirem para a Índia para aí servirem o rei. Quando chegou a Cochim, D. Garcia de Noronha superintendeu o processo de abastecimento dos navios que fariam a torna-viagem<sup>217</sup>, mas em seguida pôs-se ao serviço do governador, participando no assalto ao passo de Benasterim (1512)<sup>218</sup>, na expedição ao mar Vermelho (1513)<sup>219</sup> e na conquista de Ormuz (1515)<sup>220</sup>. Após a morte do *Terribil* regressou ao Reino<sup>221</sup>.

Apenas Manuel de Castro Alcoforado e D. Aires da Gama terão feito a torna-viagem, em 1512, pois Pêro de Mascarenhas ficou como capitão de Cochim (1512 -1515)<sup>222</sup>; Cristóvão de Brito, em 1512, foi capitão-mor da armada

<sup>215</sup> Cf. *História*, III, lxxi; *Ásia*, II, v, 8; *Crónica*, III, x. Apenas Gaspar Correia dá uma versão diferente dos acontecimentos dizendo que a armada deveria andar no estreito do mar Vermelho. Cf. *Lendas*, II, p. 131.

<sup>216</sup> Cf. *Ásia*, II, vii, 2.

<sup>217</sup> Cf. CAA, I, p. 199.

<sup>218</sup> Cf. CAA, I, p. 113; CAA, II, p. 14.

<sup>219</sup> Cf. CAA, I, pp. 124-125.

<sup>220</sup> Cf. CAA, I, p. 376.

<sup>221</sup> Cf. CAA, I, p. 375.

<sup>222</sup> Cf. CAA, I, p. 69. CAA, VI, pp. 327-328.

a Dabul<sup>223</sup>, regressando ao Reino em 1513<sup>224</sup>; e o seu irmão, Jorge de Brito<sup>225</sup> prolongou a sua estadia participando, em 1515, na conquista de Ormuz<sup>226</sup>. Em termos de análise social, deve-se notar que este é o primeiro ano em que os comandantes da armada eram todos fidalgos da Casa Real.

\*

Estatuto	Data: 25/3/1512
<b>Capitão-mor</b>	
FCR	Jorge de Melo Pereira
FCR	Garcia de Sousa
<b>Capitães</b>	
FCR	Jorge de Albuquerque
FCR	Gonçalo Pereira de Miranda
FCR	Lopo Vaz de Sampaio
FCR	Pêro de Albuquerque
FCR	D. João de Eça
FCR	Jorge da Silveira
FCR	Simão de Miranda de Azevedo
FCR	Francisco Nogueira
FCR	Gaspar Pereira
Cavaleiro	António Raposo de Beja

Na armada de 1512, o rei voltou a optar por dividir a capitania-mor por dois fidalgos da sua Casa. Jorge de Melo Pereira partia nomeado para capitão da fortaleza de Cananor<sup>227</sup>, enquanto Garcia de Sousa deveria ficar na Índia ao serviço do governador. Jorge de Melo capitaneava oito navios, sendo que os outros quatro iam na conserva de Garcia de Sousa<sup>228</sup>. Não obstante, segundo João de Barros, o rei ordenou que os navios não navegassem todos juntos, mas dois a dois, até Moçambique onde se deveria reunir toda a frota, “porque, como as cousas da Índia estavam fracas por a nova que se tinha do estado em que ficava, e per via de Levante tinha el-Rei nova que o Soldão mandava novamente fazer outra armada pera enviar lá, por razão da outra que lhe desbaratou o Viso-Rei D. Francisco, havia suspeita que podiam também haver rumes na Índia”<sup>229</sup>. É neste clima de suspeição que a armada de 1512 é enviada a Índia, provavelmente, com um carácter mais militar que comercial.

<sup>223</sup> Cf. GTT, V, p. 46; Luís de Albuquerque e José da Costa Pereira, “Cartas de «serviços» da Índia” in *Mare Liberum*, Lisboa, n.º 1, 1990, p.373; José Rodrigo de Lima Felner, *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*, Lisboa, Typ. Da Academia Real das Sciencias, 1868, p. 14.

<sup>224</sup> Cf. CAA, I, p. 181. CAA, III, p. 388.

<sup>225</sup> Sobre este capitão veja-se Esther Trigo de Sousa, “Capitães portugueses...” in *op. Cit.*, pp. 183-281.

<sup>226</sup> Cf. CAA, I, p. 376.

<sup>227</sup> Cf. *Ásia*, II, vii, 2.

<sup>228</sup> Cf. *Crónica*, III, xxix. *Relação*, p. 27.

<sup>229</sup> Cf. *Ásia*, II, vii, 2.



A verdade é que esta esquadra composta por 11/12 de fidalgos da Casa Real, desejosos de prestarem serviços militares, ia ao encontro dos planos de Afonso de Albuquerque que se via, em Goa, a mãos com uma contra-ofensiva do Hidalcão que acabou por derrotar no assalto ao passo de Benasterim, por outro lado, no ano seguinte, empreenderia a célebre viagem ao mar Vermelho. Muitos dos capitães da armada de 1512 viriam a participar nestes feitos<sup>230</sup>.

\*

<b>Estatuto</b>	<b>Data: 12-20/3/1513</b>
<b>Capitão-mor</b>	
FCR	João Sousa Lima
<b>Capitães</b>	
FCR	Henrique Nunes de Leão
Fidalgo	Francisco Correia

Entre 12 e 20 de Março do ano treze de mil e quinhentos partiu de Lisboa nova armada destinada à Índia. Depois da grande frota de doze navios, D. Manuel I enviava apenas três velas, comandadas por João Sousa Lima, acompanhado por dois fidalgos: Henrique Nunes de Leão e Francisco Correia, que acabaria por morrer no decorrer da viagem<sup>231</sup>.

Quando chegou a Goa, o governador requisitou o capitão-mor para o socorro a esta fortaleza. Pouco mais sabemos sobre a sua estadia no Oriente, mas tudo indica que regressou ao Reino, em 1514, como capitão-mor da torna-viagem<sup>232</sup>, o que nos leva a concluir que a armada teria como principal móbil a ligação anual entre Lisboa e o Oriente. Quanto à constituição social dos comando, como poderemos observar no quadro da armada, ela era composta por fidalgos, provavelmente todos membros da Casa Real, ainda que este facto só tenha sido apurado para João Sousa de Lima e Henrique Nunes de Leão.

\*

<sup>230</sup> Nestas empresas participaram Garcia de Sousa, Jorge de Albuquerque, Gonçalo Pereira de Miranda, Lopo Vaz de Sampaio, Pêro de Albuquerque, D. João de Eça, Jorge da Silveira e António Raposo de Beja. Cf. CAA, I, p. 102, 113, 140-141, 206, 210-211, 376. CAA, II, pp. 11, 12, 13, 19, 20, 23, 30. CAA, V, p. 379. Francisco Nogueira e Gaspar Pereira só participaram no assalto ao paço de Benastesrim. Cf. CAA, I, p. 113. CAA, II, p. 12. Apenas Jorge de Melo Pereira e Simão de Miranda não participaram em nenhum destes empreendimentos de Afonso de Albuquerque por, o primeiro, ter ficado por capitão de Cananor, e, o segundo, por capitão de Sofala.

<sup>231</sup> Cf. *História*, III, cxvi; *Ásia*, II, ciii, 6. *Lendas*, II, p. 361.

<sup>232</sup> Cf. CAA, I, p. 318.

Estatuto	Data: 9/4/1514
<b>Capitão-mor</b>	
FCR	Cristóvão de Brito
<b>Capitães</b>	
FCR	Manuel de Melo
FCR	Francisco Pereira Coutinho
CCR	João Serrão
-	Luís Dantas

Sobre esta armada pouco podemos referir, apenas que o capitão-mor Cristóvão de Brito não estava nomeado para fazer a torna-viagem, mas sim para permanecer na Índia, enquanto Francisco Pereira Coutinho e Manuel de Melo regressaram ao Reino em Dezembro de 1514<sup>233</sup>. Luís Dantas foi o primeiro a chegar à costa oriental africana, onde carregou, em Moçambique, cobre e marfim<sup>234</sup>. Após a sua chegada à Índia, foi despachado para Cambaia a fim de vender mercadorias e trazer outras<sup>235</sup>. Em Dezembro, enquanto se preparava a viagem de regresso a Portugal, foi despachado de Goa para Diu<sup>236</sup>. Não deixa de ser curioso que o capitão com estatuto indistinto foi o que teve uma prestação mais comercial entre os comandantes da frota. Por seu turno, João Serrão, cavaleiro da Casa Real, fora à Índia para proceder ao reconhecimento do Mar Vermelho até ao Suez, ou seja, cumpria uma missão de prospecção que se enquadrava na linha das suas prestações de 1505 e 1510.

Com Cristóvão de Brito regressava um embaixador do rei de Ormuz que tinha vindo ao Reino propor algumas contrapartidas a D. Manuel I, que ainda negociava a construção de uma fortaleza. Por outro lado, o enviado aproveitara para pagar o tributo que lhe fora imposto por Afonso de Albuquerque, no valor de 15 mil xerafins<sup>237</sup>.

Estatuto	Data: 6 ou 7/1514
<b>Capitães</b>	
CCR	Luís Figueira
Estrangeiro?	Pedro Eanes, <i>Francês</i>

<sup>233</sup> Cf. CAA, I, p. 344. DPMAC, III, pp 506, 510.

<sup>234</sup> Cf. CAA, I, pp. 265-266, 268.

<sup>235</sup> Cf. CAA, IV, p. 189.

<sup>236</sup> Cf. CAA, I, p. 356.

<sup>237</sup> Cf. *Ásia*, II, x, 2.

Em Junho ou Julho de 1514, D. Manuel I enviava ao Oriente nova armada destinada à ilha de S. Lourenço, desta feita não para se proceder ao seu descobrimento, mas para aí construir uma feitoria<sup>238</sup>. Para esta missão enviou dois navios capitaneados por Luís Figueira, cavaleiro da casa D’el-rei, e Pedro Eanes, de alcunha o *Francês*, que também servia de piloto. Seguindo a indicação do seu nome e perante a inexistência de qualquer referência à sua genealogia e ao seu estatuto, é possível considerar que se trate de um capitão de origem estrangeira.

O desejo de implantação comercial nessa zona justificava-se por ser rica em gengibre. Porém, no seu principal porto, Matatana, existia uma comunidade de muçulmanos oriundos da costa de Melinde que dificultaram a execução da tarefa ordenada a Luís Figueira que permaneceu na ilha durante seis meses, sem qualquer sucesso, acabando a população por se levantar contra ele, obrigando-o a fugir para Moçambique, onde encontrou o seu companheiro de viagem Pedro Eanes. No tempo que esteve em S. Lourenço fez algumas viagens de reconhecimento geográfico identificando um bom porto a que deu o nome de Sto. António<sup>239</sup>.

\*

<b>Estatuto</b>	<b>Data: 7/4/1515</b>
<b>Capitão-mor</b>	
FCR	Lopo Soares de Albergaria
<b>Capitães</b>	
FCR	D. Gutierre de Monroy
FCR	Simão da Silveira
FCR	Jorge de Brito
FCR	Cristóvão de Távora
FCR	Alvaro Barreto
FCR	Francisco de Távora
FCR	D. João da Silveira
FCR	Jorge Mascarenhas
FCR	D. Garcia Coutinho
FCR	Alvaro Teles Barreto
Nobre	Simão de Alcáçova
Nobre	Diogo Mendes de Vasconcelos

Em 1515, fazia precisamente dez anos sobre a primeira armada que levara como capitão-mor o representante da autoridade régia, inaugurando-se o denominado «Estado Português da Índia». Agora, a Lopo Soares de Albergaria

<sup>238</sup> Cf. DPMAC, III, p. 508.

<sup>239</sup> Cf. *Ásia*, III, i, 1.

esperava a difícil tarefa de substituir o *Terribil*. Sobre as causas que motivaram a nomeação do novo governador debruça-se, com muito interesse, a historiografia da Expansão Portuguesa. As razões mormente apontadas relacionam-se, mais uma vez, com a oposição ao projecto manuelino que na corte tinha o seu principal representante na figura do barão do Alvito. Como demonstrou Alexandra Pelúcia, este titular terá tido uma forte participação na organização da armada já que muitos dos seus capitães ou ilustres viajantes estão a ele associados<sup>240</sup>.

As treze velas, que constituíam a maior armada enviada ao Oriente desde 1509<sup>241</sup>, eram capitaneadas por indivíduos que formaram o *staff* governativo de Lopo Soares de Albergaria. Sabemos que com a chegada da nova armada foram substituídos os capitães das principais fortalezas, a saber: Cristóvão de Távora substituiu Sancho de Tovar, em Sofala; D. Guterre de Monroy, D. João de Eça em Goa; Simão da Silveira, Jorge de Melo Pereira em Cananor; Álvaro Teles, Francisco Nogueira em Calecut; Diogo Mendes de Vasconcelos, Pêro Mascarenhas em Cochim; Jorge de Brito, Jorge de Albuquerque em Malaca<sup>242</sup>.

Apesar de Lopo Soares representar a ala mais «liberal» na execução do plano da Índia, D. Manuel I tentou impor-lhe um regimento que continuasse o trabalho desenvolvido por Albuquerque, não descurando o plano imperial que implicava a luta contra o infiel e a aliança com o Preste João. Assim sendo, enviou o velho fidalgo Duarte Galvão como embaixador à Abissínia, acompanhando o regresso de Mateus, o emissário da rainha Helena ao monarca português<sup>243</sup>. Entre as directrizes régias também se contava o ataque ao mar Vermelho, insistindo-se no bloqueio ao comércio muçulmano-veneziano.

Como ficou claro, os capitães da armada de 1515 não deveriam fazer a torna-viagem, pelo contrário, eram enviados para renovar «o sangue» da Índia, já

---

<sup>240</sup> Os capitães ou fidalgos que partiram para a Índia, em 1515, com laços familiares ao barão do Alvito eram: o próprio capitão-mor, D. Aleixo de Meneses (que mais tarde seria nomeado pelo seu tio e governador capitão-mor do mar da Índia), D. Guterre de Monroy, Simão da Silveira, D. João, D. Álvaro e D. Diogo da Silveira. Cf. Alexandra Pelúcia, “A Baronia do Alvito...”, *op. Cit.*, pp. 294-295.

<sup>241</sup> Repare-se que esta armada, composta por 16 embarcações, era capitaneada pelo marechal do Reino D. Fernando Coutinho sendo, como vimos, uma armada com certas particularidades.

<sup>242</sup> Cf. *Ásia*, III, i, 1. *Lendas*, II, pp. 668-469. *Crónica*, III, lxxxvii.

<sup>243</sup> Cf. *História*, III, cliii. *Ásia*, III, i, 2. *Lendas*, II, pp. 464-465. *Crónica*, III, lxxxvii.

que, como escreveu João de Barros, tinham partido “va grande camada de fidalgos e cavaleiros, que naquele tempo eram a frol da Índia, criados na escola do Viso-Rei D. Francisco de Almeida e de Afonso de Albuquerque, em cujo tempo os homens tinham per honra os meios per que se ela ganha, e não tratos per que se aquire fazenda”<sup>244</sup>. Estava pois inaugurado um novo ciclo no governo da Índia.

\*

<b>Estatuto</b>	<b>Data: 4/4/1516</b>
<b>Capitão-mor</b>	
FCR	João da Silveira
<b>Capitães</b>	
FCR	António de Lima
FCR	Afonso Lopes da Costa
FCR	Garcia da Costa
Fidalgo	Francisco de Sousa, <i>Manciais</i>

Após o esforço realizado para organizar a armada de Lopo Soares de Albergaria, D. Manuel enviou uma frota com dimensões mais reduzidas, sendo composta por cinco fidalgos, sendo que quatro deles pertenciam à Casa Real, não se conseguindo apurar se o mesmo ocorria com Francisco de Sousa, *Mancias*.

Mais uma vez, verificamos que nenhum dos capitães estava destinado a regressar ao Reino com a carga de especiarias, todos iam cumprir comissões no Oriente, o que não significa que a viagem não tivesse um cunho comercial, pelo contrário, sabemos que três das embarcações eram de mercadores e apenas duas pertenciam à Coroa<sup>245</sup>. O que se afere é que a Carreira da Índia passara a ser mais metódica, transportando os novos oficiais do rei que aí iam cumprir a sua comissões que, em média, duravam três anos, regressando, na torna-viagem, os fidalgos que tinham «terminado o seu tempo».

Castanheda informa-nos que, mal chegou a Moçambique, João da Silveira recebeu recado do governador para que se juntasse a ele no estreito do mar Vermelho. Porém, devido a um temporal, foi obrigado a invernar em Quíloa<sup>246</sup>. Quando chegou, finalmente, à Índia encontrou Goa em dificuldades com o

<sup>244</sup> *Ásia*, III, i, 1.

<sup>245</sup> Cf. A. A. Marques de Almeida, *Capitais e Capitalistas...*, op. Cit., p. 110.

<sup>246</sup> Veja-se a carta que o capitão-mor escreveu ao rei D. Manuel I onde relata a sua viagem e explica as razões que o levaram a invernar. Cf. DPMAC, V, pp. 24-30.

tanadar de Pondá<sup>247</sup>, origem de nova ofensiva do Hidalcão<sup>248</sup> que só saiu frustrada graças ao socorro de António de Saldanha<sup>249</sup> que partira, entretanto, do Reino a 9 de Abril de 1517.

\*

Estatuto	Data: 9/4/1517
<b>Capitão-mor</b>	
FCR	António de Saldanha
<b>Capitães</b>	
FCR (escudeiro-fidalgo)	Manuel de Lacerda
FCR	D. Tristão de Meneses
FCR	Rafael Catanho
ECR	Pêro Quaresma

António de Saldanha, veterano da Índia, partiu para o Oriente com o importante cargo de capitão-mor do mar da Índia, tendo como principal missão «andar em armada» na costa da Arábia e nas portas do mar Vermelho<sup>250</sup>. Esta atribuição de tarefas tem um duplo significado, pois, não só esta era uma das funções mais importantes para a execução do projecto manuelino, como a nomeação para o segundo cargo na hierarquia do Estado da Índia de um fidalgo com provas dadas de fidelidade a esse mesmo projecto, servia para enfraquecer os poderes do governador. Porém, Lopo Soares tentou contornar a situação, uma vez que D. Aleixo de Meneses, seu sobrinho, desempenhava, desde a sua chegada à Índia, as funções de capitão-mor do mar da Índia. Dizem-nos Castanheda e Gaspar Correia, que a situação desagradou o capitão-geral<sup>251</sup>, mas este rapidamente pluralizou o lugar de número dois da Índia atribuindo «poderes de governador» a D. Aleixo, que deveria resolver alguns conflitos na fortaleza de Malaca<sup>252</sup>.

Quanto aos demais capitães, sabemos que Manuel de Lacerda, também veterano da Índia, ia nomeado capitão de Calecut, cargo que só veio a assumir,

<sup>247</sup> Cf. *História*, IV, xviii. *Ásia*, III, i, 7. *Lendas*, II, xlvii.

<sup>248</sup> Cf. *História*, IV, xxi.

<sup>249</sup> Cf. *Ásia*, III, i, 8.

<sup>250</sup> Cf. *Ásia*, III, i, 10.

<sup>251</sup> Cf. *História*, IV, xxvi. *Lendas*, II, p. 532.

<sup>252</sup> Cf. *História*, IV, xxxiii. *Ásia*, III, i, 9. *Lendas*, II, pp. 523, 537.

em 1519, permanecendo no comando da capitania até 1522<sup>253</sup>, data em que regressou ao Reino. Pêro Quaresma, outro capitão muito experimentado nas lides do Oriente, ia para feitor de Cochim<sup>254</sup>. D. Tristão era primo co-irmão de D. Aleixo de Meneses, tendo passado a actuar sob a sua alçada o que se deve entender mais como uma consequência das redes parentais do que do regimento D’el-rei<sup>255</sup>.

<b>Estatuto</b>	<b>Data: 4/1517</b>
<b>Capitão-mor</b>	
FCR	Fernão de Alçada
<b>Capitães</b>	
Fidalgo	Afonso Henriques de Sepúlveda
-	João de Torres

D. Manuel estava decidido a coarctar os poderes de Lopo Soares enviando Fernão de Alçada como vedor da fazenda do Estado da Índia, com isenção em relação ao governador, com alçada sobre Sofala até à China<sup>256</sup>. Tratava-se de uma nítida tentativa de separar o poder económico do poder político e judicial, o que, naturalmente, desagradou o sucessor de Afonso de Albuquerque. Foi tal a sua discórdia, que Fernão de Alçada foi obrigado a fazer a torna-viagem, como capitão de uma das naus, ainda no ano de 1517<sup>257</sup>.

Quanto aos dois outros capitães da armada, Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso e António Lopes, apuraram que os seus navios se destinavam às Molucas<sup>258</sup>. Ambas as embarcações eram de armadores, ao contrário da do capitão-mor que pertencia à Coroa. Castanheda adianta que um dos navios era de

<sup>253</sup> Cf. Alexandra Pelúcia, “Manuel de Lacerda, guerreiro e náufrago” in *A Nobreza e a Expansão...*, op. Cit., pp. 268-269.

<sup>254</sup> Cf. *Ásia*, III, i, 10. *Lendas*, II, p. 351.

<sup>255</sup> Veja-se sobre aos Meneses de Cantanhede e a organização parental com que actuaram na Expansão Portuguesa, o nosso estudo “Os Meneses de Cantanhede e o Projecto Manuelino” in *A Alta Nobreza...*, op. Cit., pp. 75-99; e o artigo de Cátia Carvalho, Marta Furtado, Pedro Urbano e Tiago Valente, “Os Meneses de Cantanhede na construção do Estado da Índia durante o governo de D. Henrique de Meneses” in *D. João III...*, op. Cit., pp. 297-306; no mesmo volume o trabalho de João Paulo Oliveira e Costa, “A estrutura de comando do Estado da Índia durante o governo de D. Henrique de Meneses”, pp. 307-318.

<sup>256</sup> Cf. José Manuel Correia, *Os Portugueses...*, op. Cit., p. 309.

<sup>257</sup> Cf. *Ásia*, III, I, 10.

<sup>258</sup> Cf. *As Armadas da Índia*, p. 97.

D. Nuno Manuel e o outro de Duarte de Tristão<sup>259</sup>, frequentes investidores na armada da Índia<sup>260</sup>.

\*

Estatuto	Data: 27/3/1518
<b>Capitão-mor</b>	
FCR	Diogo Lopes de Sequeira
<b>Capitães</b>	
FCR	Rui de Melo, <i>Punho</i>
FCR	D. Aires da Gama
FCR	Garcia de Sá
FCR	D. João de Lima
FCR	Sancho de Tovar
FCR	João Lopes Alvim
CCR	João Gomes, <i>Cheira-Dinheiro</i>
Armador	Pêro Paulo Marchionni
-	Lopo Cabreira

Em 1518, partiu nova armada para o Oriente capitaneada pelo novo governador da Índia, Diogo Lopes de Sequeira, que já tinha feito a travessia do Atlântico e do Índico havia dez anos. Do seu regimento constava a construção de uma fortaleza em Diu, o descobrimento da ilha de Maçua e o envio de um novo embaixador ao Preste João, objectivos que se reflectiam na preparação da armada, bem fornecida de artilharia, de homens de armas<sup>261</sup> e de fidalgos da Casa Real nos comandos dos navios, já que 70% dos capitães pertenciam a este foro.

O modelo da armada de 1515 parece repetir-se, pois Rui de Melo estava nomeado para capitão da fortaleza de Goa, D. Aires da Gama para a de Cananor, Garcia de Sá haveria de ocupar a de Malaca, D. João de Lima a de Calecut e Sancho de Tovar a de Sofala. Por seu turno, Lopo Cabreira, que no tempo do vice-rei fora feitor de Cananor<sup>262</sup>, estava nomeado alcaide-mor de Malaca<sup>263</sup>. João Gomes, com a *sui generes* alcunha de *Cheira-Dinheiro* foi despachado por Diogo Lopes para as ilhas Maldivas, onde construiu a primeira casa forte portuguesa, acabando por morrer às mãos dos mouros<sup>264</sup>. Mais uma vez verificamos que para as zonas mais periféricas, de interesse inferior para a

<sup>259</sup> Cf. *História*, IV, xxvi. Marques de Almeida também os indica como investidores na armada de 1517. Cf. A. A. Marques de Almeida, *Capitais e Capitalistas...*, op. Cit. p. 110.

<sup>260</sup> D. Nuno Manuel investiu na armada de 1506, 1517, 1519. Duarte Tristão e o seu filho Vicente Gil nas de 1517, 1519, 1524, 1525, 1526, 1528, 1532, 1536, 1540. Cf. *Ibidem*, p. 104, 110-115, 117, 119, 121.

<sup>261</sup> Cf. *História*, IV, xlv. *Lendas*, II, p. 556.

<sup>262</sup> Cf. CAA, II, p. 389. CAA, III, p.180. Joaquim Candeias Silva, *O fundador...*, op. Cit., p. 309.

<sup>263</sup> Cf. *Ásia*, III, iii, 1.

<sup>264</sup> Cf. *Ásia*, III, iii, vii.



presença portuguesa, são enviados homens de menor estatuto social, de tal forma, que muitas vezes não deixam sobre isso qualquer memória.

Pêro Paulo Marchionni era filho do conhecido Bartolomeu Marchionni<sup>265</sup>, um dos vários investidores da armada desse ano. Por navegar num navio pertencente a seu pai e não havendo qualquer vestígio da sua permanência na Índia, somos levados a pensar que integrou a viagem de regresso ainda no ano de 1518.

\*

Estatuto	Data: 23/4/1519
<b>Capitão-mor</b>	
FCR	Jorge de Albuquerque
<b>Capitães</b>	
FCR	Rafael Catanho
FCR	Diogo Fernandes de Beja
FCR	Cristóvão de Mendonça
FCR	Lopo de Brito
FCR	Pêro da Silva
FCR	Manuel de Sousa
FCR	D. Diogo de Lima
FCR	D. Luís Gusmão (castelhano)
FCR	Francisco da Cunha
FCR	Rafael Perestrelo
Nobre	Dr. Pêro Nunes
Armador	Gonçalo Rodrigues Correia
-	João Rodrigues de Almada

A armada de Jorge de Albuquerque, curiosamente maior do que a do novo governador, era composta por 14 velas comandadas por 79% de capitães fidalgos da Casa Real. O capitão-mor ia provido na capitania de Malaca, substituindo Afonso Lopes da Costa, cargo que tinha desempenhado no tempo do governo de seu tio, Afonso de Albuquerque<sup>266</sup>. Com o envio do Dr. Pêro Nunes para vedor da fazenda, isento no cível e crime do governador e com tutela sobre a fazenda<sup>267</sup>, D. Manuel I tentava implantar a mesma medida que ensaiara com Fernão de Alcaçova; desta feita o representante dos interesses económicos do rei não seria recambiado para o Reino.

Os capitães Diogo Fernandes de Beja, Lopo de Brito, Rafael Catanho e Rafael Perestrelo iam nomeados para diversos cargos, respectivamente, para a capitania que se havia de construir em Diu, para capitão do Ceilão e os dois

<sup>265</sup> Cf. *História*, IV, xliii; *Ásia*, III, iii, 1; *Lendas*, II, p. 556.

<sup>266</sup> Cf. *História*, V, xv; *Ásia*, III, iii, 9; *Lendas*, II, p. 574; *Crónica*, I, xxxvi.

<sup>267</sup> Cf. *História*, V, xv; *Ásia*, III, iii, 9; *Lendas*, II, p. 574; *Crónica*, I, xxxvi.

últimos para irem à China<sup>268</sup>. Segundo João de Barros, Pêro da Silva haveria de andar por «capitão do trato» entre Cohim e Ormuz<sup>269</sup>.

D. Luís de Gusmão, fidalgo castelhano, e D. Diogo de Lima nunca chegaram a ver o Índico ainda que por razões bastante diversas. D. Diogo arribou ao Reino, partindo no ano seguinte na armada de Jorge de Brito, enquanto que D. Luís, que capitaneava um galeão, foi empurrado para o Brasil<sup>270</sup>. Também o capitão Manuel de Sousa encontrou o infortúnio nesta viagem, vindo a morrer com mais 40 homens em Quíloa<sup>271</sup>.

Em 1534, um Francisco da Cunha escreveu ao rei para que este lhe fizesse alguma mercê pois servia-o na Índia havia quinze anos<sup>272</sup>. Parece-nos que o redactor desta carta era o capitão da armada de 1519 que terá permanecido no Oriente. As duas personagens menos conhecidas da armada são Gonçalo Rodrigues Correia e João Rodrigues de Almada. Sobre o primeiro sabemos que participou na armada de D. Duarte de Meneses como armador da nau que capitaneava<sup>273</sup>. Por dedução, julgamos que era esta a sua condição na viagem de 1519. Por último, Cristóvão de Mendonça, fidalgo da Casa de D. Manuel I, abriu um precedente no que diz respeito às denominadas viagens de descobrimento, pois, em 1522, foi capitão-mor de armada incumbida de descobrir a ilha do Ouro<sup>274</sup>. No entanto, é preciso notar que este descobrimento estava associado a uma política de reforço das zonas para lá da Taprobana, particularmente urgente desde 1519 com a penetração dos castelhanos no Índico<sup>275</sup>.

\*

<sup>268</sup> Cf. *História*, V, xv; *Lendas*, II, p. 574; *Crónica*, I, xxxvi.

<sup>269</sup> Cf. *Ásia*, III, iii, 9. Gaspar Correia dá-nos uma versão muito diferente das suas funções, dizendo que este Pêro da Silva que, como vimos era fidalgo da Casa Real, estava nomeado capitão e feitor das mercadorias e drogas para o casamento da rainha D. Leonor. Cf. *Lendas*, II, p. 574.

<sup>270</sup> João de Barros conta com pormenor as peripécias deste capitão que terminam com a sua prisão em Castela por actos ilícitos Cf. *Ásia*, III, iii, 9.

<sup>271</sup> Cf. *Crónica*, VI, xxxvi.

<sup>272</sup> Cf. GTT, X, p. 172.

<sup>273</sup> Cf. *Ásia*, III, vii, 1.

<sup>274</sup> Cf. DPMAC, VI, p. 96.

<sup>275</sup> “No derradeiro ano do seu governo Diogo Lopes de Sequeira que até aí se ocupara sobretudo de Cambaia, de Ormuz e do Mar Roxo, despachou uma série de expedições para além da Taprobana.” Luís Filipe Thomaz, “Os Portugueses e o Mar de Bengala na Época Manuelina” in *De Ceuta...*, op. Cit., p. 457.

<b>Estatuto</b>	<b>Data: 6/4/1520</b>
<b>Capitão-mor</b>	
FCR	Jorge de Brito
<b>Capitães</b>	
FCR	Rui Vaz Pereira
FCR	Gaspar da Silva
FCR	Pêro Lopes de Sampaio
FCR	Pêro Lourenço de Melo
FCR	Lopo de Azevedo
FCR	D. Diogo de Lima
Fidalgo	Manuel de Sousa Tavares
CCR	André Dias
Armador	Pêro Paulo Marchionni

A armada de 1520 surgiu num contexto de política internacional, tratando-se de uma resposta à notícia da viagem de Fernão de Magalhães que, ao serviço de Carlos V, tentava alcançar as Molucas pela via ocidental<sup>276</sup>. Em resposta, D. Manuel I enviou Jorge de Brito como capitão-mor de uma frota que tinha como principal missão a construção de uma fortaleza nestas ilhas<sup>277</sup>. O monarca dotou a empresa de homens de armas, artilharia e munições, assim como, nomeou os oficiais que deveriam servir no dito forte. Castanheda relata-nos o grande secretismo que envolvia esta delegação ao Oriente, espalhando-se o boato que Jorge de Brito ia construir uma fortaleza em Samatra<sup>278</sup>.

Porém, esta era a missão do capitão-mor, estando os demais comandos da armada destinados a outros serviços, a saber: Gaspar da Silva estava nomeado capitão de Chaul; Pêro Lopes de Sampaio, capitão da fortaleza que se deveria construir nas ilhas Maldivas; André Dias estava incumbido de fazer o carregamento das especiarias<sup>279</sup>; enquanto Pêro Lourenço de Melo tinha recebido a mercê de uma viagem para a China; Manuel de Sousa Tavares e Rui Vaz Pereira estavam destinados a ingressar na Armada da Índia<sup>280</sup>. O infelizmente D. Diogo de Lima arribou uma vez mais ao Reino<sup>281</sup> não conseguindo, pela segunda vez consecutiva, abordar o Índico, tarefa que viria a realizar no ano seguinte, na

<sup>276</sup> Sobre a disputa das Molucas veja-se o trabalho de Luís Filipe Thomaz, "Maluco e Malaca" in *De Ceuta...*, op. Cit., pp. 537-566.

<sup>277</sup> Sobre Jorge de Brito e as Molucas veja-se o artigo de Esther Trigo de Sousa, "Capitães portugueses..." in op. Cit., pp. 183-281.

<sup>278</sup> Cf. *História*, V, xxxiv. De facto, no *Registo da Casa da Índia*, é possível verificar que recebeu a mercê da capitania que se havia de construir em Samatra. Cf. *Registo*, I, p. 13.

<sup>279</sup> João de Barros especifica dizendo que devia «feitorizar» a compra da pimenta que se devia trazer, naquele ano, para o Reino. Cf. *Ásia*, III, iv, 7.

<sup>280</sup> Cf. *História*, V, xxxiv; *Ásia*, III, iv, 7.

<sup>281</sup> Cf. *Lendas*, II, p. 609; *Relação*, p. 36.

armada de D. Duarte de Meneses. Quanto a Lopo de Azevedo, integrou o serviço do governador Diogo Lopes de Sequeira acompanhando-o, em Dezembro de 1521, na armada a Ormuz<sup>282</sup>. O capitão Pêro Paulo comandaria um navio pertencente a seu pai Bartolomeu Marchiomi, um dos investidores da armada desse ano<sup>283</sup>.

Em termos sociais verifica-se, mais uma vez, uma percentagem muito alta de fidalgos da Casa Real nos comandos da armada (mais de 70%), salientando-se a possibilidade de Manuel Sousa Tavares também pertencer a este foro. Por outro lado, André Dias, que tinha uma missão comercial, pertencia aos escalões mais baixos da nobreza, enquanto que Pêro Paulo seria o único não nobre.

\*

Estatuto		Data: 5/4/1521	
<b>Capitão-mor</b>			
FCR	D. Duarte de Meneses		
<b>Capitães</b>			
FCR	D. Luís de Meneses		
FCR	João de Melo e Silva		
FCR	Francisco Pereira Pestana		
FCR	Martim Afonso de Melo Coutinho		
FCR	D. Diogo de Lima		
FCR	D. João de Lima		
FCR	Diogo de Sepúlveda		
FCR	D. João Silveira		
FCR	Sebastião de Sousa		
Armador	Vicente Gil		
Armador	Gonçalo Rodrigues Correia		

Acerca desta armada e da governação de D. Duarte de Meneses, seguimos o estudo de João Paulo Oliveira e Costa que tentou colmatar a falta de análises para este período, questionando a forma depreciativa como a crónica tende a caracterizá-lo<sup>284</sup>.

Segundo o autor, a armada e a nomeação de D. Duarte para governador procurou consolidar a “segunda vaga da expansão portuguesa na Ásia” que tinha como principais linhas o estrangulamento do comércio muçulmano em Samatra, nas Maldivas, no Guzerate, no Mar Vermelho e no Ceilão, a extensão das

<sup>282</sup> Cf. DPMAC, VI, p. 92.

<sup>283</sup> Cf. A. A. Marques de Almeida, *Capitais e Capitalistas...*, op. Cit., p. 112.

<sup>284</sup> João Paulo Oliveira e Costa, “Duarte de Meneses and the Government of India (1521-1524)” in *Indo-Portuguese History: Global Trends*, Goa, ISIPH/CHAM, 2005, pp. 95-115.

fortalezas portuguesas à China, o estabelecimento em Madagáscar e a aliança com o Preste João<sup>285</sup>.

Para a execução do projecto manuelino, D. Duarte fez-se acompanhar pelo seu irmão, D. Luís de Meneses que levava a capitania-mor do mar da Índia. A maioria dos capitães da armada partia com nomeação para o comando de capitánias: João de Melo e Silva ia para Couilão; D. João de Lima para Calecut; Francisco Pereira Pestana tinha a mercê da capitania de Goa; D. João da Silveira o comando de Cananor; Diogo de Sepúlveda ia para Sofala e Sebastião de Sousa deveria ficar por capitão da ilha de S. Lourenço, explorando o comércio do gengibre. Martim Afonso de Melo Coutinho ia indigitado capitão-mor de uma armada à China<sup>286</sup>. Por último, Gonçalo Rodrigues Correia e Vicente Gil na qualidade de armadores das próprias naus, deveriam regressar da Índia com os produtos do Oriente<sup>287</sup>.

D. Duarte de Meneses, como capitão-mor da Carreira da Índia, abriu o precedente de nos comandos das armadas encontrarmos o herdeiro de uma casa titular, pois era filho primogénito do 1.º conde de Tarouca, tinha prestado reconhecidos serviços em Marrocos, onde exercera a capitania de Tânger a partir de 1507 até à sua requisição para a Índia. O elevado grau de fidalguia da última armada manuelina ao Oriente, é marcada por uma maioria de fidalgos da Casa Real, integrados em redes parentais importantes, nomeadamente, com o governador. Como nos alertou João Paulo Oliveira e Costa, no referido estudo, três dos capitães da armada eram seus familiares, a saber: o seu irmão D. Luís, João de Melo e Silva, seu primo como tio; Martim Afonso de Melo Coutinho, seu primo; enquanto D. Diogo de Lima, D. João da Silveira e Francisco Pereira Pestana mantinham com o governador, ou sua família, laços de amizade. O governador iria contar com o apoio de outros parentes nomeados capitães de várias fortalezas, como o seu cunhado João Rodrigues de Noronha e D. André

---

<sup>285</sup> Cf. *Ibidem*, p. 98-99.

<sup>286</sup> Cf. *História*, V, lxix; *Ásia*, III, vii, 1. *Lendas*, II, pp. 673-674. *Crónica*, IV, lxxv.

<sup>287</sup> Tanto Gonçalo Rodrigues Correia como Vicente Gil, na figura de seu pai Duarte Tristão, são apontados no estudo de Marques de Almeida como investidores de duas embarcações na armada de 1521. Cf. A. A. Marques de Almeida, *Capitais e Capitalistas...*, op. Cit., p. 112.

Henriques, enquanto que três primos como tios terminavam os seus mandatos, a saber: Sancho de Tovar, Rui de Melo, *Punho* e D. Garcia Coutinho<sup>288</sup>.

\*

**Quadro 1 – A percentagem de fidalgos da Casa Real por Armada**  
(1497-1521)

Armada	%FCR
1497/7/8 (Vasco da Gama)	25%
1500/3/9 (Pedro Alvares Cabral)	*54%
1501/3/15 (João da Nova)	25%
1502/2/10 (D. Vasco da Gama)	*33%
1502/4/10 ou (1) (Estêvão da Gama)	*20%
1503/4/6 (Afonso de Albuquerque)	75%
1503/4/14 (Francisco de Albuquerque)	100%
1503/5/14 (António de Saldanha)	33%
1504/4/22 (Lopo Soares de Albergaria)	*62%
1505/3/25 (D. Francisco de Almeida)	*35%
1505/5/18 (Pêro de Anhaia)	50%
1505/11/19	-
1506/4/6 (Tristão da Cunha)	*67%
1506/4/6 (Afonso de Albuquerque)	*60%
1507/4/13 (Jorge de Melo Pereira)	67%
1507/4/13 (Fernão Soares)	50%
1507/3/15 (Filipe de Castro)	100%
1507/4/20 (ou 21) (Vasco Gomes de Abreu)	*14% <sup>289</sup>
1508/4/5-8 (Diogo Lopes de Sequeira)	50%
1508/4/9 (Jorge de Aguiar)	*50%
1509/3/12 (D. Fernando Coutinho)	*57%
1510/3/12 (Diogo Mendes de Vasconcelos)	-
1510/3/14 (Gonçalo de Sequeira)	*23%
1510/8 (João Serrão)	-
1511/3/25 (D. Garcia de Noronha)	100%
1512/3/25 (Jorge de Melo Pereira e Garcia de Sousa)	92%
1513/3/12-20 (João de Sousa Lima)	*67%
1514/4/9 (Cristóvão de Brito)	60%
1514/6 ou 7	-
1515/4/7 (Lopo Soares de Albergaria)	85%
1516/4/4 (João da Silveira)	*80%
1517/4/9 (António de Saldanha)	80%
1517/4 (Fernão de Alçáçova)	*33%
1518/3/27 (Diogo Lopes de Sequeira)	70%
1519/4/23 (Jorge de Albuquerque)	79%
1520/4/6 (Jorge de Brito)	*70%
1521/4/5 (D. Duarte de Meneses)	83%

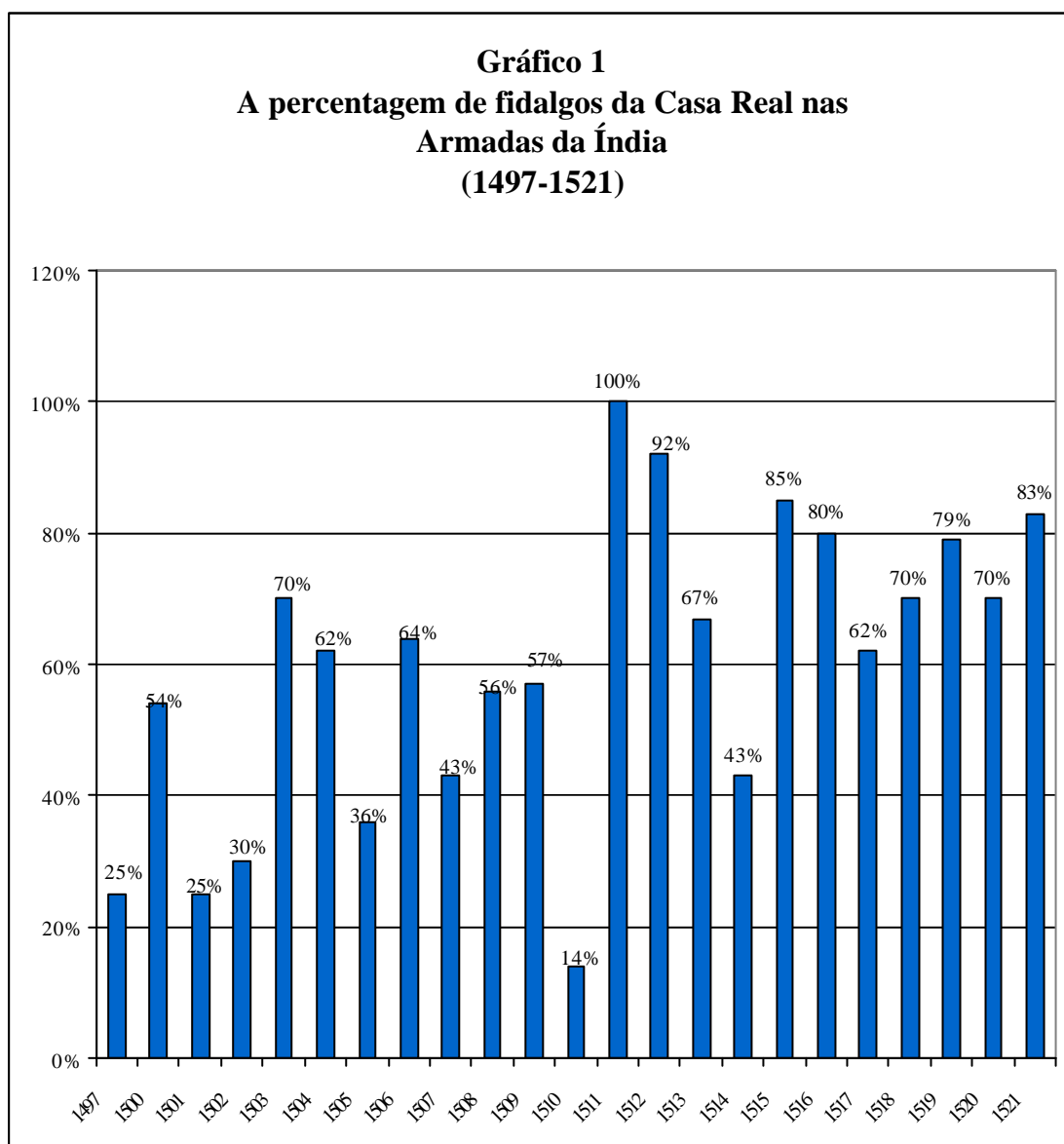
(\* Sinaliza as armadas com fidalgos para as quais não foi possível identificar se eram membros da Casa Real)

Depois de uma análise detalhada sobre cada uma das Armadas que zarparam de Lisboa para a Índia, socorremo-nos de um quadro capaz de sintetizar os dados de análise social que mais se evidenciaram. A breve leitura do quadro permite-nos concluir que vinte e quatro das trinta e sete armadas eram

<sup>288</sup> João Paulo Oliveira e Costa, “Duarte de Menezes...”, in *Indo-Portuguese History...*, op. Cit., pp. 104-108.

<sup>289</sup> Esta armada é composta por sete capitães, três fidalgos e dois deles com estatuto desconhecido.

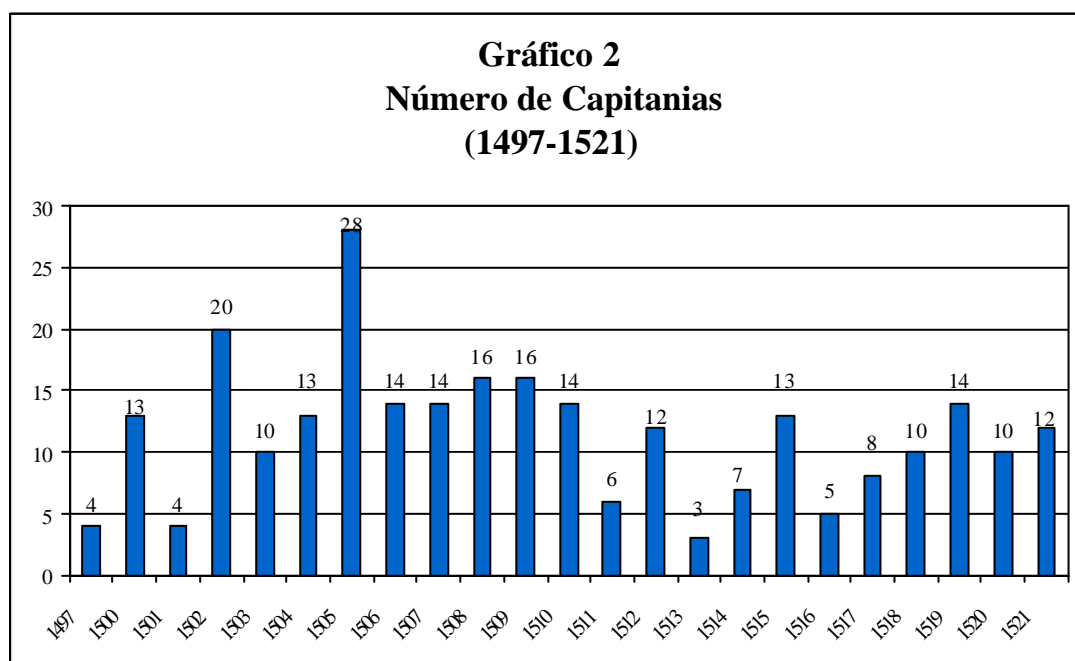
capitaneadas por 50 ou mais de 50% de fidalgos da Casa Real, a estas devem-se acrescentar seis esquadras onde não se verifica essa superioridade, mas que são constituídas por capitães fidalgos, para as quais não conseguimos aferir se pertenciam à Casa de D. Manuel I. Apenas as viagens com missões de descobrimento não tem qualquer fidalgo da Casa Real entre as suas chefias.



Uma organização anual dos dados expostos no gráfico n.º 1 demonstra que, a partir de 1511, as armadas passaram a ser composta por mais de 60% de fidalgos da Casa Real com excepção do ano de 1514. Como ficou dito

anteriormente, nessa data o rei D. Manuel I enviou, a partir de Lisboa, a última armada de carácter exploratório destinada a Madagáscar. A esquadra composta por Luís Figueira e de Pedro Eanes, *Francês* desequilibrou a percentagem 60% de fidalgos da Casa Real obtida no exame da «bandeira» de Cristóvão de Brito. Deste modo, se nos primeiros doze anos da Carreira da Índia os valores apurados oscilam entre os 14 e os 70 % logo, em 1511, D. Garcia de Noronha partiu para a Índia com uma armada composta por uma totalidade de fidalgos da Casa Real, realidade social que se pode ter repetido nas armadas de João Sousa Lima (1513) e João da Silveira (1516) compostas exclusivamente por fidalgos.

Logo em 1500, na esquadra de Cabral, a fidalguia dominou os comandos dos navios, realidade que se viria a perpetuar, ainda que se registando algumas oscilações ao longo do reinado do *Venturoso*. A partir de 1511, momento em que as armadas passam a ser mais regulares, partindo preferencialmente um único agrupamento de navios, o número de fidalgos da Casa Real torna-se, claramente, maioritário.



Uma análise do gráfico n.º 2 permite-nos concluir que o número de capitánias enviadas para o Oriente foi sempre muito irregular, com excepção dos



anos, entre 1506 e 1510, em que as armadas foram compostas por 14 ou 16 embarcações. Estes números mais regulares verificam-se após 1505, ano de instauração do «Estado da Índia» tendo sido enviados vinte oito navios, muitos dos quais integraram a denominada «Armada da Índia», que necessitava de ser reforçada devido à presença do vice-rei. As armadas comandadas por futuros governadores destacam-se em termos numéricos, com excepção da armada de Diogo Lopes de Sequeira (1518) que comandava dez embarcações, contra a armada de Jorge de Albuquerque (1519) composta por catorze navios.

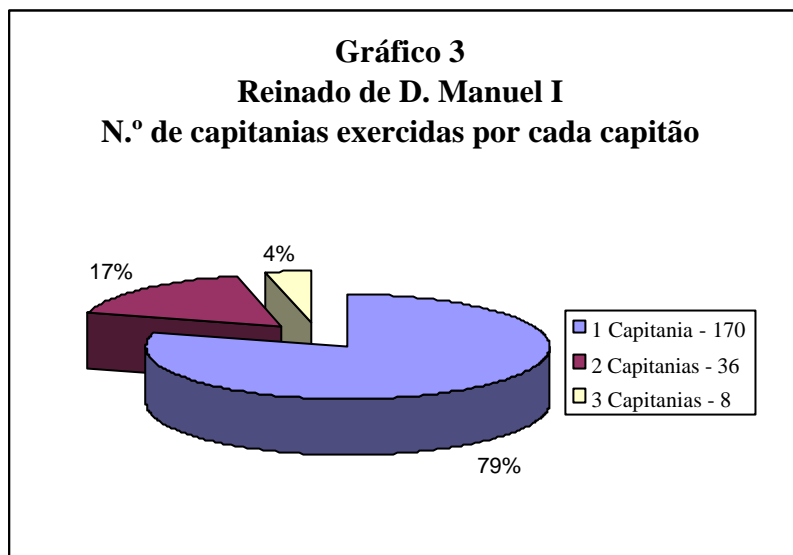
Por último, é curioso notar que no reinado de D. Manuel I foram enviados duzentos e sessenta e seis navios em armadas contra duzentos e cinquenta e um enviados no reinado de D. João III, números interessantes se notarmos que o governo do *Piedoso* foi mais longo que o do seu pai dez anos. Estes valores revelam a exigência de comandos, homens e logística que os primeiros anos da presença portuguesa na Índia demandaram e, quiçá, o empenho de um rei na realização de um «ideal imperial».

## **2.2 A IMPORTÂNCIA DA EXPERIÊNCIA DE COMANDO**

Para melhor compreendermos a lógica subjacente às nomeações dos capitães da Carreira da Índia é necessário realizar um estudo sobre a veteranaria. Procura-se compreender se esta era, conjuntamente com a condição de nobre, um dos requisitos para se comandar as viagens de ligação entre a Europa e o Oriente. Paralelamente à percepção das opções do monarca, pretende-se conhecer o comportamento dos seus oficiais, apurando-se se a maioria dos capitães executaram uma ou mais viagens, facto que poderá servir de indicativo sobre a forma como a Índia era entendida, ou seja, se seria vista pela nobreza portuguesa como um espaço válido para a realização de «carreiras profissionais»?

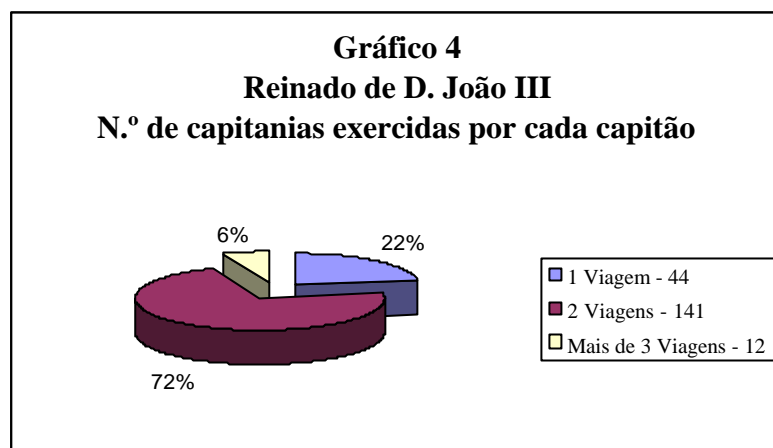
O estudo da experiência nos comandos das armadas para a Índia realiza-se através de vários níveis de análise, começando-se por examinar o fenómeno exclusivamente no âmbito da Carreira da Índia para, depois, se fazer uma

abordagem mais abrangente, averiguando-se se os capitães tinham experiência anterior no comando de armadas e homens, sobretudo, nos espaços ultramarinos.



A leitura do gráfico n.º 3 permite afirmar que, no reinado do *Venturoso*, as armadas para a Índia foram maioritariamente capitaneadas por indivíduos que assumiram este cargo uma única vez, contra 21% de capitães que dirigiram navios por duas ou três vezes. Esta aparente falta de experiência é compreensível atendendo que a Carreira da Índia fora inaugurada em 1497. Numa fase de maior maturação, o número de comandantes experientes na travessia dos oceanos aumentou, pois, no reinado de D. João III, 78% dos oficiais que chefiaram navios e armadas até ao Oriente assumiram duas ou mais de três capitánias. (Gráfico 4)<sup>290</sup>

<sup>290</sup> Os dados referentes a este gráfico foram retirados do nosso estudo “A Nobreza na Carreira da Índia no reinado de D. João III...” in *D. João III..., op, Cit.*, p.409.



O número de capitães-mores com duas viagens é também bastante diminuto, apenas Vasco da Gama (1497 e 1502), Afonso de Albuquerque (1503 e 1506), António de Saldanha (1503 e 1517), Lopo Soares de Albergaria (1504 e 1515), Jorge de Melo Pereira (1507 e 1512) e Diogo Lopes de Sequeira (1508 e 1518) foram, no reinado de D. Manuel I, capitães-mores por duas vezes. Com D. João III a Carreira da Índia foi comandada por vinte e três capitães-mores que assumiram esse posto por mais de duas vezes num total de quarenta armadas<sup>291</sup>.

Apesar desta dissertação de mestrado se cingir ao reinado de D. Manuel I, este fenómeno só pode ser verdadeiramente compreendido se olharmos para o governo do seu sucessor, averiguando quais os capitães que prosseguiram aí as suas carreiras. Um olhar atento, permite concluir que apenas treze capitães<sup>292</sup> reocuparam o comando de um navio da Carreira da Índia nos anos que se seguiram ao reinado do *Venturoso*, entre os quais cinco receberam a capitania-mor da armada. Trata-se um número bastante diminuto se pensarmos que no reinado do *Piedoso* partiram para a Índia duzentas e cinquenta e uma capitánias. Este fenómeno deve ser compreendido no contexto de corte que D. João III

<sup>291</sup> Cf. João Paulo Oliveira e Costa, “Os Capitães-mores das Armadas da Índia no Reinado de D. João III” in *A Carreira da Índia...*, op. Cit., pp. 213-231.

<sup>292</sup> Os capitães são: António de Saldanha, capitão na armada de 1528; Cristóvão de Mendonça, capitão na armada de 1527; Filipe de Castro, capitão-mor em 1525; Francisco de Anhaia, capitão-mor de 1526; Francisco de Sá, capitão em 1524; D. Garcia de Noronha, capitão-mor em 1538; Garcia de Sá, capitão da armada de 1528; Lopo Vaz de Sampaio, na armada de 1524; Manuel de Lacerda, capitão-mor da armada de 1527; Pêro Lopes de Sampaio, capitão em 1530; Pêro Mascarenhas, capitão na armada de 1524; Vasco da Gama, capitão-mor em 1524; e Vicente Gil, capitão nos anos de 1525, 1532, 1533, 1536, 1540, 1542 e 1549.

protagonizou em relação à política expansionista levada a cabo pelo seu pai<sup>293</sup>, o que levou à exclusão de muitos dos mais directos colaboradores de D. Manuel I.

Os capitães que atingiram o maior número de capitánias merecem uma atenção especial, dado que fazem parte do grupo que constituiu os primeiros «veteranos» da Índia. Começemos por analisar o caso de D. Diogo de Lima que poderemos apelidar de «falso veterano», recebendo três nomeações para capitão, consecutivamente em 1519, 1520 e 1521, por nas duas primeiras viagens ter retornado ao Reino, sem conseguir abordar o Índico.

O primeiro capitão a atingir o máximo número de viagens foi Nicolau Coelho, que realizou a proeza logo em 1503, na armada de Francisco de Albuquerque. Como é sabido, o companheiro de Vasco da Gama no descobrimento do caminho marítimo para a Índia foi, também, capitão na armada que descobriu o Brasil.

Leonel Coutinho realizou as suas três viagens à Índia num período de tempo muito curto, entre 1504 e 1509, sendo o capitão com as viagens mais concentradas. Quando partiu na armada do marechal D. Fernando Coutinho estava destinado a permanecer no Índico, mas acabou por morrer no ataque a Calecut<sup>294</sup>. À semelhança de Nicolau Coelho, Leonel Coutinho escolheu o Oriente como espaço de realização.

Na armada de D. Fernando Coutinho, seguia como sota-capitão Pedro Afonso de Aguiar que já tinha comandado um navio nas armadas de 1502 e 1504. Em virtude da morte do Marechal, regressou ao Reino como capitão-mor da esquadra que transportava as especiarias. Nunca mais regressaria ao Oriente, mas continuou a servir a Coroa, primeiro como capitão da armada que foi conquistar Azamor, em 1513, e depois, tendo participado na frota que levou a infanta D. Beatriz até Sabóia<sup>295</sup>.

---

<sup>293</sup> Sobre este tema veja-se João Paulo Oliveira e Costa, “A Coroa Portuguesa e a China (1508-1531)”, in *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês séculos XVI-XIX*, Instituto Português do Oriente, pp.13-58.

<sup>294</sup> Sobre Leonel Coutinho veja-se o artigo de João Paulo Oliveira e Costa citado na nota 63.

<sup>295</sup> Cf. João Paulo Oliveira e Costa, “Leonel Coutinho...”, *op. Cit*, p. 645.

O quarto capitão a assumir por três vezes a capitania de uma nau da Carreira da Índia foi João Serrão que atingiu o feito em 1514, quando partiu na armada de Cristóvão de Brito com a missão de explorar a zona entre o mar Vermelho e o Suez que acabou por não se realizar. Este oficial já tinha partido para o Oriente em outras duas ocasiões, a primeira com D. Francisco de Almeida, e a segunda como capitão-mor de uma armada exploratória da costa de Madagáscar<sup>296</sup>.

Com a capitania de um navio na armada de 1516, Afonso Lopes da Costa tornava-se um dos mais experientes capitães na travessia para a Índia. Em 1504, partira com Lopo Soares e, em 1506, na esquadra de Afonso de Albuquerque destinada ao patrulhamento do mar Vermelho. Este capitão, conjuntamente com Manuel Teles Barreto e António do Campo, abandonou o futuro governador, tendo constituído um dos mais activos grupos de oposição ao *Terribil*<sup>297</sup>.

Pêro Quaresma foi o único «veterano» da Carreira da Índia a pertencer ao mais baixo escalão da nobreza, pois era escudeiro da Casa Real. Em 1517, partiu pela última vez para o Índico sob o comando de outro repetente – António de Saldanha. Levava a nomeação para feitor de Cochim, cargo que exerceu até 1522, data do epílogo da sua carreira oriental. A sua relação com o Índico iniciara-se em Novembro de 1505 quando, com Cid Barbudo, foi destacado para ir procurar os desaparecidos Francisco de Albuquerque e Pêro de Mendonça. Regressou à Índia como capitão da armada de Diogo Mendes de Vasconcelos (1510) que tinha como destino Malaca, na sequência da viagem de 1508, capitaneada por Diogo Lopes de Sequeira, e sobre a qual ainda não tinham chegado notícias ao Reino. Não obstante o «regimento régio», Pêro Quaresma e os demais capitães nunca navegariam até à Malásia, pois Afonso de Albuquerque «forçou» toda a tripulação a participar na segunda conquista de Goa. Ao que parece, Pêro Quaresma teria ponderado regressar ao Reino nos princípios de 1513, porém, quando chegou à costa oriental africana enviou o seu filho para

---

<sup>296</sup> Cf. Maria Elisabete Ascensão, "João Serrão – Capitão das Navegações Portuguesas do Século XVI" in *A Nobreza e a Expansão...*, op. Cit., pp. 229-252.

<sup>297</sup> Sobre este capitão seguimos o artigo de Pedro Mendes, "Afonso Lopes da Costa ou as ambiguidades de um paradigma", in *Os Capitães de Afonso de Albuquerque...*, op. Cit..

Portugal, tendo regressado à Índia na companhia de João Sousa de Lima, capitão que partira de Lisboa nesse ano. Desconhece-se a data do seu regresso a Portugal, mas certo é que, em 1517, encetou a sua terceira e última capitania nas armadas para a Índia<sup>298</sup>.

Na esquadra capitaneada por D. Duarte de Meneses (1521) partiu Sebastião de Sousa que fizera a sua primeira travessia sob o comando do vice-rei D. Francisco de Almeida (1505), tratando-se do «veterano» com maior amplitude entre as suas viagens, chefiando navios na armada do primeiro e do derradeiro governador do «Estado da Índia» nomeados por D. Manuel. Em 1509, na sua capitania intermédia, foi dirigido por outro grande fidalgo – o marechal D. Fernando Coutinho. Os dezasseis longos anos de serviços no Oriente fizeram-nos supor que não se trataria da mesma personagem, no entanto, João de Barros dá-nos indícios de que se trata do mesmo indivíduo, declarando-o filho de Rui de Abreu de Elvas<sup>299</sup>.

Não deixa de ser curioso notar que, apesar da percentagem de escudeiros e cavaleiros ser muito baixa entre os capitães das armadas que partiram para a Índia, entre os «veteranos» desta travessia contam-se dois membros deste foro social, devendo-se ainda recordar que na sua primeira viagem Nicolau Coelho era apenas cavaleiro, tendo sido nobilitado em virtude do descobrimento do caminho marítimo para a Índia.

\*

Depois de revisitados os capitães que comandaram três navios para o Índico no reinado de D. Manuel, passamos a uma análise mais aprofundada da experiência, tendo em conta outros serviços à Coroa realizados em espaços ultramarinos, em especial no norte de África. Para a redacção deste capítulo foi particularmente útil a dissertação de mestrado de Vasco Resende que se ocupou da *Mobilidade, Hierarquia e Poder entre o Reino, o Norte de África e o*

---

<sup>298</sup> Seguimos o estudo de Sónia Marisa Rodrigues Ramos, “Pedro Quaresma, uma presença na expansão portuguesa quinhentista.” in *A Nobreza e a Expansão...*, op. Cit., pp. 209-228.

<sup>299</sup> Cf. *Ásia*, I, viii, 3; II, iii, 9; III, vii, 1.

*Oriente*<sup>300</sup>. Aos dados apurados por Vasco Resende juntámos outros que recolhemos à medida que fomos elaborando as pequenas biografias que apresentamos em anexo. O estudo da experiência nos comandos das armadas da Índia impôs-se ao nível de cada esquadra, método adequado para alcançar uma visão sincrónica e diacrónica do fenómeno. Por outro lado, temos consciência que existiam outros elementos experientes nas armadas, tais como, pilotos ou simples passageiros, muitos dos quais assumiram, mais tarde, o comando de um navio.

Na armada de 1497, como é natural, não existiam capitães experientes na travessia dos dois oceanos, nem tão pouco temos certeza de anteriores experiências de navegação ou de chefia de indivíduos por parte dos capitães desta armada, ainda que muito se especule sobre Vasco da Gama. No entanto, sabemos que grande parte dos pilotos tinha grande experiência de navegação no Atlântico<sup>301</sup>.

Na segunda armada à Índia já é possível encontrarmos um repetente entre os seus capitães. Nicolau Coelho conseguiu a proeza de participar no descobrimento do caminho marítimo para a Índia e no descobrimento da terra de Vera Cruz, regressando ao comando de um navio logo em 1503 tornando-se, como vimos, o primeiro «veterano» da Carreira. Também, os irmãos Bartolomeu e Diogo Dias eram experimentados nas explorações atlânticas. Ambos haviam participado na descoberta do cabo da Boa Esperança e temos, pelo menos, notícias de uma viagem de Bartolomeu Dias à Mina, em 1497.

Na pequena frota de João da Nova (1501), apenas sobre o seu capitão-mor existe uma pista para anteriores préstimos, Damião de Góis escreveu: “bom caualheiro, que em Africa tinha feito muitos seruiços aho Regno”<sup>302</sup>.

A armada de 1502 contou com a experiência de Vasco da Gama na capitania-mor e com a de Pêro de Atáide, um dos capitães da armada de Pedro Álvares Cabral (1500). Rui de Castanheda e Vicente Sodrê, por sua vez, tinham

---

<sup>300</sup> Vasco Resende, *A Sociedade da Expansão...*, op. Cit.

<sup>301</sup> João Paulo Oliveira e Costa, “Leonel Coutinho...”, op. Cit., p. 631-633.

<sup>302</sup> *Crónica*, I, lxiii.

estado no norte de África<sup>303</sup>. Enquanto João Lopes Perestrelo, foi feitor de um navio comandado por Bartolomeu Dias, em 1497<sup>304</sup>. No ano seguinte, o rei D. Manuel enviou à Índia três armadas com diferentes capitães-mores. A «bandeira» de Francisco de Albuquerque era a mais experimentada pois levava os capitães Nicolau Coelho e Duarte Pacheco Pereira que rumavam ao Oriente pela segunda vez, pois, o segundo, embarcara como passageiro na viagem de 1500<sup>305</sup>, mas antes, em 1471, estivera na tomada de Arzila e na ocupação de Tânger<sup>306</sup>. O capitão-mor Afonso de Albuquerque iniciara a sua carreira como servidor da Coroa no ultramar com uma estadia em Arzila e com a participação na expedição de socorro à Graciosa, em 1489.

Em 1504, D. Manuel enviava numa armada de treze velas constituída por, pelo menos, oito indivíduos experientes, a começar pelo capitão-mor Lopo Soares de Albergaria que fora capitão da fortaleza de S. Jorge da Mina<sup>307</sup>. Afonso Lopes da Costa e Vasco Carvalho haviam sido ambos fronteiros na guarnição de Arzila, em 1489<sup>308</sup>. Filipe de Castro fora, no reinado de D. João II, capitão de uma armada ao chamado país do Jalofos, situado entre os rios Senegal e Gambia<sup>309</sup>. Vasco da Silveira era um repetente no cruzamento dos dois oceanos, pois participara como capitão na armada de Pedro Álvares Cabral (1500), assim como Lopo Mendes de Vasconcelos e Pêro Afonso de Aguiar, capitães na segunda armada de Vasco da Gama (1502), enquanto Pêro de Mendonça embarcara nessa mesma armada sem qualquer cargo<sup>310</sup>.

Na armada que inaugurou o denominado «Estado Português da Índia», viajaram alguns capitães com experiência. A começar pelo futuro vice-rei D. Francisco de Almeida que, na opinião de Candeias Silva terá participado na batalha de Toro (1476), sendo certo que acompanhou D. Afonso V a França e

---

<sup>303</sup> Cf. Vasco Resende, *A Sociedade da Expansão...*, op. Cit.

<sup>304</sup> Cf. João Paulo Oliveira e Costa, “Perestrelo, Rafael”, in DHDP, vol. II, p. 886.

<sup>305</sup> Cf. João Paulo Oliveira e Costa, “Leonel Coutinho...”, op. Cit., p. 634.

<sup>306</sup> Cf. Vasco Resende, *A Sociedade da Expansão...*, op. Cit..

<sup>307</sup> Veja-se Ronald Bishop Smith, *Lopo Soares de Alvarenga...*, op. Cit..

<sup>308</sup> Cf. Vasco Resende, *A Sociedade da Expansão...*, op. Cit..

<sup>309</sup> Cf. André Murteira, “Filipe de Castro, capitão da Carreira da Índia”, in *A Nobreza e a Expansão...*, op. Cit., p. 280.

<sup>310</sup> João Paulo Oliveira e Costa, “Leonel Coutinho...”, op. Cit., pp. 638-639.



participado, entre 1484 e 1492, nas campanhas de Granada ao serviço dos reis Católicos, ou seja, apesar de não ter um passado ultramarino, D. Francisco tinha experiência militar e diplomática<sup>311</sup>. D. Fernando de Eça e Gonçalo Vaz Góis tinham estado no norte de África<sup>312</sup>, enquanto João da Nova, depois de comandar uma armada, regressava à Índia como capitão de um navio, acontecimento raro, uma vez que geralmente os capitães-mores não aceitavam cargos que correspondiam a uma despromoção embora esta fosse uma viagem especial, chefiada pelo futuro vice-rei. Lopo Sanches, um cavaleiro da Casa Real, provavelmente de origem castelhana, terá recebido a capitania de um navio devido ao favor do prior do Crato, irmão de D. Francisco, alegadamente por perceber de galés e por ter servido o prior em Rodes<sup>313</sup>.

Pêro de Anhaia que chegara a partir com D. Francisco de Almeida acabou por naufragar ainda no Tejo, razão pela qual em Maio de 1505, capitaneou a sua própria armada com destino a Sofala. Entre as suas hostes ia o capitão Pêro Barreto Magalhães, sobre quem Fernão Lopes de Castanheda apontou: “alguns chamauão ho lião por amor de hum que matou em Africa”<sup>314</sup>. Trata-se do único indício de experiência marroquina entre os capitães desta esquadra.

Nas esquadras de 1506 e de 1507, é fácil verificarmos que existe um conjunto de capitães repetentes no cargo, é o caso de Afonso de Albuquerque, Afonso Lopes da Costa, António do Campo, Manuel Teles Barreto e Leonel Coutinho na armada de 1506; e dos capitães-mores de 1507 Filipe de Castro, Fernão Soares e Vasco Gomes de Abreu. Devemos ainda registar que Tristão da Cunha era um homem experimentado no serviço régio tendo participado, com Afonso de Albuquerque, na expedição de socorro à Graciosa. Debaixo da sua bandeira, como simples passageiro, ia António de Saldanha que se sujeitara a seguir para a Índia sem qualquer cargo, depois de ter sido capitão-mor da armada de 1503, caso único referenciável nos reinados de D. Manuel e D. João III.

---

<sup>311</sup> Cf. Joaquim Candeias Silva, *O fundador...*, op. Cit., pp.66-81.

<sup>312</sup> Cf. Vasco Resende, *A Sociedade da Expansão...*, op. Cit..

<sup>313</sup> Cf. Joaquim Candeias Silva, *O fundador...*, op. Cit., p. 108.

<sup>314</sup> Cf. *História*, II, i.

Diogo Lopes de Sequeira depois de ter sido capitão de Arzila e, mais tarde, da Mina aceitara o desafio do Oriente, para onde partira em 1508 como capitão de uma armada com destino a Malaca. No mesmo ano, Jorge de Aguiar que, em 1502, o rei enviara como capitão de uma armada ao estreito de Gibraltar<sup>315</sup>, conduziu doze velas para a Índia, das quais quatro foram entregues a capitães que já tinham desempenhado este cargo, a saber: Diogo Correia, Tristão da Silva, Vasco Carvalho e Vasco da Silveira. Por sua vez, sobre Francisco Pereira Pestana temos notícias suas numa entrada em Alcácer Quibir, tendo depois ocupado o cargo de fronteiro em Arzila<sup>316</sup>.

Em 1509, zarpar para a Índia D. Fernando Coutinho, marechal do Reino em relação ao qual, apesar do imponente cargo militar, desconhecem-se anteriores momentos no seu currículo, pois aceitara partir para o Oriente com o intuito de realizar um grande feito de armas com a conquista de Calecut. Apesar da sua inexperiência, contava com vários repetentes no posto de capitão da Carreira da Índia, era o caso de Leonel Coutinho, Pedro Afonso de Aguiar, Rui Freire de Andrade e Sebastião de Sousa. Rodrigo Rebelo tinha partido na armada do vice-rei, servindo na Índia até 1508, depois de uma curta estadia no Reino voltava para o Oriente, onde acabaria por morrer.

No ano de 1510, registamos um número muito baixo de capitães com experiência, no entanto, muito bem divididos pelas três armadas que zarparam para a Índia nesse ano. Pêro Quaresma dava um cunho de confiança à armada com destino a Malaca, capitaneada por Diogo Mendes de Vasconcelos e com forte participação de privados. Na armada capitaneada por Gonçalo de Sequeira salientam-se Lourenço Moreno que participara na expedição de Pedro Álvares Cabral e João de Aveiro que João de Barros diz também ocupar as funções de piloto, por se tratar de homem muito experiente nas coisas do mar<sup>317</sup>. João Serrão capitão-mor da armada com destino a Madagáscar foi, como vimos, um dos

---

<sup>315</sup> Cf. *Crónica*, I, lxii.

<sup>316</sup> Cf. Vasco Resende, *A Sociedade da Expansão...*, op. Cit..

<sup>317</sup> Cf. *Ásia*, II, v, 8.

primeiros «veteranos» da Carreira da Índia, ocupando aqui a sua segunda capitania.

Em 1511, partiu para a Índia D. Garcia de Noronha que ia servir sob as ordens de seu tio Afonso de Albuquerque. Na sua armada encontramos um capitão com experiência, Pêro Mascarenhas, que iniciara os seus préstimos à Coroa em 1508, no cerco de Arzila<sup>318</sup>.

No ano seguinte, das doze velas que compunham a expedição, seis eram comandadas por homens experientes entre os quais o capitão-mor Jorge de Melo Pereira e Simão de Miranda de Azevedo que reocupavam o posto. D. João de Eça fora fronteiro em Tãnger; Pêro de Albuquerque, sobrinho do *Leão dos Mares*, servira também no norte de África; Lopo Vaz de Sampaio participara na armada de D. João de Meneses de auxílio aos venezianos<sup>319</sup>; e Gaspar Pereira servira como secretário do vice-rei.

Na pequena armada de João Sousa de Lima, composta por um trio de embarcações, o rei terá tido o cuidado de escolher Henrique Nunes de Leão, capitão numa das armadas de 1507. Para a esquadra do ano seguinte, desconhecem-se os serviços prestados anteriormente por dois capitães, inexperiência contrabalançada pelo capitão-mor Cristóvão de Brito e por João Serrão, «veteranos» no comando da travessia, enquanto que Francisco Pereira Coutinho também já realizara a rota do Cabo, pois participara na segunda conquista de Goa<sup>320</sup>.

Lopo Soares de Albergaria partiu de Lisboa a 7 de Abril de 1515, com a difícil tarefa de substituir no governo da Índia o *Terribil*, assim como os oficiais que lhe eram fiéis. Na difícil tarefa era secundado por oito capitães que levavam no currículo estadias no Oriente ou outros serviços ultramarinos. Álvaro Barreto, Álvaro Teles Barreto, Diogo Mendes de Vasconcelos, Francisco de Távora e o próprio capitão-mor reocupavam o comando de navios na Carreira da Índia,

---

<sup>318</sup> Cf. Vasco Resende, *A Sociedade da Expansão...*, *op. Cit.*.

<sup>319</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>320</sup> Cf. Vítor Luís Gaspar Rodrigues, “As linhagens dos Coutinhos...”, *op. Cit.*, p. 185.

enquanto D. Garcia Coutinho, D. Guterre de Monroy e Simão da Silveira tinham servido no norte de África<sup>321</sup>.

A armada capitaneada por João da Silveira (1516) divide-se igualmente entre capitães com e sem experiência. No primeiro grupo contam-se os veteranos Afonso Lopes da Costa e Francisco de Sousa, *Mancias*. Em 1510, João da Silveira foi recrutado para a sua primeira embaixada a França e, antes de partir para Índia, serviu a Coroa em Safim.

Em 1517, António de Saldanha regressou à Índia, depois de várias passagens pelo Oriente, primeiro em 1503, como capitão-mor de três velas, depois como passageiro da armada de Tristão da Cunha. Em 1517, regressou ao posto de comandante de uma frota composta na totalidade por veteranos com serviços ultramarinos. Entre os quais Pêro Quaresma que reocupava pela terceira e última vez o cargo de capitão das Armadas da Índia. Manuel de Lacerda inaugurava com esta viagem a sua segunda estadia no Oriente, onde estivera entre os anos de 1506 e 1513<sup>322</sup>. D. Tristão de Meneses antes de se aventurar pelo Oriente mantivera uma presença activa no norte de África sob a vigilância de seu tio D. João e com muitos outros membros da sua parentela<sup>323</sup>. É possível que se tenha cruzado com Rafael Catanho, pois estiveram ambos, em 1514, em Azamor<sup>324</sup>.

O modelo da armada do governador Lopo Soares de Albergaria parece repetir-se na frota conduzida por Diogo Lopes de Sequeira que o havia de substituir, pois três capitães reocupavam os seus lugares no comando dos navios para a Índia. A estes juntavam-se D. João de Lima e João Lopes Alvim que possuíam um percurso diversificado, com uma passagem pelo norte de África e outra pela Índia. O primeiro estivera em Tânger e partira para o Oriente, em 1506, onde participara em importantes eventos como a batalha de Diu, a

---

<sup>321</sup> Cf. Vasco Resende, *A Sociedade da Expansão...*, op. Cit..

<sup>322</sup> Cf. Alexandra Pelúcia, “Manuel de Lacerda, guerreiro e naufrago” in *A Nobreza e a Expansão...*, op. Cit., p.255.

<sup>323</sup> Cf. Teresa Lacerda, “Os Meneses de Cantanhede...”, op. Cit., p. 93.

<sup>324</sup> Cf. Vasco Resende, *A Sociedade da Expansão...*, op. Cit..

conquista de Goa e a de Malaca<sup>325</sup>. O segundo fora, entre 1507 e 1508, feitor em Safim rumando para o Oriente em 1510<sup>326</sup>. Lopo Cabreira, que estivera no norte de África em 1513<sup>327</sup>, passara antes pelo Oriente, mais concretamente por Cananor, para onde partira na armada do vice-rei com a nomeação de feitor nesse reino do Malabar<sup>328</sup>. João Gomes, *Cheira-Dinheiro* iniciara a sua carreira oriental no governo do vice-rei D. Francisco de Almeida, estando entre as hostes que atacaram Dabul e, em 1509, no ataque a Diu. Em 1512, já sob o comando de Afonso de Albuquerque, participou no assalto ao passo de Benasterim<sup>329</sup>.

Em 1519, a percentagem de capitães experientes diminuiu ligeiramente, seguiam nessa condição Jorge de Albuquerque, que estivera na Índia durante o governo de seu tio Afonso de Albuquerque, cruzando-se com Diogo Fernandes de Beja, outro fiel do *Terribil*. Rafael Catanho encetava nova missão no ultramar, assim como Rafael Perestrelo que estivera no Oriente em 1514.

Em 1520, Jorge de Brito regressava à Índia com posto acrescentado, ocupando a capitania-mor da armada. À sua veterania juntava-se a de Pêro Paulo Marchionni e a de Pêro Lourenço de Melo. É certo que estes dois indivíduos tinham assumido missões distintas, pois Pêro Paulo não pode ser considerado como um servidor da Coroa, mas antes um colaborador da mesma, já que servia os interesses particulares de seu pai Bartolomeu Marchionni. Por seu turno, Pêro Lourenço de Melo servira o rei em África, mais concretamente em Safim<sup>330</sup>. É possível que Gaspar da Silva seja o capitão com o mesmo nome que participou na expedição ao Mar Vermelho capitaneada por Diogo Lopes de Sequeira.

Por último, a armada de D. Duarte de Meneses estava repleta de indivíduos com boas folhas de serviço, a começar pelo capitão-mor que fora capitão de Tânger. O seu irmão D. Luís acompanhara-o no norte de África. Martim Afonso de Melo Coutinho que estava destinado a comandar uma armada

---

<sup>325</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>326</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>327</sup> A sua passagem pelo norte de África é atestada por uma carta que o mesmo escreveu ao a 11 de Dezembro de 1513. Cf. IAN/TT, CC-I-14-24.

<sup>328</sup> Cf. Joaquim Candeias Silva, *O fundador...*, op. Cit., p. 302.

<sup>329</sup> Cf. *Ásia*, II, iii, 4, 5; II, vii, 5.

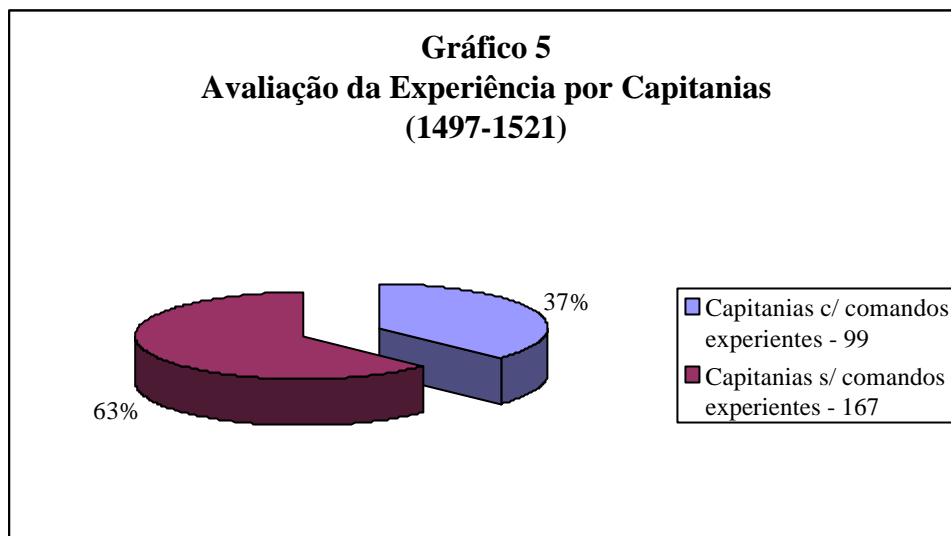
<sup>330</sup> Cf. Vasco Resende, *A Sociedade da Expansão...*, op. Cit..

à China fora, em 1514, capitão de Mazagão. Cinco dos doze capitães viam-se reconduzidos no cargo.

Esta longa exposição serviu-nos para aprofundar os dados estatísticos que tínhamos obtido com a análise do fenómeno da experiência, analisa no espaço restrito do exercício do cargo de capitão das armadas para a Índia. Nessas esquadras seguiram muitos oficiais experientes que tiveram papéis de relevo no «Estado da Índia» e que não foram quantificados, pois o presente estudo cingiu-se aos comandos das armadas. Desta forma, não se pode encarar os resultados obtidos como totais no que respeita ao fenómeno da veteranaria, mas antes como mais um apontamento no perfil dos capitães das Armadas da Índia. Dentro deste contexto, podemos concluir que a experiência seria uma das ponderações levadas em conta pelo monarca, pois apenas seis das trinta e sete armadas não levavam nenhum capitão com tal requisito<sup>331</sup>. Sobre estas expedições deveremos temperar os dados, referindo que na primeira armada para a Índia foram detectados elementos que tinham experiência de navegação, enquanto que as demais esquadras realizaram-se em anos em que partiram de Lisboa duas ou três armadas, devendo-se ter em conta que todas eram compostas por um baixo número de velas, entre quatro a duas.

---

<sup>331</sup> Referimo-nos às armadas de Vasco da Gama (1497), de Cid Barbudo e Pêro Quaresma (1505), de António de Saldanha (1503), Jorge de Melo Pereira (1507) e Fernão de Alççova (1517).

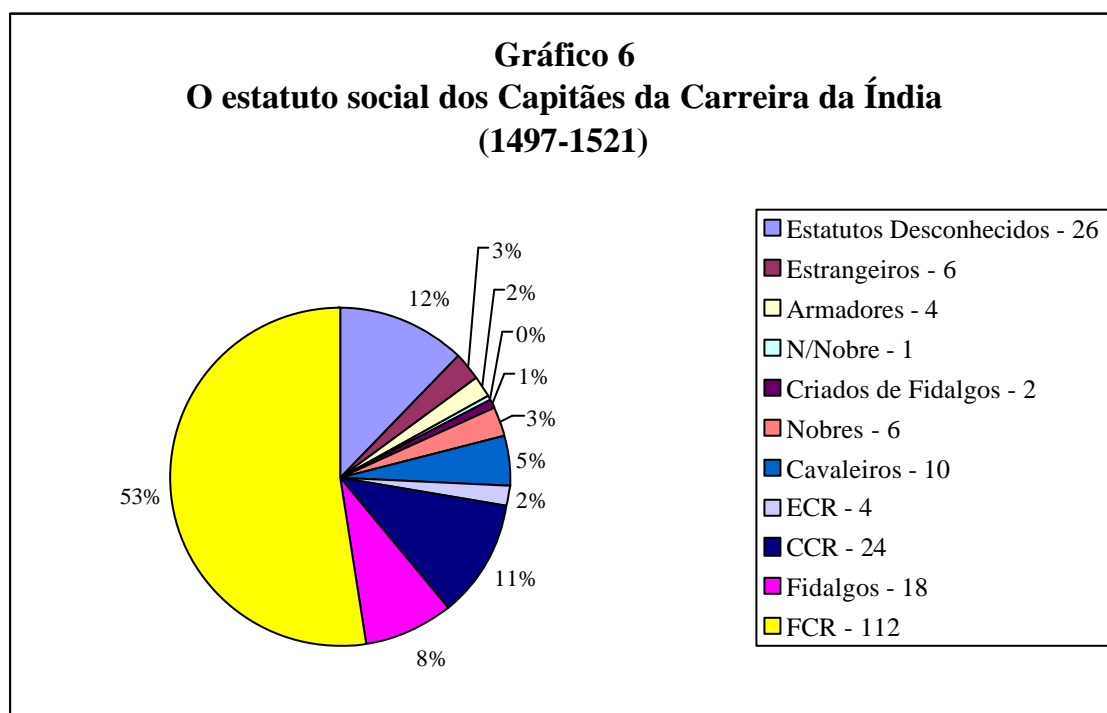


Mediante o aprofundamento da pesquisa impôs-se uma nova reflexão estatística que se exprime a partir do gráfico. Em nome do rigor, optámos por fazer esta observação ao nível das capitánias e não dos indivíduos pois, como vimos, estes chegavam a ocupar o mesmo posto por mais de uma vez o que não os fazia experientes nas suas primeiras viagens, mas só a partir da segunda, como é evidente. O exame mais cuidadoso dos dados mostra um nível de experiência maior, fazendo subir a percentagem de 21% de capitães com duas ou três viagens para um total de 37% de capitánias comandadas por indivíduos experimentados nos serviços ultramarinos. Ao contrário do que era de esperar, a percentagem de capitães com experiência não aumenta ao longo do reinado de D. Manuel I, pelo contrário, os valores são bastante instáveis, verificando-se apenas o cuidado de existir comandos experientes na quase totalidade das armadas.

### 3. O ESTATUTO SOCIAL DOS CAPITÃES DAS ARMADAS DA ÍNDIA

#### 3.1 A ESTATÍSTICA QUE PRODUZ O RETRATO SOCIAL DO GRUPO

O retrato de grupo composto pelos capitães das Armadas da Índia pode ser obtido pela análise estatística, fugindo deste modo a pequenas descrições biográficas (que reservámos para os anexos desta dissertação de mestrado) bastante úteis, mas pouco analíticas. O – se – que a investigação da matéria social impõe foi o principal obstáculo que tivemos que ultrapassar, com um alguns estatutos desconhecidos, outros presumidos pelo contexto familiar, ou por informação da cronística. Não obstante, a maioria dos dados foram conseguidos através de documentos coevos o que fortalece os resultados expostos no gráfico 6.



Apesar do esforço para apresentarmos uma lista completa dos estatutos dos capitães das Armadas da Índia, não foi possível apurar vinte e seis dos duzentos e treze capitães. Muitos poderão pensar que por detrás desta percentagem de estatutos desconhecidos podem estar escondidos uma série de não nobres. O estudo atento destas personagens permite-nos afirmar que a



maioria eram, de facto, homens de baixa condição, razão que explica as escassas referências documentais. No entanto, nada nos leva a crer que não pertençam ao grupo da nobreza, pois, como se pode ver pelo gráfico, apenas um dos capitães das Armadas da Índia seria um não nobre, trata-se de João de Aveiro que as crónicas dizem ser um piloto. Os indivíduos mais improváveis foram identificados como nobres, mesmo alguns estrangeiros e armadores, grupos normalmente associados aos mercadores.

Exemplo disto foi Girolamo Sernigi, um conhecido investidor da Carreira da Índia que, conjuntamente, com Bartolomeu Marchionni, constituiu uma importante presença florentina entre os mercadores de Lisboa. Em 1511, D. Manuel I concedeu-lhe o privilégio de cidadão de Lisboa e, em 1515, reconheceu-o como fidalgo, nobre de cota de armas. Dinis Sernigi, um dos capitães da armada de Diogo Mendes de Vasconcelos (1510), seria provavelmente membro desta família florentina. Carmen Radulet diz-nos que os navios da armada destinada a Malaca pertenceriam ao conhecido mercador<sup>332</sup>, apesar de João de Barros informar que Dinis Sernigi era armador da própria nau<sup>333</sup>.

Nas armadas de 1502, partiram para o Oriente dois capitães estrangeiros, a saber: Giovanni Buanagracia e Tomás de Carmona. Se o segundo parece ter tido uma missão meramente comercial, o primeiro participou na tomada e destruição de Quíloa e Mombaça, o que lhe valeu o reconhecimento do vice-rei que o recompensou com um alvará de privilégio de cavaleiro, confirmado por D. Manuel em 1507<sup>334</sup>.

Pouco se sabe sobre estes capitães, o mesmo se registando para Marco, Alemão e Pedro Eanes, *Francês* que, a fazer jus às suas alcunhas, eram de origem estrangeira. O primeiro comandava um navio armado em parceria com Fernão

---

<sup>332</sup> Cf. Cármen Radulet, “Sernigi, Girolamo” in DHDP, vol. II, pp. 983-984.

<sup>333</sup> Cf. *Ásia*, II, v, 8.

<sup>334</sup> Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 46, fl. 131 v. ref. em Manuela Mendonça, “Homens da Índia na chancelaria de D. Manuel” in *A Carreira da Índia. V Simpósio de História Marítima*, Lisboa, Academia da Marinha, 2003, p. 47.

Chamorro<sup>335</sup> e, o segundo, partiu para o Oriente com a dupla função de capitão e piloto de um navio para ir descobrir Madagáscar.

O grupo dos armadores apresenta-se muito heterogéneo, o que lhe confere um interesse acrescido, reforçado pela pouca atenção que a historiografia lhe tem dedicado. Alguns capitães da Carreira da Índia, que comandavam os seus próprios navios ou de particulares, dão corpo ao conceito fixado por Borges de Macedo – «cavaleiros-mercadores e mercadores-cavaleiros». Dentro deste contexto, importa analisar o caso específico de Vicente Gil, capitão no ano de 1521, membro de uma família de armadores que tinha como principal figura o já referido Duarte Tristão, um dos mais frequentes investidores da Carreira da Índia<sup>336</sup>, que iniciou a sua participação, em 1517, e que a cessou, em 1528, na armada de Nuno da Cunha. Sobre esta personagem pouco se sabe, apenas que, em 1512, o rei lhe concedeu o privilégio de cidadão de Lisboa<sup>337</sup>, sendo referido, em 1520, como recebedor da sisa dos panos da mesma cidade, cargo que já não exercia<sup>338</sup>. Este indivíduo teve, pelo menos, quatro filhos, três dos quais seguiram as suas pegadas como investidores da Carreira, comandando até à Índia embarcações, por certo, pertencentes à família. Vicente Gil foi o único a se aventurar nos mares do Índico no reinado do *Venturoso*, ainda que a sua «carreira» se tenha solidificado no governo de D. João III. João de Barros informa-nos que um Manuel Gil, filho de Duarte Tristão, foi capitão na tornaviagem de 1522 numa nau que era propriedade sua<sup>339</sup>. Um seu outro filho, Jácome Tristão, foi capitão nas armadas de 1543, 1544 e 1549.

Entre os moradores da Casa de D. João III vamos encontrar três filhos de Duarte Tristão, omitindo-se Manuel Gil, mas acrescentando-se um outro

---

<sup>335</sup> Cf. CAA, III, pp. 307-308.

<sup>336</sup> Através da análise dos resultados obtidos por Marques de Almeida é possível constatar que Bartolomeu Marchionni é o indivíduo que mais investiu na Carreira da Índia no reinado de D. Manuel, participando em oito armadas seguido por Girolamo Sernigi, D. Nuno Manuel e João Francisco Affaitadi que investiram em apenas quatro armadas. No reinado do *Venturoso*, Duarte Tristão investiu apenas nos anos de 1517 e de 1521, mas o seu contributo e o da sua família em geral intensificou-se durante o governo de D. João III. Cf. A. A. Marques de Almeida, *Capitais e capitalistas...*, op. Cit., pp. 99-112.

<sup>337</sup> Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 7, fl. 36. (Lisboa, 11/7/512).

<sup>338</sup> Pelo exercício deste cargo recebera, em nome da Coroa, 11 816 995 reais. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 35, fls. 126 v.-127. (Évora, 11/11/1520).

<sup>339</sup> Cf. *Ásia*, III, vii, 7.

descendente, Simão Tristão sobre o qual desconhecemos qualquer episódio ultramarino. Aparecem como moços de câmara, ou seja, eram fidalgos da Casa Real<sup>340</sup>, ainda que fizessem parte do foro inferior. Estes dados permitem-nos supor que esta família de armadores aproveitou em pleno a mobilidade social proporcionada pela Expansão, supondo-se a nobilitação na segunda geração.

Ao longo da nossa investigação apercebemo-nos que seria pertinente olhar com maior atenção tanto para o estatuto dos armadores, como para os capitães dos navios de particulares. Desta forma, elaborámos uma lista com os nomes destes capitães, ainda que tenhamos consciência que o seu número surja diminuído, pois em muitos casos sabemos quantas embarcações foram armadas por particulares, mas desconhecem-se os seus nomes e dos seus comandantes.

## Quadro 2 – Capitães de Navios de Particulares

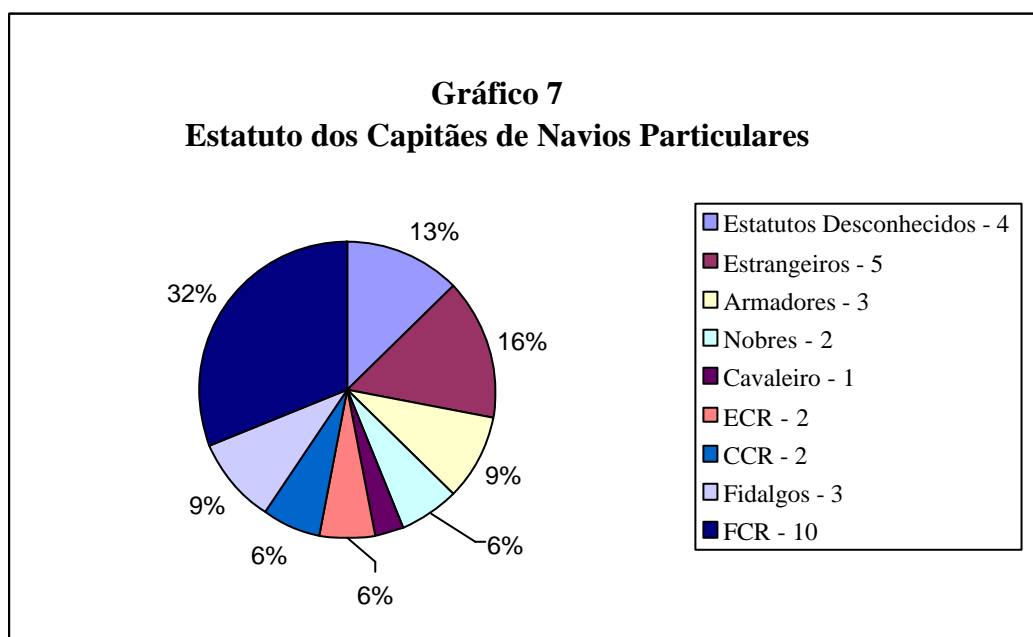
(1497-1521)

Armada	Capitão	Estatuto	Armador
1504/4/22	Lopo de Abreu	-	Catarina Dias
1517/4	João Torres	-	D. Nuno Manuel
1505/3/25	Antão Gonçalves	-	Fernão de Loronha
1508/4/9	Gonçalo Mendes de Brito	-	Rui Mendes de Brito
1521/4/5	Vicente Gil	Armador	Duarte Tristão
1521/4/5	Gonçalo Rodrigues Correia	Armador	Gonçalo Rodrigues Correia
1509/3/12 ou 22	Jorge Lopes, <i>Bixorda</i>	Armador	Jorge Lopes, <i>Bixorda</i>
1502/2/10	António do Campo	Cavaleiro	Cristóvão Jusarte
1505/3/25	Filipe Rodrigues	CCR	Lourenço Fernandes
1502/4/10 ou 1	Lopo Dias	Criado de D. Álvaro	D. Álvaro de Bragança
1509/3/12 ou 22	Francesco Corbinelli	ECR	Bartolomeu Marchionni
1510/3/12	Pêro Quaresma	ECR	Giovanni d' Empoli e outros mercadores
1518/3/27	Pêro Paulo Marchionni	Estrangeiro	Bartolmeu Marchionni
1520/4/6	Pêro Paulo Marchionni	Estrangeiro	Bartolmeu Marchionni
1501/3/15	Misser Vinet	Estrangeiro	Bartolomeu Marchionni
1510/3/12	Dinis Serniche	Estrangeiro	Dinis Serniche
1509/3/12 ou 22	Marco, Alemão	Estrangeiro	Marco, Alemão Fernão Chamorro
1502/4/10 ou 1	Giovanni Buonogracia	Estrangeiro	Rui Mendes de Brito
1506/4/6	Tristão Alvares	FCR	“Caravela de Lagos”
1507/4/15	Filipe de Castro	FCR	“Caravela de armadores”
1509/3/12 ou 22	Luís Coutinho	FCR	“Nau de armadores”
1521/4/5	João de Melo e Silva	FCR	“Nau de armadores”
1505/3/25	Pedro Ferreira Fogça	FCR	António Belo
1507/4/13	Fernão Soares	FCR	Bartolomeu Marchionni
1503/5/14	António de Saldanha	FCR	D. Nuno Manuel
1506/4/6	Job Queimado	FCR	Job Queimado
1508/4/9	Vasco Carvalho	FCR	Vasco Carvalho
1503/4/6	Pêro Vaz da Veiga	FCR	Catarina Dias
1506/4/6	Rui Dias Pereira	Fidalgo	Bartolomeu Marchionni
1517/4	Afonso Henriques de Sepúlveda	Fidalgo	Duarte Tristão

<sup>340</sup> Cf. *Provas*, tomo II, 1ª parte, pp. 307, 317, 318.

1510/3/12	Baltasar da Silva	Fidalgo	Giovanni d'Empoli e outros mercadores
1510/3/12	Diogo Mendes de Vasconcelos	Nobre	Giovanni d'Empoli e outros mercadores
1515/4/7	Simão de Alcáçova	Nobre?	"Nau de armadores" para a China

Através de uma primeira leitura do quadro, centrada no estatuto dos capitães de navios armados por particulares, notamos que alguns desses indivíduos possuem um estatuto indefinido, sinónimo da sua ténue posição na estrutura social de Quinhentos. Por outro lado, com excepção de Pedro Eanes, *Francês*, que classificámos como estrangeiro apesar de algumas reservas, todos os capitães estrangeiros partiram para a Índia no comando de embarcações de particulares, algumas das quais armadas pelos próprios ou por familiares, é o caso de Dinis Sernigi, Misser Vinet, Marco, *Alemão*, e Pêro Paulo Marchionni. Neste contexto, refira-se o caso de Gonçalo Mendes de Brito, capitão em 1508 de uma embarcação de Rui Mendes de Brito, segundo João de Barros, seu irmão<sup>341</sup>.



A pertinência de um gráfico com as percentagens dos estatutos dos capitães de navios particulares revela-se no número elevado de fidalgos da Casa Real, o que poderá surgir como uma novidade se continuarmos a persistir na ideia de que um mercador pertenceria aos níveis mais elevados do terceiro estado. Pelo contrário, já aqui ficou demonstrado que não só «os burgueses»

<sup>341</sup> Cf. *Ásia*, II, iii, 1.

cometeram, nas palavras de Fernand Braudel, «o crime de se nobilitarem», como muitos eram nobres de geração. A confirmar esta ideia estão alguns dos mais frequentes investidores na Carreira da Índia. Antes de passarmos à análise sociológica deste grupo, note-se que a nobreza em geral tem uma afirmação muito expressiva no gráfico, pois 62% dos capitães de navios particulares pertenciam a este grupo social, percentagem que se encontra diminuída, pois alguns dos indivíduos para os quais não conseguimos descobrir o estatuto podem pertencer aos vários escalões da nobreza.

Os investidores da Carreira da Índia no reinado de D. Manuel reúnem um grupo de personagens muito distintas. Para lá de algumas importantes famílias de mercadores estrangeiros surgem nomes como o de Bartolomeu Marchionni, Cassiano del Negro, Girolamo Sernigi e Giovanni Empolli. Se a presença estrangeira tem um grande peso, também é significativo o investimento de alguns «importantes» do Reino, como é o caso de D. Álvaro de Bragança, D. Diogo da Silva de Meneses, conde de Portalegre e D. Nuno Manuel. Apesar da expansão ultramarina não ser a principal preocupação da Alta Nobreza portuguesa, este fenómeno não lhe foi alheio. Sobre a nobreza em geral Marques de Almeida escreveu: “a actividade do «trato e mercancia» cedo atraiu quem dispunha de recursos líquidos e os nobres não fugiram à regra. Logo no início da exploração da rota do Cabo a nobreza apareceu ligada à formação de cabedais das armadas”<sup>342</sup>.

Mafalda Soares da Cunha notou o manifesto desinteresse da Casa de Bragança nos cargos no Oriente e mesmo quando D. Constantino se autopropôs para vice-rei da Índia (1558-1561) esta decisão não teve grandes repercussões na vida interna da Casa. No entanto, a autora notou que “a mesma desatenção não ocorreu [...] relativamente aos proventos económicos do tráfico oriental, uma vez que a Casa se preocupou sempre em renovar os seus privilégios de importação de especiarias”<sup>343</sup>. O interesse pelo aspecto económico da Expansão

---

<sup>342</sup> A.A. Marques de Almeida, *Capitais e Capitalistas...*, op. Cit., p. 69.

<sup>343</sup> Mafalda Soares da Cunha, “A Casa de Bragança e a Expansão, séculos XV-XVII” in *A Alta Nobreza...*, op. Cit., p.309.

foi demonstrado por D. Álvaro logo em 1500, investindo, depois, nas armadas de 1501 e 1502<sup>344</sup>.

Diogo da Silva de Meneses era, no alvorecer do século XVI, um dos mais prestigiados fidalgos da corte portuguesa, com um brioso currículo tendo servido D. Afonso V, D. João II que o nomeara aio de D. Manuel quando este era ainda duque de Beja. Os benefícios reservados pela «roda da fortuna» ao filho do infante D. Fernando recairiam sobre Diogo da Silva de Meneses que, com a entronização do *Venturoso*, se tornou um dos fidalgos de confiança do rei. Em virtude desta proximidade, Diogo da Silva de Meneses passou a ser referido, em 1496, como conde de Portalegre, ainda que só em Fevereiro de 1498 tenha recebido formalmente o título, ou seja, apenas um ano depois da subida ao trono do novo monarca<sup>345</sup>.

D. Diogo investiu uma única vez na Carreira da Índia, mais precisamente na armada de Pedro Álvares Cabral (1500), o que não lhe trouxe qualquer benefício, pois o seu navio foi um dos que naufragaram<sup>346</sup>. No entanto, Silvina Silvério e Marisa Pires Marques notaram que: “apesar deste desaire [...] não é de descurar a presença regular de embarcações pertencentes a Diogo da Silva de Meneses ou a seus associados nas rotas atlânticas, porque lhe eram necessárias para transportar os produtos oriundos dos seus senhorios nos Açores e em Cabo Verde”<sup>347</sup>.

D. Nuno Manuel, almotacé-mor do *Venturoso*, foi um dos particulares autorizado pelo monarca a participar no comércio das especiarias orientais. Investiu nas armadas de 1503, 1506, 1517, 1519 e 1520<sup>348</sup>. João de Barros

---

<sup>344</sup> Cf. A. A. Marques de Almeida, *Capitais e Capitalistas...*, op. Cit., pp. 99-100. Para além deste investimento na Carreira da Índia Sanjay Subrahmanyam diz-nos que “mostrou interesse em participar no comércio do oceano Índico, tendo enviado feitores aos portos do sudoeste da Índia e investindo aí parte da sua substancial fortuna.” Sanjay Subrahmanyam, *A Carreira e a Lenda...*, op. Cit., p. 93.

<sup>345</sup> Sobre esta personagem veja-se o artigo escrito por Silvina Silvério e Marisa Pires Marques, “Diogo da Silva de Meneses e a Política Régia Ultramarina”, in *A Alta Nobreza...*, op. Cit., p. 239-257.

<sup>346</sup> Jaime Cortesão, *A expedição...* op. Cit., pp. 173-175.

<sup>347</sup> Silvina Silvério e Marisa Pires Marques, “Diogo da Silva de Meneses ...”, *A Alta Nobreza...*, op. Cit., p.252.

<sup>348</sup> Cf. A. A. Marques de Almeida, *Capitais e Capitalistas...*, op. Cit., pp. 104, 110-112.

acrescenta que o rei o autorizou a armar uma nau, em 1522, capitaneada por Diogo Calvo, para ir comerciar na China<sup>349</sup>.

Não só os «grandes» do Reino, mas também algumas das figuras mais gradas da Índia participaram no comércio Oriental. Exemplo disso é o conhecido Tristão da Cunha que manteve uma intensa actividade comercial. Sobre esta realidade Andreia Martins de Carvalho notou que “uma das chaves de sucesso de Tristão da Cunha foi sem dúvida a sua relação privilegiada com o meio financeiro italiano em Portugal – não só com o armador Fernão de Loronha, mas sobretudo com Bartolomeu Marchionni, os Lomellini ou António Spíndola, que actuava nas ilhas da Madeira e dos Açores”<sup>350</sup>. As suas actividades comerciais estenderam-se a vários pontos do império, da Índia à Antuérpia, pelas ilhas Atlânticas e pela costa da Guiné. Este fidalgo da Casa Real, que recebera o cargo de vedor da Fazenda, era membro do Conselho Régio, terá sido nele que o monarca primeiro pensou para governador da Índia, o que não deixa de ser curioso já que se tratava de um nobre que se notabilizara na área financeira. Não se deve descurar, porém, o lado clientelar da escolha, uma vez que Tristão da Cunha tinha fortes ligações à casa ducal de D. Manuel.

Tristão da Cunha investiu nas viagens de 1502, 1506 e 1515<sup>351</sup>. A primeira aposta económica na Carreira da Índia deve ter sido suficientemente proveitosa para voltar a investir na armada que capitaneou até ao Oriente. É tido como certo que o rei D. Manuel lhe dera a capitania-mor das naus como forma de o compensar pelo cargo de governador que não pudera aceitar; reforçando a lisonja o monarca isentava-o do poder de D. Francisco de Almeida. A capitania-mor da armada possibilitou a Tristão da Cunha o supervisionamento directo do seu investimento e do dos seus associados.

A leitura da obra que Banha de Andrade escreveu sobre esta figura retrata a armada de 1506 como tendo uma forte participação de privados,

---

<sup>349</sup> Cf. *Ásia*, III, vi. 2.

<sup>350</sup> Andreia Martins de Carvalho, “Tristão da Cunha...” in *A Alta Nobreza...*, op. Cit., p. 221.

<sup>351</sup> Cf. A. A. Marques de Almeida, *Capitais e Capitalistas...*, op. Cit., pp. 100, 104 e 109.

nomeadamente, Bartolomeu Marchionni e outros italianos, Fernão de Loronha<sup>352</sup> e os Welser<sup>353</sup>. Mas o fenómeno que mais se evidencia nesta armada prende-se com o investimento de muitas figuras do Oriente, como António de Saldanha que aplicou 550 cruzados ao meio<sup>354</sup>. Por outro lado, alguns capitães da armada, como Job Queimado e Rui Dias Pereira não encararam esta viagem como mera oportunidade de prestar um serviço à Coroa, eram fidalgos que capitaneavam os seus próprios navios ou o de particulares, protagonizando, assim, os novos desafios «sócio-profissionais» propostos ao seu grupo social pela Modernidade.

Curiosamente, sobre Job Queimado tivemos, ao longo de toda a investigação, a impressão de que se tratava de um mercador, uma vez que nas crónicas do Oriente é somente referido na condição de armador do navio que comandou em 1506, sendo filho de Vasco Queimado de Setúbal. Esta associação a um porto reforçou a convicção de que se tratava de um membro do povo, ainda que do seu escalão mais elevado. A lista de moradores da Casa Real de D. Manuel, publicada por D. António Caetano de Sousa, desfez esta ideia, pois aponta-o como escudeiro-fidalgo<sup>355</sup>. Na História, Job Queimado ficou conhecido como investidor nas armadas de 1506, 1507 e 1508<sup>356</sup>, mas apesar de ressaltar a sua actividade mercantil, não deixou de ser um servidor do monarca e um morador da sua Casa, o que revela um pouco da nobreza de Quinhentos e sobre a elite comercial portuguesa.

Francisco de Távora, capitão na armada de 1506 sob a bandeira de Afonso de Albuquerque, investiu 370 cruzados na viagem, assim como um Jorge da Silveira<sup>357</sup>, que julgamos se tratar do capitão na armada de Jorge de Melo Pereira, e Garcia de Sousa que terá feito a sua primeira viagem até ao Oriente em 1506

---

<sup>352</sup> Sobre as ligações privilegiadas de Tristão da Cunha aos mercadores portugueses e estrangeiros Andreia Martins de Carvalho associou o seu nome ao de Bartolomeu Marchionni e Fernão de Loronha, seus parceiros privilegiados, fazendo também notar as relações familiares “de Tristão da Cunha com a rede administrativa da Coroa, actuando sobretudo em Lisboa.” Andreia Martins de Carvalho, “Tristão da Cunha...”, in *A Alta Nobreza...*, *op. Cit.*, p. 205.

<sup>353</sup> Cf. A. A. Banha de Andrade, *História de um fidalgo quinhentista...*, *op. Cit.*, p. 108.

<sup>354</sup> Cf. *Ibidem*, p. 108; A. A. Marques de Almeida, *Capitais e Capitalistas...*, *op. Cit.*, p. 104.

<sup>355</sup> Cf. *Provas*, tomo II, 1ª parte, p. 453.

<sup>356</sup> Cf. A. A. Marques de Almeida, *Capitais e Capitalistas...*, *op. Cit.*, pp.104-106.

<sup>357</sup> Cf. *Ibidem*, p. 104.



como simples embarcado<sup>358</sup>. Outros capitães com estatuto de fidalgos da Casa Real partiram para o Oriente capitaneando as suas próprias embarcações ou onde investiram algum «cabedal», como é o caso de Luís Coutinho, em 1509, e do armador Vasco Carvalho, em 1508<sup>359</sup>.

\*

Lopo Dias é, a par de Gonçalo Nunes<sup>360</sup>, o único criado de um nobre entre os capitães das Armadas da Índia. Curiosamente, o cargo, entregue em 1502, justifica-se por ir na chefia do navio do seu patrono. Por certo, o seu nome fora discutido entre D. Álvaro de Portugal e o monarca. Presume-se que, para além do comando da embarcação, deveria defender os interesses comerciais do seu senhor. No nosso entender, estes dois capitães de baixo estatuto social, só fazem sentido nos períodos mais recuados da Carreira da Índia, pois, como vimos, a partir de um dado momento o cargo de capitão da armada tornou-se num serviço régio muito apetecido pelos fidalgos da Casa Real.

Os indivíduos que surgem classificados como nobres são em grande parte assim designados por dedução e não por referência documental. Por prudência, aconselhada pela escassa informação disponível, não podemos especificar a condição social destes indivíduos, no entanto, é possível que estes homens pertencessem a escalões superiores da nobreza.

Brás Sodré era oriundo de uma família que ficaria célebre na história da Carreira da Índia, pois era tio de Vasco da Gama e irmão de Vicente Sodré, ambos fidalgos da Casa Real. Serão estas informações suficientes para o afirmarmos como fidalgo? Julgamos que não, pois apesar de os dois irmãos terem partido para o Oriente como capitães de navios, nenhum documento refere a condição social de Brás Sodré.

Os irmãos Diogo e Pêro Correia eram filhos de Frei Paio Correia, bailio da Ordem do Hospital. Provavelmente, pertenciam ao foro de fidalgos da Casa Real, mas não foi possível encontrar comprovativo documental, nem tão pouco

---

<sup>358</sup> Cf. *Ásia*, II, i, 2.

<sup>359</sup> Cf. A. A., Marques de Almeida, *Capitais e Capitalistas... op. Cit.*, p. 106.

<sup>360</sup> Gonçalo Nunes foi capitão na armada do descobrimento marítimo para a Índia, sendo criado de Vasco da Gama. Cf. *Ásia*, I, iv, 2.

associá-los com segurança à fidalguia. Em páginas anteriores tivemos oportunidade de expor os elementos muito difusos que se referem ao estatuto de Diogo Mendes de Vasconcelos. Parece-nos de sobremaneira estranho que este capitão-mor da armada 1510 não fosse um fidalgo da Casa Real, no entanto, o contexto familiar onde se insere não é em nada indiciador de fidalguia.

Depois do rei D. Manuel I ter enviado, em 1517, Fernão de Alçada para o cargo de vedor da fazenda do Estado da Índia, na armada de Jorge de Albuquerque (1519) seguiu o doutor Pêro Nunes. Este foi o primeiro nobre a ocupar o cargo, uma vez que Lopo Soares de Albergaria reagiu mal a esta coarctação dos seus poderes, provocando o regresso de Fernão de Alçada. Como licenciado, servidor da confiança do rei, Pêro Nunes, não obstante a falta de menções à sua condição social, era membro da nobreza de serviço.

Simão de Alçada partiu para a Índia na armada de 1515, comandando uma nau de armadores com destino à China. Era filho de Pêro de Alçada, pertencendo a uma família com serviços na fazenda régia, tanto no Reino como no Oriente, sendo parente do referido Fernão de Alçada, nomeado vedor da fazenda do Estado da Índia, e de Pêro Alçada Carneiro, secretário de D. João III.

Apenas dez capitães das Armadas da Índia eram cavaleiros, perfazendo 5% dos comandos. Para além do aspecto numérico que demonstra o carácter periférico deste estatuto é pertinente notar que a partir do ano de 1508 não se regista qualquer outro capitão cavaleiro. Os escudeiros da Casa Real iniciaram a sua participação nas armadas, em 1500, nas figuras dos irmãos Bartolomeu e Diogo Dias, enquanto que Pêro Quaresma é o último a embarcar, em 1517, não havendo notícia que nenhum escudeiro tenha integrado os comandos das armadas no reinado de D. João III. Esta realidade é elucidativa do estatuto social que a maturação do Oriente vinha perfilando para os capitães. Conclusões semelhantes podem ser obtidas na análise dos cavaleiros da Casa Real.

Se exceptuarmos os casos de João Serrão, João Gomes, *Cheira-Dinheiro*, e de André Dias que partiram para o Índico, respectivamente, em 1515, 1518 e

1520, a prestação deste grupo social condensa-se nos primeiros treze anos da Carreira da Índia, registando-se apenas quatro capitães com este foro social para todo o reinado do *Piedoso*<sup>361</sup>.

O panorama sociológico dos comandos das Armadas da Índia completa-se com a elevada percentagem de fidalguia atingindo os 61%. Como tivemos oportunidade de notar, com excepção das esquadras de Cid Barbudo (1505), Diogo Mendes de Vasconcelos (1510) e de João Serrão (1514), com objectivos muito específicos, todas as restantes armadas tinham fidalgos entre os seus capitães. A percentagem de nobreza no comando das Armadas da Índia é ainda mais expressiva perfazendo um total de 82%.

Outro elemento revelador de como o Oriente entrara na vida da «média» nobreza portuguesa de Quinhentos foi revelado pelo estudo dos cavaleiros do Conselho Régio. Antes de avançarmos para uma análise que evidencia o peso do Oriente no Conselho de D. Manuel I, será necessário perceber um pouco melhor as origens, os propósitos e a constituição deste órgão consultivo.

Segundo o historiador espanhol, Cláudio Sánchez-Albornoz, o Conselho deriva da cúria primitiva, a que deviam comparecer os vassallos do monarca como manifestação do *consilium et auxilium* previsto pelo dever medieval. O conselho corresponde às reuniões ordinárias, enquanto que as extraordinárias deram origem às Cortes<sup>362</sup>.

Sobre a constituição do Conselho e a evolução das suas competências Rita Costa Gomes notou a existência de um “corpo mais ou menos flexível de conselheiros permanentes apenas uma parte dos vassallos – os “privados” – e outros membros da *entourage* directa do rei (nomeadamente os peritos em direito e os homens ligados às finanças), tornando o conselho régio um órgão crescentemente técnico e governativo, e não apenas um organismo periódico gerador de consensos”<sup>363</sup>. As palavras da autora resultam de uma análise do fim

---

<sup>361</sup> Esta afirmação baseia-se no nosso estudo “A Nobreza na Carreira da Índia no reinado de D. João III...” in *D. João III...*, op. Cit., pp. 401-415.

<sup>362</sup> Cláudio Sánchez-Albornoz, *La Cúria Regia Portuguesa. Siglos XII y XIII*, Madrid, Centro de Estudios Históricos, 1920, pp. 456-469.

<sup>363</sup> Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995, p. 183.

da Idade Média, com o alvorecer da Modernidade e com a introdução do Oriente na vida governativa do Reino, a folha de serviços nestas paragens parece pesar na escolha dos conselheiros, o que se compreende à luz do carácter cada vez mais prático deste órgão.

Desta forma, fica claro que um conselheiro não era necessariamente um membro da Alta Nobreza, embora muitos desses fidalgos tivessem nele assento, mas sobretudo um indivíduo útil à governação. Não queremos com isto reforçar o carácter «inter-classista» do conselho, pois um servidor do monarca era por excelência um fidalgo da sua Casa, ideia que esta dissertação de mestrado tem vindo a reforçar. Por outro lado, as informações que recolhemos para os capitães das Armadas da Índia foram, maioritariamente, retiradas do *Livro da Matricula dos Moradores da Casa delRey D. Manoel*<sup>364</sup> referindo-se em exclusivo aos Cavaleiros do Conselho moradores da Casa Real<sup>365</sup>.

**Quadro 3 – Os capitães das Armadas da Índia Conselheiros do Rei**  
(1497-1521)

Nome	Estatuto	Data	Armadas
Afonso de Albuquerque	FCR	?	1503/4/6 1506/4/6
Aires da Gama (D.)	FCR	1518	1511/3/25 1518/3/27
António de Saldanha	FCR	1527	1503/5/14 1517/4/9
Cristóvão de Brito	FCR	1518	1511/3/25 1514/4/9
Cristóvão de Mendonça	FCR	1518	1519/4/23
Cristóvão de Távora	FCR	1518	1515/4/7
Diogo de Lima (D.)	FCR	1518	1519/4/23 1520/4/6 1521/4/5
Diogo de Sepúlveda	FCR	1518	1521/4/5
Diogo Lopes de Sequeira	FCR	1518	1508/4/5-8 1518/3/27
Duarte de Lemos	FCR	1518	1508/4/9
Duarte de Meneses (D.)	FCR	1518	1521/4/5
Fernando Coutinho (D.)	FCR	1501	1509/3/12 (ou 22)
Francisco de Almeida (D.)	FCR	1505	1505/3/25
Francisco de Anhaia	FCR	1518	1505/5/18
Francisco Nogueira	FCR	1518	1512/3/25
Francisco Pereira Pestana	FCR	1518	1508/4/9

<sup>364</sup> D. António Caetano de Sousa, “Libros da Matricula dos Moradores da Casa delRey D. Manoel, do primeiro quartel do anno de 1518. Extrahido do Original por Gaspar Faria Severim” in *Provas*, tomo II, 1.<sup>a</sup> parte, pp. 339-468.

<sup>365</sup> Sobre os cavaleiros do Conselho Rita Costa Gomes escreveu: “As posições mais importantes e mais cobiçadas seriam, naturalmente, as de morador conselheiro, reservadas à nobreza mais notável do reino e aos detentores dos ofícios superiores palatinos.” Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal...*, op. Cit., p. 207.

			1521/4/5
Garcia de Noronha D.	FCR	1518	1511/3/25
Garcia de Sá	FCR	1518	1518/3/27
Guterre de Monroy (D.)	FCR	1532	1515/4/7
João de Eça (D.)	FCR	1518	1512/3/25
João de Lima (D.)	FCR	1518	1518/3/27 1521/4/5
João de Sousa Lima	FCR	1518	1513/3/12-20
João Lopes de Alvim	FCR	1518	1518/3/27
Jorge de Albuquerque	FCR	1533	1512/3/25 1519/4/23
Lopo Cabreira	-	1518	1518/3/27
Lopo Soares de Albergaria	FCR	1515	1504/4/22 1515/4/7
Lopo Vaz de Sampaio	FCR	1518	1512/3/25
Luís Coutinho (D.)	FCR	1518	1502/2/10
Luís de Gusmão (D.), Castelhano	FCR	1518	1519/4/23
Martim Afonso de Melo Coutinho	FCR	1518	1521/4/5
Pedro Álvares Cabral	FCR	1518	1500/3/9
Pêro Afonso de Aguiar	FCR	1518	1500/3/9 1504/4/22 1509/3/12 (ou 22)
Pêro Lourenço de Melo	FCR	1518	1520/4/6
Rafael Catanho	FCR	1518	1517/4/9 1519/4/23
Sancho de Tovar	FCR	1518	1500/3/9 1518/3/27
Tristão da Cunha	FCR	1503	1506/4/6
Vasco da Gama (D.)	FCR	1501	1497/7/8 1502/2/10

A consulta da documentação referente ao Oriente veicula a ideia de que os governadores eram necessariamente membros do Conselho Régio, pois nos seus regimentos e nas cartas de nomeação estantes da Chancelaria passam a ser denominados desta forma. No entanto, uma análise mais detalhada revela que muitos outros capitães das Armadas da Índia tinham assento neste órgão, se não quando partiram para a Índia, pelo menos depois de terem regressado.

Mais do que avaliarmos a percentagem de fidalgos com esta dignidade entre o cômputo total dos comandos (manifestamente baixo, apenas 17% dos capitães eram ou vieram a ser membros do Conselho), seria interessante compreender o peso que a experiência do Oriente e do Ultramar em geral tinha dentro deste instrumento da monarquia.

Por agora, podemos analisar com detalhe o quadro n.º3 que nos permite afirmar que, pelo menos, dezoito capitães das Armadas da Índia quando realizaram a sua primeira ou segunda viagem eram conselheiros do rei. O primeiro a alcançar esta dignidade foi Vasco da Gama que a partir de 1501 é assim referido na documentação oficial. Esta mercê viera a par de outras obtidas

pelo descobrimento do caminho marítimo para a Índia, como o uso do *Dom*, o cargo de Almirante e, mais tarde, o título de conde da Vidigueira<sup>366</sup>.

Inaugurando a tradição que se manteria ao longo de todo o seu reinado, D. Manuel I ao conceder a carta de poder de vice-rei a D. Francisco de Almeida nomeava-o, pela primeira vez, como membro do seu Conselho<sup>367</sup>. Curiosamente, todos governadores parecem ter recebido esta dignidade nas vésperas da partida para o Oriente, exceção feita a D. Duarte de Meneses, o que comprova o elevado estatuto social deste representante máximo do monarca na Índia<sup>368</sup>. Tristão da Cunha também merece uma referência especial pois quando partiu para a Índia, em 1506, era um fidalgo bem integrado nas estruturas sociais do Reino, sendo referido como membro do Conselho a partir de 1503<sup>369</sup>.

Pedro Álvares Cabral é o melhor exemplo de como um fidalgo, relativamente estático, pode alcançar a dignidade de conselheiro do rei por ter tido uma prestação ultramarina. É claro que em termos simbólicos Pedro Álvares possuía a vantagem, alcançada por Colombo em Espanha e por Vasco da Gama em Portugal, de ser o descobridor de um «novo mundo».

Duarte de Lemos, por morte de seu tio Jorge de Aguiar, ocupou um dos cargos mais importantes na estrutura militar da Índia, o de capitão-mor da Arábia e Pérsia. Em 1512, regressou a Portugal e, em 1514, por renúncia de seu pai João Gomes de Lemos<sup>370</sup>, foi confirmado senhor de Trofa. Nenhum outro episódio ultramarino se conhece até partir para o Brasil, onde foi capitão-donatário de Pernambuco. Não só a sua estadia no Oriente lhe terá proporcionado a honraria de conselheiro do rei, o facto de ser um terratenente terá pesado na decisão do monarca. No entanto, acreditamos que terá sido essa primeira experiência expansionista que criou canais de comunicação mais fluidos com a Coroa, pois

---

<sup>366</sup> Cf. Sanjay Subrahmanyam, *A Carreira e a Lenda...*, *op. Cit.*, p. 205.

<sup>367</sup> Cf. IAN/TT, Gavetas, 14-3-14, Lisboa, 27/2/1505 pub. em Francisco Candeias Silva, *O fundador...*, *op. Cit.*, pp. 259-261.

<sup>368</sup> D. Duarte de Meneses surge na lista datada de 1518 e publicada por D. António Caetano de Sousa, *Provas*, tomo II, 1.ª parte, p. 441.

<sup>369</sup> Cf. A. A. Banha de Andrade, *História de um fidalgo quinhentista...*, *op. Cit.*, p. 26.

<sup>370</sup> Este só viria a falecer em 1515.

logo, em Setembro de 1508, escreveu uma carta ao rei a partir de Moçambique a relatar-lhe os percalços da viagem<sup>371</sup>.

Francisco de Anhaia e Francisco Nogueira eram dois oficiais que tinham conhecimento aprofundado sobre duas geografias específicas do Índico. O primeiro partira para Sofala na companhia de seu pai, Pêro de Anhaia, encarregue da construção da fortaleza<sup>372</sup>. Depois do regresso a Lisboa, Francisco de Anhaia poderia fornecer ao rei uma série de informações relativas à «mina nova» de onde se extraía o ouro essencial para as transacções comerciais do Índico. Por seu turno, Francisco Nogueira fora o primeiro capitão de Calecut. Para lá de superintender a fixação dos portugueses nesse importante reino Malabar, fora um dos oficiais do rei que negociara o tratado de paz<sup>373</sup>. Em 1518, entre os seus conselheiros, D. Manuel I poderia contar com as opiniões de um nobre que estabelecera relações diplomáticas com um dos mais problemáticos potentados da Índia.

Curiosamente, outro capitão de Sofala e Moçambique teria assento no órgão consultivo do monarca: Cristóvão de Távora, que desempenhara este cargo entre 1516 e 1518, data em que fora substituído por outro membro do Conselho Régio – Sancho de Tovar. D. João de Eça fora outro conselheiro que estivera à frente de uma capitania, mais concretamente na de Goa. Ao contrário dos casos referidos, não julgamos que o desempenho desta função tenha suscitado a sua nomeação para a dignidade que temos vindo a analisar. A sua estadia em Goa fora demasiado episódica para ter tal consequência. Mais do que a experiência ultramarina é o elevado estatuto de D. João de Eça que justifica a sua presença entre os conselheiros, pois era bisneto do infante D. João, como tal, descendente do rei D. Pedro. Para lá desta ancestral ligação à família real, tinha várias ligações à Alta Nobreza<sup>374</sup>. A mesma situação de prestígio social se aplica a D.

---

<sup>371</sup> Cf. DPMAC, II, pp. 276-301. DPMAC, II, pp. 302-304.

<sup>372</sup> Foi nomeado primeiro capitão da fortaleza que deveria construir em Sofala ou, em alternativa, de uma fortaleza no mar Vermelho. Cf. CAA, II, pp. 281, 312. GTT, V, p. 529.

<sup>373</sup> Sobre este oficial do Estado da Índia veja-se o nosso estudo, “Francisco Nogueira: um nome, um espaço, um tempo” in *Os Capitães de Afonso de Albuquerque...*, *op. Cit.*, no prelo.

<sup>374</sup> O seu irmão D. Rodrigo de Eça casou com D. Guiomar de Noronha, filha de D. Martinho Castelo Branco, conde Vila Nova de Portimão. A sua prima como tia, D. Isabel, casou com D. Álvaro de Castro,

Luís Coutinho, capitão na armada de 1502, que era irmão do conde de Marialva, assim como a Cristóvão de Mendonça que, em 1520, se tornaria cunhado do duque de Bragança<sup>375</sup>.

D. Guterre de Monroy recebeu carta de conselheiro a 8 de Fevereiro de 1532<sup>376</sup> depois de ter servido em dois dos palcos ultramarinos, na Índia e no norte de África. No entanto, parece-nos que a sua inclusão no Conselho Régio se deve mais à sua prestação na Índia, onde estivera à frente da capitania de Goa, uma vez que só partiu para Marrocos em 1533, como capitão do cabo de Gué, tendo, em 1513, participado na expedição a Azamor liderada pelo duque de Bragança. O mesmo tipo de análise pode ser aplicada a António de Saldanha, conhecido veterano da Índia, tendo participado em duas expedições ao norte de África. Em Junho de 1527, ingressou o Conselho Régio, no ano seguinte completou a última das suas cinco viagens ao Índico<sup>377</sup>. No caso de Jorge de Albuquerque, capitão na armada de 1512 e capitão-mor na de 1519, sabemos que foi nomeado membro do Conselho Régio como recompensa pelos serviços prestados na Índia<sup>378</sup>.

Se a percentagem de membros do Conselho entre os capitães das Armadas da Índia é relativamente pequena, a análise ganha outras dimensões quando restringimos o grupo aos capitães-mores, pois 47% eram ou passaram a pertencer a este órgão governativo.

Por vezes, as nossas conclusões podem ser forçadas pelas circunstâncias em que a informação nos foi transmitida, é o caso do documento que nos forneceu a maioria dos dados para a elaboração do quadro 3. O *Livro da Matrícula do rei D. Manuel I* refere-se a 1518, o que significa que muitos cavaleiros do Conselho poderiam ter recebido essa dignidade em anos anteriores.

---

conde de Monsanto. O irmão de D. Isabel, D. Afonso de Cascais e Vasconcelos, foi feito primeiro conde de Penela que, por sua vez, casou com D. Isabel, filha de D. Lopo de Almeida, conde de Abrantes. D. Aldonça Moniz, sobrinha de D. João, casou com Pedro Lobo, filho do barão do Alvito D. Diogo Lobo. Cf. *Nobiliário*, V, pp. 39, 42. *Pedatura*, tomo V, vol. II, pp. 116, 117. *Livro de Linhagens*, pp. 235, 239-240.

<sup>375</sup> Apesar do consórcio de D. Jaime com D. Joana de Mendonça só se ter concretizado em 1520, é possível que o duque já tivesse ligações a esta família, supondo-se que a indigitação de Cristóvão de Mendonça para o Conselho Régio fosse da responsabilidade do Bragança, assim como a nomeação para capitão da armada de Jorge de Albuquerque (1519) e, em 1527, para capitão de Ormuz.

<sup>376</sup> Cf. Ronald Bishop Smith, *D. Guterre de Monroy...*, *op. Cit.*, p. 14.

<sup>377</sup> Cf. João Paulo Oliveira e Costa, "Saldanha, António de", in *DHDP*, vol. II, pp. 961-964.

<sup>378</sup> Cf. Luís Filipe Thomaz, *Os Portugueses em Malaca...*, *op. Cit.*



Por outro lado, criou-se a sensação que nos últimos anos do reinado do *Venturoso* o Oriente passou a atrair um maior número de conselheiros. Apesar das limitações documentais, julgamos que esta ideia vai ao encontro da própria «evolução» dos estatutos sociais que temos vindo a verificar.

Outro dado curioso prende-se com o facto de muitos dos Conselheiros régios que partiram para a Índia irem nomeados capitães de fortalezas. É o caso, em 1518, de D. Aires da Gama e de D. Diogo de Lima destinados para o Malabar, respectivamente para Cananor<sup>379</sup> e Cochim<sup>380</sup>. Diogo de Sepúlveda fora, em 1521, nomeado capitão de Sofala<sup>381</sup>. Francisco Pereira Pestana depois de uma passagem pelo Oriente com cargos mais modestos, entre 1521 e 1525, foi capitão de Goa<sup>382</sup>. Por sua vez, Garcia de Sá, esteve à frente dos destinos de Malaca entre 1519 e 1521<sup>383</sup>. Um pouco mais tarde, em 1525, D. João de Lima ocuparia a capitania de Calecut.

O facto dos conselheiros Rafael Catanho, Pêro Lourenço de Melo<sup>384</sup> e de Martim Afonso de Melo Coutinho que partiram para a Índia com destino à China, consecutivamente em 1519, 1520 e 1521, pode ser entendido como um indicativo da importância que esta região extremo oriental começava a despertar na política da Coroa. Sobre este assunto João Paulo Oliveira e Costa escreveu: “o *Venturoso* pensou que poderia passar de uma fase de contactos sazonais mantidos apenas por armadas que iam e vinham (que na verdade tinham ficado várias vezes a meio caminho) para uma fase de relacionamento permanente em que o comércio ficasse em negócio corrente, assim, ordenou a construção de uma fortaleza no litoral chinês”<sup>385</sup>. Martim Afonso de Melo Coutinho fora nomeado para assumir essa capitania<sup>386</sup>.

---

<sup>379</sup> Cf. José Manuel Correia, *Os Portugueses no Malabar...*, *op. Cit.* p. 311.

<sup>380</sup> Cf. *Registo*, vol. I, p. 16.

<sup>381</sup> Cf. *Registo*, vol. I, p. 17.

<sup>382</sup> Cf. Luís de Albuquerque e José da Costa Pereira, “Cartas de «serviços»...” in *op. Cit.*, p. 327.

<sup>383</sup> CAA, VII, p. 182. CAA, IV, p. 159. DPMAC, VI, p. 434. GTT, III, pp. 201-202. GTT, IV, pp. 280, 378.

<sup>384</sup> Pêro Lourenço de Melo nunca chegaria à China, acabando por morrer na Birmânia. Cf. João Paulo Oliveira e Costa, “A Coroa Portuguesa e a China...”, in *Estudos de História...* *op. Cit.*, p. 29.

<sup>385</sup> Cf. *Ibidem*, p. 30.

<sup>386</sup> Cf. *Ibidem*, p. 64.

Para lá dos indivíduos que reunimos no quadro, surgem outros nomes entre os cavaleiros do Conselho ligados ao Oriente como é o caso do célebre Duarte Pacheco Pereira<sup>387</sup> e de Rui de Brito Patalim, primeiro capitão de Malaca<sup>388</sup>. Fernão Sodrê, identificado como filho de Vicente Sodrê<sup>389</sup>, deve ter recebido esta dignidade quer por influência do seu parente D. Vasco da Gama, quer pela prestação, ainda que desastrosa, de seu pai. Outro elemento que julgamos pertinente destacar é o de Jorge Dias apontado como sobrinho da enigmática mulher de negócios Catarina Dias<sup>390</sup>.

A panóplia muito variada de personagens entre os conselheiros de D. Manuel I, que englobavam membros da Alta Nobreza, clérigos, indivíduos que desempenhavam cargos palatinos ou na administração central, alcaides-mores, figuras com «carreiras» no Norte de África e na Índia, personalidades ligadas ao mundo dos negócios, faz-nos questionar o que seria, de facto, o Conselho Régio no alvorecer da Modernidade? A resposta a esta pergunta pode ser obtida nas palavras de Jean Aubin que escreveu: «On doit noter que le Conseil n'a rien d'un corps homogène. Les grands seigneurs hostiles aux intrusions de la bureaucratie royale y voisinent avec leurs censeurs les légistes (*letrados*) et avec des *fidalgos* de lignage et de train de vie fort divers, appelés à y siéger au vu de leurs mérites. La qualité de membre du Conseil, d'ailleurs, est essentiellement honorifique. Le Roi gouverne avec un très petit nombre de conseillers, quatre ou cinq le plus souvent, et quelquefois moins. Les affaires politiques se traitent en petit comité. Lorsqu'une question majeure este un jeu, le roi consulte plus largement»<sup>391</sup>.

Interpretando as palavras do historiador francês devemos concluir que mais do que a função real de aconselhar com regularidade o monarca, ser membro do Conselho Régio funcionava como uma forma de distinção social. Podemos afirmar que, por um lado, a Índia se tornara numa boa plataforma para a ascensão social, pois alguns dos que nela actuaram viriam a ocupar este cargo

---

<sup>387</sup> Cf. *Provas*, tomo II, 1ª parte, p. 446.

<sup>388</sup> Cf. *Ibidem*, p. 447.

<sup>389</sup> Cf. *Ibidem*, p. 446.

<sup>390</sup> Cf. *Ibidem*, p. 449.

<sup>391</sup> Jean Aubin, «La noblesse titrée sous D. João III. Inflation ou fermeture ? » in *Le Latin et l'Astrolabe...*, op. Cit., vol. I, p. 372.

honorífico, por outro, o Oriente foi ganhando prestígio como palco de serviços à Coroa, pois, nos derradeiros anos do reinado manuelino, é possível encontrar capitães das Armadas da Índia com esta dignidade. Seria pertinente verificar se houve um acréscimo no Conselho Régio de D. João III do número de fidalgos com prestações ultramarinas; se assim aconteceu salienta-se a adopção do ultramar pela fidalguia como palco da sua reinvenção «sócio-profissional».

As palavras de Jean Aubin suscitaram outra reflexão que se prende com a proximidade à figura do rei. O intenso envio epistolográfico para a administração central por parte dos oficiais da Índia, visível nas colectâneas documentais e nos arquivos, demonstra-nos que a distância obrigava os interlocutores régios a aconselhar o rei permanentemente, narrando-lhe os vários acontecimentos, expondo os seus próprios pontos de vista, sugerindo soluções. Muitos destes indivíduos, uma vez regressados ao Reino, eram remetidos ao silêncio e, quanto muito, a troca de correspondência oficial só se restabelecia para se pedir uma mercê pelos serviços prestados. Não é por acaso que, da maioria dos capitães das Armadas da Índia, só se guarde memória da sua estadia no Oriente.

### **3.2 AS ORDENS MILITARES E OS COMANDOS DAS ARMADAS**

O estudo das Ordens Militares e os comandos das Armadas justifica-se na medida em que contribuiu para a avaliação do diferente peso que as Ordens de Santiago e de Cristo tiveram no processo expansionista, mais precisamente na Índia. Para compreendermos a natureza dessas diferenças, caso elas existam, temos que traçar um breve esboço da história destas instituições em Portugal.

Como é sobejamente conhecido, as Ordens Militares foram introduzidas na Península Ibérica no âmbito do processo da *Reconquista*, o que se compreende pelo seu cariz cruzadístico, que pressuponha o confronto militar com o infiel, a libertação da Terra Santa e o incentivo à peregrinação<sup>392</sup>. Tratavam-se, portanto, de instituições monástico-militares. Aquando da definição das actuais fronteiras

---

<sup>392</sup> Cf. Luís Adão da Fonseca, “As Ordens Militares e a Expansão” in *A Alta Nobreza...*, op. Cit., p. 321.

nacionais, as Ordens possuíam vastos territórios que a Coroa, mais propriamente a dinastia de Avis, começou a integrar nos bens da família real. Este é o primeiro passo de um processo que termina com D. João III, em 1551, com a anexação dos mestrados de Avis, Cristo e Santiago na Coroa. Em consequência, nas palavras de Luís Adão da Fonseca, “o poder das Ordens perde a sua autonomia, preparando-se, desta forma, a sua futura evolução enquanto instituição de integração e projecção social subordinadas à organização do estado moderno”<sup>393</sup>.

A expulsão dos muçulmanos do território nacional obrigou a que se assistissem a várias transformações nas Ordens, diminuindo-se o carácter militar e acentuando-se o senhorial, abandonando-se o carácter monástico em favor de uma maior laicização.

Luís Adão da Fonseca, cujos trabalhos temos vindo a seguir, analisa os domínios territoriais das Ordens e discorre sobre a possibilidade destes terem condicionado a natureza de cada uma destas instituições. Deste modo, a Ordem de Avis que concentrava a maioria dos seus domínios no interior norte alentejano parece estar mais vocacionado para o diálogo com a vizinha Espanha. A Ordem de Santiago, com importantes comendas junto à costa e com rendimentos provenientes das rotas oceânicas com o norte da Europa e com o Mediterrâneo, assim como do comércio do sal, pode justificar porque tantos dos seus membros estiveram associados à expansão marítima. A Ordem de Cristo é menos marcada pela sua geografia, pois o que parece ter sido determinante foi a sua ligação ao poder real desde o momento da sua fundação, “também não terá sido menos forte a constante actualização da sua vocação *cruzadística*, associada à componente de guerra marítima”<sup>394</sup>.

Outro aspecto que não pode ser descurado relaciona-se com os indivíduos que estiveram à frente das Ordens. As suas personalidades e as suas opções políticas marcaram fortemente os destinos das milícias. Se tivermos em conta que a Ordem de Cristo teve como administradores o infante D. Henrique, o infante D. Fernando e D. Manuel I, podemos facilmente perceber porque razão

---

<sup>393</sup> *Ibidem*, p. 326.

<sup>394</sup> *Ibidem*, p. 331.

foi a mais empenhada no processo expansionista. Para o nosso estudo é pertinente referir a influência manuelina na Ordem de Cristo, nomeadamente, a hipótese de propagação das ideias imperiais e, em consequência, a recuperação da dimensão cruzadística.

Quando expusemos a problemática sobre a escolha de Vasco da Gama, tivemos oportunidade de abordar as divisões na sociedade portuguesa, assim como definir o papel que as Ordens desempenharam. Apesar das reticências que se podem colocar às clivagens entre os apoiantes e os opositores ao «plano da Índia» de D. Manuel, é inegável que, por todas as razões apontadas, é a Ordem de Cristo a mais influenciada pela personalidade do rei. É dentro deste contexto que devemos compreender a transferência da milícia de Santiago para a de Cristo de D. Francisco de Almeida e D. Duarte de Meneses, às vésperas de partirem para o Oriente.

As ligações de D. Francisco de Almeida a D. Jorge e à Ordem que este havia de administrar são bastante evidentes, pois fora aos Almeidas que, após a morte da sua irmã, a infanta D. Joana, D. João II confiara a tutoria do filho<sup>395</sup>. A ligação de D. Francisco a esta milícia data de 17 de Janeiro de 1478, altura em que recebeu um padrão de D. João II com 40.000 reis de tença pelos serviços prestados a D. João e à Ordem de Santiago de que então o príncipe era administrador<sup>396</sup>.

D. Duarte de Meneses, que antes de partir para Índia como governador fora capitão de Tânger, era comendador de Sesimbra na Ordem de Santiago, pelo menos, desde 1516. Em 1521, D. Manuel transferiu-o para a milícia que governava<sup>397</sup>. “Nessa década de vinte, a muito maior distância do reino, sentiu D. Manuel a necessidade de aproximar mais directamente D. Duarte de Meneses da

---

<sup>395</sup> Sobre a infância do príncipe veja-se as páginas que Maria Cristina Gomes Pimenta lhe dedica na sua obra *As Ordens de Avis e de Santiago a Baixa Idade Média. O governo de D. Jorge*, separata n.º 5 da *Revista Militarium Ordium Anacleto*, Palmela, pp. 74-79.

<sup>396</sup> IAN/TT, *Conventos Diversos, Chancelaria da Ordem de Santiago*, liv. 1, fl. 106 v. pub. em Joaquim Candeias Silva, *O fundador...*, op. Cit., p. 257.

<sup>397</sup> Cf. Isabel Morgado S. e Silva e Maria Cristina Pimenta, “As Ordens de Santiago e de Cristo e a Fundação do Estado da Índia”, in *A Alta Nobreza...*, op. Cit., p. 357.

sua pessoa, pelo que este ingressa na Ordem de Cristo?”<sup>398</sup>. Não obstante, a 15 de Março de 1534, D. Duarte ainda mantinha a administração da comenda da Ordem de Santiago<sup>399</sup>.

É curioso notar que Afonso de Albuquerque foi o único governador cavaleiro da Ordem de Santiago que não foi transferido para Cristo. Como interpretar este facto? O rei não tivera ocasião de dar ordem a esta permuta, Albuquerque fora o único capitão-geral da Índia a não partir de Lisboa com essa nomeação, a transição de poderes fora de tal forma complicada que D. Manuel se vira obrigado a enviar o marechal D. Fernando Coutinho para executar a outorga de poderes no *Leão dos Mares*. No entanto, podemos aventar que o monarca estava de tal forma certo da fidelidade de Albuquerque que não seria necessário outro laço de vassalagem. O mesmo tipo de raciocínio pode-se aplicar a Tristão da Cunha pois, apesar de não existir prova documental, seria cavaleiro da Ordem de Santiago, conhecendo-se as ligações da sua família a esta milícia<sup>400</sup>. O argumento da fidelidade reforça-se se pensarmos no exemplo de D. Francisco de Almeida tido como figura impostas ao Oriente pela oposição ao «projecto manuelino». Porém, seguindo as últimas produções historiográficas, D. Duarte de Meneses não se enquadrava neste grupo de homens, pelo contrário, o seu envio como governador deu-se num momento em que o monarca restaurava a confiança nas ideias imperiais. É possível que, no tempo que D. Duarte partiu para a Índia, fosse pouco lógico que um governador não pertencesse à milícia que o rei administrava.

É ainda de referir o caso de Vasco da Gama que “algures durante a primeira metade de 1507, decidira seguir o exemplo de D. Francisco de Almeida tendo abandonado definitivamente a Ordem de Santiago pela Ordem de Cristo”<sup>401</sup>. Desde os fins de 1495 que Vasco da Gama era cavaleiro da Ordem de Santiago, dispondo das comendas de Mouguelas e da Chouparia. Segundo Maria Cristina Gomes Pimenta, mesmo depois da sua passagem para a milícia de

---

<sup>398</sup> *Ibidem*, p. 358.

<sup>399</sup> Cf. Maria Cristina Gomes Pimenta, *As Ordens de Avis e de Santiago...*, *op. Cit.*, p. 394.

<sup>400</sup> Cf. Andreia Martins de Carvalho, “Tristão da Cunha...”, *op. Cit.*, p. 208.

<sup>401</sup> Sanjay Subrahmanyam, *A Carreira e a Lenda...*, *op. Cit.*, p. 289.

Cristo, Vasco da Gama manteve ligações à sua Ordem original<sup>402</sup>. Entre muitos outros factores, esta atitude do Almirante pode ser compreendida devido às fortes ligações que a sua família tinha a Santiago, nomeadamente, o seu pai Estêvão da Gama<sup>403</sup> e o seu parente João da Gama, fidalgo da Casa de D. Jorge e seu vedor da fazenda<sup>404</sup>.

À semelhança do que escrevemos para o Conselho Régio, são muito poucos os capitães das Armadas da Índia que pertenciam ou vieram a ingressar Ordens Militares, apenas 25%. Não obstante, trata-se de um fenómeno embrionário que importa analisar, pois no decorrer no século XVI e sobretudo no XVII e XVIII toma outras proporções<sup>405</sup>. A criação das comendas novas, outorgadas pela Santa Sé, em 1514 e 1517, salienta a vocação expansionista da Ordem de Cristo. A bula que aprovou esta iniciativa previa que fossem retirados rendimentos de mosteiros, priorados e igrejas paroquiais para a erigir comendas reservadas a indivíduos com serviços no ultramar, entenda-se Norte de África, que englobassem a luta contra os infiéis<sup>406</sup>.

Apesar de não ser a questão central da nossa dissertação de mestrado, o estudo da temática das Ordens Militares impôs-se devido à existência de duas obras, uma referente a Cristo e a outra a Santiago<sup>407</sup>, que abrangem o período cronológico observado. O levantamento exaustivo dos nomes que estes trabalhos tratam em dicionários biográficos ou em quadros/sínteses, constitui um manancial de informações que não poderia ser ignorado e que nos permite ter um conhecimento mais aprofundado da nobreza portuguesa que sulcou o Atlântico e o Índico no comando de navios.

### **Quadro 5 – Os capitães das Armadas da Índia Cavaleiros de**

---

<sup>402</sup> Maria Cristina Gomes Pimenta, *As Ordens de Avis e de Santiago...*, op. Cit., p. 593.

<sup>403</sup> Cf. Sanjay Subrahmanyam, *A Carreira e a Lenda...*, op. Cit., p. 46

<sup>404</sup> Cf. Luís Adão da Fonseca, “As Ordens Militares e a Expansão”, in *A Alta Nobreza...*, op. Cit., p. 342.

<sup>405</sup> Para os séculos XVII e XVIII veja-se o trabalho de Fernanda Olival, *As Ordens Militares e o Estado Moderno – Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisboa, Estar Editora, 2001.

<sup>406</sup> Cf. Isabel L. Morgado de Sousa e Silva, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, separata n.º 6 da *Militarium Analeta*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2002, p. 41.

<sup>407</sup> Referimo -nos às obras já citadas de Maria Cristina Gomes Pimenta (nota 395) e de Isabel L. Morgado de Sousa e Silva (nota 406).

## Ordens Militares

(1497-1521)

### 1) Cavaleiros de Ordens Militares antes da viagem à Índia

Nome	Estatuto	Armada	Ordem de Cristo	Ordem de Santiago
Afonso de Albuquerque	FCR	1503/4/6 1506/4/6	-	Era membro desta Ordem pelo menos desde 1503.
André Dias	CCR	1520/4/6	Tomou o hábito de Cristo em 1514.	
António de Lima	FCR	1516/4/4	Tomou o hábito em 1512.	
António de Saldanha	FCR	1503/5/14 1517/4/9	Tomou o hábito em 1516.	
Cristóvão de Mendonça	FCR	1519/4/23	Tomou o hábito em 1514.	
Diogo Correia	-	1505/3/25 1508/4/9		Era membro desta Ordem pelo menos desde 1503.
Diogo de Sepúlveda	FCR	1521/4/5	Tomou o hábito em 1518.	
Diogo Dias	ECR	1500/3/9		Em 1502, recebeu a confirmação da tença associada ao hábito de Santiago dada por D. João II.
Diogo Lopes de Sequeira	FCR	1508/4/5-8 1518/3/27	Tomou o hábito em 1513.	
Duarte de Meneses (D.)	FCR	1521/4/5	Em 1521, foi transferido da Ordem de Santiago para a milícia de Cristo.	Era comendador de Sesimbra pelo menos desde 1516.
Fernando Coutinho (D.)	FCR	1509/3/12 (ou 22)	Em 1507, era comendador da Reigada.	
Francisco de Albuquerque	FCR	1503/4/14		Era membro desta Ordem quando partiu para a Índia.
Francisco de Almeida (D.)	FCR	1505/3/25	Em 1505, recebeu licença pontifícia para transitar da Ordem de Santiago para a Ordem de Cristo.	Era membro desta ordem desde 17 de Janeiro de 1478.
Garcia Coutinho (D.)	FCR	1515/4/7	Tomou o hábito em 1514.	
Garcia de Sá	FCR	1518/3/27	Tomou o hábito em 1515.	
Gonçalo de Sousa	Cavaleiro	1508/4/5-8		Em 1498, um Gonçalo de Sousa é referido como tendo recebido o hábito.
João da Silveira	FCR	1516/4/4	Em 1515, recebeu uma tença referente ao hábito de Cristo.	
João de Lima (D.)	FCR	1518/3/27 1521/4/5	Tomou o hábito de 1515.	
Jorge de Brito	FCR	1515/4/7	Por morte de seu irmão, D. Lourenço de Brito (+1509) sucedeu na comenda de Segura e Salvaterra na Ordem de Cristo.	
Lopo de Brito	FCR	1519/4/23	Tomou o hábito em 1519.	
Lopo Mendes de Vasconcelos	Fidalgo	1502/4/10 (ou 1) 1504/4/22	Em 1501, era comendador de Castro Marim e Rendilha.	
Lopo Vaz de Sampaio	FCR	1512/3/25	Foi comendador da Ordem de Cristo.	
Luís de Meneses (D.)	FCR	1521/4/5	Tomou o hábito em 1512.	
Manuel de Lacerda	FCR	1517/4/9	Tomou o hábito em 1516.	
Manuel de Sousa	FCR	1519/4/23	Tomou o hábito em 1519.	
Martim Afonso de Melo Coutinho	FCR	1521/4/5	Tomou o hábito em 1514.	
Pêro Barreto Magalhães	FCR	1505/5/18		Em 1496, era comendador de Castro Verde.
Pedro Álvares Cabral	FCR	1500/3/9	É provável que tenha ingressado a Ordem antes de partir para a Índia.	
Pêro Lourenço de Melo	FCR	1520/4/6	Tinha uma tença com o hábito de Cristo.	



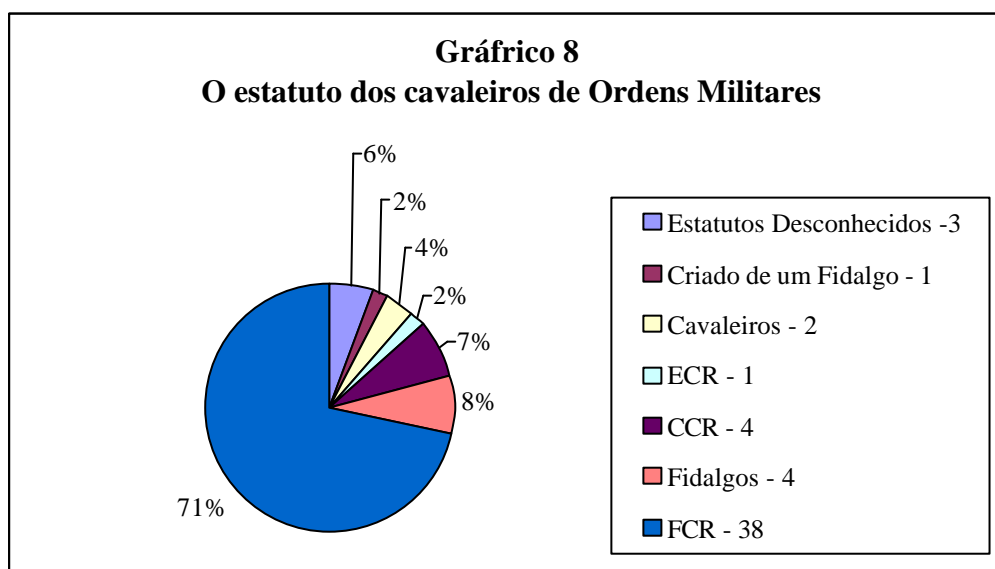
Rafael Catanho	FCR	1517/4/9 1519/4/23	Tomou o hábito em 1514.	
Rafael Perestrello	FCR	1519/4/23	Tomou o hábito em 1518.	
Sebastião de Sousa	FCR	1505/3/25 1509/3/12 (ou 22) 1521/4/5	Tomou o hábito em 1520.	
Tristão da Cunha	FCR	1506/4/6		Apesar de não haver prova documental, Tristão da Cunha seria cavaleiro desta milícia.
Vasco da Gama	FCR	1497/7/8 1502/2/10	Por volta de 1507, transfere-se da milícia de Santiago para a de Cristo.	Em 1495, recebeu as comendas de Mouguelas e da Chouparia.
Vicente Sodré	FCR	1502/2/10	Desde 1493, comendador de Maninhos da Ordem de Cristo.	

## 2) Cavaleiros de Ordens Militares depois da viagem à Índia

Nome	Estatuto	Armada	Ordem de Cristo	Ordem de Santiago
António Fernandes	-	1502/2/10	Recebeu a carta de hábito em 1505.	
Diogo Fernandes Correia	CCR	1502/2/10	Em 1515, um Diogo Fernandes Correia é mencionado como cavaleiro da Ordem de Cristo.	
Fernão Rodrigues, <i>Badarças</i>	Fidalgo	1502/2/10		Em 1513, recebeu carta de hábito.
Francisco de Sá	FCR	1509/3/12 (ou 22)	Tomou o hábito em 1513.	
Francisco Marecos	CCR	1509/3/12 (ou 22)		Em 1534, aparece como procurador do comendador de Sesimbra D. Duarte de Meneses.
Guterre de Monroy (D.)	FCR	1515/4/7	Em 1548, foi-lhe atribuída a comenda de S. Salvador de Ansiães, mas não chegou a tomar o hábito por ter falecido nesse ano.	
João Lopes de Alvim	FCR	1518/3/27	Em 1525, recebeu uma tença referente ao hábito de Cristo.	
João Nunes	-	1508/4/5-8		Em 1524, um João Nunes é referido como tendo recebido o hábito.
João Rodrigues Pereira	Fidalgo	1508/4/9		Tomou o hábito em 1525.
Lopo Dias	Criado de D. Álvaro	1502/4/10 (ou 1)		Em 1513, um Lopo Dias é referido como tendo recebido o hábito.
Lucas da Fonseca	CCR	1505/3/25	Tomou o hábito em 1513.	
Luís Coutinho (D.)	Fidalgo	1502/2/10	Transferiu-se da milícia de Santiago para a de Cristo, onde tomou o hábito em 1514.	Tomou o hábito em 1509.
Manuel de Castro Alcoforado	FCR	1511/3/25	Tomou o hábito em 1515.	
Manuel de Melo	FCR	1514/4/9	Tomou o hábito em 1517.	
Nuno Leitão [da Cunha]	Cavaleiro	1500/3/9	Tomou o hábito em 1518.	
Pedro Afonso de Aguiar	FCR	1500/3/9 1504/4/22 1509/3/12 (ou 22)	Tomou o hábito em 1518.	
Pêro Mascarenhas	FCR	1511/3/25	Tomou o hábito em 1515.	
Rui de Melo, <i>Punho</i>	FCR	1518/3/27	Tomou o hábito em 1521.	

No quadro apresentado confluem dois tipos de informação, por um lado, a menção aos capitães que foram, antes ou depois da sua estadia no Oriente,

cavaleiros de Ordens Militares, cruzando-se estes dados com o estatuto social por nós apurado. A pertinência desta intersecção prende-se com a abertura das Ordens a outros grupos para lá da fidalguia. Em consequência da criação das comendas novas já não eram “os imperativos religiosos, ou de sangue fidalgo, os decisivos. Pela primeira vez, a Coroa tentava atrair gente para a luta contra os mouros que não tinha ainda a insígnia. Esta e a comenda resultariam dos esforços desenvolvidos. Apesar dos custos, estava também criada uma porta para a mobilidade social”<sup>408</sup>.



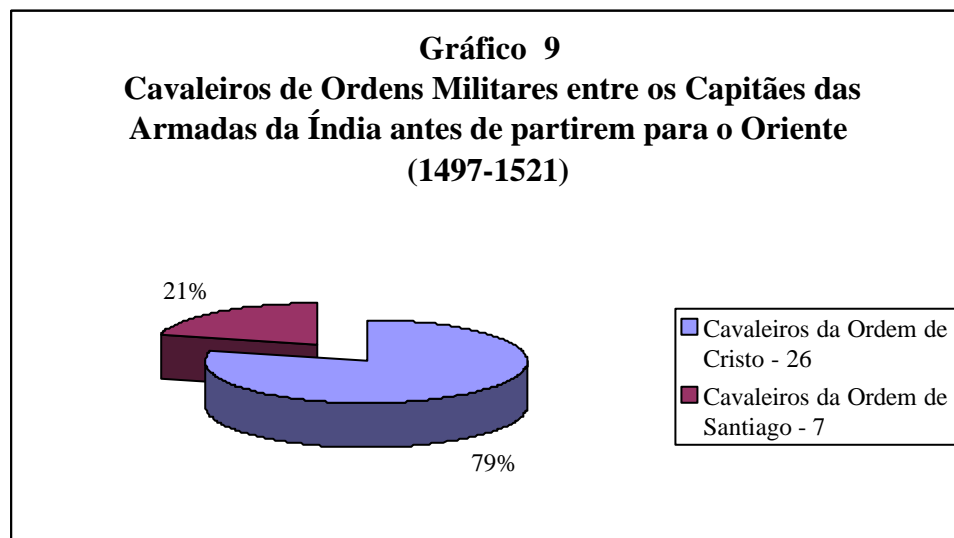
O gráfico n.º 8 demonstra o fim do exclusivo da fidalguia no acesso às Ordens Militares, mas também expressa a ideia de que é predominante. 79% dos cavaleiros das milícias pertenciam a este foro social, o que nos permite concluir que o processo de mobilidade, apesar de inaugurado, tinha grandes dificuldades em penetrar na lógica das Ordens Militares cujo imaginário estava muito ligado à cavalaria e à nobreza. Esta resistência ao trânsito entre as ordens sociais é um aspecto que persiste e é transversal a toda a sociedade moderna, a noção extremamente hierarquizada não reinava apenas nas ordens superiores, mas era

<sup>408</sup> Fernando Olival, *Norte de África ou Índia? Ordens Militares e serviços (século XVI)*, no prelo.

vivida por todos os grupos, mesmo as franjas superiores do terceiro estado faziam questão de se distinguirem da gente vil e mecânica<sup>409</sup>.

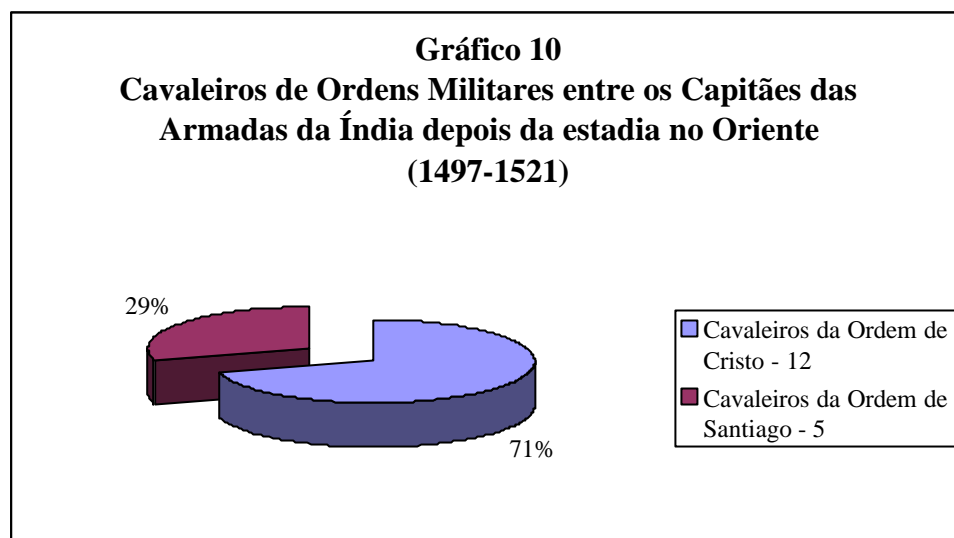
O predomínio da fidalguia fora incentivado, entre outros aspectos, por um documento de Outubro de 1514 de que nos fala Fernanda Olival. Segundo a autora, os moradores da Casa Real continuariam a receber a sua moradia como se estivessem na Corte e não era necessário cumprir dois anos de serviço para receberem a comenda, a sua doação era imediata<sup>410</sup>.

A leitura do quadro permite-nos chegar a uma outra conclusão, a percentagem de fidalguia é relativamente mais baixa entre os cavaleiros da Ordem de Santiago, atingido 60%, contra os 86% de fidalgos entre os cavaleiros da Ordem de Cristo. Estes resultados acentuam-se ainda mais se pensarmos que apenas seis desses indivíduos foram identificados como membros da Casa Real, o que pode ser uma pista para a predominância de nobres afectos à casa de D. Jorge.



<sup>409</sup> Cordeiro Pereira, “A estrutura Social...”, *op. Cit*, p.279.

<sup>410</sup> Fernanda Olival, *Norte de África ou Índia...*, *op. Cit*, no prelo.



Como vimos, as únicas Ordens com relações ultramarinas eram as de Cristo e de Santiago, ainda que a primeira, pelas razões apontadas, tivesse uma maior propensão expansionista. A análise dos gráficos (n.º 9 e 10) permite-nos chegar facilmente a esta conclusão, oscilando a maioria de cavaleiros tomarenses entre os 79% e os 71%, referindo-se o primeiro valor aos capitães que partiram na posse desta dignidade e, o segundo, aos indivíduos que a receberam depois das prestações no Oriente.

Temos poucas notícias concretas sobre a relação de causa e efeito entre os serviços orientais e a concessão dos hábitos. Só no caso de D. Garcia Coutinho sabemos que recebeu uma tença de 20.000 reis e o hábito de Cristo para ir servir na Índia<sup>411</sup>. Os capitães Pêro Mascarenhas e D. João da Silveira<sup>412</sup> que partiram, respectivamente, em 1511 e em 1515, receberam nos anos em que chegaram ao Reino o hábito de Cristo, o que pode ser entendido como uma recompensa pelos serviços prestados. No caso de D. Guterre de Monroy podemos supor que a comenda de Ansiães fora-lhe outorgada na consequência da sua estadia no norte de África, recebendo-a pouco depois de ter regressado do cativo em Marrocos<sup>413</sup>. Outro exemplo, de uma possível recompensa nas Ordens é o de

<sup>411</sup> Cf. *Registo*, vol. I, p. 1.

<sup>412</sup> Recebeu uma tença com o hábito de Cristo de 30.000 reis. Cf. Isabel Morgado S. e Silva e Maria Cristina Pimenta, “As Ordens de Santiago e de Cristo...”, *op. Cit.*, p. 359.

<sup>413</sup> Ronald Bishop Smith, *D. Guterre de Monroy...*, *op. Cit.*, p. 18.

Diogo Dias, irmão de Bartolomeu Dias, cavaleiro santiaguista que, em 1502, viu confirmada por D. Jorge uma tença de 15 mil reis que lhe fora atribuída por D. João II<sup>414</sup>.

Pode parecer estranho que indivíduos com serviços à Coroa viessem a ser recompensados na Ordem de Santiago. No caso específico de Diogo Dias essa estranheza não se coloca, pois este navegador do Atlântico estava a ser recompensado pelos serviços a D. João II, pai do Mestre. Perante as relações cordiais entre os rivais D. Jorge e D. Manuel I, parece-nos natural que a Ordem de Santiago tenha sido utilizada pelo monarca como uma instituição de recompensa.

Em conclusão, os dados apurados para os capitães das Armadas da Índia que os referem como membros de Ordens Militares não podem ser entendidos, na maioria dos casos, como indicativos de recompensa, mas sim como mais um elemento para a análise dos estatutos sociais. Como ficou expresso, as Ordens encerravam uma mística honorífica derivada do seu carácter cruzadístico que impressionava a sociedade de Quinhentos e que continuaria a ser uma forma de distinção social ao longo de toda a época Moderna.

---

<sup>414</sup> Cf. Isabel Morgado S. e Silva e Maria Cristina Pimenta, “As Ordens de Santiago e de Cristo...”, *op. Cit.*, p. 359.

### 3.3 A REALIDADE SOCIAL DOS CAPITÃES-MORES

O estudo mais aprofundado da realidade social dos capitães-mores corresponde a um esforço analítico que gostaríamos de ter realizado para todos os capitães das Armadas. O elevado número de comandos da Carreira da Índia, mais precisamente duzentos e treze, tornou impossível esse exame demasiado amplo no âmbito de uma dissertação de mestrado. Não obstante, uma observação atenta aplicada em exclusivo aos capitães-mores trouxe vários benefícios. Se para alguns casos, nomeadamente no dos capitães de navios particulares, podemos interrogar se D. Manuel se debruçou pessoalmente sobre a escolha dos mesmos, julgamos indiscutível que os nomes dos comandantes das armadas foram negociados pelo monarca com os vários interessados na empresa expansionista. Como tivemos oportunidade de expor para as nomeações de Vasco da Gama e de D. Francisco de Almeida, o rei terá cedido à escolha da ala «liberal» da Corte que entendia o Oriente mais como investimento económico do que um investimento político-militar assente em ideais cruzadísticos, messiânicos e imperiais.

Depois de termos tomado especial atenção a este grupo no que diz respeito à experiência e ao Conselho do rei, pretendemos aprofundar os resultados obtidos para o estatuto social. Como se sabe, 93% dos capitães-mores eram fidalgos da Casa Real, apenas João Serrão era cavaleiro da Casa Real, enquanto que para Diogo Mendes de Vasconcelos não foi possível asseverar mais do que a sua qualidade de nobre. Existem várias perguntas que nos podem ajudar a compreender melhor a dimensão social e familiar dos comandantes das armadas, a saber: tinham ligações à Alta Nobreza, a alcaides, a indivíduos com cargos palatinos ou na administração central? Eram familiares ou mantinham relações clientelares ou de amizade a outros agentes expansionistas? Nas próximas páginas exporemos os resultados obtidos a estas interrogações.

No que diz respeito às ligações clientelares dos Gama, a família tinha uma forte ligação à Ordem de Santiago. O pai de Vasco da Gama, Estêvão da Gama, fora servidor do infante D. Fernando, mestre da Ordem de Santiago entre 1444 e

1470. Veio a ser, dentro do contexto da Ordem, capitão da praça de Sines e alcaide-mor da vila. Por via materna, Vasco da Gama pertencia à família Sodré que descendia do britânico Frederick Sudley que viera para Portugal com o conde de Cambridge para lutar contra os castelhanos a favor da dinastia de Avis. Os seus tios, irmãos de sua mãe, Brás e Vicente Sodré formaram, como vimos, um «consórcio» na frota de 1502. Nesta armada partiu como capitão Lopo Mendes de Vasconcelos, que viria a casar D. Teresa da Gama, irmã do descobridor do caminho marítimo para a Índia. Dos irmãos do Almirante temos poucas notícias, apenas dos que tiveram prestações expansionistas – Paulo e D. Aires da Gama. Pelo seu casamento com Catarina de Ataíde, filha de Álvaro de Ataíde, alcaide-mor de Alvor, passa a ter parentesco com figuras de destaque como D. Diogo Lobo da Silveira, barão do Alvito, e com os Almeidas, dos quais se destacaram D. João, conde de Abrantes, o bispo de Coimbra e o futuro vice-rei da Índia D. Francisco de Almeida<sup>415</sup>.

O descobridor do Brasil Pedro Álvares Cabral era descendente de duas famílias das Beiras, os Gouveias por via materna e os Cabrais por via paterna. Note-se que, à data da sua nomeação como capitão-mor, Pedro Álvares envergava o apelido da mãe o que denota a influência desta prestigiada família, cujo ramo varonil se extinguiu em 1475/76. Os dois avós de Pedro Álvares morreram em combate, no norte de África, o que marcava pela positiva a descendência familiar deste capitão-mor que aos olhos da sociedade da época o via como descendente de dois heróis. O seu avô paterno, Fernando Álvares Cabral foi vedor e guarda-mor do infante D. Henrique e cavaleiro da sua casa ducal. A 9 de Outubro de 1437, morreu em Tânger, sacrificando a sua vida para salvar a do Infante. Existem indícios que também João Gouveia, avô paterno de Pedro Álvares, tinha relações clientelares e de amizade com o duque de Viseu.

O tio materno do descobridor do Brasil, Vasco Fernandes Gouveia, era cavaleiro da Casa Real e alcaide-mor de Castelo Rodrigo, aparentava ser um homem poderoso, sendo um dos mais abastados da Beira. Ao morrer sem filhos,

---

<sup>415</sup> Cf. Geneviève Bouchon, *Vasco da Gama...*, op. Cit., p. 10-16, 192.; Luís Adão da Fonseca, *Vasco da Gama...*, op. Cit., pp. 15-25; Sanjay Subrahmanyam, *A Carreira e a Lenda...*, op. Cit., p. 80-84.

os seus bens foram herdados pela sua irmã, D. Isabel de Gouveia, que casara com Fernão Cabral, alcaide-mor de Belmonte. O pai de Pedro Álvares iniciara o seu percurso na Casa de Viseu passando, após a morte do *Infante*, para a Casa Real. Exerceu dois importantes cargos, em 1445, o de Coudel e, em 1466, o de regedor da justiça da comarca da Beira<sup>416</sup>. Como estipulava a Lei Mental, o irmão mais velho de Pedro Álvares, João Fernandes Cabral, herdou a casa do pai, obrigando os filhos secundogénitos a fazerem uso da herança social para conseguirem uma posição económica própria. Foi o que fez Pedro Álvares ao tornar-se o segundo capitão-mor de uma armada para a Índia.

Sobre o capitão-mor da armada de 1501 pouco se sabe, não havendo qualquer referência nos arquivos, enquanto que a cronística apenas nos informa que João da Nova era oriundo da Galiza, ocupando o cargo de alcaide pequeno de Lisboa. João de Barros acrescenta que era um nobre de linhagem, entendido nas coisas do mar e que serviu em «cargos honrados» nas armadas que se fizeram para «os lugares de Além»<sup>417</sup>. Segundo Damião de Góis teria servido no norte de África<sup>418</sup>. Quanto a relações clientelares ou de amizade, Banha de Andrade diz-nos que era um grande amigo e compadre de Tristão da Cunha<sup>419</sup>.

A 2 de Abril de 1502, partiu para a Índia como capitão de cinco navios Estêvão da Gama, primo co-irmão de Almirante. As influências familiares deste capitão são muito semelhantes às do Gama, onde a marca social mais eminente é o envolvimento do «clã» com a Ordem de Santiago. Estêvão da Gama era filho primogénito de Aires da Gama e de D. Mécia Garcia. O seu pai fora juiz dos mouros e judeus de Elvas. A estas informações, os genealogistas acrescentam que depois da sua estadia na Índia foi capitão da Mina<sup>420</sup>.

---

<sup>416</sup> Cf. João Paulo Oliveira e Costa, “A Armada de Pedro Álvares Cabral...”, *op. Cit.*, 51-60. Luís Adão da Fonseca, *Pedro Álvares Cabral...*, *op. Cit.*, p. 15.

<sup>417</sup> Cf. *Ásia*, I, v, 10. Informações semelhantes são fornecidas por Castanheda e Gaspar Correia. Cf. *História*, I, xliii; *Lendas*, III, p. 234. Os mesmos conteúdos são reproduzidas por Geneviève Bouchon, “À propôs de l’inscription de Colombo”, in *Inde décourverte...*, *op. Cit.*, p. 113.

<sup>418</sup> Cf. *Crónica*, I, lxiii.

<sup>419</sup> Cf. A. A. Banha de Andrade, *História de um fidalgo quinhentista...*, *op. Cit.*, p. 87.

<sup>420</sup> Cf. *Nobiliário*, vol. V, p. 501; *Pedatura*, tomo III, vol. I, pp. 127-128. Sobre a sua estadia na Mina como capitão veja-se o artigo de Jorge Faro, “Estêvão da Gama capitão de S. Jorge da Mina e a sua organização administrativa em 1529”, in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Bissau, 1957.



No ano de 1503, D. Manuel I enviou como capitães-mores de duas armadas para a Índia os primos Francisco e Afonso de Albuquerque. O primeiro era filho de João de Albuquerque e de Leonor Lopes, filha do doutor Lopo Gonçalves de Leão, desembargador da Casa do Cível. Francisco de Albuquerque, para lá do parentesco com o *Leão dos Mares*, era irmão de Jorge de Albuquerque, capitão-mor da armada de 1519. Quando partiu para a Índia Francisco já pertencia à Ordem de Santiago e era casado com D. Isabel, filha de João Lobato, um cidadão de Lisboa<sup>421</sup>. A sua teia familiar apresenta-se bem mais modesta que a do seu primo co-irmão, Afonso de Albuquerque, que era filho de Gonçalo de Albuquerque, senhor de Vila Verde, e de D. Leonor de Meneses. Segundo Geneviève Bouchon, Afonso de Albuquerque recebera a capitania-mor dos navios para a Índia pelos serviços prestados à Coroa. No currículo do futuro *Terribil* constava a participação da batalha de Toro (1476), o socorro a Itália que se vira cercada pelos Otomanos (1480) e estadias no norte de África, mais precisamente em Arzila e na Graciosa. Afonso de Albuquerque crescera na corte de D. Afonso V, tendo sido estribeiro-mor e oficial da guarda do rei D. João II. Descendia de famílias nobres, mas na genealogia do *Leão dos Mares* é no ramo materno que encontramos os antepassados mais ilustres<sup>422</sup>.

Uma terceira armada zarpu para a Índia no ano de 1503, era capitaneada por António de Saldanha, filho de Diogo de Saldanha que em Castela foi senhor das terras de Miranda e Castanhar, serviu o rei D. Henrique IV, tendo sido seu embaixador a Roma. Passou para Portugal no séquito da *Excelente Senhora*, servindo como seu mordomo-mor, casou com D. Bobadilha, filha de um fidalgo castelhano. O irmão mais velho de António de Saldanha, João de Saldanha, foi vedor da rainha D. Maria, mulher do *Venturoso*, comendador de S. João da Pesqueira na Ordem de Cristo, casou com D. Joana de Lima, filha de D. Álvaro de Lima, monteiro-mor de D. Manuel. António de Saldanha tê-lo-á substituído no seu cargo palatino, pois serviu como vedor a rainha e foi, igualmente,

---

<sup>421</sup> Cf. *Nobiliário*, VI, p. 675-677.

<sup>422</sup> Geneviève Bouchon, *Afonso de Albuquerque...*, op. Cit., p. 20. Veja-se a árvore genealógica deste governador em <http://www.cham.fcsh.unl.pt/GEN/P%E1ginas/AAlbuquerque.htm>.

comendador na Ordem de Cristo. Afonso Bobadilha, outro irmão de António de Saldanha, foi comendador, mas na Ordem de Santiago<sup>423</sup>, enquanto Cristóvão de Bobadilha seguiu a carreira eclesiástica sendo capelão-mor de D. Manuel<sup>424</sup>. Como se depreende deste breve esboço genealógico, os Saldanhas tinham grande proximidade ao paço.

Lopo Soares de Albergaria era o quarto filho de Rui Gomes de Albergaria que fora chanceler-mor do Reino no tempo de D. Afonso V, e de D. Mécia Soares de Melo. Os seus irmãos mais velhos foram: Gomes Soares, reposteiro-mor de D. Afonso V, alcaide-mor de Torres Vedras, herdando o morgado de seu pai; Fernão de Melo, senhor de Vila do Rei e Afonso Rodrigues de Melo que morreu quando era ainda estudante. Das irmãs de Lopo Soares destacou-se D. Brites de Melo que casou a primeira vez com o marechal D. Álvaro Coutinho e a segunda com D. Pedro de Meneses, 1.º conde de Cantanhede. Através deste casamento da irmã, Lopo Soares era aparentado com a família dos Marechais, sendo tio de D. Fernando Coutinho (capitão-mor da armada de 1509) e cunhado do conde de Cantanhede cujos parentes tiveram uma forte presença no norte de África e no Oriente, dos quais destacamos D. Aleixo de Meneses, capitão-mor do mar nos governos dos seus dois tios Lopo Soares e Diogo Lopes de Sequeira<sup>425</sup>.

Lopo Soares de Albergaria casou com D. Joana de Albuquerque, filha de Nuno da Cunha, camareiro-mor do infante D. Fernando e de sua mulher D. Catarina de Albuquerque. Esta D. Joana era irmã do capitão-mor da armada de 1506, Tristão da Cunha. Através das ramificações provenientes dos dois casamentos de sua avó Catarina Teixeira era primo co-irmão do barão do Alvito<sup>426</sup>. Quando partiu para a Índia, em 1515, o casamento da sua filha D. Guiomar Soares com D. Afonso de Meneses e Vasconcelos, filho primogénito do 2.º conde de Penela, já deveria estar tratado. Esta ligação de Lopo Soares de Albergaria ao suposto herdeiro de um título só pode ser explicável em virtude

---

<sup>423</sup> Cf. *Nobiliário*, IX, pp. 246-247, 252.

<sup>424</sup> Cf. *Pedatura*, tomo IV, vol. I, p. 374.

<sup>425</sup> Cf. Ronald Bishop Smith, *Lopo Soares de Alvarenga...*, *op. Cit.*, pp.34-35.

<sup>426</sup> Cf. Informações retiradas da genealogia de Alexandra Pelúcia, “A Baronía do Alvito e a Expansão manuelina no Oriente ou a reacção organizada à política imperialista” in *A Alta Nobreza...*, *op. Cit.*, p. 301.

dos avultados rendimentos que o cargo de capitão de São Jorge da Mina e de capitão-mor da armada da Índia de 1504 lhe tinham proporcionado<sup>427</sup>. O genro de Lopo Soares não recebeu o título de conde de Penela, que só foi renovado em 1648, tendo sido incorporado pela família dos viscondes de Vila Nova de Cerveira<sup>428</sup>.

O primeiro vice-rei da Índia, o único governador do Oriente a receber esta dignidade no reinado do *Venturoso*, era oriundo de uma família tradicional da nobreza portuguesa que ascendera ao título pela mão de D. Afonso V. O seu avô, Diogo Fernandes de Almeida, fora cavaleiro da Casa do infante D. Duarte, acumulando as funções de seu reposteiro-mor. Em 1408, é referido como aio da «ínlita geração». Em 1415, participou no primeiro acontecimento da Expansão Portuguesa – a conquista de Ceuta.

Este avô de D. Francisco casou quatro vezes, a primeira, com D. Beatriz Eanes, neta, por via bastarda, de D. Pedro I, o que deve ter uma leitura social, entrando sangue real na primogenitura dos Almeidas; a segunda, com D. Teresa Nogueira, filha do alcaide-mor de Lisboa e senhor do morgado da futura capital, Afonso Eanes Nogueira; a terceira, com D. Maria de Sousa, criada do rei D. João I; e a quarta, com D. Brites de Góios, filha bastarda do prior do Crato, D. Fr. Nuno Gonçalves de Góios. Depois da subida ao trono de D. Duarte, tornou-se vedor da fazenda e membro do seu Conselho. Quando, após a batalha de Afarrobeira, D. Afonso V assumiu o poder, reconfirmou-lhe todos os cargos e privilégios, ainda que não tenha sido certa a sua participação na batalha ao lado do monarca.

O pai do primeiro vice-rei da Índia, D. Lopo de Almeida, era filho do primeiro casamento de Diogo Fernandes, portanto, descendente do infante D.

---

<sup>427</sup> Sobre a riqueza de Lopo Soares de Albergaria Ronald Bishop Smith escreveu: “The two principal sources of the wealth of Lopo Soares, it appears, were the gold that he acquired in Mina at the time of his governorship of the Portuguese fortress in 1495-1499 and the pepper which he acquired in India as a result of his two voyages in 1504-1505 and 1515-1519.” Ronald Bishop Smith, *Lopo Soares de Alvarenga...*, *op. cit.*, p. 20. Sobre este futuro governador veja-se a sua árvore genealógica em <http://www.cha.fsch.unl.pt/GEN/P%E1ginas/LSAlbergaria.htm>.

<sup>428</sup> Sobre os condes de Penela e a Expansão manuelina veja-se Célia Santana, “D. João de Vasconcelos, conde de Penela. Um titular alheado da Expansão Militar Guerreira” in *A Alta Nobreza...*, *op. Cit.*, pp. 57-73.

João, filho de D. Pedro I e de Inês de Castro. No início de 1442, casou com D. Beatriz da Silva, donzela da Corte, filha do vedor da fazenda Pedro Gonçalves Malafaia e de Isabel Gomes da Silva, filha de João Gomes da Silva, 1.º senhor de Vagos que fora alferes-mor e copeiro-mor. O avô materno de D. Francisco provinha de uma família com tradição nos cargos da administração central. A união de Lopo de Almeida a esta família foi, por certo, estratégica pois tornou-se vedor da fazenda por herança paterna e conjugal.

Para lá de ter exercido várias missões diplomáticas combateu em Marrocos. Mais tarde, entrou ao serviço de D. Joana, a *Beltraneja*, recebendo as funções de mordomo-mor, contador-mor, chanceler-mor e escrivão da puridade. No serviço a D. Joana foi assistido pela sua esposa, D. Beatriz, que o rei fizera aia e camareira-mor da *Excelente Senhora*. No rescaldo da batalha de Toro, D. Lopo de Almeida recebeu a maior das mercês régias, D. Afonso V fê-lo 1.º conde de Abrantes.

Em 1486, por morte do pai, D. João de Almeida herdou o título, assim como o cargo de Vedor da Fazenda. O irmão mais velho de D. Francisco será um dos fidalgos de confiança de D. João II a quem entregou a educação do seu filho bastardo D. Jorge. Quando, em 1495, D. Manuel I subiu ao trono, os Almeidas deixaram de estar no centro da liberalidade régia. Em 1496, chegaram ao fim os serviços de cinco gerações de Almeidas que, por via varonil, foram vedores da fazenda. D. Diogo Lobo era o novo homem forte das finanças, mas mesmo na mudança sentiu-se a influência abrantina, pois este D. Diogo era genro do conde de Abrantes, esposo de D. Joana de Almeida.

Se o irmão mais velho do futuro vice-rei da Índia era conde de Abrantes e alcaide-mor da vila com o mesmo nome, o segundo filho de D. Lopo, D. Diogo Fernandes foi alcaide-mor de Torres Novas, aio e governador da Casa de D. Jorge e prior do Crato. À semelhança de seu pai e irmão, serviu a Coroa no norte de África e participou na Armada de socorro aos venezianos, capitaneada por D. João de Meneses (1501), entre outros muitos feitos militares.

O percurso de D. Pedro de Almeida (ou da Silva como é conhecido) foi semelhante ao do seu irmão D. Diogo Fernandes, ainda que não tenha tido nenhuma alcaidaria. Em 1478, é referido como fidalgo da Casa do príncipe D. João e comendador na Ordem de Avis, onde o seu irmão haveria de ser prior do Crato. Em virtude da eleição de um novo Papa, Alexandre VI, D. João II enviou D. Pedro à Cúria romana como seu representante, juntando-se ao irmão D. Fernando de Almeida, bispo de Ceuta. Ao vice-rei da Índia não faltou sequer uma importante ligação familiar à Igreja, através deste seu irmão D. Fernando e de D. Jorge que, em 23 de Junho de 1483, foi feito bispo de Coimbra. Pelo casamento de D. Isabel da Silva, que viera a ser condessa de Penela, D. Francisco tinha mais uma ligação a uma casa titular<sup>429</sup>.

Mais modesta é a árvore genealógica de Pedro de Anhaia que descendia de uma família castelhana. O seu bisavô fora arcebispo de Sevilha, tradição eclesiástica que transmitiu ao seu filho, João Gomes de Anhaia, que fora clérigo em Salamanca onde o pai do futuro capitão de Sofala, Diogo de Anhaia, viria a ser um reconhecido fidalgo. Por altura das guerras de D. Afonso V contra os futuros Reis Católicos, Pedro de Anhaia e um dos seus irmãos tomaram o partido do *Africano*, razão pela qual transitaram para Portugal. Quando partiu para o Oriente, em 1505, fez-se acompanhar do seu filho mais velho Francisco. Era sogro de D. João de Lima, monteiro-mor do rei D. Manuel e de Fernão de Alcáçova, nomeado mais tarde vedor da fazenda da Índia.

Se de facto o rei D. Manuel I pensara em Tristão da Cunha para primeiro governador da Índia, essa escolha prendia-se mais com as suas capacidades, sobretudo a nível económico, do que com a sua rede de parentesco. Tristão da Cunha, ao contrário de D. Francisco de Almeida, não tinha qualquer ligação à Alta Nobreza. O seu pai, Nuno da Cunha, foi camareiro-mor e governador da casa do infante D. Fernando, duque de Viseu<sup>430</sup>, comendador de Aljustrel e Ourique na Ordem de Santiago, era fidalgo da Casa Real e membro do Conselho.

---

<sup>429</sup> Veja-se a genealogia de D. Francisco de Almeida em <http://www.cham.fsch.unl.pt/GEN/P%Elgimas/FAAlmeida.htm>.

<sup>430</sup> Cargo que Tristão da Cunha terá herdado do pai, pois fora camareiro-mor do duque D. Diogo.

Casou com D. Catarina de Albuquerque, filha de Luís Álvares Pais, mestre-sala de D. Afonso V.

A família materna de Tristão da Cunha manteve uma predominância no exercício de cargos palatinos, pois à semelhança do seu avô, os tios Álvaro da Cunha e Gonçalo Vaz de Melo foram, respectivamente, estribeiro-mor e mestre-sala de D. João II. D. Joana de Albuquerque, tia do capitão-mor da armada de 1506, casou com Francisco Rodrigues de Sá, de cuja união nasceram dois oficiais do Estado da Índia, Francisco e Garcia de Sá. Após a morte de Nuno da Cunha, D. Catarina voltaria a casar com o marechal D. Fernando Coutinho, o que fazia do capitão-mor da armada de 1509 padraсто de Tristão da Cunha. Pelo casamento de sua irmã, D. Joana, Tristão da Cunha era cunhado do futuro governador Lopo Soares de Albergaria. D. Guiomar da Cunha, mulher de D. Henrique de Meneses outro futuro dirigente do Oriente, era sua sobrinha por via do casamento de Simão da Cunha, seu irmão, com D. Margarida Figueiredo.

Como escreveu Andreia Martins de Carvalho “o casamento de Tristão da Cunha ocorreu com um membro de uma família que não era da fidalguia, mas que conseguira atingir alguma estabilidade social através dos cargos desempenhados na administração do reino. [...] Iniciou-se, assim, a ligação estreita e contínua de Tristão da Cunha com a rede administrativa da Coroa, actuando sobretudo em Lisboa”<sup>431</sup>.

Fernão Soares foi, a par de Jorge de Melo Pereira e de Filipe de Castro, capitão-mor da armada que partiu de Lisboa em Abril de 1507. Tratava-se da sua segunda viagem ao Oriente partindo, em 1505, com D. Francisco de Almeida. Pouco se sabe sobre este capitão. Este fidalgo da Casa Real era filho de Gil Carvalho, mas não foi possível elencá-lo nesta família, nem tão pouco nos Soares.

Filipe de Castro era filho secundogénito de um bastardo, Álvaro Pires de Castro, alcaide-mor de Pena Maior, filho de D. Pedro de Castro, descendente de

---

<sup>431</sup> Cf. Andreia Martins de Carvalho, “Tristão da Cunha...”, in *A Alta Nobreza...*, op. Cit., p. 205. Para lá do artigo de Andreia Martins de Carvalho seguimos a biografia de A. A. Banha de Andrade, *História de um fidalgo quinhentista...*, op. Cit., pp. 21-23.

um irmão de Inês de Castro que trocara a Galiza por Portugal. Curiosamente, o pai do nosso capitão já não enverga o *Dom* sintomático da despromoção que este ramo dos Castro sofreu. Em termos expansionistas e das redes de influência da corte manuelina, a família materna de Filipe de Castro mostra-se muito mais interessante. A sua mãe, D. Maria Rodrigues, era filha de Rui Galvão, secretário de D. Afonso V. Os tios do nosso capitão-mor eram D. João Galvão, bispo de Coimbra, que chegou a ser nomeado arcebispo de Braga, cargo que nunca ocupou por ter falecido; e o famoso Duarte Galvão, cronista-mor do Reino, embaixador a várias cortes europeias, morrendo no Oriente quando aí fora enviado para visitar o tão almejado Preste João. Filipe de Castro casou em conformidade com a sua posição social, com D. Joana de Lordelo, filha de Lopo Dias, provedor das capelas de D. Afonso V.

Jorge de Melo Pereira, filho de Vasco Martins de Melo, alcaide-mor de Castelo de Vide, e de D. Isabel Pereira, filha de Fernão Pereira, alcaide-mor de Vila Viçosa. O avô do nosso capitão-mor, homónimo de seu pai, fora alcaide-mor de Évora e de Castelo de Vide e guarda-mor dos reis D. João I e de D. Duarte. O irmão mais velho de Jorge de Melo herdou a casa de seu pai, enquanto que Diogo de Melo também enveredou por uma «carreira» ultramarina tendo sido capitão de Ormuz, à semelhança do outro irmão secundogénito, Garcia de Melo, que foi capitão de Safim<sup>432</sup>.

Vasco Gomes de Abreu, filho primogénito de Antão Gomes de Abreu e de D. Isabel de Melo de Albergaria, filha de Fernão Soares de Albergaria, senhor do Prado, e de sua mulher D. Isabel de Melo. O seu avô paterno, Diogo Gomes de Abreu, era senhor das terras de Couto de Abreu, Valadares, Regalados, foi alcaide-mor de Melgaço e de Castro Laboreiro. Apesar da sua condição de primogénito, não beneficiou da casa de seu avô, nem tão pouco da alcaidaria, uma vez que o seu pai era secundogénito. Era sobrinho do bispo de Viseu. O seu

---

<sup>432</sup> Cf. *Nobiliário*, vol. VI, p. 646, 650-651.

irmão João Gomes de Abreu foi capitão na armada de 1506 e, por via materna, sobrinho do futuro governador Lopo Soares de Albergaria<sup>433</sup>.

Diogo Lopes de Sequeira era filho primogénito de Lopo Vaz de Sequeira e de D. Cecília de Meneses. Nasceu em 1466, no Alandroal, no Alentejo, onde ocupou a alcaidaria-mor desta vila, herdando-a de seu pai. Desempenhou o cargo de almoxarife da alfândega de Lisboa e de almotacé da corte. Pelo casamento das suas tias D. Maria e D. Leonor de Sequeira era, respectivamente, primo co-irmão de Jorge de Aguiar, capitão da outra armada que partiu de Lisboa, em 1508, e de Manuel de Sousa, meirinho-mor e vedor da rainha D. Isabel e almotacé de D. João II.

Entre os familiares do ramo materno da sua árvore genealógica contam-se seus primos co-irmãos: D. Pedro de Meneses, 1.º conde de Cantanhede; D. João de Meneses guarda-mor do príncipe D. Afonso; D. Rodrigo de Meneses, guarda-mor da rainha D. Leonor; e o futuro governador da Índia, D. Henrique de Meneses (1525-1526). Devido a esta ligação aos Meneses de Cantanhede, quando foi nomeado governador da Índia (1518-1521) contou a ajuda de uma série de sobrinhos<sup>434</sup>.

Jorge de Aguiar era filho secundogénito de Pedro Afonso de Aguiar que serviu os reis D. Duarte e D. Afonso V. A sua família seria oriunda da Galiza, o bisavô do capitão-mor viera para Portugal auxiliar o rei D. Fernando na guerra contra D. Henrique de Castela. Pouco se sabe sobre o avô de Jorge de Aguiar, Diogo de Aguiar, para lá da sua progenitura, o mesmo se aplicando a seu pai. Do ramo materno destacou-se o seu avô, Fernão Eanes Torres, aio da rainha D. Isabel, mulher de D. Afonso V. Dos seus irmãos importa mencionar D. Violante de Sequeira, mulher de João Gomes de Lemos, de cujo casamento nasceu Duarte de Lemos que acompanhou o tio na viagem de 1507 substituindo-o, após a sua morte, no cargo de capitão-mor das Arábia e Pérsia. Jorge de Aguiar era tio de outro oficial do Estado da Índia, o capitão das armadas de 1502, 1504 e 1509,

---

<sup>433</sup> Cf. *Nobiliário*, vol. I, pp. 47, 52-53. *Pedatura*, tomo II, vol. 2, pp. 274-275.

<sup>434</sup> Veja-se a genealogia deste governador da Índia em <http://www.cham.fsch.unl.pt/GEN/P%E1ginas/Sequeira.htm>.



Pedro Afonso de Aguiar<sup>435</sup>. Apesar de não ter chegado até nós qualquer vestígio de serviços no paço, sabemos que Jorge de Aguiar era um cortesão, com vários poemas no *Cancioneiro* de Garcia de Resende, num deles aconselhou o conde de Borba no que diz respeito aos amores. Supomos que a chave para a sua nomeação de um tão importante cargo na Índia deve-se procurar na sua experiência cortesã<sup>436</sup>, assim como na prestação de outros serviços ultramarinos, como a capitania de uma armada ao estreito de Gibraltar<sup>437</sup>.

O capitão-mor da armada de 1509, D. Fernando Coutinho, descendia de Vasco Fernandes Coutinho, 1.º conde de Marialva e 3.º marechal. Era filho de D. Álvaro Coutinho e de D. Brites de Melo Soares, no entanto, devido à morte prematura do seu pai, herdou o título de marechal do avô, seu homónimo. O ramo paterno é bastante profícuo registando-se, para lá da ancestral ligação aos Marialvas, o parentesco com os condes de Borba e de Redondo, sendo sobrinho de D. Vasco Coutinho que foi capitão de Arzila, o que levou a que muita da sua parentela elege-se o norte de África como espaço de realização. Entre os descendentes dos senhores de Celorico que se ligam à família de D. Fernando na figura do seu trisavô Gonçalo Vasques Coutinho, 2.º marechal, encontramos muitos elementos com percursos orientais, é o caso de Leonel Coutinho e Pedro Afonso de Aguiar, capitães na armada que capitaneou, assim como Martim Afonso de Melo Coutinho e os seus irmãos Vasco Fernandes Coutinho e Diogo de Melo. Registe-se que a mãe de D. Fernando era irmã de Lopo Soares de Albergaria e que, após a morte de D. Álvaro Coutinho, casou com o 1.º conde de Cantanhede<sup>438</sup>. Trata-se, portanto, de um fidalgo muito bem colocado nas estruturas sociais do Reino, com o segundo posto na hierarquia militar, logo a seguir ao condestável, que partiu para o Oriente na busca de um grande feito de armas, o que ficou sem efeito em virtude da sua morte em Calecut.

---

<sup>435</sup> Cf. *Nobiliário*, vol. I, p. 193.

<sup>436</sup> Sobre os poemas de Jorge de Aguiar veja-se Maria Helena Mira Mateus, *Poesias de Jorge de Aguiar e de Jorge de Resende e duas composições de João Rodrigues de Castelo Branco*, Lisboa, Universidade de Lisboa – Universidade de Letras, 1969.

<sup>437</sup> Cf. *Crónica*, I, cxii.

<sup>438</sup> Cf. Vítor Luís Gaspar Rodrigues, “As linhagens secundárias dos Coutinhos e a construção do Império Manuelino” in *A Alta Nobreza...*, op. Cit., pp. 174-189.

A ausência de qualquer referência relativa às genealogias dos capitães-mores Diogo Mendes de Vasconcelos e de João Serrão permite-nos afirmar que eram dois indivíduos de famílias dos mais baixos extractos da nobreza ou que os dois capitães ascenderam a este estatuto pelas vias da meritocracia, só considerada no serviço régio. Sobre Diogo Mendes de Vasconcelos ainda se sabe que era filho de Martim Mendes de Vasconcelos da vila de Pinhel<sup>439</sup>, enquanto que para João Serrão não se conhece sequer a sua filiação. Porém, para o outro capitão-mor que partiu de Lisboa, em 1510, as informações são mais completas. Gonçalo de Sequeira, tesoureiro-mor da Casa de Ceuta, era filho de Rui de Sequeira e de D. Guiomar de Sousa. O avô do capitão-mor da armada de 1510 fora fidalgo da Casa do rei D. João I e era senhor da Torre da Palma. Apesar de Gonçalo de Sequeira ser filho primogénito, o seu pai era um filho terceiro, oriundo de uma família ela própria muito periférica no contexto da nobreza portuguesa<sup>440</sup>. O lado mais ilustre da sua árvore genealógica advém do ramo materno ligando-o à poderosa família dos Sousas. O seu avô materno, Gonçalo Rodrigues de Sousa, era alcaide-mor de Portalegre e capitão dos ginetes de D. Afonso V. O seu tio, Luís de Sousa, fora comendador na Ordem de Cristo herdando as comendas que foram de seu pai, foi alcaide-mor de Marvão e aio de D. Manuel. Por esta via, muitos dos seus primos serviram na Índia, como um Simão e um Duarte de Sousa<sup>441</sup>. Ainda que pertencentes a ramos distintos dos Sequeiras, este capitão-mor de 1510 era parente do futuro governador Diogo Lopes de Sequeira<sup>442</sup>.

D. Garcia de Noronha, capitão-mor da armada de 1511, era filho de D. Fernando de Noronha, governador da Casa da *Excelente Senhora*, e de D. Constança de Albuquerque. Pela via paterna, era descendente de uma das famílias mais influentes do Reino. Era neto de D. Pedro de Noronha, bispo de Évora e arcebispo de Lisboa, irmão do 2.º conde de Vila Real e do 1.º conde de Odemira. Através dos casamentos das suas tias, era sobrinho do 1.º marquês de

---

<sup>439</sup> Cf. *Ásia*, II, v, 8. *Pedatura*, tomo I, vol. II, pp. 171-173.

<sup>440</sup> Cf. *Nobiliário*, vol. IX, pp. 350, 353.

<sup>441</sup> Cf. *Nobiliário*, vol. X, p. 421.422.

<sup>442</sup> Cf. *Nobiliário*, vol. IX, p. 355.

Montemor, do 2.º conde de Abrantes e do 1.º conde de Penamacor. D. João de Noronha era alcaide-mor de Óbidos enquanto que D. Pedro, outro seu tio, foi mordomo-mor de D. João II. Os seus irmãos mais velhos, D. Afonso e D. Álvaro de Noronha, foram, respectivamente, capitão de Socotorá e capitão de Cochim. Em virtude do casamento de sua irmã, D. Isabel de Castro, era cunhado de Pedro Álvares Cabral. Por via materna, era sobrinho de Afonso de Albuquerque<sup>443</sup>.

Apesar da forte estrutura familiar em que D. Garcia de Noronha se inseria, é certo que, em termos de riqueza material, beneficiara pouco da sua *mui fidalga* proveniência. Para lá de ser secundogénito o que, como se sabe, anulava a herança paterna, André Teixeira reparou que “este ramo perdeu bastante peso, ficando claramente numa posição social inferior face aos demais membros da linhagem, o que levou [...] alguns dos seus membros a procurarem ascensão no serviço régio Oriental”<sup>444</sup>.

Não nos foi possível descobrir em que ramo dos Sousas, cujos pergaminhos são vastíssimos, se inseria Garcia de Sousa. O facto de nenhum cronista ou documento nos revelar a sua filiação dificultou ainda mais a nossa pesquisa. De qualquer forma, nada nos levou a excluí-lo desta família, porém este silêncio revela que pertenceria a um ramo secundário e relativamente obscuro.

João Sousa Lima era filho de Fernão de Sousa, senhor das terras de Bouças, e de D. Mécia de Lima, filha de D. Leonel de Lima, 1.º visconde de Vila Nova da Cerveira e de D. Filipa da Cunha. Não admira que João Sousa tivesse adoptado para seu último nome o apelido da família materna, pois por esse ramo era neto do Visconde, sobrinho de D. Álvaro, monteiro-mor do infante D. Fernando e de D. Manuel I, e de Fernão de Lima, alcaide-mor de Guimarães e copeiro-mor de D. João II. Através da família de sua mãe, tinha parentesco com

---

<sup>443</sup> Cf. André Pinto de Sousa Dias Teixeira, “Uma linhagem ao serviço da «Ideia Imperial Manuelina»: Noronhas e Meneses de Vila Real, em Marrocos e na Índia”, in *A Alta Nobreza...*, op. Cit., pp. 109-

<sup>444</sup> *Ibidem*, p. 139.

vários dos Limas, dos Coutinhos e dos Britos que agiram no «Estado da Índia»<sup>445</sup>.

Os irmãos Cristóvão de Brito, capitão-mor da armada de 1514, e Jorge de Brito, capitão-mor da armada de 1520, eram filhos de João de Brito e de D. Beatriz da Silva. Eram ambos filhos segundos, frutos do segundo casamento de seu pai. Incluindo o filho mais velho, Pedro de Mendonça de Brito (capitão da armada de 1504), a prole de João de Brito procurou o Oriente como espaço de serviço régio, pois Lopo de Brito foi capitão do Ceilão (1519-1522) e António de Brito capitão das Molucas (1522). O avô destes dois capitães-mores, Mem de Brito Nogueira, sucedeu no morgado de S. Estêvão de Beja e de Santa Cruz de Lisboa. Em virtude dos casamentos de suas tias, D. Violante de Brito e D. Inês de Brites, eram, respectivamente, sobrinhos de João Lopes, desembargador da Casa do Cível, e de Gonçalo Vaz de Melo, mestre sala do rei D. Afonso V. Uma sua prima, D. Joana de Melo, casou com Duarte de Lemos, capitão na armada de 1508<sup>446</sup>. Por via do ramo materno, eram bisnetos de D. Leonel de Lima, 1.º visconde de Vila Nova de Cerveira, alcaide-mor de Ponte de Lima. Eram, portanto, primos como sobrinhos e primos co-irmãos de muitos dos Limas e dos Coutinhos que sulcaram o Índico no reinado de D. Manuel I<sup>447</sup>.

O capitão-mor João da Silveira (1516) é frequentemente confundido com o seu homónimo D. João, também capitão da Carreira da Índia nos anos de 1515 e 1521. O capitão em análise era filho de Fernão da Silveira e de D. Brites de Sousa, filha de João de Melo, alcaide-mor de Serpa. Era neto de João Fernandes da Silveira que, por via do seu segundo casamento com D. Maria de Sousa Lobo, se tornou barão do Alvito, o que fazia de João da Silveira sobrinho do 2.º barão, D. Diogo, e primo como sobrinho de Lopo Soares de Albergaria. João da Silveira casou com D. Leonor de Meneses, filha de D. Fernando Pereira de Serpa, que em

---

<sup>445</sup> Era primo co-irmão de D. Diogo, D. João, D. Jerónimo, D. Vasco, D. Rodrigo de Lima e de Leonel Coutinho. Era primo como tio dos Limas D. Afonso e D. Manuel; dos Coutinhos, Martim Afonso de Melo, Vasco Fernandes Coutinho e Diogo de Melo; e dos Britos, Cristóvão, Jorge, Lopo e António de Brito. Cf. Patrícia Carvalho e Sofia Diniz, “Os Limas e a Política de D. Manuel I”, in *A Alta Nobreza...*, *op. Cit.*, p. 277.

<sup>446</sup> Cf. *Nobiliário*, vol. III, pp. 69-73. *Pedatura*, tomo IV, vol. II, pp. 228-236.

<sup>447</sup> Cf. Patrícia Carvalho e Sofia Diniz, “Os Limas e a Política de D. Manuel I”, in *A Alta Nobreza...*, *op. Cit.*, p. 277.

1514, já tinha falecido, pois João da Silveira recebeu uma tença de 12.284 reais que eram devidos à sua esposa. Em segundas núpcias uniu-se a D. Isabel de Távora, filha de D. Diogo da Silveira, de cuja união nasceu D. Brites da Silveira que viria a casar com D. Luís Pereira, Regedor da Casa da Suplicação. Em 1502, João da Silveira foi nomeado trinchante-mor, cargo palatino, que o colocava na esfera cortesã. Oito anos mais tarde foi recrutado para a sua primeira embaixada a França, posto que voltaria a ocupar em 1522<sup>448</sup>.

Pouco se sabe sobre capitão-mor Fernão de Alcáçova (1517) que partiu para o Oriente com o recém-criado cargo de vedor da fazenda da Índia. Temos notícias de que era um fidalgo da Casa Real, sogro do capitão-mor Pêro de Anhaia, mas desconhecemos a sua filiação e podemos apenas supor o seu parentesco com os outros Alcáçovas ligados à administração régia, nomeadamente, a Pêro de Alcáçova Carneiro, secretário de D. João III.

Jorge de Albuquerque era irmão de Francisco de Albuquerque, capitão-mor da armada de 1503 e, como tal, primo do governador Afonso de Albuquerque. A sua família paterna descendia dos senhores da Esgueira. Pelo casamento de sua tia, D. Isabel de Albuquerque, era sobrinho de D. Fernando de Sousa, alcaide-mor de Leiria. Ao contrário da família materna do primo Afonso de Albuquerque que lhe proporcionou uma árvore genealógica de algum prestígio social, a família materna de Francisco e Jorge de Albuquerque não mereceu qualquer reparo por parte dos genealogistas, o que deve ser entendido como um sinal da sua fraca estirpe.

A elevada condição social do último capitão-mor de uma armada da Índia, D. Duarte de Meneses, é inquestionável. Era filho herdeiro de D. João de Meneses, conde de Tarouca e prior do Crato, qualidade social que foi recompensada com o maior ordenado alguma vez pago a um governador pelo *Venturoso*. João Paulo Oliveira e Costa fez notar que não se tratava só do herdeiro de um título, mas de um indivíduo com relações de parentesco com outros nove titulares. À semelhança dos seus antecessores, D. Duarte de Meneses

---

<sup>448</sup> Cf. Margarida Garcez Ventura, *João da Silveira, Diplomata Português do Século XVI*, Lisboa, Gabinete Português de Estudos Humanísticos, 1983.

fez-se acompanhar por uma série de seu familiares a quem confiou lugares de comando, dos quais destacamos o irmão D. Luís de Meneses, capitão-mor do mar da Índia<sup>449</sup>.

**Quadro 6 – Capitães-mores da Armada da Índia  
(1497-1521)**

Nome	Armadas	Estatuto	Secundogénito	Ligações à Alta Nobreza	Ligações a Indivíduos c/ Cargos Palatinos	Ligações a Indivíduos c/ Cargos na Administração	Ligações a Alcaides	Ligação a outros agentes expansionistas
Vasco da Gama	1497/7/8 1502/2/10	FCR	*	-	-	-	*	*
Pedro Álvares Cabral	1500/3/9	FCR	*	-	-	-	*	*
João da Nova	1501/3/15	FCR	?	-	-	-	*	*
Estêvão da Gama	1502 – 4/1 ou 10	FCR	-	-	-	-	-	*
Francisco de Albuquerque	1503/4/14	FCR	*	-	-	*	*	*
Afonso de Albuquerque	1503/4/6 1506/4/6	FCR	-	*	*	*	*	*
António de Saldanha	1503/5/14 1517/4/9	FCR	*	-	*	-	-	-
Lopo Soares de Albergaria	1504/4/22 1515/4/7	FCR	*	*	*	-	*	*
Francisco de Almeida (D.)	1505/3/25	FCR	*	*	*	*	*	*
Pêro de Anhaia	1505/5/18	FCR	-	-	*	*	-	*
Tristão da Cunha	1506/4/6	FCR	-	-	*	*	-	*
Fernão Soares	1507/4/13	FCR	?	?	?	?	?	?
Jorge de Melo Pereira	1507/4/13 1512/4/25	FCR	*	-	*	-	*	*
Filipe de Castro	1507/4/15	FCR	*	-	-	*	-	*
Vasco Gomes de Abreu	1507/4/ 20 ou 21	FCR	-	-	-	-	*	*
Diogo Lopes de Sequeira	1508/4/5- 8 1518/3/27	FCR	-	*	*	-	*	*
Jorge de Aguiar	1508/4/9	FCR	*	-	*	-	-	*
Fernando Coutinho (D.)	1509/3/12- 22	FCR	-	*	-	-	-	*
Diogo Mendes de Vasconcelos	1510/3/12	Nobre	?	-	-	-	-	-
Gonçalo de Sequeira	1510/3/16	FCR	-	-	*	*	*	*
João Serrão	1510/8/0	CCR	?	-	-	-	-	-
Garcia de Noronha (D.)	1511/3/11	FCR	*	*	*	-	*	*
Garcia de Sousa	1512/4/25	FCR	?	?	?	?	?	?
João de Sousa Lima	1513/3/20	FCR	*	*	*	-	*	*
Cristóvão de Brito	1514/3/27	FCR	*	*	*	*	-	*
João da Silveira	1516/4/4	FCR	-	*	*	-	*	*
Fernão de Alcaçova	1517/4	FCR	?	?	*	*	?	*
Jorge de Albuquerque	1519/4/23	FCR	*	-	-	-	*	*
Jorge de Brito	1520/4/6	FCR	*	*	*	*	-	*
Duarte de Meneses (D.)	1521/4/5	FCR	-	*	-	-	-	*

<sup>449</sup> Seguimos o estudo de João Paulo Oliveira e Costa, “Duarte de Menezes...”, in *op. Cit.*. Veja-se a árvore genealógica de D. Duarte de Menezes em <http://www.cham.fsch.unl.pt/GEN/P/EIginas/Duarte%20de%20Menezes.htm>

Uma análise do quadro ajuda-nos a ter uma visão global das redes sociais dos capitães-mores das Armadas da Índia. Até à capitania de D. Francisco de Almeida, que seguiu para o Oriente como primeiro vice-rei, o contexto social dos capitães-mores é relativamente pobre, atingindo o seu ponto mais baixo com João da Nova e o mais alto com Pedro Álvares Cabral.

Quanto às ligações à Alta Nobreza os capitães-mores com parentesco com titulares são, na maioria, futuros governadores da Índia, exceção feita a D. Fernando Coutinho, a João Sousa de Lima, a João da Silveira e aos irmãos Cristóvão e Jorge de Brito, estes últimos descendentes de D. Leonel de Lima, 1.º visconde de Vila Nova da Cerveira.

Os resultados que o quadro apresenta, permitem-nos afirmar que parece existir alguma relação entre a nomeação de capitão-mor e o exercício de cargos palatinos e na administração local por parte dos familiares dos mesmos. No caso específico das alcaidarias, metade dos capitães-mores estavam associados a alcaides o que permitia aos «clãs» terem uma certa influência em determinadas regiões do país. Um pouco mais ténue é a influência dos indivíduos com desempenhos na administração central. Da análise do quadro ressalta a quantidade de capitães-mores que tinham parentes a servirem a Coroa nos espaços ultramarinos, revelando, muitas vezes, solidariedades familiares nos desempenhos dos cargos ultramarinos e na constituição das armadas. A ideia que tem sido levantada pela historiografia mais recente de que os indivíduos que foram empurrados a servirem no Oriente eram quase sempre secundogénitos, encontra eco nesta análise, uma vez que a maioria dos capitães-mores não herdaram as casas de seus pais ou dos seus avós.

Por último, esta longa exposição sobre as redes familiares dos capitães-mores fez ressaltar a ideia que a maioria dos comandantes das Armadas da Índia, pelo menos até 1506, tinham ligações à Casa de Viseu/Beja, ou seja, D. Manuel I fez-se representar, nesses primeiros anos da presença portuguesa no Oriente, por servidores da Casa Ducal que representara antes da sua entronização.

## CONCLUSÃO

A avaliação social dos comandos da Armadas da Índia permitiu-nos aprofundar o conhecimento das dinâmicas do poder régio e como este interagiu com os poderes periféricos, ou seja, com a baixa e média nobreza. Por outro lado, ao longo do nosso estudo ressalta a intervenção dos denominados poderes intermédios, isto é da Alta Nobreza que exerceu o seu prestígio junto da Coroa, intervindo na nomeação dos capitães das armadas, enviando para o Oriente alguns dos seus parentes com posições sociais secundárias e investindo na Carreira da Índia<sup>450</sup>.

Este trabalho procurou fugir a análises demasiado estruturalistas, conciliando a decisão política da escolha dos capitães com o significado social da mesma. Mais do que uma época que rompia com a medievalidade em termos políticos e sociais, a lógica de nomeação dos comandos das armadas revela uma continuidade, uma vez que os capitães pertenciam ao grupo nobiliárquico que continuava a estruturar-se através dos serviços à Coroa, em função das benesses que esta lhe concedia, e no exercício da guerra.

É claro que o Oriente obrigou a nobreza (e a fidalguia em particular) a um desenvolvimento das suas capacidades diplomáticas, uma vez que passaram a representar o rei junto de potentados cuja matriz cultural e política era distinta da europeia, da marroquina e ou das culturas da costa ocidental africana. Por outro lado, como pioneiros do processo de descompartimentação do mundo, o comércio entrou na vida económica do Reino, ao qual, tanto como servidores da Coroa como a título particular, os membros da nobreza não ficaram indiferentes<sup>451</sup>.

---

<sup>450</sup> Os conceitos de poderes periféricos e intermédios foram adquiridos na obra de Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990.

<sup>451</sup> “Existiu sempre no Estado da Índia uma rivalidade subterrânea entre agentes do Rei e comerciantes privados. Devemos contudo ter presente que os comerciantes privados e os oficiais da Coroa eram frequentemente as mesmas pessoas.” Luís Filipe Thomaz, “A «política Oriental» de D. Manuel I e as suas contracorrentes”, in *De Ceuta...*, op. Cit., p. 201.



Apesar dos palcos da Expansão promoverem uma certa continuidade social “as oportunidades de serviço que geraram em diferentes escalões da sociedade suscitaram um surto de mobilidade social, e em particular, uma grande abertura das fronteiras inferiores do grupo nobiliárquico”<sup>452</sup>. Esta mobilidade social de que fala Mafalda Soares da Cunha tem pouca tradução nos capitães das Armadas da Índia, ressaltando os casos de Vasco da Gama e Nicolau Coelho em que sabemos que os seus estatutos sociais foram melhorados em função do descobrimento do caminho marítimo para a Índia.

A maioria dos capitães eram descendentes de uma linhagem ilustre, porém, pertencente aos seus ramos secundários ou que, ao longo do tempo, foram perdendo prestígio. Por outro lado, a avaliar pelo exemplo dos capitães-mores, estes indivíduos eram filhos secundogénitos, quer isto dizer que necessitavam de construir uma carreira própria que lhes permitisse manter uma vida económica condigna com o seu estatuto social, muitas vezes o único bem que tinham herdado. Sobre o Oriente e a possibilidade de permanência social Joaquim Romero Magalhães escreveu: “alguns obtiveram êxito, não apenas no alcançar das riquezas, mas na sua transferência para o reino. E, naturalmente, engrossaram o poderio do grupo de fidalgos bem instalados e da gente cavaleirosa. Sem alterar a ordem social estabelecida. Cada fidalgo ou cavaleiro enriquecido contribuía para reforçar a estrutura social preexistente. Melhorava a fazenda dos que já pertenciam às camadas superiores e que nelas melhor se instalavam, ou delas não viriam a desmerecer”<sup>453</sup>.

As mercês régias provenientes dos serviços ultramarinos reflectiram-se, sobretudo, em tenças (algumas delas com o hábito de Cristo ou de Santiago), na nomeação para determinados cargos, nomeadamente, no Oriente onde, como sabemos, se poderia obter para além da liberalidade do monarca, bens provenientes do comércio particular e do saque.

---

<sup>452</sup> Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000, pp. 35-36.

<sup>453</sup> Joaquim Romero Magalhães, “A Sociedade” in *Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, Joaquim Romero Magalhães (coord.), *História de Portugal*, vol. III, José Mattoso (dir.), s.l., Círculo de Leitores, 1993, p. 503.

É claro que a Expansão Ultramarina criou oportunidades de mobilidade social das quais beneficiaram mesmo indivíduos estrangeiros, como é o caso de Giovanni Buanagracia, capitão da armada de 1502, que pelos serviços prestados na tomada e destruição de Quíloa e Mombaça foi feito cavaleiro. Porém, julgamos que os beneficiários dessa promoção social pertenciam às franjas da nobreza que ocupava geralmente cargos na administração. De certa forma, esta constatação reforça a ideia de que um capitão da Carreira da Índia era preferencialmente um fidalgo da Casa Real, estatuto que herdara por via familiar e não pelas novas oportunidades que a época Moderna oferecia.

A criação do próprio foro de fidalgo da Casa Real estava relacionada com o processo expansionista e com as novas exigências da máquina da justiça, fazenda e guerra. Segundo Cordeiro Pereira, “ para salvaguardar a preeminência da Coroa e assegurar e otimizar a implantação efectiva do poder no território metropolitano e ultramarino, D. Afonso V, tal como os monarcas seus contemporâneos e os seus sucessores, teve de organizar e de manter redes clientelares com epicentro na corte. Nesse contexto surgiu uma inovação estrutural: a criação dos foros ou filhamento da Casa Real”<sup>454</sup>. Quer isto dizer que estes fidalgos eram aliados naturais da Coroa, tendo como função a implantação efectiva do poder régio no ultramar.

A ideia de que diversos serviços requeriam nobres de diferentes condições encontra eco neste trabalho, a comprová-la está a relação estabelecida entre os objectivos da armada e a condição social dos capitães. Logo nos primeiros anos da Carreira da Índia constatou-se uma melhoria do estatuto do capitão-mor que já não era o escudeiro ou o cavaleiro da Casa Real dos descobrimentos atlânticos, mas necessariamente um fidalgo com legitimidade para representar o rei junto dos potentados orientais. Curiosamente, a baixa nobreza só teve oportunidade de ocupar a capitania-mor nas Armadas da Índia em viagens de descobrimento. Com o avanço do reinado do *Venturoso* a presença de membros da baixa nobreza tornou-se cada vez mais ténue perante a esmagadora presença de fidalgos da

---

<sup>454</sup> João Cordeiro Pereira, “A Estrutura Social...”, *op. Cit.*, p. 290.

Casa Real. Mesmo nos navios de armadores este foro ocupava maior número de capitánias.

Por outro lado, constata-se que o envolvimento da Alta Nobreza na Carreira da Índia fez-se de modo muito indirecto. Por um lado, parece ter influenciado a constituição de algumas armadas; é o caso da de 1515 com forte intervenção do barão do Alvito, e, por outro, alguns dos «Grandes» do Reino participaram na armação de navios ou investiram no comércio oriental. No contexto dos serviços ao rei, é particularmente importante a prestação expansionista de duas famílias – os Limas e os Meneses de Cantanhede, associados, respectivamente, ao visconde de Vila Nova da Cerveira e ao conde de Cantanhede. As participações deste dois «clãs» intensificaram-se no decorrer no reinado de D. João III. Ainda que com outra intensidade, quase todos os titulares tinham parentes empregues no Oriente, mas quase nunca os que tinham condições de sobrevivência no Reino.

Os primeiros capitães-mores “são servidores directos do rei, de boas linhagens, mas sem títulos. Quando muito, filhos de senhores de terras ou de alcaide-mores”. Esta descrição de Joaquim Romero Magalhães vai de encontro às conclusões retiradas da análise mais detalhada dos capitães-mores. Apenas um grupo muito restrito destes indivíduos tinha ligações familiares à Alta Nobreza e alguns deles de modo indirecto. O primeiro a romper com esta tendência foi D. Francisco de Almeida, irmão do conde de Abrantes, razão que lhe terá valido a honraria de vice-rei da Índia. Depois de D. Francisco, seguiu-se o marechal D. Fernando Coutinho que partiu para a Índia em condições muito específicas e, por último, D. Duarte de Meneses, herdeiro do conde de Tarouca. De facto, “as obrigações militares dos grandes senhores, além-mar, paravam em Marrocos”<sup>455</sup>.

No decorrer deste estudo surpreendemo-nos com o número elevado de capitães das Armadas da Índia que eram ou vieram a ser membros do Conselho do Rei. Apesar das funções deste organismo não estarem de todo claras, uma vez que nalguns casos se trataria de um mero cargo honorífico, julgamos que dos

---

<sup>455</sup> *Ibidem*, p. 503.

indivíduos com prestações ultramarinas se esperava a prática efectiva do conselho. A distância, a especificidade e complexidade de algumas zonas Orientais não só suscitavam a curiosidade do monarca, como a informação sobre determinadas regiões era essencial para a condução da política ultramarina<sup>456</sup>. A intensa troca de correspondência entre a Coroa e os seus oficiais testemunha a importância de se saber o Oriente e como os portugueses e poderes locais agiam. Apesar de longe, o monarca era o árbitro das contendas entre as várias facções da nobreza.

Na sua correspondência com D. António de Ataíde, seu vedor da fazenda, D. João III escreveu: “Eu o quisera aqui praticar cõ pessoas que sabem a Índia e a navegaçam”<sup>457</sup>. Noutra passagem o *Piedoso* ordenou que D. António inquirisse Fernão Peres de Andrade sobre a sua disponibilidade de comandar uma armada à Índia, o rei explicava a sua escolha: “por que, pelas calledades que nele há, follgaria que fose nesta jornada”<sup>458</sup>. Fernão Peres de Andrade era um dos veteranos do Oriente que iniciara a sua prestação no reinado de D. Manuel I. Estariam as suas qualidades associadas à sua condição de nobre e de homem experiente? Julgamos que sim.

Apesar de não dispormos para D. Manuel I de documentação semelhante, este monarca terá tido em consideração a experiência dos capitães. No reinado do *Venturoso*, numa época em que as exigências sociais já não eram as mesmas que as do Atlântico, apurámos que 35% dos capitães tinham experiência no comando de homens ou navios noutros espaços ultramarinos.

Desde o princípio da investigação compreendemos a pertinência de um estudo das redes familiares subjacentes às capitánias das Armadas da Índia, porém, devido ao extenso universo de análise esta tarefa tornou-se impossível. O fenómeno do clientelismo e a força do parentesco é uma das características mais acentuadas da sociedade da Idade Moderna. Ao contrário dos valores sociais

---

<sup>456</sup> Talvez o caso mais emblemático seja o problema da posse das Molucas para o qual D. João III se socorreu do testemunho de vários oficiais do Oriente.

<sup>457</sup> *Letters of the Court of Jonh III King of Portugal 1521-1557*, Cambridge, Harvard University Press, [ed. J. D. M. Ford e L. G. Moffat], 1931, p. 71.

<sup>458</sup> *Ibidem*, pp. 124-125.

contemporâneos onde se privilegia o individualismo, a realização individual submetia-se aos interesses familiares e clientelares<sup>459</sup>. Não queremos com isso desmentir as palavras de Romero Magalhães quando afirma que “a plasticidade social e a possibilidade de mudança de estado e condição estavam abertas, desde que o rei assim o entendesse e o comportamento individual a isso desse acesso”<sup>460</sup>. Por certo que as qualidades pessoais tinham peso, no entanto, era necessário que fossem evidenciadas ou testemunhadas por outros indivíduos, quase sempre parentes ou amigos. É comum nas denominadas «cartas de serviços» os indivíduos pedirem mercês ao rei pelos serviços prestados arrolando-os e fornecendo nomes de indivíduos que os pudessem confirmar. Por outro lado, era comum na correspondência com o monarca pedir-se cargos para familiares. Um parente bem colocado na esfera real poderia salientar as qualidades individuais que conduziam a uma melhoria da condição social ou económica, através da concessão de uma tença, de um cargo ou do privilégio de fidalgo<sup>461</sup>.

Existiam formas de clientelismo que não se estabeleciam entre membros da mesma família ou da mesma «classe» social. Era comum os capitães mais abastados «darem mesa» aos mais desprovidos, o que criava laços de solidariedade e gente agradecida. Segundo Diogo de Couto, os cargos e as pessoas eram tanto mais dignos quanto mais enriquecessem dependentes e servidores<sup>462</sup>. Como é sabido, o capitão de um navio centrava a sua actuação no cumprimento do regimento que lhe fora dado pelo rei, estava obrigado ao

---

<sup>459</sup> Cf. João Cordeiro Pereira, “A Estrutura Social...”, *op. Cit.*, p. 283.

<sup>460</sup> Joaquim Romero Magalhães, “A Sociedade” in *Alvorecer da Modernidade...*, *op. Cit.*, p. 495.

<sup>461</sup> Estudos recentes evidenciam vários tipos de solidariedade familiar. As mais facilmente reconhecíveis prendem-se com as criadas em torno dos governadores, não só os que partiram para o Oriente com esta nomeação, como no caso de Afonso de Albuquerque (1509-1515) ou de D. Henrique de Meneses (1525-1526) que organizaram as suas clientelas no Índico. Este modelo repetir-se-á durante muito anos, ao ponto de Diogo de Couto sugerir que D. João III se começava a ressentir com os malefícios que essas solidariedades podiam causar ao poder régio. O cronista relata que D. João III escolhera D. Pedro de Mascarenhas para vice-rei por este não ter filhos e quando o fidalgo lhe pediu a capitania-mor do mar para um dos seus sobrinhos o monarca recusou-lhe, temendo a repetição de modelos passados. “Havendo quatro annos que D. Affonso de Noronha estava na Índia, desejou ElRey de o mandar vir, e prover naquelle lugar de um Fidalgo, a que todos tivessem muito grande respeito, e que fosse muito rico, porque tratasse mais do que cumpria ao bem daquelle Estado, que ao seu particular; e que também não tivesse filhos, porque a governança da Índia não andasse de promeio.” *Ásia*, VII, i, 3.

<sup>462</sup> Cf. Diogo do Couto, *O soldado prático*, ed. Manuel Rodrigues Lapa, Lisboa, Sá da Costa, 1980, p. 39.

comando de homens, a impor respeito e disciplina, tinha uma actividade reguladora, mas também protectora. Ora, socialmente estas características estavam associadas à nobreza.

Concluindo, a fórmula sobre a qual assentou a escolha dos capitães das Armadas da Índia seria composta, essencialmente, pela combinação de cinco variáveis com diferentes importâncias. A primeira seria a condição de nobre, mais concretamente de fidalgo da Casa Real, indivíduos socialmente capazes de representar o rei e de comandarem homens. A experiência seria outro dos requisitos que o monarca levaria em conta não só pelas qualidades executivas, mas porque comprovava que o indivíduo tivera anterior contacto com a esfera régia, o que permitia ao monarca fazer uma avaliação do seu currículo. A indigitação para capitão das Armadas da Índia poderia ser sugerida ao rei através de um terceiro, razão pela qual as redes familiares e clientelares desempenhavam um papel de extrema importância. Devem ser tomadas em conta outras duas variáveis que se apresentam com menor força percentual, mas que ganham expressividade no contexto da «fidelidade» a D. Manuel I. Por um lado, a ligação à Ordem de Cristo pode ser sinónimo dessa proximidade, ou da tentativa de fidelização de determinados indivíduos, só assim se explica a transferência para essa ordem de figuras como Vasco da Gama, D. Francisco de Almeida e, noutro contexto, de D. Duarte de Meneses. Por último, detectámos para os primeiros capitães-mores frequentes ligações à Casa de Viseu/Beja, ou seja, D. Manuel, nos primeiros anos do seu Reinado, teve em conta os serviços prestados à sua Casa ducal.

## **Bibliografia**

### **I – Arquivos**

#### **IAN/TT**

##### *Chancelaria de D. Manuel I*

Livro 1, fólho 11. Livro 2, fólho 63. Livro 6, fólhos 9 v., 10 e 11. Livro 7, fólho 36. Livro 8, fólhos 38, 86 v. Livro 10, fólhos 122, 132. Livro 11, fólho 17 v. Livro 13, fólho 41. Livro 17, fólhos 5, 46 v., 47, 58, 89. Livro 20, fólho 24 v. Livro 23, fólhos 11 v., 23 v. Livro 25, fólhos, 87 v., 88, 166. Livro 26, fólho 39. Livro 32, fólho 33 v. Livro 35, fólhos 126 v., 127, 139 v., 140. Livro 37, fólho 3. Livro 39, fólhos 3 v., 117. Livro 46, fólho 131 v.

##### *Corpo Cronológico*

1ª Parte, maço 5, documento 102. 1ª Parte, maço 14, documento 24. 1ª Parte, maço 20, documento 5. 1ª Parte, maço 23, documento 24. 2ª Parte, maço 6, documento 38.2ª Parte, maço 7, documento 48.2ª Parte, maço 38, documento 80. 2ª Parte, maço 62, documento 25.2ª Parte, maço 63, documento 140. 2ª Parte maço 69, documento 12.2ª Parte, maço 69, documento 119. 2ª Parte, maço 70 documento 12.2ª Parte, maço 84, documento 71.2ª Parte, maço 91, documento 70.2ª Parte, maço 99, documento 79.2ª Parte, maço 119, documento 84.2ª Parte, maço 127, documento 50.

### **II – Genealogias**

FREIRE, Anselmo Braancamp, *Brasões da Sala de Sintra*, 3 vols., Lisboa, INCM, 1973.

GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, 12 vols., Braga, Edição de Carvalhas de Basto, 1992.

*Livro de Linhagens do século XVI*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, [pref. de António Machado Faria], 1956.

MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana*, 12 vols., Porto, Livraria Fernando Machado, [ed. por Alexandre António Pereira de Miranda de Vasconcelos, António Augusto Ferreira da Cruz, Eugénio Eduardo, Andrea da Cunha e Freitas], 1943.

SOUSA, António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida Livraria Editora, 1946-1955.

### **III – Crónicas e outras fontes narrativas e literárias**

ALBUQUERQUE, Brás de, *Comentário de Afonso de Albuquerque*, 2 vols., Lisboa, INCM, [prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão], 1973.

BARROS, João de, COUTO, Diogo do, *Da Ásia*, 24 vols., Lisboa, Livraria Sam Carlos, 1973-1975 [reimpressão da edição de 1777-1788].

CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*, 2 vols., Porto, Lello & Irmão, [introdução e revisão de M. Lopes de Almeida], 1979.

CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, 4 vols. Porto, Lello & Irmãos, [revisão e introdução de M. Lopes de Almeida], 1975.

COUTO, Diogo do, *O soldado prático*, ed. Manuel Rodrigues Lapa, Lisboa, Sá da Costa, 1980.

*Crónica dos Descobrimentos e Primeiras Conquistas da Índia pelos Portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa do Moeda, [ed. e Luís de Albuquerque], 1986.

GÓIS, Damião, *Crónica de D. Manuel I*, 4 vols., Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1954.

OSÓRIO, Jerónimo de, *Da vida e feitos d'el rei D. Manuel*, Porto, Civilização, 1944.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica de Guiné*, s/l, Livraria Civilização, [ed. José de Bragança], 1973.

#### **IV – Colectâneas Documentais e fontes avulsas**

*Archivo Português Oriental*, 5 vols. Nova Goa, Imprensa Nacional, [dir. Cunha Rivara], 1861-1866.

*Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*, 7 vols., Lisboa, Academia Real das Sciencias, [dir. R. Bulhão Pato e H. Lopes de Mendonça], 1884-1935.

*Colecção de S. Lourenço*, 3 vols., Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, [dir. Elaine Sanceau e Maria de Lourdes Lalande], 1973-1983.

*Descobrimentos Portugueses*, 3 vols., Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, [dir. João Martins da Silva Marques], 1988.

*Subsídios para a História da Índia Portuguesa*, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, [ed. José Rodrigo de Lima Felner] 1868.



*Gavetas da Torre do Tombo*, 12 vols. Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1964.

*Letters of the Court of John III King of Portugal 1521-1557*, Cambridge, Harvard University Press, [ed. J. D. M. Ford e L. G. Moffat], 1931.

*Os primeiros 14 documentos relativos à Armada de Pedro Álvares Cabral*, Lisboa, CNCDP/Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, [ed. Joaquim Romero Magalhães e Susana Münch Miranda], 1999.

*Relação das naos e armadas da Índia com os sucessos dellas que se puderam saber, para notícias e instrução dos curiosos e amantes da História da Índia*, Coimbra, Biblioteca da Universidade de Coimbra, [Ed. Literária de Maria Hermínia MALDONADO], [manuscrito existente na British Library, Códice Addington 20902], 1985.

*Registo da Casa da Índia*, 2 vols., Lisboa, Agência Geral do Ultramar, [introdução e notas de Luciano Cordeiro], 1954.

*Voyages de Vasco da Gama. Relations dès expéditions de 1497-1499 & 1502-1503*, Paris, Éditions Chandeigne, [ed. Paul Teyssier e Paul Valentin], 1995.

*Relação da viagem de Vasco da Gama. Álvaro Velho*, Lisboa, CNCDP, Ministério da Educação, [introd. e notas Luís de Albuquerque], 1990.

## **VII – Dicionários**

*Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Luís de Albuquerque (ed.), 2 vols., Lisboa, Caminho, 1994.

*Dicionário de História de Portugal*, Joel Serrão (dir.), 6 vols., Porto, Livraria Figueirinhas, s/d.

## **VIII – Estudos**

*A Carreira da Índia e a Rota dos Estreitos. Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz (ed.), Angra do Heroísmo, 1998.

*A Carreira da Índia. V Simpósio de História Marítima*, Lisboa, Academia de Marinha, 2003.

*A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do colóquio internacional*, João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues (org.), Lisboa, CHAM/IICT, 2004.

ALBUQUERQUE, Luís de Albuquerque, PEREIRA, José da Costa, “Cartas de «serviços» da Índia” in *Mare Liberum*, Lisboa, n.º 1, 1990, pp. 309-396.

ALMEIDA, A. A. Marques, *Capitais e capitalistas no comércio da especiaria. O eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549). Aproximação a um estudo de Geofinança*, Lisboa, Edições Cosmos, 1993.

ALVES, Jorge Manuel Santos, *O domínio do Norte de Samatra. A história dos sultanatos de Samudera – Pacém e de Achém e das suas relações com os portugueses (1500-1580)*, Lisboa, SHIP, 1999.

ANDRADE, António Alberto Banha de, *História de um fidalgo quinhentista português. Tristão da Cunha*, Lisboa, Faculdade de Letras e Instituto Histórico Infante D. Henrique, 1974.

ANDRADE, António Alberto Banha de, *Mundos Novos do Mundo*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1972.

AUBIN, Jean, *Le Latin et l’Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, vol. I, Lisboa-Paris, CNCDP – Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1996-2000.

BAPTISTA, Augusto Soares de Sousa, “Duarte de Lemos” in *Arquivos do distrito de Aveiro*, vol. XIV, n.º 56 (Outubro/Novembro, 1948), p. 241-251.

BENSAÚDE, Joaquim, *A Cruzada do Infante D. Henrique*, s/l, Agência Geral das Colónias, 1942.

BIEDERMANN, Zoltán, “Nas pegadas do apóstolo: Socotorá nas fontes europeias dos séculos XVI e XVII”, in *Anais de História de Além-Mar*, I vol., Lisboa, 2000, pp. 287-386.

BOUCHON, Geneviève, *Albuquerque, o Leão dos Mares*, Lisboa, Quetzal, 2000.

BOUCHON, Geneviève, *Inde découverte, Inde retrouvée, 1498-1630*, Paris-Lisboa, CNCDP - Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1999.

BOUCHON, Geneviève, *Navires et cargaisons retour de l'Inde en 1518: caderno dos ofiçiaes da India da carreguaçam das naos que vieram o anno de bxcbij*, Paris, Sociéte d'Histoire de l'Orient, 1977.

BOUCHON, Geneviève, *Vasco da Gama*, Lisboa, Terramar, 1998.

BOUCHON, Geneviève, THOMAZ, Luís Filipe, *Voyage dans les Deltas du Gange et de l'Irraouaddy – Relation portugaise anonyme (1521)*, Paris, Centre Culturel Portugais – Fondation Calouste Gulbenkian, 1988.

BUESCU, Ana Isabel, *D. João III*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

CARVALHO, Andreia Martins, PELÚCIA, Alexandra, “Os Primeiros Fidalgos na Costa da Guiné” in *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, n.º 2, 2002, pp. 127-138.

COELHO, António Borges, *Raízes da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Editora Prelo, 1964.

CORREIA, José Manuel, *Os Portugueses no Malabar (1498-1580)*, Lisboa, CNCDP – INCM, 1997.

COSTA, João Paulo Oliveira e, “A Coroa Portuguesa e a China (1508-1531)”, in *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês séculos XVI-XIX*, Instituto Português do Oriente, pp. 13-57.

CORTESÃO, Jaime, *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*, Lisboa, INCM, 1994.

COSTA, João Paulo Oliveira e, “A formação do aparelho central da administração ultramarina no século XV” in *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, n.º 2, 2002, pp. 87-102.

COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.), *A Nobreza e a Expansão – Estudos Biográficos*, Cascais, Patrimonia, 2000, pp. 13-51.

COSTA, João Paulo Oliveira e, “D. Afonso V e o Atlântico: a base do projecto expansionista de D. João III”, in *Mare Liberum*, Lisboa, Junho de 1999, pp. 39-71.

COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.), *Descobridores do Brasil – Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Lisboa, SHIP, 2000.

COSTA, João Paulo Oliveira e, *D. Manuel I*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

COSTA, João Paulo Oliveira e, “Doações régias no Atlântico quatrocentista”; in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Nos 550 anos do descobrimento das Flores e do Corvo*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2004, pp. 493-506.

COSTA, João Paulo Oliveira e, “Duarte de Menezes and the Government of India (1521-1524)” in *Indo-Portuguese History: Global Trends*, Goa, ISIPH/CHAM, 2005, pp. 95-115.

COSTA, João Paulo Oliveira e, “Simão de Andrade, fidalgo da Índia e capitão de Chaul” in *Mare Liberum*, Lisboa, n.º 9, (*O Estado da Índia e a Província do Norte, actas do VII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*), 1995, pp. 99-116.

COSTA, João Paulo Oliveira e, “Vasco Fernandes Coutinho, construtor do Estado da Índia e do Brasil” in *D. João III e a formação do Brasil*, Lisboa, CEPCEP, 2004, pp. 167-194.

COUTO, Dejanirah, “Jerónimo Rodrigues ébauche d’une carrière orientale” in *Maré Liberum*, n.º 6, Dezembro 1993, pp. 89-96.

COUTO, Jorge Couto, *A Construção do Brasil*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997.

CRUZ, Maria Augusta Lima, “A viagem de Gonçalo Pereira Marramaque do Minho às Molucas ou os itinerários da fidalguia portuguesa no Oriente”, *Stvdia*, n.º 44, pp. 315-340.

CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000.

CUNHA, Mafalda Soares da, *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990.

CUNHA, Mafalda Soares da, MONTEIRO, Nuno, “Vice-reis, governadores e conselheiros de governo do Estado da Índia (1505-1834). Recrutamento e caracterização social” in *Penélope*, Lisboa, n.º 15, 1995, pp. 91-120.

DISNEY, Antony, “The Estado da Índia and the young nobleman soldier: the case of Dom Fernando de Noronha” in *Mare Liberum*, Lisboa, n.º 5, Junho de 1993, pp. 65-75.

*D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, Artur Teodoro de Matos e Roberto Carneiro (coord.), Lisboa, CHAM/CEPCEP, 2004.

FARIA, António Machado, “Cavaleiros da Ordem de Cristo no séc. XVI”, in Separata da revista *Arqueologia e História*, vol. VI, Lisboa, 1955.

FARO, Jorge, “Estêvão da Gama capitão de S. Jorge da Mina e a sua organização administrativa em 1529”, in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Bissau, 1957.

FLORES, Jorge, *Os Portugueses e o mar de Ceilão. Trato, diplomacia e guerra (1498-1543)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998.

FONSECA, Luís Adão da, *D. João II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

FONSECA, Luís Adão, “Os comandos da segunda armada de Vasco da Gama à Índia (1502-1503)”, in *Mare Liberum*, Lisboa, n.º 16, 1998, pp. 35-55.

FONSECA, Luís Adão, *Pedro Álvares Cabral, uma viagem*, Lisboa, Inapa, 1999.

FONSECA, Luís Adão da, *Vasco da Gama, o homem, a viagem, e época*, Lisboa, Expo 98 e D.L, 1998.

GINZBURGO, Carlo, *A Micro-História e Outros Ensaio*s, Lisboa, Difel, 1991.

GODINHO, Rui Alexandre Landeiro, *A carreira da Índia: aspectos e problemas da torna-viagem (1550-1649)*, dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 2000, texto policopiado.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1962.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, l.d.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *A Expansão Quatrocentista – problemas das origens e da linha de evolução*, Lisboa, Testemunho Especial, 1945.

GOFF, Jacques Le, *História e Memória*, 2 vols., Lisboa, Edições 70, s/d.

GOMES, Rita Costa, *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995.

GUEDES, Max Justo, *O descobrimento do Brasil 1500-1548*, Lisboa, Clube do Coleccionador dos Correios, 2000.

GUINOTE, Paulo, Eduardo Frutuoso, António Lopes, *As Armadas da Índia, 1497-1835*, Lisboa, CNCDP, 2002.

*D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, Lisboa, CHAM/CEPCEP, 2004.

LEROI-GAOUHAN, A., *O Gesto e a Palavra*, 2 vols., Lisboa, Edições 70, 1981-83.

LOBATO, Alexandre, *António de Saldanha. His times and his achievements*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962.

LOBATO, Alexandre, *A expansão portuguesa em Moçambique de 1498 a 1530*, 3 vols., Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954-1960.

LOBATO, Alexandre, ‘Novos subsídios para a história da fundação de Sofala’ in *Ciências Históricas e Filológicas*, secção 7, n.º 8, Lisboa, 1950, p. 135-150.

MACEDO, Jorge Borges de, *Um caso de luta pelo poder e sua interpretação n’ «Os Lusíadas»*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1976.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, ‘A Sociedade’ in *Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, Joaquim Romero Magalhães (coord.), *História de Portugal*, vol. III, José Mattoso (dir.), s/l., Círculo de Leitores, 1993, pp. 469-509.

MARQUES, A. H. Oliveira ‘A Expansão no Atlântico’ in *Nova História da Expansão Portuguesa*, Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (dir.), vol. II, *A Expansão Quatrocentista*, A. H. Oliveira Marques (coord.), Lisboa, Estampa, 1998, pp. 11-233.

MATEUS, Maria Helena Mira, *Poesias de Jorge de Aguiar e de Jorge de Resende e duas composições de João Rodrigues de Castelo Branco*, Lisboa, Universidade de Lisboa – Universidade de Letras, 1969.

MATOS, Artur Teodoro de, *Na Rota da Índia. Estudos da Expansão Portuguesa*, Macau, Instituto Cultural, 1994.

MOTA, A. Teixeira da, “Duarte Pacheco Pereira. Capitão e Governador de S. Jorge da Mina” in *Mare Liberum*, Lisboa, n.º 1, 1990, pp. 1-27.

NEMÉSIO, Vitorino, *Vida e Obra do Infante D. Henrique*, Lisboa, INCM, s/d.

OLIVAL, Fernanda, *As Ordens Militares e o Estado Moderno – Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisboa, Estar Editora, 2001.

OLIVAL, Fernanda, *Norte de África ou Índia? Ordens Militares e serviços (século XVI)*, no prelo.

OLIVEIRA, Luís Filipe, “A expansão quatrocentista portuguesa: um processo de recomposição social da nobreza” in *1383-1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV-XV – Actas das Jornadas de História Medieval*, Lisboa, História e Crítica, 1985, pp. 197-208.

PELÚCIA, Alexandra, RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (coords.), *Os Capitães de Afonso de Albuquerque*, no prelo.

PEREIRA, João Cordeiro, “A estrutura social e o seu devir” in *Nova História de Portugal*, Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (dir.), vol. V, *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, João José Alves Dias (coord.), Lisboa, Presença, 1999, pp. 277-336.

PERES, Damião, *História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1959.

PIMENTA, Maria Cristina Gomes, *As Ordens de Avis e de Santiago a Baixa Idade Média. O governo de D. Jorge*, separata n.º 5 da Revista *Militarium Ordium Anacleto*, Palmela, 2001.

PINTO, Paulo, *Portugueses e malaios – Malaca e os sultanatos de Johor e Achém: 1575-1619*, Lisboa, SHIP, 1997.

PISSARRA, José Virgílio, *A armada da Índia. Cômputo, tipologia e funcionalidade das armadas de guerra portuguesas do Oriente (1501-1510)*, dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 2001, texto policopiado.

RAU, Virgínia, “Notes sur la traite portugaise à la fin du XV<sup>e</sup> siècle et le florentin Bartolomeo di Domenico Marchionni” in *Bulletin de l’Institut Historique Belge de Rome*, n.º 44, Bruxelles Rome, Institut Historique Belge de Rome, 1974, p. 535-543.

RAU, Virgínia, *Um florentino ao serviço da expansão ultramarina portuguesa, Francisco Corbinelli*, Lisboa, Instituto Hidrográfico, 1974.

RAUDULET, Cármen M., *Vasco da Gama. La Prima circumnavigazione dell’Afrique, 1497-1499*, Regio (Emilia); Edizioni Diabasis, 1994.

REBELO, Joaquim Inácio de Brito, “Navegadores e exploradores portugueses até o XVI século (documentos para a sua história): Vasco da Gama, sua família, suas viagens, seus companheiros”, *Revista de Educação de Ensino*, Lisboa, vols. XIII-XV, 1898-1900 (XIII).

REGO, Rogério de Figueiroa, *Soldados da Índia*, Torres Vedras, 1956.

RESENDE, Vasco, *A sociedade da Expansão na época de D. Manuel. Mobilidade, hierarquia e poder entre o Reino, o Norte de África e o Oriente. Um estudo prosopográfico*, dissertação de mestrado em História da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 2002 (texto policopiado).

RODRIGUES, Victor Luís Gaspar, “Os capitães-mores da carreira do Japão: o esboço de caracterização sócio-económica”, in *Arquipélago*, Ponta Delgada, 2.º Série, vol. I, n.º 1, 1995, pp. 141-159.

RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, “Sebastião Lopes Lobato: soldado anónimo a ouvidor-geral da Índia” in *Mare Liberum*, n.º 5, Junho de 1993, pp.93-99.

RUSSEL-WOOD, A. J. R., *Um Mundo em Movimento – Os Portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*, Lisboa, Difel, 1998.

SANCEAU, Elaine, *D. João de Castro*, Porto, Civilização, 1978.



SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Cláudio, *La Cúria Regia Portuguesa. Siglos XII y XIII*, Madrid, Centro de Estudios Históricos, 1920.

SÉRGIO, António, *Breve Interpretação da História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa, 1972.

SILVA, Isabel L. Morgado de Sousa e, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, separata n.º 6 da *Militarium Analecta*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2002.

SILVA, Joaquim Candeias, *O fundador do “Estado Português da Índia”, D. Francisco de Almeida, 1457 (?) – 1510*, Lisboa, CNCDP e INCM, 1996.

SMITH, Ronald Bishop, *António Correa Baharem*, Lisboa, Tip. Silvas, 1977.

SMITH, Ronald Bishop, “Cristóvão de Mendonça” in *Stvdia*, n.º 34, Junho 1972, pp. 103-108.

SMITH, Ronald Bishop, *D. Fernando de Monroy: his testament in the Biblioteca Pública de Évora*, Lisboa, Tip. Silvas, 1993.

SMITH, Ronald Bishop, *D. Guterre de Monroy*, Lisboa, Tip. Silvas, 1990.

SMITH, Ronald Bishop, *Diogo Fernandes de Beja and Balthasar Pessoa: Portuguese ambassadors to Cambay and Persia in the first age of the Portuguese discoveries being the Portuguese text of two letters of the collection of the National Archives of Portugal called fragmentos*, Maryland, Decatur Press, 1971.

SMITH, Ronald Bishop, *Diogo Fernandes de Beja*, Lisboa, Tip. Silvas, 1977.

SMITH, Ronald Bishop, *Diogo Fernandes de Beja: being the portuguese text of two unpublished letters of the National Archives of Portugal*, Maryland, Decatur Press, 1973.

SMITH, Ronald Bishop, *Diogo Lopes de Sequeira*, Lisboa, Tip. Silvas, 1975.

SMITH, Ronald Bishop, *Diogo Lopes de Sequeira: elements on his office of Almotacé Mor*, Lisboa, Tip. Silvas, 1993.

SMITH, Ronald Bishop, *Diogo Lopes de Sequeira: elements on his office of Almotacé Mor*, Lisboa, Tip. Silvas, 1993.

SMITH, Ronald Bishop, *Fernão Peres de Andrade*, Lisboa, Tip. Silvas, 1981.

SMITH, Ronald Bishop, *João de Meira*; Lisboa, Tip. Silvas, 1973.

SMITH, Ronald Bishop, *Jorge Alvares the first portuguese to sail to China*; Lisboa, Tip. Silvas, 1972.

SMITH, Ronald Bishop, *Lopo Soares de Alvarenga: better known as de Albergaria*, Lisboa, Tip. Silvas, 1992.

SMITH, Ronald Bishop, *Martim Afonso de Mello. Captain-Major of the portuguese fleet with sailed to China in 1522 being the portuguese text of two unpublished letters of the national archives of Portugal*, Maryland, Decateur Press, 1972.

SMITH, Ronald Bishop, *The sepulchral urn of Martim Afonso de Melo in Santarém*, Lisboa, Tip. Silvas, 1994.

SMITH, Ronald Bishop, *Three inscriptions referring to Jorge Botelho in Pombal*, Lisboa, Tip. Silvas, 1994.

SOUSA, Esther Trigo de, "Capitães portugueses das Ilhas Molucas" in *Stvdia*, Lisboa, n.º 43-44, Dezembro/Janeiro, 1980, pp. 183-281.

SUBRAHMANYAM, Sanjay, *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama*, Lisboa, CNCDP, 1998.

SUBRAHMANYAM, Sanjay, *O Império Asiático Português, 1500-1700 – Uma história política e económica*, Lisboa, Difel, s/d.

THOMAZ, Luís Filipe, *A questão da pimenta em meados do século XVI. Um debate político do governo de D. João de Castro*, Lisboa, UCP/CEPCEP, 1998.

THOMAZ, Luís Filipe, "A Viagem de António Correia a Pegu em 1519" in *Bracara Augusta*, tomo XXX, fasc. 69, Janeiro – Junho, 1976.

THOMAZ, Luís Filipe, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1998.

THOMAZ, Luís Filipe, "Diogo Pereira, o Malabar" in *Mare Liberum*, Lisboa, n.º 5, Julho 1993, pp. 49-64.

THOMAZ, Luís Filipe, "L'idée impériale manuéline" in *La Découverte, le Portugal et l'europe. Actes du Colloque*, ed. Jean Aubin, Paris, 1990, pp. 35-103.

THOMAZ, Luís Filipe, "O malogrado estabelecimento oficial dos portugueses em Sunda", in *Aquém e Além da Taprobana*, Lisboa, CHAM, 2002, pp. 381-607.

THOMAZ, Luís Filipe, *Os portugueses em Malaca (1511-1580)*, Lisboa, 1964. Tese de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa (texto policopiado).

### **IX – Documentos electrónicos**

Genealogias dos Vice-Reis e Governadores do Estado Português da Índia no século XVI. [*Em linha*]. Lisboa: CHAM, 2005.

Disponível em: <http://cham.fcsh.unl.pt/GEN/Index.htm>

*Nobres e Oficiais no Estado da Índia no Século XV*. Lisboa: CHAM, 2006.

Brevemente disponível em: <http://cham.fcsh.unl.pt/port/instrumentos.htm>

# A n e x o s

## ANEXO 1

OS CAPITÃES DAS ARMADAS DA ÍNDIA SEGUNDO VÁRIAS FONTES  
(1497-1521)

Data: 8/7/1497								
Capitão-mor	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
Vasco da Gama	*	*	*	*	*	*	*	*
Capitães	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
Paulo da Gama	*	*	*	*	*	*	*	*
Nicolau Coelho	*	*	*	*	*	*	*	*
Gonçalo Nunes	*	*	*	*	-	-	*	*

\*

Data: 9/3/1500								
Capitão-mor	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
Pedro Álvares Cabral	*	*	*	*	*	*	*	*
Capitães	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
Sancho de Tovar	*	*	*	*	*	*	*	*
Simão de Miranda de Azevedo	*	*	*	*	*	*	*	*
Brás Matoso	*	-	-	-	*	-	-	-
Vasco de Ataíde	*	*	*	*	*	*	*	*
Nuno Leitão da Cunha	*	*	*	*	*	*	*	*
Simão de Pina	*	*	*	*	*	*	*	*
Nicolau Coelho	*	*	*	*	*	*	*	*
Pêro de Figueiredo	*	-	-	-	*	-	-	*
Bartolomeu Dias	*	*	*	*	*	*	*	*
Diogo Dias	*	*	*	*	*	*	*	*
Luís Pires	*	*	*	*	*	*	*	*
Gaspar Lemos	*	*	*	*	*	*	*	*
André Gonçalves	*	-	-	-	*	-	-	-
Pêro de Ataíde	-	*	*	*	-	*	*	*
Aires Gomes da Silva	*	*	*	*	-	*	*	*

\*

Data: 15/3/1501								
Capitão-mor	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
João da Nova	*	*	*	*	*	*	*	-
Capitães	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
Francisco Novais	*	*	*	*	*	*	*	-
Fernão Pacheco	*	-	-	-	*	-	*	-
Misser Vinet	*	*	-	*	*	*	*	-
Diogo Barbosa	-	*	*	*	-	*	-	-

\*

Data: 10/2/1502								
Capitão-mor	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
D. Vasco da Gama	*	*	*	*	*	*	*	*
Capitães	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.

	Naus	da Índia					Índia	
D. Luís Coutinho, <i>Ramiro</i>	*	*	*	*	*	*	*	*
Gil Fernandes de Sousa	*	*	*	*	*	-	-	-
Alvaro de Ataíde	*	*	-	*	*	-	-	-
Vicente Sodré	*	*	*	*	*	*	*	*
Brás Sodré	*	*	*	*	-	*	*	-
Gil Matoso	*	*	*	*	*	*	*	*
Diogo Fernandes Correia	*	*	*	*	*	-	-	-
Francisco da Cunha	*	*	*	*	* <sup>463</sup>	*	*	*
Pedro Afonso de Aguiar	*	*	*	*	*	*	*	*
Rui de Castanheda	*	*	*	*	-	*	*	*
António do Campo	*	*	*	*	-	*	*	*
Lopo Mendes de Vascelos	*	*	-	*	-	-	-	-
Fernão Rodrigues, <i>Badarças</i>	*	*	*	*	*	*	-	-
João Lopes Perestrelo	*	*	*	*	*	*	*	*
António Fernandes	*	*	*	*	*	* <sup>464</sup>	-	-
Pêro de Ataíde	-	-	*	-	-	*	*	-
Pêro Rafael	-	-	*	-	*	*	-	-
Diogo Pires								-
João Fonseca							*	*
Antão Vaz	-	-	-	-	*	-	-	-

\*

Data: 10 (ou 1)/4/1502								
Capitão-mor	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
Estêvão da Gama	*	-	*	*	*	*	*	*
Capitães	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
Lopo Mendes de Vascelos	-	-	-	-	-	*	*	*
Tomás de Cremona ou Carmona	*	*	-	*	-	*	*	*
Lopo Dias	*	*	-	*	-	*	*	*
Giovanni Buanafracia	*	*	-	*	-	*	*	*
Vasco Fernandes Tinoco	-	-	-	-	*	-	-	-
Rui Lourenço Ravasco	-	-	-	-	*	-	-	-
Diogo Fernandes Piteira	-	-	-	-	*	-	-	-
João Fernandes de Melo	-	-	-	-	*	-	-	-

\*

<sup>463</sup> Gaspar Correia chama-lhe Rui da Cunha.

<sup>464</sup> Damião de Góis refere um Luís Fernandes, pode tratar-se do mesmo capitão, verificando-se uma troca do nome. *Crónica*, I, lxxviii.

Data: 6/4/1503								
Capitão-mor	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
Afonso de Albuquerque	*	*	*	*	*	*	*	*
Capitães	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
Pêro Vaz da Veiga	*	*	-	-	-	-	*	-
Duarte Pacheco Pereira	*	*	*	*	*	*	-	-
Fernão Martins de Almada	-	-	*	*	-	-	*	*
Antão Garcia	-	-	-	-	-	*	*	*
Vicente de Albuquerque	-	-	-	-	*	-	-	-

\*

Data: 14/4/1503								
Capitão-mor	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
Francisco de Albuquerque	*	*	*	*	*	*	*	-
Capitães	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
Nicolau Coelho	*	*	*	*	*	*	*	*
Fernão Martins de Almada	*	*	-	-	*	-	-	-
Pêro Vaz da Veiga	-	-	*	*	-	*	-	-
Duarte Pacheco Pereira	-	-	-	-	-	-	*	-
António do Campo	-	-	-	-	-	-	-	-

\*

Data: 14/5/1503								
Capitão-mor	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
António de Saldanha	*	*	*	*	*	*	*	-
Capitães	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
Rui Lourenço Ravasco	*	*	*	*	*	*	*	-
Diogo Fernandes Pereira	*	*	*	*	*	*	*	*

\*

Data: 22/4/1504								
Capitão-mor	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
Lopo Soares de Albergaria	*	*	*	*	*	*	*	*
Capitães	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
Pêro de Mendonça	*	*	*	*	*	*	*	*
Leonel Coutinho	*	*	*	*	*	*	*	*
Tristão da Silva	*	*	*	*	*	*	*	*
Lopo Mendes de Vasconcelos	*	*	*	*	*	*	*	*
Lopo de Abreu	*	*	*	*	*	*	*?	-
Filipe de Castro	*	*	*	*	*	*	*	*
Pedro Afonso de	*	*	*	*	*	*	*	*

Aguiar								
Vasco da Silveira	*	*	*	*	*	*	*	*
Manuel Teles Barreto	*	*	-	*	*	*	-	-
Afonso Lopes da Costa	*	*	*	*	*	*	*	*
Vasco Carvalho	*	*	*	*	*	*	*	*
Pêro Dinis	*	*	*	*	-	*	-	-
Cristóvão de Távora	-	-	-	-	*	-	-	-
Simão de Alcaçova	-	-	-	-	*	-	-	-

\*

<b>Data: 25/3/1505</b>								
<b>Capitão-mor</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
D. Francisco de Almeida	*	*	*	*	*	*	*	*
<b>Capitães</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
D. Fernando de Eça	*	*	*	*	*	*	*	*
Lourenço de Brito	*	-	-	-	*	-	-	-
D. Álvaro de Noronha	*	-	-	-	*	-	-	-
Pêro Ferreira Fogaça	*	*	*	*	*	*	*	*
Manuel Pessanha	*	-	-	-	*	-	-	-
Fernão Soares	*	*	*	*	*	*	*	*
Antão Gonçalves	*	*	*	*	*	*	*	*
Diogo Correia	*	*	*	*	*	*	*	*
Rui Freire de Andrade	*	*	*	*	*	*	*	*
Vasco Gomes de Abreu	*	*	*	*	*	*	*	*
João da Nova	*	*	*	*	*	*	*	*
Pêro de Anhaia	-	*	*	-	-	*	-	-
Lopo de Góis Henriques	*	-	-	-	*	-	-	-
Sebastião de Sousa	*	*	*	*	*	*	*	*
Diogo Serrão	*	-	-	-	*	-	-	-
Lopo Sanches	*	*	*	*	*	*	*	*
João Serrão	*	*	*	*	-	*	*	*
Fernão Bermudez	*	*	*	*	-	*	*	*
Lopo Chanoca	*	*	*	*	*	*	*	*
Gonçalo de Paiva	*	*	*	*	*	*	*	*
Antão Vaz	*	*	*	*	*	*	*	*
Lucas da Fonseca	*	*	*	*	*	*	*	*
João Homem Godinho	*	*	*	*	*	*	*	*
Lopo de Deus	*	*	-	*	-	*	-	*
Gonçalo Vaz Góis	*	*	*	*	-	*	*	*
Filipe Rodrigues	-	*	*	-	-	*	*	*

\*

<b>Data: 18/5/1505</b>								
<b>Capitão-mor</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
Pêro de Anhaia	*	*	*	*	*	*	*	*
<b>Capitães</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
Pêro Barreto Magalhães	*	*	*	*	*	*	*	*



Francisco de Anhaia	*	*	*	*	*	*	*	*
João Leite	*	*	*	*	*	*	*	*
João de Queirós	*	*	*	*	*	*	*	*
Manuel Fernandes Meireles	*	*	*	*	-	*	*	*

\*

<b>Data: 6/4/1506</b>								
<b>Capitão-mor</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
Tristão da Cunha	*	*	*	*	*	*	*	*
<b>Capitães</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
Leonel Coutinho	*	*	*	*	*	*	*	*
Álvaro Teles de Barreto	*	*	*	*	*	*	*	*
João Gomes de Abreu	*	*	*	*	*	*	*	*
Rui Dias Pereira	*	*	*	*	-	*	*	*
Álvaro Fernandes	*	*	*	*	-	*	*	-
Job Queimado	*	*	*	*	*	*	*	*
Tristão Álvares	*	*	*	*	*	*	*	*
João Rodrigues Pereira	*	-	-	-	*	-	-	-
João da Veiga	*	*	-	*	-	*	-	-
Tristão Rodrigues	*	*	-	*	-	*	-	-
Rui Pereira Coutinho	*	*	*	* <sup>465</sup>	-	*	*	*
Rui Mendes <sup>466</sup>	-	-	-	-	*	-	-	-

\*

<b>Data: 6/4/1506</b>								
<b>Capitão-mor</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
Afonso de Albuquerque	*	*	*	*	*	*	*	*
<b>Capitães</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
Francisco de Távora	*	*	*	*	*	*	*	*
Manuel Teles Barreto	*	*	*	*	*	*	*	*
António do Campo	*	*	*	*	*	*	*	*
Afonso Lopes da Costa	*	*	*	*	*	*	*	*

\*

<b>Data: 13/4/1507</b>								
<b>Capitão-mor</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
Jorge de Melo Pereira	*	*	*	*	*	*	*	*
<b>Capitães</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
Henrique Nunes de Leão	*	*	*	*	*	*	*	*
Gonçalo Carneiro	-	-	-	-	-	-	*	*

**Data: 13/4/1507**

<sup>465</sup> Na *Ásia* surge apenas como Rui Pereira. *Ásia*, II, i, 1.

<sup>466</sup> Rui Mendes era um armador e o proprietário de um navio e não um capitão.

Capitão-mor	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
Fernão Soares	*	*	*	*	*	*	*	*
Capitães	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
Rui da Cunha	*	*	*	*	*	*	*	*
Gonçalo Carneiro	*	*	*	*	*	*	-	-
João Colaço	-	*	*	-	-	*	-	-

Data: 53/4/1507

Capitão-mor	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
Filipe de Castro	*	*	*	*	*	*	*	*
Capitães	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
Jorge de Castro	*	*	*	*	*	*	*	*

Data: 20 (ou 21)/4/1507

Capitão-mor	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
Vasco Gomes de Abreu	*	*	*	*	*	*	*	*
Capitães	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
Rui de Brito Patalim	*	-	-	-	*	-	-	-
Rui Gonçalves de Valadares	*	*	*	*	*	*	*	-
Lopo Cabral	*	*	*	*	*	*	*	*
Martim Coelho	*	*	*	*	*	*	*	*
Diogo de Melo	*	*	*	*	*	*	*	*
Pedro Lourenço	*	*	*	*	-	*	*	*
João Chanoca	*	*	*	*	-	*	*	-

\*

Data: 5-8/4/1508

Capitão-mor	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
Diogo Lopes de Sequeira	*	*	*	*	*	*	*	*
Capitães	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
Jerónimo Teixeira	*	*	*	*	*	*	*	*
Gonçalo de Sousa	*	*	*	*	*	*	*	-
João Nunes	*	*	*	*	-	*	*	-
Díogo Martins	-	-	-	-	*	-	-	-

\*

Data: 9/4/1508

Capitão-mor	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
Jorge de Aguiar	*	*	*	*	*	*	*	*
Capitães	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
Vasco Carvalho	*	*	*	*	*	*	*	*
Rui da Cunha	*	-	-	-	*	-	-	-
João Rodrigues Pereira	*	*	*	*	*	*	*	*
Alvaro Barreto	*	*	*	*	*	*	*	*
Tristão da Silva	*	*	*	*	*	*	*	*
Gonçalo Mendes de Brito	*	*	-	*	*	*	*	*
Francisco Pereira Pestana	*	*	*	*	*	*	*	*
João Colaço	*	*	*	*	-	*	*	*
Duarte de Lemos	*	*	*	*	-	*	*	*

Vasco da Silveira	*	*	*	*	-	*	*	*
Pêro Correia	*	*	*	*	-	*	*	*
Diogo Correia	*	*	*	*	-	*	*	*
Diogo de Ataíde	*	*	-	-	-	-	-	-
Pêro Ferreira	-	-	-	-	*	-	-	-

\*

<b>Data: 12 ou 22/3/1509</b>								
<b>Capitão-mor</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
D. Fernando Coutinho	*	*	*	*	*	*	*	*
<b>Capitães</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
Francisco de Sá	*	*	*	*	-	*	*	-
Sebastião de Sousa	*	*	*	*	-	*	*	-
Leonel Coutinho	*	*	*	*	-	*	*	*
Rui Freire de Andrade	*	*	*	*	-	*	*	-
Jorge da Cunha	*	*	*	*	-	*	*	*
Francisco de Sousa, <i>Mancias</i>	*	*	*	*	-	*	*	*
Rodrigo Rebelo	*	*	*	*	-	*	*	*
Brás Teixeira	*	*	*	*	-	*	*	-
Álvaro Fernandes	*	*	-	*	-	*	-	-
Jorge Lopes, <i>Bixorda</i>	*	*	*	*	-	*	*	-
Francisco Corbinelli	*	*	*	*	-	*	*	*
Fernão Juzarte	*	*	-	-	-	-	-	-
Gomes Freire	*	*	*	-	-	*	*	-
Francisco Marecos	*	*	*	-	-	*	*	*
Marco, Alemão	-	-	-	-	-	-	*	*
Luís Coutinho	-	-	*	-	-	-	*	-
Pêro Afonso de Aguiar	-	-	*	-	-	*	*	-

\*

<b>Data: 12/3/1510</b>								
<b>Capitão-mor</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
Diogo Mendes de Vasconcelos	*	*	*	*	*	*	*	*
<b>Capitães</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
Dinis Sernige	*	*	*	*	*	*	*	*
Pêro Quaresma	*	*	*	*	*	*	*	*
Baltasar da Silva	*	*	*	*	*	*	*	*

\*

<b>Data: 16/3/1510</b>								
<b>Capitão-mor</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
Gonçalo de Sequeira	*	*	*	*	*	*	*	*
<b>Capitães</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
Manuel da Cunha	*	*	*	*	*	*	*	-
Jorge Nunes de Leão	*	*	*	*	*	*	*	*
João de Aveiro	*	*	-	*	*	*	*	-
Lourenço Moreno	*	*	*	*	*	*	*	*
Lourenço Lopes	*	*	-	*	*	*	*	-

Vasco Fernandes Coutinho	-	-	-	-	*	-	*	-
Diogo Lobo de Alvalade	*	*	*	*	-	*	-	-
Lopo Vaz de Sampaio	-	-	-	-	*	-	-	-

\*

Data: 8/1510								
Capitão-mor	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
João Serrão	*	*	*	*	*	*	*	*
Capitães	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
Pêro de Sousa	*	*	-	*	*	*	*	*
Simão Cavaleiro	*	-	-	-	-	-	*	-
Gaspar Cão	*	*	-	-	*	-	-	-

\*

Data: 25/3/1511								
Capitão-mor	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
D. Garcia de Noronha	*	*	*	*	*	*	-	*
Capitães	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
D. Aires da Gama	*	*	*		*	*	-	*
Pêro Mascarenhas	*	*	*	*	*	*	-	*
Cristóvão de Brito	*	*	*	*	*	*	-	*
Jorge de Brito	*	*	*	*	*	*	-	-
Manuel de Castro Alcoforado	*	*	*	*	*	*	-	*

\*

Data: 25/3/1512								
Capitão-mor	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
Jorge de Melo Pereira	*	*	*	*	*	*	-	*
Garcia de Sousa	*	*	*	*	* <sup>467</sup>	*	-	*
Capitães	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
Jorge de Albuquerque	*	*	-	*	*	-	-	-
Gonçalo Pereira de Miranda	*	*	-	*	*	-	-	*
Lopo Vaz de Sampaio	*	*	-	*	*	-	-	-
Gaspar Pereira	*	*	*	*	*	-	-	*
D. João de Eça	*	*	-	*	*	-	-	-
Jorge da Silveira	*	*	-	*	*	-	-	*
Simão de Miranda	*	*	-	*	*	-	-	*
Francisco Nogueira	*	*	-	*	*	-	-	*
António Raposo de Beja	*	*	-	*	*	-	-	*
Pêro de Albuquerque	*	*	-	*	*	-	-	-

<sup>467</sup> Gaspar Correia refere-o mas não como sendo um dos capitães-mores da armada. *Lendas*, II, p. 289.

João Chanoca	-	*	-	*	-	-	-	-
--------------	---	---	---	---	---	---	---	---

\*

<b>Data: 12-20/3/1513</b>								
<b>Capitão-mor</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
João Sousa de Lima	*	*	*	*	*	-	-	*
<b>Capitães</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
Henrique Nunes de Leão	*	*	*	*	*	-	-	*
João de Abreu	*	*	-	-	*	-	-	-
Francisco Correia	*	*	*	*	*	-	-	*

\*

<b>Data: 9/4/1514</b>								
<b>Capitão-mor</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
Cristóvão de Brito	*	*	*	*	*	*	-	*
<b>Capitães</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
Francisco Pereira Coutinho	*	*	*	*	*	*	-	*
Manuel de Melo	*	*	*	*	*	*	-	*
Luís Dantas	*	*	*	*	*	*	-	*
João Serrão	*	*	-	*	-	*	-	*

\*

<b>Data: 6 ou 7/1514</b>								
<b>Capitão-mor</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
Sebastião de Sousa	*	*	-	-	-	-	-	-
<b>Capitães</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
Luís Figueira	*	*	* <sup>468</sup>	*	-	*	-	*
Pedro Eanes, <i>Francês</i>	*	*	-	*	-	*	-	*

\*

<b>Data: 7/5/1515</b>								
<b>Capitão-mor</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
Lopo Soares de Albergaria	*	*	*	*	*	*	-	*
<b>Capitães</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
D. Gutierre de Monroy	*	*	*	*	*	*	-	-
Simão da Silveira	*	*	*	*	*	*	-	*
Álvaro Teles Barreto	*	*	*	*	*	*	-	*
Diogo Mendes de Vascelos	*	*	*	-	*	*	-	*

<sup>468</sup> Castanheda chama-lhe Rui Figueira e toma-o por capitão-mor. *História*, III, clii.

Jorge de Brito	*	*	*	*	*	*	-	*
Fernão Peres de Andrade	*	-	-	*	*	-	-	-
D. Aleixo de Meneses	*	*	-	-	*	-	-	-
Cristóvão de Távora	*	*	*	*	*	*	-	*
D. João da Silveira	*	*	-	*	*	*	-	-
Alvaro Barreto	*	*	*	*	*	*	-	-
Francisco de Távora	*	*	*	*	*	*	-	*
Simão de Alcáçova	*	*	*	*	*	*	-	-
António Lobo Falcão	*	*	-	-	*	-	-	-
Jorge Mascarenhas	*	*	-	*	*	-	-	-
Joanes Empoli	-	*	-	*	-	-	-	-
Afonso Lopes da Costa	-	-	*	-	-	-	-	-
Lopo Cabral	-	-	*	-	-	-	-	-
D. Garcia Coutinho	-	-	*	-	-	*	-	*

\*

<b>Data: 4/4/1516</b>								
<b>Capitão-mor</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
João da Silveira	*	*	*	*	*	-	-	*
<b>Capitães</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
Francisco de Sousa, <i>Manciais</i>	*	*	*	*	*	-	-	*
António de Lima	*	*	*	*	*	-	-	*
Afonso Lopes da Costa	*	*	-	*	*	-	-	*
Garcia da Costa	*	*	-	*	*	-	-	*

\*

<b>Data: 9/4/1517</b>								
<b>Capitão-mor</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
António de Saldanha	*	*	*	*	*	*	-	*
<b>Capitães</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
Manuel de Lacerda	*	*	*	*	*	*	-	*
Pêro Quaresma	*	*	*	*	*	*	-	*
D. Tristão de Meneses	*	*	*	*	*	*	-	-
Rafael Castanho	*	*	*	-	*	*	-	-
Fernão Alcáçovas	*	*	-	*	-	-	-	-
João de Torres	*	*	-	-	-	-	-	-
Afonso Henriques de Sepúlveda	*	*	-	*	-	-	-	-

<b>Data: 4/1517</b>								
<b>Capitão-mor</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
Fernão Alcáçovas	-	-	*	-	*	*	-	*
<b>Capitães</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
João de Torres	-	-	-	-	*	-	-	-

Afonso Henriques de Sepúlveda	-	-	-	-	*	*	-	*
-------------------------------	---	---	---	---	---	---	---	---

\*

Data: 27/3/1518								
Capitão-mor	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
Diogo Lopes Sequeira	*	*	*	*	*	*	-	*
Capitães	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
D. Garcia Coutinho	*	*	-	-	*	-	-	-
Rui de Melo Punho	*	*	*	*	*	*	-	*
D. Aires da Gama	*	*	*	*	*	*	-	-
Garcia de Sá	*	*	*	*	*	*	-	-
Sancho de Tovar	*	-	-	-	*	-	-	*
Lopo Cabreira	*	*	* <sup>469</sup>	*	*	*	-	*
Pêro Paulo Marchioni	*	*	*	*	*	*	-	-
D. João de Lima	*	*	*	*	*	*	-	-
João Gomes Cheira-Dinheiro	*	*	*	*	*	*	-	*
João Lopes Alvim	-	*	-	*	-	*	-	-
Gonçalo Rodrigues de Almada	-	-	*	-	-	* <sup>470</sup>	-	-

\*

Data: 23/4/1519								
Capitão-mor	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
Jorge de Albuquerque	*	*	*	*	*	*	-	*
Capitães	Relação da Naus	As Armadas da Índia	História	Ásia	Lendas	Crónica	A armada da Índia	Doc.
Francisco da Cunha	*	*	-	*	*	*	-	*
Dr. Pêro Nunes	*	*	*	*	*	*	-	*
Rafael Perestrelo	*	*	*	*	*	*	-	*
Rafael Castanho	*	*	*	*	*	*	-	*
João Rodrigues de Almada	*	*	*	*	-	*	-	-
Diogo Fernandes de Beja	*	*	*	*	*	*	-	-
Cristóvão de Mendonça	*	*	*	*	*	*	-	-
Lopo de Brito	*	*	*	*	*	*	-	*
Pêro da Silva	*	*	*	*	*	*	-	*
Manuel de Sousa	*	*	*	*	*	*	-	-
Gonçalo Rodrigues Correia	*	*	-	*	-	*	-	-
D. Diogo de Lima	*	*	*	*	-	*	-	-
D. Luís Gusmão	*	*	*	*	*	*	-	-

<sup>469</sup> Castanheda chama-o Pêro Cabreira. *História*, IV, xliii.

<sup>470</sup> Damião de Góis chama-o apenas de Gonçalo Rodrigues, acrescentando que a sua alcunha era a de o Grego. *Crónica*, IV, xxxi.

(castelhano)								
Jácome Tristão	-	-	*	-	-	-	-	-
Pêro Eanes Francês	-	-	*	-	-	-	-	-
Garcia Chainho	-	-	*	-	-	*	-	-
Diogo Calvo	-	-	-	-	*	-	-	-
Cristóvão Fernandes	-	-	-	-	*	-	-	-
Vicente Gil	-	-	-	-	*	-	-	-
D. António de Meneses	-	-	-	-	*	-	-	-

\*

<b>Data: 6/4/1520</b>								
<b>Capitão-mor</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
Jorge de Brito	*	*	*	*	* <sup>471</sup>	-	-	*
<b>Capitães</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
Rui Vaz Pereira	*	*	*	*	*	-	-	*
Pedro Eanes Francês	*	*	-	-	*	-	-	-
Gaspar da Silva	*	*	*	*	*	-	-	*
Pêro Lopes de Sampaio	*	*	*	*	*	-	-	*
Pêro Lourenço de Melo	*	*	*	*	*	-	-	*
Lopo de Azevedo	*	*	*	*	*	-	-	*
Pêro Paulo Marchioni	*	*	*	*	*	-	-	-
André Dias	*	*	*	*	*	-	-	*
D. Diogo de Lima	*	-	-	*	*	-	-	-
Lopo de Brito	-	*	-	-	-	-	-	-
Manuel de Sousa Tavares	-	-	*	-	*	-	-	*

\*

<b>Data: 5/4/1521</b>								
<b>Capitão-mor</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
D. Duarte de Meneses	*	*	*	*	*	*	-	*
<b>Capitães</b>	<b>Relação da Naus</b>	<b>As Armadas da Índia</b>	<b>História</b>	<b>Ásia</b>	<b>Lendas</b>	<b>Crónica</b>	<b>A armada da Índia</b>	<b>Doc.</b>
D. Luís de Meneses	*	*	*	*	*	*	-	*
João de Melo e Silva	*	*	*	*	*	*	-	*
Vicente Gil	*	*	*	*	-	*	-	*
Francisco Pereira Pestana	*	*	-	*	*	*	-	*
António Rico	*	*	-	-	-	*	-	-
Martim Afonso de Melo Coutinho <sup>472</sup>	*	*	*	*	*	*	-	-
Vasco Fernandes Coutinho <sup>473</sup>	*	-	*	-	*	*	-	-
Pedro Homem <sup>474</sup>	*	-	*	-	*	*	-	*

<sup>471</sup> Gaspar Correia, põe Jorge de Brito entre o rol de capitães, mas não o nomeia capitão-mor. *Lendas*, II, p. 609.

<sup>472</sup> Castanheda, Barros, Correia e Góis referem-no como capitão-mor da armada que devia de ir para a Índia. *História*, V, lxxix. *Ásia*, III, vii, 1. *Lendas*, II, pp. 673-674. *Crónica*, IV, lxxv.

<sup>473</sup> Castanheda, Correia e Góis referem-no como capitão da armada que ia à China, capitaneada por Martim Afonso de Melo Coutinho. *História*, V, lxxix. *Lendas*, II, pp. 673-674. *Crónica*, IV, lxxv.

<sup>474</sup> Castanheda, Correia e Góis referem-no como capitão da armada que ia à China, capitaneada por Martim Afonso de Melo Coutinho. *História*, V, lxxix. *Lendas*, II, pp. 673-674. *Crónica*, IV, lxxv.



Gonçalo Rodrigues Correia	*	*	-	*	*	*	-	*
D. Diogo de Lima	*	*	-	*	*	*	-	-
D. João de Lima	-	*	-	*	-	*	-	-
Diogo de Sepúlveda	-	*	-	*	*	*	-	-
D. João Silveira	-	*	-	*	-	*	-	-
Sebastião de Sousa (de Elvas)	-	*	-	* <sup>475</sup>	*	-	-	-
João Faria	-	*	-	* <sup>476</sup>	-	-	-	-
Henrique Pereira	-	*	-	* <sup>477</sup>	-	-	-	-
Diogo de Melo <sup>478</sup>	-	-	*	-	-	*	-	-

<sup>475</sup> Barros diz que partiu depois de D. Duarte de Meneses como capitão de duas velas. *Ásia*, III, vii, 1.

<sup>476</sup> Barros diz que era um cavaleiro da Casa Real, capitão da armada comandada por Sebastião de Sousa de Elvas. *Ásia*, III, vii, 1.

<sup>477</sup> Barros diz que era um cavaleiro da Casa Real, capitão da armada comandada por Sebastião de Sousa de Elvas. *Ásia*, III, vii, 1.

<sup>478</sup> Castanheda e Góis referem-no como capitão da armada que ia à China, capitaneada por Martim Afonso de Melo Coutinho. *História*, V, lxxix. *Crónica*, IV, lxxv.

ANEXO 2

## O ESTATUTO SOCIAL DOS CAPITÃES DAS ARMADAS DA ÍNDIA

(1497-1521)

Capitão	Armada	Estatuto
Afonso de Albuquerque	1503/4/6	FCR
Afonso de Albuquerque	1506/4/6	FCR
Afonso Henriques de Sepúlveda	1517/4	Fidalgo
Afonso Lopes da Costa	1504/4/22	FCR
Afonso Lopes da Costa	1506/4/6	FCR
Afonso Lopes da Costa	1516/4/4	FCR
Aires da Gama (D.)	1511/3/25	FCR
Aires da Gama (D.)	1518/3/27	FCR
Aires Gomes da Silva	1500/3/9	FCR
Álvaro Barreto	1508/4/9	FCR
Álvaro Barreto	1515/4/7	FCR
Álvaro Fernandes	1506/4/6	CCR
Álvaro Teles Barreto	1506/4/6	FCR
Álvaro Teles Barreto	1515/4/7	FCR
André Dias	1520/4/6	CCR
Antão Garcia	1503/4/6	-
Antão Gonçalves	1505/3/25	-
Antão Vaz	1505/3/25	-
António de Lima	1516/4/4	FCR
António de Saldanha	1503/5/14	FCR
António de Saldanha	1517/4/9	FCR
António do Campo	1502/2/10	Cavaleiro
António do Campo	1506/4/6	Cavaleiro
António Fernandes	1502/2/10	Cavaleiro
António Raposo de Beja	1512/3/25	Cavaleiro
Baltasar da Silva	1510/3/12	Fidalgo
Bartolomeu Dias	1500/3/9	ECR
Brás Sodré	1502/2/10	Nobre
Brás Teixeira	1509/3/12 (ou 22)	CCR
Cid Barbudo	1505/11/19	CCR
Cristóvão de Brito	1511/3/25	FCR
Cristóvão de Brito	1514/4/9	FCR
Cristóvão de Mendonça	1519/4/23	FCR
Cristóvão de Távora	1515/4/7	FCR
Dinis Sernigi	1510/3/12	Estrangeiro
Diogo Correia	1505/3/25	Nobre
Diogo Correia	1508/4/9	Nobre
Diogo de Lima (D.)	1519/4/23	FCR
Diogo de Lima (D.)	1520/4/6	FCR
Diogo de Lima (D.)	1521/4/5	FCR

Diogo de Melo	1507/4/10 (ou 21)	Fidalgo
Diogo de Sepúlveda	1521/4/5	FCR
Diogo Dias	1500/3/9	ECR
Diogo Fernandes Correia	1502/2/10	CCR
Diogo Fernandes de Beja	1519/4/23	FCR
Diogo Fernandes Pereira	1503/5/14	Cavaleiro
Diogo Lobo de Alvalade	1510/3/16	-
Diogo Lopes de Sequeira	1508/4/5-8	FCR
Diogo Lopes de Sequeira	1518/3/27	FCR
Diogo Mendes de Vasconcelos	1510/3/12	Nobre
Diogo Mendes de Vasconcelos	1515/4/7	Nobre
Duarte de Lemos	1508/4/9	FCR
Duarte de Meneses (D.)	1521/4/5	FCR
Duarte Pacheco Pereira	1503/4/14	FCR
Estêvão da Gama	1502/4/10 (ou 1)	FCR
Fernando Coutinho (D.)	1509/3/12 (ou 22)	FCR; Marechal do Reino
Fernando de Eça (D.)	1505/3/25	Fidalgo
Fernão Alcáçova	1517/4	FCR
Fernão Bermudez	1505/3/25	Fidalgo Castelhana
Fernão Martins de Almada	1503/4/6	FCR
Fernão Pacheco	1501/3/15	-
Fernão Rodrigues, <i>Badarças</i>	1502/2/10	Fidalgo
Fernão Soares	1505/3/25	FCR
Fernão Soares	1507/4/13	FCR
Filipe de Castro	1504/4/22	FCR
Filipe de Castro	1507/4/15	FCR
Filipe Rodrigues	1505/3/25	CCR
Francisco Corbinelli	1509/3/12 (ou 22)	ECR
Francisco Correia	1513/3/12-20	Fidalgo
Francisco da Cunha	1502/2/10	-
Francisco da Cunha	1519/4/23	FCR
Francisco de Albuquerque	1503/4/14	FCR
Francisco de Almeida (D.)	1505/3/25	FCR
Francisco de Anhaia	1505/5/18	FCR
Francisco de Sá	1509/3/12 (ou 22)	FCR
Francisco de Sousa, <i>Manciais</i>	1516/4/4	Fidalgo
Francisco de Sousa, <i>Mancias</i>	1509/3/12 (ou 22)	Fidalgo
Francisco de Távora	1506/4/6	FCR
Francisco de Távora	1515/4/7	FCR
Francisco Marecos	1509/3/12 (ou 22)	CCR
Francisco Nogueira	1512/3/25	FCR
Francisco Novais	1501/3/15	CCR
Francisco Pereira Coutinho	1514/4/9	FCR
Francisco Pereira Pestana	1508/4/9	FCR
Francisco Pereira Pestana	1521/4/5	FCR
Garcia Coutinho (D.)	1515/4/7	FCR
Garcia da Costa	1516/4/4	FCR
Garcia de Noronha (D.)	1511/3/25	FCR

Garcia de Sá	1518/3/27	FCR
Garcia de Sousa	1512/3/25	FCR
Gaspar da Silva	1520/4/6	FCR
Gaspar de Lemos	1500/3/9	-
Gaspar Pereira	1512/3/25	FCR
Gil Matoso	1502/2/10	CCR
Giovanni Buanagracia	1502/4/10 (ou 1)	Estrangeiro
Gomes Freire	1509/3/12 (ou 22)	FCR
Gonçalo Carneiro	1507/4/13	-
Gonçalo de Sequeira	1510/3/16	FCR
Gonçalo de Sousa	1508/4/5-8	Cavaleiro
Gonçalo Mendes de Brito	1508/4/9	-
Gonçalo Nunes	1497/7/8	Criado de Vasco da Gama
Gonçalo Paiva	1505/3/25	Cavaleiro
Gonçalo Pereira de Miranda	1512/3/25	FCR
Gonçalo Rodrigues Correia	1519/4/23	Armador
Gonçalo Rodrigues Correia	1521/4/5	Armador
Gonçalo Vaz Góis	1505/3/25	-
Guterre de Monroy (D.)	1515/4/7	FCR
Henrique Nunes de Leão	1507/4/13	FCR
Henrique Nunes de Leão	1513/3/12-20	FCR
Jerónimo Teixeira	1508/4/5-8	FCR
João Chanoca	1507/4/10 (ou 21)	Cavaleiro
João Colaço	1508/4/9	CCR “cavaleiro da guarda do rei”
João da Nova	1501/3/15	FCR
João da Nova	1505/3/25	FCR
João da Silveira	1516/4/4	FCR
João da Silveira (D.)	1515/4/7	FCR
João da Silveira (D.)	1521/4/5	FCR
João de Aveiro	1510/3/16	N/Nobre
João de Eça (D.)	1512/3/25	FCR
João de Lima (D.)	1518/3/27	FCR
João de Lima (D.)	1521/4/5	FCR
João de Melo e Silva	1521/4/5	FCR
João de Queirós	1505/5/18	-
João de Torres	1517/4	-
João Fonseca	1502/2/10	-
João Gomes de Abreu	1506/4/6	FCR
João Gomes, <i>Cheira-Dinheiro</i>	1518/3/27	CCR
João Homem Godinho	1505/3/25	-
João Leite	1505/5/18	Cavaleiro
João Lopes Alvim	1518/3/27	FCR
João Lopes Perestrela	1502/2/10	CCR
João Nunes	1508/4/5-8	CCR
João Rodrigues de Almada	1519/4/23	-
João Rodrigues Pereira	1508/4/9	Fidalgo

João Serrão	1505/3/25	CCR
João Serrão	1510/8	CCR
João Serrão	1514/4/9	CCR
João Sousa Lima	1513/3/12-20	FCR
Job Queimado	1506/4/6	FCR
Jorge da Cunha	1509/3/12 (ou 22)	FCR
Jorge da Silveira	1512/3/25	FCR
Jorge de Aguiar	1508/4/9	FCR
Jorge de Albuquerque	1512/3/25	FCR
Jorge de Albuquerque	1519/4/23	FCR
Jorge de Brito	1511/3/25	FCR
Jorge de Brito	1515/4/7	FCR
Jorge de Brito	1520/4/6	FCR
Jorge de Castro	1507/4/15	FCR
Jorge de Melo Pereira	1507/4/13	FCR
Jorge de Melo Pereira	1512/3/25	FCR
Jorge Lopes, <i>Bixorda</i>	1509/3/12 (ou 22)	Armador
Jorge Mascarenhas	1515/4/7	FCR
Jorge Nunes de Leão	1510/3/16	Fidalgo
Leonel Coutinho	1504/4/22	FCR
Leonel Coutinho	1506/4/6	FCR
Leonel Coutinho	1509/3/12 (ou 22)	FCR
Lopo Cabral	1507/4/10 (ou 21)	-
Lopo Cabreira	1518/3/27	-
Lopo Chanoca	1505/3/25	-
Lopo de Abreu	1504/4/22	-
Lopo de Azevedo	1520/4/6	FCR
Lopo de Brito	1519/4/23	FCR
Lopo Dias	1502/4/10 (ou 1)	Criado de D. Álvaro
Lopo Mendes de Vasconcelos	1502/4/10 (ou 1)	Fidalgo
Lopo Mendes de Vasconcelos	1504/4/22	Fidalgo
Lopo Sanches	1505/3/25	CCR
Lopo Soares de Albergaria	1504/4/22	FCR
Lopo Soares de Albergaria	1515/4/7	FCR
Lopo Vaz de Sampaio	1512/3/25	FCR
Lourenço Lopes	1510/3/16	-
Lourenço Moreno	1510/3/16	CCR
Lucas da Fonseca	1505/3/25	CCR
Luís Coutinho	1509/3/12 (ou 22)	FCR
Luís Coutinho (D.), <i>Ramiro</i>	1502/2/10	FCR
Luís Dantas	1514/4/9	-
Luís de Meneses (D.)	1521/4/5	FCR
Luís Figueira	1514/6 (ou 7)	CCR
Luís Gusmão (D.)	1519/4/23	FCR (castelhano)
Luís Pires	1500/3/9	-
Manuel da Cunha	1510/3/16	FCR
Manuel de Castro Alcoforado	1511/3/25	FCR

Manuel de Lacerda	1517/4/9	FCR (escudeiro-fidalgo)
Manuel de Melo	1514/4/9	FCR
Manuel de Sousa	1519/4/23	FCR
Manuel de Sousa Tavares	1520/4/6	Fidalgo
Manuel Fernandes Meireles	1505/5/18	Cavaleiro
Manuel Teles Barreto	1504/4/22	Fidalgo
Manuel Teles Barreto	1506/4/6	Fidalgo
Marco, <i>Alemão</i>	1509/3/12 (ou 22)	Estrangeiro
Martim Afonso de Melo Coutinho	1521/4/5	FCR
Martim Coelho	1507/4/10 (ou 21)	Fidalgo
Misser Vinet	1501/3/15	Estrangeiro
Nicolau Coelho	1497/7/8	CCR
Nicolau Coelho	1500/3/9	FCR
Nicolau Coelho	1503/4/14	FCR
Nuno Leitão da Cunha	1500/3/9	Cavaleiro
Paulo da Gama	1497/7/8	CCR?
Pedro Afonso de Aguiar	1500/3/9	FCR
Pedro Afonso de Aguiar	1504/4/22	FCR
Pedro Afonso de Aguiar	1509/3/12 (ou 22)	FCR
Pedro Álvares Cabral	1500/3/9	FCR
Pedro Eanes, <i>Francês</i>	1514/6 (ou 7)	Estrangeiro?
Pedro Lourenço	1507/4/10 (ou 21)	-
Pêro Barreto Magalhães	1505/5/18	FCR
Pêro Correia	1508/4/9	Nobre
Pêro da Silva	1519/4/23	FCR
Pêro de Albuquerque	1512/3/25	FCR
Pêro de Anhaia	1505/5/18	FCR
Pêro de Ataíde	1500/3/9	FCR
Pêro de Ataíde	1502/2/10	FCR
Pêro de Mendonça	1504/4/22	FCR
Pêro de Sousa	1510/8	CCR
Pêro Dinis	1504/4/22	-
Pêro Ferreira Fogaça	1505/3/25	FCR
Pêro Lopes de Sampaio	1520/4/6	FCR
Pêro Lourenço de Melo	1520/4/6	FCR
Pêro Mascarenhas	1511/3/25	FCR
Pêro Nunes (Dr.)	1519/4/23	Nobre
Pêro Paulo Marchioni	1518/3/27	Armador
Pêro Paulo Marchioni	1520/4/6	Armador
Pêro Quaresma	1505/11/19	ECR
Pêro Quaresma	1510/3/12	ECR
Pêro Quaresma	1517/4/9	ECR
Pêro Vaz da Veiga	1503/4/6	FCR
Rafael Catanho	1517/4/9	FCR
Rafael Catanho	1519/4/23	FCR
Rafael Perestrelo	1519/4/23	FCR
Rodrigo Rebelo	1509/3/12 (ou 22)	CCR

Rui da Cunha	1507/4/13	-
Rui de Castanheda	1502/2/10	CCR
Rui de Melo, <i>Punho</i>	1518/3/27	FCR
Rui Dias Pereira	1506/4/6	Fidalgo
Rui Freire de Andrade	1505/3/25	FCR
Rui Freire de Andrade	1509/3/12 (ou 22)	FCR
Rui Gonçalves de Valadares	1507/4/10 (ou 21)	CCR
Rui Lourenço Ravasco	1503/5/14	CCR
Rui Pereira Coutinho	1506/4/6	Fidalgo
Rui Vaz Pereira	1520/4/6	FCR
Sancho de Tovar	1500/3/9	FCR
Sancho de Tovar	1518/3/27	FCR
Sebastião de Sousa	1505/3/25	FCR
Sebastião de Sousa	1509/3/12 (ou 22)	FCR
Sebastião de Sousa	1521/4/5	FCR
Simão Cavaleiro	1510/8	-
Simão da Silveira	1515/4/7	FCR
Simão de Alcáçova	1515/4/7	Nobre
Simão de Miranda de Azevedo	1500/3/9	FCR
Simão de Miranda de Azevedo	1512/3/25	FCR
Simão de Pina	1500/3/9	Fidalgo
Tomás de Carmona	1502/4/10 (ou 1)	Estrangeiro?
Tristão Álvares	1506/4/6	FCR
Tristão da Cunha	1506/4/6	FCR
Tristão da Silva	1504/4/22	FCR
Tristão da Silva	1508/4/9	FCR
Tristão de Meneses (D.)	1517/4/9	FCR
Vasco Carvalho	1504/4/22	FCR
Vasco Carvalho	1508/4/9	FCR
Vasco da Gama	1497/7/8	FCR
Vasco da Gama (D.)	1502/2/10	FCR
Vasco da Silveira	1504/4/22	Fidalgo
Vasco da Silveira	1508/4/9	Fidalgo
Vasco de Ataíde	1500/3/9	FCR
Vasco Gomes de Abreu	1505/3/25	FCR
Vasco Gomes de Abreu	1507/4/10 (ou 21)	FCR
Vicente Gil	1521/4/5	Armador
Vicente Sodré	1502/2/10	FCR

### **Dicionário Biográfico**

#### **(Capitães das Armadas da Índia – 1497-1521)**

**Abreu, João Gomes de** – capitão da armada de Tristão da Cunha (1506). Era filho segundo de Antão Gomes de Abreu e de D. Isabel de Melo de Albergaria, e era irmão de Vasco Gomes de Abreu, capitão da armada de D. Francisco de Almeida (1505) e capitão-mor de uma das frotas que partiu em 1507. Este fidalgo da Casa Real (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 26, fl. 39) frequentou a Corte na companhia destes dois futuros oficiais do «Estado da Índia». Morreu num naufrágio no Índico em 1506.

BIBLIOGRAFIA: Joaquim Candeias Silva, *O Fundador do “Estado Português da Índia” D. Francisco de Almeida 1457(?) -1510*, Lisboa, CNCDP e INCM, 1996, p. 106.

**Abreu, Lopo de** – capitão da armada de Lopo Soares de Albergaria (1504). Desconhecem-se quase todos os aspectos da sua biografia incluindo o seu estatuto social, embora o Visconde de Lagoa o refira como filho de um Bernardo de Abreu. Regressou ao Reino com o carregamento anual de especiarias em Julho de 1505. Voltou à Índia na armada de D. Fernando Coutinho como simples passageiro e, em 1511, encontramos vestígios do exercício do cargo de almoxarife dos mantimentos de Goa (Cf. CAA, VI, p. 432.).

BIBLIOGRAFIA: Visconde de Lagoa, *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente (séculos XV, XVI e XVII)*, Lisboa, 1942, pp. 215-217.

**Abreu, Vasco Gomes de** – capitão da armada de D. Francisco de Almeida (1505) e capitão-mor de uma das esquadras de 1507. Era filho primogénito de Antão Gomes de Abreu e de D. Isabel de Melo de Albergaria. João Gomes de Abreu, capitão na armada de 1506, era seu irmão. Ambos frequentaram a Corte na companhia de D. Francisco de Almeida. Os dois irmãos acabariam por sucumbir no Índico. Este fidalgo da Casa Real regressaria ao Reino, depois da sua primeira viagem, como capitão-mor da torna-viagem. Chegado em 1506,



partiu de Lisboa logo, em 1507, como capitão-mor de uma armada destinado a Sofala onde deveria assumir a capitania da fortaleza, cargo que desempenhou durante pouco tempo, pois desapareceu no Índico.

BIBLIOGRAFIA: Joaquim Candeias Silva, *O fundador do “Estado Português da Índia”, D. Francisco de Almeida, 1457 (?) – 1510*, Lisboa, CNCDP e INCM, 1996, p. 106.

**Aguiar, Jorge de** – capitão-mor da armada de 9 de Abril de 1508. Era filho segundo de Pedro Afonso de Aguiar e de D. Mécia de Sequeira. Por via do casamento de sua irmã D. Violante de Sequeira com João Gomes de Lemos, era tio de Duarte de Lemos que o acompanhou na viagem de 1508 substituindo-o, após a sua morte, no cargo de capitão-mor da Arábia e Pérsia. Era tio de Pedro Afonso de Aguiar, capitão das armadas da Índia de 1502, 1504 e 1509. (Cf. *Nobiliário*, I, p. 193). Apesar de não ter chegado até nós qualquer vestígio de serviços no paço, sabemos que este fidalgo da Casa Real (Cf. *História*, II, xci.) era um cortesão, com vários poemas no *Cancioneiro* de Garcia de Resende. Supomos que a chave para a sua nomeação de um tão importante cargo na Índia se deve procurar na sua experiência cortesã. Por outro lado, temos notícias que antes de partir para a Índia comandou uma armada ao estreito de Gibraltar (*Crónica*, I, cxii.).

**Aguiar, Pedro Afonso de** – capitão das armadas da Índia de 1502, 1504 e 1509. Este fidalgo da Casa Real (Cf. CAA, VII, p. 171.) era filho de Diogo Afonso de Aguiar e de D. Isabel Gonçalves da Câmara, pelo que era neto de João Gonçalves Zarco. Tinha ligações familiares com alguns agentes do Índico, sendo, por via do casamento, sobrinho de Leonel Coutinho e era primo co-irmão da esposa de D. Fernando Coutinho, marechal do Reino e capitão-mor da armada de 1509. Foi sota-capitão na armada de 1509, assumindo a capitania-mor dos navios na torna-viagem. Depois de ter regressado do Oriente prosseguiu os serviços à Coroa tendo ido a Azamor, em 1513, com o duque de Bragança e, em 1521, participou na armada que transportou a infanta D. Beatriz para o seu casamento com o

duque de Sabóia. Em 1518, recebeu o hábito da ordem de Cristo (Cf. *Cavaleiros da Ordem de Cristo*, p. 381.), no mesmo ano, é referido como membro do Conselho Régio (Cf. *Provas*, II, 1ª Parte, p. 446).

BIBLIOGRAFIA: João Paulo Oliveira e Costa, “Leonel Coutinho, um dos primeiros veteranos da Carreira da Índia” in *A Carreira da Índia e as rotas dos estreitos. Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz (dir.), Angra do Heroísmo, 1998, pp. 644, 645, 659.

**Albergaria, Lopo Soares de** – capitão-mor das armadas de 1504 e 1515. Era filho de Rui Gomes de Albergaria, chanceler-mor do Reino de D. Afonso V, e de D. Mécia Soares de Melo. Este fidalgo da Casa Real (Cf. *Descobrimientos Portugueses*, III, pp. 520-541), na sua segunda viagem ia nomeado governador da Índia, sendo membro do Conselho Régio e capitão-mor dos ginetes do príncipe. (Cf. CAA, III, p. 160. CAA, VI, p. 342.) Entre 1405 e 1499 foi capitão de S. Jorge da Mina. Tinha uma rede familiar bem estruturada onde figurava o barão do Alvito, o conde de Cantanhede, Tristão da Cunha (capitão-mor da armada de 1506), o marechal D. Fernando Coutinho (capitão-mor da armada de 1509) e muitas figuras que agiram na Índia como o seu sobrinho D. Aleixo de Meneses.

BIBLIOGRAFIA: Ronald Bishop Smith, *Lopo Soares de Alvarenga: better known as de Albergaria*, Lisboa, Tip. Silvas, 1992.

**Albuquerque, Afonso de** – capitão-mor das armadas em 1503 e 1506, foi governador da Índia entre 1509 e 1515, membro do Conselho Régio, cavaleiro da Ordem de Santiago (Cf. *As Ordens de Santiago e de Cristo*, p. 362). Este fidalgo da Casa Real (Cf. CAA, III, p. 210.) era filho de Gonçalo de Albuquerque, senhor de Vila Verde, e de D. Leonor de Meneses. Quando partiu para o Oriente tinha um currículo recheado de serviços à Coroa, participara na batalha do Toro (1476), no socorro a Itália que se vira cercada pelos Otomanos (1480), esteve no norte de África, mais precisamente em Arzila e na Graciosa. Foi estribeiro-mor e membro da guarda de D. João II. Em 1506, partiu para o Oriente como capitão-

mor de cinco naus, mas estava submetido ao comando de Tristão da Cunha, indo nomeado para o importante cargo de capitão-mor da costa da Arábia, levando uma provisão secreta em que o rei o nomeava sucessor de D. Francisco de Almeida. Deveria assumir o governo da Índia em 1508, mas devido à resistência do vice-rei só com a chegada do marechal D. Fernando Coutinho foi empossado do cargo em Novembro 1509. Morreu a 16 de Dezembro de 1515 na barra de Goa.

BIBLIOGRAFIA: Geneviève Bouchon, *Albuquerque, o Leão dos Mares*, Lisboa, Quetzal, 2000.

**Albuquerque, Francisco de** – capitão-mor de uma das armada de 1503. Este fidalgo da Casa Real (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 11, fl. 17 v.) era filho de João de Albuquerque e de D. Leonor Lopes de Leão. Era irmão de Jorge de Albuquerque, que viria ser capitão-mor da armada de 1519, e primo coirmão de Afonso de Albuquerque. Francisco de Albuquerque era cavaleiro da Ordem de Santiago (Cf. *Ásia*, I, vii, 2.). Na viagem de regresso para Portugal perdeu-se com Pêro de Mendonça. Em 1505, D. Manuel I enviou Cid Barbudo e Pêro Quaresma à procura destes dois capitães, mas nunca mais houve qualquer notícia sobre os seus paradeiros.

**Albuquerque, Jorge de** – capitão da armada de 1512 e capitão-mor da de 1519. Este fidalgo da Casa Real (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 20, fl. 24 v.) era filho de João de Albuquerque. Quando chegou ao Oriente entrou para o comando de seu tio Afonso de Albuquerque, tendo participado na tomada do passo de Benasterim e ocupando de seguida a capitania de Cochim. Depois, em Setembro de 1513, foi designado capitão de Malaca, cargo que exerceu até 1516, data em que foi substituído por Jorge de Brito. Regressou ao Reino no ano seguinte. Partiu de novo para o Oriente, em 1519, com uma provisão régia que o reconduzia na capitania de Malaca, cargo que exerceu até 1525, quando foi substituído por Pêro de Mascarenhas. Por carta régia de 6 de Junho de 1533, como recompensa dos serviços prestados, foi nomeado para o Conselho do rei.

BIBLIOGRAFIA: Luís Filipe Thomaz, *Os portugueses em Malaca (1511-1580)*, Lisboa, 1964. Tese de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa (texto policopiado).

**Albuquerque, Pêro de** – capitão da armada de 1512. Este fidalgo da Casa Real (Cf. *Registo*, I, p. 4.) era filho de Jorge de Albuquerque e sobrinho do governador Afonso de Albuquerque. Antes de partir para a Índia serviu no norte de África (Cf. CAA, VII, p. 164.). Quando chegou à Índia entrou ao serviço do *Leão dos Mares* tendo participado em algumas das principais empresas militares do seu governo como a expedição ao Mar Vermelho (1513) e a conquista de Ormuz (1515) onde permaneceu como capitão.

**Alcáçova, Fernão de** – capitão-mor de uma das armada de 1517. Este fidalgo da Casa Real (Cf. *Registo*, I, 15171030, p. 6) partiu com a importante nomeação de vedor da fazenda. O rei D. Manuel I dotava-o de plenos poderes sobre a fazenda, isentando-o ao nível cível e crime em relação a Lopo Soares de Albergaria como forma de coarctação de poderes do governador. Esta medida do monarca não foi bem acolhida por Lopo Soares que fez de tudo para impedir que Fernão de Alcáçova desempenhasse as suas funções, razão que o levou a regressar, como capitão de uma nau de especiarias, ao Reino.

**Alcáçova, Simão de** – capitão da armada de 1515 que tinha como missão o comando de uma nau de armadores para a China; era, segundo João de Barros, filho de Pêro de Alcáçova (Cf. *Ásia*, III, i, 1.).

**Alcoforado, Manuel de Castro** – capitão da armada de D. Garcia de Noronha (1511). Este fidalgo da Casa Real (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 25, fl. 166.) era filho primogénito de Gonçalo Vaz Alcoforado e de D. Ana de Castro filha de Fernão de Castro, alcaide-mor de Melgaço. (Cf. *Nobiliário*, I, p. 224.). Sobre este capitão temos poucas notícias, pois regressou ao Reino logo em 1512, onde, em 1515, recebeu a ordem de Cristo (Cf. *Cavaleiros da Ordem de Cristo*, p. 380.).

**Almada, Fernão Martins de** – capitão da armada de Afonso de Albuquerque de 1503. Este fidalgo da Casa Real (Cf. IAN/TT, CC-II-6-38.) era filho segundo de Vasco de Almada, alcaide-mor desta vila e antigo vedor do infante D. Fernando, e de D. Isabel de Mascarenhas, filha de Martim Vaz Mascarenhas, segundo comendador de Aljustrel (Cf. *Nobiliário*, I. p. 244.).

**Almada, João Rodrigues de** – capitão da armada de 1519.

**Almeida, D. Francisco de** – capitão-mor da armada de 1505. Antes de partir para o Oriente terá combatido na batalha de Toro (1476); acompanhou D. Afonso V a França e participou, entre 1484 e 1492, nas campanhas de Granada ao serviço dos reis Católicos. Em 1478, era membro da Ordem de Santiago, porém, nas vésperas da sua partida para o Índico foi transferido para a Milícia de Cristo. Foi nomeado vice-rei, dignidade que D. Manuel I nunca mais concederia a nenhum dos seus governadores. Da sua actuação destacou-se a construção das fortalezas de Angediva, Cananor e Cochim, assim como a batalha naval de Diu (1509), resposta do vice-rei à morte de seu filho D. Lourenço, que exerceu as funções de capitão-mor do mar da Índia. Em 1508, D. Manuel I nomeou um novo capitão-geral, Afonso de Albuquerque que à data era capitão da Arábia e Pérsia, a quem D. Francisco se recusou entregar o poder. Com a chegada do marechal D. Fernando Coutinho o vice-rei foi forçado a desistir do governo da Índia. Em 1509, na viagem de regresso, morreu em combate na aguada do Saldanha. Este fidalgo da Casa Real, membro do Conselho Régio, era filho de D. Lopo de Almeida, 1º conde de Abrantes e de D. Beatriz da Silva, filha do vedor da fazenda Pedro Gonçalves de Malafaia. D. Lopo também exerceu este cargo, ao qual juntou outras dignidades das quais destacamos a alcaidaria-mor de Abrantes. O irmão mais velho de D. Francisco, D. João, herdou a Casa e o título de seu pai, enquanto D. Diogo Fernandes foi alcaide-mor de Torres Novas e prior do Crato, sendo nomeado aio e governador da Casa de D. Jorge. Dois dos irmãos de D.

Francisco construíram as suas «carreiras» na Igreja, D. Jorge foi bispo de Coimbra e D. Fernando de Ceuta. Por via do casamento sua irmão, D. Teresa da Silva, foi primeira condessa de Penela, proporcionando aos Almeidas uma importante ligação a outra casa titular.

BIBLIOGRAFIA: Joaquim Candeias Silva, *O fundador do “Estado Português da Índia”, D. Francisco de Almeida, 1457 (?) – 1510*, Lisboa, CNCDP e INCM, 1996.

**Álvares, Tristão** – capitão da armada Tristão da Cunha (1506). É mencionado por Castanheda, como moço de câmara do rei (*História*, II, xxx). Encontramos um Tristão Álvares como feitor da armada da Índia, em 1504, desconhecemos se se trata do mesmo indivíduo (Cf. CAA, II, p. 49.).

**Alvim, João Lopes** – capitão da armada de 1518. Este fidalgo da Casa Real (Cf. IAN/TT, CC-II-127-50.), membro do Conselho Régio (Cf. *Provas*, II, 1ª Parte, p. 447), deveria andar entre a costa de Melinde e de Sofala (Cf. *Ásia*, III, iii, 1). Entre 1507 e 1508, foi feitor em Safim. Em 1510, encontrou-se pela primeira vez no Oriente tendo participado na conquista de Goa. Em 1513, desempenhou as funções de capitão-mor do mar de Malaca. Em 1525, tinha o hábito de Cristo, com uma tença de 40 mil reis (Cf. IAN/TT, CC-II-127-50.).

BIBLIOGRAFIA: Vasco Resende, *A sociedade da Expansão na época de D. Manuel. Mobilidade, hierarquia e poder entre o Reino, o Norte de África e o Oriente. Um estudo prosopográfico*, dissertação de mestrado em História da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 2002 (texto policopiado).

**Andrade, Rui Freire de** – capitão na armada do vice-rei (1505) e do marechal D. Fernando Coutinho (1509). Era filho de Nuno Fernandes Freire e de D. Helena de Brito. Este fidalgo da Casa Real (Cf. IAN/TT, CC-I-7-48) nas duas armadas tinha como função a expedição das especiarias.

**Anhaia, Francisco de** – capitão da segunda esquadra que partiu de Lisboa para a Índia em 1505. No reinado de D. João III, regressou ao Oriente como capitão-mor

da armada de 1526. Era filho de Pêro de Anhaia, capitão-mor na sua primeira viagem. Após a morte do pai assumiu interinamente a capitania de Sofala. Em 1518 é referido como membro do Conselho Régio (Cf. *Provas*, II, 1ª Parte, p. 443). Este fidalgo da Casa Real (Cf. *Registo*, I, p. 36) faleceu em 1541.

**Anhaia, Pêro de** – capitão-mor da segunda esquadra a sair de Lisboa em 1505. Deveria integrar a armada do vice-rei D. Francisco de Almeida, mas pela sua nau ter naufragado ainda no Tejo, partiu mais tarde com armada própria. Este fidalgo da Casa Real (Cf. *DPMAC*, I, p. 108.) era de origem castelhana, tendo aderido ao partido da *Beltraneja*. Na sua armada acompanhava-o o seu filho Francisco e um João Leite de Santarém, cidade onde a família Anhaia fixara residência. Tinha como missão a construção da fortaleza de Sofala, mas morreu em 1506.

**Ataíde, Pêro de** – capitão da armada de Pedro Álvares Cabral (1500) e ea segunda viagem de Vasco da Gama (1502). Este fidalgo da Casa Real era filho de D. Pedro de Ataíde abade de Penalva, filho bastardo de D. Álvaro de Ataíde, 1.º conde de Atouguia. Entre os seus tios paternos contavam-se o 2.º conde de Atouguia, D. João e de D. Vasco de Ataíde, ambos priores do Crato e D. Álvaro de Ataíde, senhor da Castanheira. Tinha relações familiares com duas importantes figuras ultramarinas, a saber: era primo co-irmão de D. Vasco Coutinho, 1.º conde Redondo, capitão de Arzila; e primo co-irmão de Afonso de Albuquerque, futuro governador da Índia. Era irmão de Vasco de Ataíde, também capitão da armada cabralina. Pêro de Ataíde foi um dos descobridores do Brasil. Na sua segunda estadia no Oriente integrou a Armada da Índia comandada por Vicente Sodré. Após a morte do tio de Vasco da Gama, desempenhou um importante papel militar. Em 1503, juntou-se a Francisco de Albuquerque contra o Samorim de Calecut. Em 1504, regressou ao Reino, mas morreu no Índico, no decurso da viagem.

BIBLIOGRAFIA: André Pinto S. D. Teixeira, “Pedro e Vasco de Ataíde” in *Descobridores do Brasil – Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, João Paulo Oliveira e Costa (coord.), Lisboa, SHIP, 2000, pp. 123-155.

**Ataíde, Vasco de** – capitão da armada de Pedro Álvares Cabral (1500). Este fidalgo da Casa Real era irmão de Pêro de Ataíde, capitão da armada cabralina e na segunda armada de Vasco da Gama à Índia (1502), como tal, possuía a mesma teia de relações. Vasco de Ataíde morreu no decurso da viagem.

BIBLIOGRAFIA: André Pinto S. D. Teixeira, “Pedro e Vasco de Ataíde” in *Descobridores do Brasil – Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, João Paulo Oliveira e Costa (coord.), Lisboa, SHIP, 2000, pp. 123-155.

**Aveiro, João de** – capitão da armada de Gonçalo de Sequeira (1510). Era um piloto com experiência de navegação. (Cf. *Ásia*, II, v, 8.)

**Azevedo, Lopo de** – capitão na armada de 1520. Este fidalgo da Casa Real (Cf. *Registo*, I, p. 41.) era filho de Rui Gomes de Azevedo, alcaide-mor de Alenquer. A sua irmã Mécia de Azevedo casou com Leonel Coutinho, capitão das armadas de 1504, 1506 e 1509. (Cf. *Nobiliário*, I, p. 547). Uma vez chegado à Índia passou para o comando do governador Diogo Lopes de Sequeira tendo-o acompanhado, em 1521, na armada a Ormuz. Em 1524, foi capitão-mor de uma armada ao Coromandel (Cf. Jorge Flores, *Os Portugueses e o mar de Ceilão. Trato, diplomacia e guerra (1498-1543)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998, p. 332). Permaneceu na Índia pelo menos até 1527, tendo sido um dos juizes da querela entre Lopo Vaz de Sampaio e Pêro Mascarenhas (Cf. GTT, X, p. 538.). Foi nomeado capitão de Chául em substituição de Francisco Pereira, parece não ter exercido o cargo, tendo morrido em 1530.

**Azevedo, Simão Miranda de** – capitão das armadas de 1500 e 1512. Este fidalgo da Casa Real era filho de Diogo de Azevedo e de D. Beatriz de Miranda, filha bastarda de Martim Afonso de Miranda. Os seus irmãos António e Sebastião de Miranda também passaram pelo Oriente. Era genro de Aires Correia, feitor da armada de 1500 e, como tal cunhado de António Correia *Bahrain*. Regressou ao Reino com o capitão-mor Pedro Álvares Cabral. Em



1512, regressou ao Oriente como capitão de Sofala e Moçambique, cargo que desempenhou entre 1512 e 1515. Morreu, provavelmente, de malária na praça de Sofala, tendo sido substituído pelo alcaide-mor Pêro Vaz Soares, enquanto não chegou o novo capitão Cristóvão de Távora, nomeado a 26 de Novembro de 1514.

BIBLIOGRAFIA: Madalena Ribeiro, “Simão de Miranda, descobridor do Brasil e 4º capitão de Sofala”, in *Descobridores do Brasil – Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, João Paulo Oliveira e Costa (coord.), Lisboa, SHIP, 2000, pp. 91-109.

**Barbudo, Cid** – capitão da armada de 19 de Novembro de 1505 que tinha como missão o resgate dos capitães Francisco de Albuquerque e Pêro de Mendonça que tinham desaparecido na torna-viagem. Deveria, também, descobrir a ilha de São Lourenço (Madagáscar), navegando ao longo da costa oriental africana. Cid Barbudo era cavaleiro da Casa Real (Cf. CAA, II, p. 345).

**Barreto, Álvaro** – capitão das armadas de Jorge de Aguiar (1508) e de Lopo Soares de Albergaria (1515). Este fidalgo da Casa Real (Cf. GTT, V, p. 292.) era filho de Aires Barreto. A sua primeira estadia no Oriente foi curta, tendo regressado ao Reino logo, em 1509, como capitão da torna-viagem. Em 1515, encetou nova estadia oriental e, em 1518, é possível encontrá-lo entre os capitães que regressaram com os navios de especiarias (Geneviève Bouchon, *Navires et cargaisons retour de l’Inde en 1518*, Paris, 1977, p. 19.).

**Barreto, Álvaro Teles** – capitão das armadas de Tristão da Cunha (1506) e de Lopo Soares de Albergaria (1515). Este fidalgo da Casa Real (Cf. CAA, III, p. 236.) era filho de João Teles (Cf. *Ásia*, II, i, 1.). Em 1515, partiu com a nomeação de capitão de Calecut em substituição de Francisco Nogueira. Desempenhou este cargo entre os anos de 1515 e 1518, data em que regressou definitivamente ao Reino.

**Barreto, Manuel Teles** – capitão da armada de Lopo Soares de Albergaria (1504) e da de Afonso de Albuquerque (1506). Este fidalgo era filho de Afonso Teles Barreto e de Germineza Pereira, filha de Henrique Moniz Barreto, *o Velho*, alcaide-mor de Silves. Realizou a torna-viagem na companhia de Lopo Soares de Albergaria, apesar de estar nomeado capitão da armada de guarda da costa de Cochim. Em 1506, regressou à Índia na companhia de Afonso de Albuquerque, tendo participado na expedição a Ormuz comandada pelo *Leão dos Mares*. No entanto, abandonou o futuro governador, na companhia de Afonso Lopes da Costa e António do Campo, para se ir dedicar às «presas». Viria a falecer com o vice-rei D. Francisco de Almeida na aguada do Saldanha.

**Beja, António Raposo de** – capitão da armada de 1512. Este cavaleiro (Cf. CAA, I, p. 107) quando chegou ao Oriente participou, ao lado do governador Afonso de Albuquerque, na armada de socorro a Goa, mais tarde, em 1513, na expedição ao Mar Vermelho e, em 1515, na conquista de Ormuz. Encontramos vestígios da sua presença no Oriente até 1520, data em que ocupou a alcaidaria-mor de Goa.

**Beja, Diogo Fernandes de** – capitão da armada de 1519. Este fidalgo da Casa Real era filho de Álvaro Fernandes da Valadares e neto de Leonel Fernandes Fraga, vedores de D. Beatriz, mãe de D. Manuel I. Com a entronização deste monarca Diogo Fernandes de Beja recebeu uma tença anual de 10 mil reais, passando a gozar do estatuto de moço de Câmara. Terá partido para a Índia na primeira armada de Afonso de Albuquerque (1503), regressando ao Reino no ano seguinte. A sua segunda estadia no Oriente iniciou-se em data incerta, provavelmente, em 1507. Em 1510, participou na conquista de Goa. Em 1511, o governador encarregou-o de dismantelar a fortaleza de Socotorá. Em Outubro de 1512, o *Terribil* propôs-lhe nova missão - ir averiguar a credibilidade de Mateus que se dizia embaixador da Etiópia. Em 1513, foi um dos capitães na expedição ao Mar Vermelho. Mais tarde foi incumbido pelo governador de uma missão

diplomática junto do sultanato indiano do Guzerate. Em 1515, participou na expedição a Ormuz. Após a morte de Afonso de Albuquerque regressou ao Reino. Nas vésperas de realizar a sua última viagem, D. Manuel I elevou-lhe o seu estatuto social, mais consentâneo com a sua idade e serviços prestados, tornando-o cavaleiro-fidalgo da Casa Real. Em 1519, recebeu a nomeação para capitão da fortaleza que se havia de construir em Diu. A actuação de Diogo Fernandes de Beja na sua terceira campanha Oriental foi mais esbatida, no entanto, em 1521, integrou a expedição de Diogo Lopes de Sequeira a Diu que tinha como principal finalidade pressionar as autoridades locais para que permitissem a construção de uma fortaleza portuguesa. Perante o insucesso desta iniciativa, a escolha recaiu sobre Chául, cuja capitania seria entregue a D. Henrique de Meneses e não a Diogo Fernandes de Beja, a quem coube a capitania-mor do mar de Cambaia. Morreu neste posto a 14 de Dezembro de 1521.

BIBLIOGRAFIA: Alexandra Pelúcia, “«Na Miragem de uma Fortaleza – A Carreira de Diogo Fernandes de Beja»”, in *Capitães de Afonso de Albuquerque*, Alexandra Pelúcia e Vítor Luís Gaspar Rodrigues (coord.), no prelo.

**Bermudez, Fernão** – capitão na armada de D. Francisco de Almeida (1505). Era filho de Cristóvão Bermudez que tomou o partido da *Beltraneja* o que o obrigou, depois da vitória de Isabel, a *Católica* a refugiar-se em Portugal. Este cavaleiro de origem castelhana recebeu, conjuntamente, com a sua mulher D. Isabel de Ataíde a protecção da *Excelente Senhora*. Em 1490, era membro da guarda de D. João II. Era pai de Cristóvão Bermudez que viajou consigo até ao Oriente e parente de Diogo Bermudez *Guadalajara* que foi alcaide-mor de Cananor.

BIBLIOGRAFIA: Joaquim Candeias da Silva, *O fundador do “Estado Português da Índia”, D. Francisco de Almeida, 1457 (?)– 1510*, Lisboa, CNCDP e INCM, 1996, p. 107.

**Brito, Cristóvão de** – capitão na armada de 1511 e capitão-mor na armada de 1514. Este fidalgo da Casa Real (Cf. CAA, VI, p. 424.) era filho de João de Brito de D. Beatriz da Silva. Todos os irmãos de Cristóvão de Brito, incluindo o mais

velho, Pedro de Mendonça, filho do primeiro casamento de João de Brito com D. Maria de Mendonça, procuraram o Oriente como espaço de serviço régio, a saber: Pêro de Mendonça, capitão da armada de 1504; Lopo de Brito foi capitão do Ceilão (1519-1522), António de Brito capitão das Molucas (1522) e Jorge de Brito capitão da armada da Índia de 1511 e capitão-mor em 1520. O avô destes Britos era Mem de Brito Nogueira que sucedeu no morgado de S. Estêvão de Beja e de Santa Cruz de Lisboa. Em virtude dos casamentos de suas tias, D. Violante de Brito e D. Inês de Brites eram, respectivamente, sobrinhos de João Lopes, desembargador da Casa do Cível, e de Gonçalo Vaz de Melo, mestre-sala do rei D. Afonso V. Uma sua prima, D. Joana de Melo, casou com Duarte de Lemos, capitão na armada de 1508. (Cf. *Nobiliário*, III, pp. 69.73. *Pedatura*, tomo IV, vol. II, pp. 228-236.) Por via do ramo materno eram bisnetos de D. Leonel de Lima, 1.º visconde de Vila Nova de Cerveira, alcaide-mor de Ponte de Lima. Eram, portanto, primos como sobrinhos e primos co-irmãos de muitos dos Limas e dos Coutinhos que sulcaram o Índico no reinado de D. Manuel I. (Cf. Patrícia Carvalho e Sofia Diniz, “Os Limas e a Política de D. Manuel I”, in *Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do colóquio internacional*, João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues (org.), Lisboa, CHAM/IICT, 2004, p. 277.). Em 1512, Cristóvão de Brito, antes de regressar ao Reino foi capitão-mor de uma armada de bloqueio à barra de Dabul. Regressou ao Oriente, em 1514, como capitão-mor, cargo que manteve na armada da costa da Índia. Morreu em Dabul, em 1526. Em 1518, Cristóvão e o seu irmão António de Brito são referidos como membros do Conselho Régio (Cf. *Provas*, II, 1ª Parte, p. 445).

**Brito, Gonçalo Mendes de** – capitão na armada de Jorge de Aguiar (1508). Era filho de Rui Mendes de Brito e de D. Margarida da Fonseca, filha de Gomes Aires da Fonseca de Évora, pajem da lança do infante D. João, filho de D. João I (Cf. *Nobiliário*, III, p. 82.). Capitaneava um navio de Rui Mendes de Brito, seu irmão (Cf. *Ásia*, II, iii, 1.), investidor nas armadas de 1502, 1504, 1506 e 1508.

**Brito, Jorge de** – capitão da armada de 1511 e capitão-mor da armada de 1520. Este fidalgo da Casa Real (Cf. *Registo*, I, p. 13) era irmão de Cristóvão de Brito, como tal, possuía a mesma teia de relações familiares. Em 1520, partiu para o Oriente com a missão de construir uma fortaleza em Ternate, nas Molucas. Morreu em Samatra em 1521, razão pela qual é substituído pelo seu irmão António de Brito.

**Brito, Jorge de** – capitão da armada de 1515. Este fidalgo da Casa Real, copeiro-mor do rei D. Manuel I (Cf. *História*, III, clii. *Ásia*, III, i, 1. *Lendas*, II, p. 463.), cargo que herdou do seu irmão Lourenço de Brito, um dos mais destacados fidalgos nos primeiros anos do «Estado da Índia», que morreu com o vice-rei D. Francisco de Almeida, na aguada do Saldanha. Para além deste cargo palatino herdou as comendas de Segura e Salvaterra na Ordem de Cristo. (Cf. *Pedatura*, tomo IV, vol. I, p. 249.). Jorge de Brito foi capitão de Malaca entre 1516 e 1517, onde morreu.

**Brito, Lopo de** – capitão da armada de 1519. Este fidalgo da Casa Real (Cf. *Registo*, I, p. 18) era irmão de Cristóvão de Brito, como tal, possuía a mesma teia de relações. Em 1519, tomou o hábito de Cristo (Cf. *Cavaleiros da Ordem de Cristo*, p. 21.). Lopo de Brito foi capitão de Ceilão entre 1519 e 1521.

**Buanagracia, Giovanni** – capitão da armada de Estêvão da Gama (1502). Pouco se sabe sobre este capitão florentino para lá da sua passagem para a Índia como comandante da nau de Rui Mendes de Brito. Em virtude da sua participação na tomada e destruição de Quíloa e Mombaça, recebeu um alvará de D. Francisco de Almeida com a mercê de privilégio de cavaleiro. O alvará foi confirmado por D. Manuel I em Abrantes, a de Julho de 1507. (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 46, fl. 131 v.)

**Cabral, Lopo** – capitão da armada de Vasco Gomes de Abreu (1507). Sobre este capitão as informações são muito escassas. Em 1508, encontramos-lo como capitão do navio São Gião que fazia a carreira entre Moçambique e Sofala. Este cargo estava de acordo com as ordens que trazia do Reino e que ordenavam que este capitão, assim como Rui Gonçalves de Valadares, Pedro Lourenço e João Chanoca, uma vez chegados à costa oriental africana, ficassem sobre as ordens do capitão da fortaleza, devendo impedir o tráfego de ouro para o Mar Vermelho e para a Índia.

**Cabral, Pedro Álvares** – capitão-mor da armada de 1500 que descobriu o Brasil. Este fidalgo da Casa Real, membro da Ordem de Cristo, era filho de Fernão Cabral, alcaide de Belmonte, e de D. Isabel Gouveia. Por morte de seu irmão, Vasco Fernandes Gouveia, que não deixou descendência, a mãe do descobridor do Brasil herdou os bens deste alcaide-mor de Castelo Rodrigo. João Fernandes Cabral, irmão mais velho de Pedro, herdou a casa de seus pais. Em 1518, Pedro Álvares é referido como membro do Conselho Régio (Cf. *Provas*, II, 1ª Parte, p. 443).

BIBLIOGRAFIA: João Paulo Oliveira e Costa. “A Armada de Pedro Álvares Cabral. Significado e Protagonistas” in *Descobridores do Brasil – Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, João Paulo Oliveira e Costa (coord.), Lisboa, SHIP, 2000, pp. 11-70. Luís Adão da Fonseca, *Pedro Álvares Cabral, uma viagem*, Lisboa, Inapa, 1999.

**Cabreira, Lopo** – capitão da armada de 1518. As informações sobre este capitão são muito escassas, nem mesmo João de Barros nos dá qualquer indicativo quanto à sua filiação. No *Nobiliário* de Felgueiras Gaio, no título dos Cabreiras (Cf. *Nobiliário*, III, p. 159), encontramos um Lopo Cabreira, fidalgo da Casa Real, mas não conseguimos asseverar se se trata do mesmo indivíduo. Em 1518, partiu com a nomeação de alcaide-mor de Malaca (Cf. *Ásia*, III, iii, 1.), encontramos referências que ocupou este cargo pelo menos em 1520 (Cf. CAA, VII, p. 182.). Será este o mesmo Lopo Cabreira referido, em 1518, como membro do Conselho Régio? (Cf. *Provas*, II, 1ª Parte, p. 448).

**Campo, António do** – capitão das armadas de 1502 e 1506. Este cavaleiro (Cf. DPMAC, I, p. 356.) era filho de Bernardo Eanes do Campo e de Isabel de Távora, filha de Pedro Lourenço de Távora, senhor do Mogadouro. Francisco de Távora, também capitão na armada de 1506, era seu tio materno. Esteve com Duarte Pacheco Pereira no combate travado em Cochim, contra o Samorim de Calecut. Mais tarde foi com Afonso de Albuquerque e Pêro de Ataíde a Couvão, carregar as embarcações de pimenta. António do Campo chegou ao Reino a 13 de Julho de 1504. Em 1506, integrou a armada comandada por Afonso de Albuquerque. Uma vez chegados à Índia, dirigiram-se a Socotorá e, depois para Ormuz, onde António do Campo, Afonso Lopes da Costa e Manuel Teles Barreto abandonaram Afonso de Albuquerque. Em Setembro de 1508, sob o comando de Pêro Barreto Magalhães, patrulhava a costa de Calecut e Batalá. A 12 de Dezembro do mesmo ano, participou na batalha de Diu. Morreu com o vice-rei, no regresso a Portugal, na aguada do Saldanha.

BIBLIOGRAFIA: Patrícia Carvalho, “António do Campo” in *Os Capitães de Afonso de Albuquerque*, Alexandra Pelúcia e Vítor Luís Gaspar Rodrigues (coord.), no prelo.

**Carmona, Tomás de** – capitão da armada de Estêvão da Gama (1502). Era de origem estrangeira.

**Carneiro, Gonçalo** – capitão da armada de Jorge de Melo Pereira (1507). Sobre este capitão desconhecem-se o seu estatuto social ou qualquer vestígio da sua genealogia. Sabemos que, em 1508, andava na Índia um Gonçalo Carneiro feitor da nau Candona (Cf. Joaquim Candeias Silva, *O fundador do «Estado da Índia» D. Francisco de Almeida, 1457 (?) – 1510*, Lisboa, CNCDP e INCM, 1996, p. 361). Pela natureza muito distintas dos dois cargos duvidamos que se trate da mesma pessoa.

**Carvalho, Vasco** – capitão nas armadas de Lopo Soares de Albergaria (1504) e de Jorge de Aguiar (1508). Este fidalgo da Casa Real (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv.17, fl. 5.) era filho de Álvaro de Carvalho, senhor do morgado de Carvalho e de Canas de Senhorim, e de D. Isabel Soares, filha bastarda de Fernão Soares de Albergaria (Cf. *Nobiliário*, IX, p. 83.). Antes de partir para a Índia fora fronteiro em Arzila (1489). Na armada de 1508 é apontado como armador da nau que capitaneava, razão pela qual regressou ao Reino logo, em 1509, com o carregamento de especiarias.

**Castanheda, Rui de** – capitão da armada de 1502. Este cavaleiro da Casa Real era filho de João Gonçalves de Castanheda ou João Cotrim Canas. Em 1490, fazia parte da guarda do rei D. João II. Em 1501, esteve em Alcácer Quibir embarcando, no ano seguinte, para o Oriente como capitão da armada. Entre 1507 e 1509 foi tesoureiro da Casa da Índia.

BIBLIOGRAFIA: Vasco Resende, *A sociedade da Expansão na época de D. Manuel. Mobilidade, hierarquia e poder entre o Reino, o Norte de África e o Oriente. Um estudo prosopográfico*, dissertação de mestrado em História da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 2002 (texto policopiado).

**Castro, Filipe de** – capitão da armada de 1504, capitão-mor de uma das esquadras de 1507 e capitão-mor da de 1525. Este fidalgo da Casa Real era filho secundogénito de um bastardo, Álvaro Pires de Castro, alcaide-mor de Pena Maior, filho de D. Pedro de Castro descendente de um irmão de Inês de Castro que trocara a Galiza por Portugal. A sua mãe, D. Maria Rodrigues, era filha de Rui Galvão, secretário de D. Afonso V. Os seus tios eram D. João Galvão, bispo de Coimbra que chegou a ser nomeado arcebispo de Braga, cargo que nunca ocupou por ter falecido; e o famoso Duarte Galvão, cronista-mor do Reino, embaixador a várias cortes europeias, que morreu no Mar Vermelho quando aí foi enviado para visitar o Preste João. Filipe de Castro casou em conformidade com a sua posição social, com D. Joana de Lordelo, filha de Lopo Dias provedor das capelas de D. Afonso V. Era irmão do capitão Jorge de Castro que ia debaixo



da sua «bandeira». As primeiras notícias de serviços à coroa datam do reinado de D. João II, como capitão de uma armada ao chamado país dos Jalofos, situado entre os rios Senegal e Gâmbia.

BIBLIOGRAFIA: André Murteira, “Filipe de Castro, capitão da Carreira da Índia”, in *A Nobreza e a Expansão. Estudos Biográficos*, João Paulo Oliveira e Costa (coord.), Cascais, Patrimonia, p. 273-297.

**Castro, Jorge de** – capitão de uma das armadas de 1507. Este fidalgo da Casa Real era irmão do capitão-mor Filipe de Castro, como tal, possuía a mesma teia de relações.

**Catano, Rafael** – capitão das armadas de 1517 e 1519. Antes de partir para o Oriente esteve, em 1514, em Azamor, ano em que tomou o hábito de Cristo (Cf. *Cavaleiros da Ordem de Cristo*, p. 21.). Este fidalgo da Casa Real (Cf. CAA, IV, p. 153. GTT, III, p. 22.) é apontado na listagem de conselheiros do rei datada de 1518 (Cf. *Provas*, II, 1ª Parte, p. 447), o que significa que, pelo menos, por ocasião da sua segunda viagem já pertencia a este importante órgão consultivo. Em 1520, foi capitão armada de ataque a Diu. Em 1521, partiu para Pacém, onde haveria de carregar pimenta.

**Cavaleiro, Simão** – capitão da armada de João Serrão (1510). Desconhecem-se quaisquer informações sobre as suas redes familiares ou clientelares. Quanto ao seu estatuto suspeitamos por indicativo do seu apelido que se trataria de um cavaleiro.

**Chanoca, João** – capitão da armada de Vasco Gomes de Abreu (1507). O seu navio perdeu-se não havendo mais notícias sobre o seu paradeiro.

**Chanoca, Lopo** – capitão da armada de D. Francisco de Almeida (1505). Em 1505, D. Francisco de Almeida enviou-o com D. Lourenço de Almeida a Coullão causar danos, para vingar a morte de António de Sá e seus homens. Em 1508, o

vice-rei deu ordem para que o seu navio fosse desmantelado (Cf. Joaquim Candeias da Silva, *O fundador do “Estado Português da Índia”, D. Francisco de Almeida, 1457 (?) – 1510*, Lisboa, CNCDP e INCM, 1996, pp. 312, 379.).

**Coelho, Martim** – capitão da armada de Vasco Gomes de Abreu (1507). Era filho primogénito de Gonçalo Pires Coelho e de D. Catarina ou Maria de Sousa, filha de Pedro Borges de Sousa, alcaide-mor de Bragança (Cf. *Nobiliário*, IV, pp. 379-380.). Partiu para o Oriente com ordens para integrar a denominada «Armada da Índia» durante três anos. Este fidalgo (Cf. *História*, II, xlv.) viria a falecer na aguada do Saldanha com o vice-rei D. Francisco de Almeida.

**Coelho, Nicolau** – capitão das armadas de 1497, 1500 e de uma das esquadras de 1503. Era filho de Pedro Coelho, servidor do infante D. Pedro, e de D. Luísa de Góis. Quando partiu pela primeira vez para a Índia era cavaleiro da Casa Real, ascendeu à condição de fidalgo pelos serviços prestados no descobrimento marítimo para a Índia. Foi um dos capitães da armada de Pedro Álvares Cabral, tendo sido um dos descobridores do Brasil. Em 1504, desapareceu com Francisco de Albuquerque na torna-viagem.

BIBLIOGRAFIA: Sónia Marisa Rodrigues Ramos, “Nicolau Coelho: um capitão e «diplomata» ao serviço da Coroa Portuguesa nos primeiros contactos com o Índico” in *Descobridores do Brasil – Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, João Paulo Oliveira e Costa (coord.), Lisboa, SHIP, 2000, pp. 157-173.

**Colaço, João** – capitão da armada de Jorge de Aguiar (1508). A estadia deste cavaleiro da Casa Real (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 23, fl. 11 v.) foi muito breve, pois logo, em 1509, regressou ao Reino com o carregamento das especiarias.

**Corbinelli, Francisco** – capitão da armada de D. Fernando Coutinho (1509). Nasceu em Florença, em Julho de 1466, filho de Pargi Corbinelli e irmão de Alessandro Corbinelli. Em 1502, encontramo-lo, como contratador, associado de

Girolamo Sernigi e de João Francisco Affaitadi e, em 1503, a Sernigi e a Leonardo Nardi. Já no Oriente, tomou parte no ataque a Calecut comandado por Afonso de Albuquerque. Entre 1509 e 1515, desempenhou o cargo de feitor de Goa. O governador proveu-o também do cargo de tesoureiro da moeda, vedor das obras e contador em Goa. Em 1516, regressou ao Reino onde permaneceu por pouco tempo, pois logo, em 1517, era de novo nomeado feitor de Goa, recebendo por doação hereditária uma terra na ilha de Goa. Desempenhou as funções de feitor até 1521, momento em que as fontes portuguesas deixam de o noticiar. A 31 de Janeiro de 1526, já se encontrava morto, pois nessa data D. João III passa uma carta de quitação aos herdeiros de «Francisco Cornivel», como ficou conhecido nas fontes portuguesas.

BIBLIOGRAFIA: Virgínia Rau, “Um florentino ao serviço da expansão ultramarina portuguesa Francisco Corbinelli”, in *Memórias*, vol. IV, Lisboa, Centro de Estudos de Marinha, 1974, pp. 107-141.

**Correia, Diogo** – capitão da armada de D. Francisco de Almeida (1505) e de Jorge de Aguiar (1508). Era filho mais velho, ainda que bastardo, de Frei Paio Correia, bailio da Ordem do Hospital (Cf. *Nobiliário*, IV, p. 446). Diogo Correia era, desde 1503, cavaleiro da Ordem de Santiago (Cf. *As Ordens de Santiago e Cristo*, p. 366.). Este capitão da Carreira da Índia seria seguramente nobre, possivelmente fidalgo, não encontrámos, no entanto, qualquer referência ao seu estatuto, o mesmo ocorrendo no estudo sobre Pêro Correia, seu irmão, que também capitaneou um navio na armada de 1508. Diogo Correia foi capitão de Cananor entre os anos de 1510 e 1513.

**Correia, Diogo Fernandes** – capitão da armada de 1502. Este cavaleiro da Casa Real (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 35, fl. 139 v.) partiu para a Índia com a nomeação de feitor de Cochim (Cf. *História*, I, xliiii; *Ásia*, I, vi, 2; *Lendas*, I, p. 269.). Para além deste cargo, que desempenhou até 1505 data em que terá regressado ao Reino, Diogo Fernandes foi deixado por Vasco da Gama como juiz do peso da pimenta de Cochim (Cf. GTT, V, p. 101.). Em 1515, temos

notícias de um Diogo Fernandes Correia, fidalgo, cavaleiro da Ordem de Cristo (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 17, fl. 89.).

**Correia, Francisco** – capitão da armada de 1513. Este fidalgo era filho de Brás Afonso Correia, corregedor de Lisboa. A sua viagem para o Oriente terminou mal; conta João de Barros que a sua nau naufragou nos baixos de S. Lázaro, porém, a maioria da tripulação, incluindo o capitão, conseguiu chegar de jangada até à costa de Melinde onde Francisco Correia acabaria por morrer quando se transferia para a embarcação de Henrique Nunes de Leão. (Cf. *Ásia*, II, viii, vi.)

**Correia, Gonçalo Rodrigues** – capitão das armadas de 1519 e 1521. Este capitão era oriundo de Almada. Em 1519, temos notícias que foi a Couvão carregar especiarias, para depois partir para o Reino (Cf. Ronald Bishop Smith, *Diogo Lopes de Sequeira*, Lisboa, 1975, p. 44.). Em 1521, capitaneava a sua própria nau.

**Correia, Pêro** – capitão da armada de Jorge de Aguiar (1508). Era filho de Frei Paio Correia, bailio da Ordem do Hospital (Cf. *Nobiliário*, IV, p. 446). O capitão da armada de 1508 seria seguramente nobre, possivelmente fidalgo, não encontramos, no entanto, qualquer referência ao seu estatuto, o mesmo ocorrendo no estudo sobre Diogo Correia, seu irmão, que foi capitão da Carreira da Índia nos anos de 1505 e 1508. Possivelmente, por morte de seu irmão mais velho Diogo Correia, herdou a casa de seu pai, casando com Isabel Vaz de Lacerda da qual teve descendência, alguma empregue na Índia.

**Costa, Afonso Lopes da** – capitão das armadas de 1504, 1506 e 1516. Este fidalgo da Casa Real Real (Cf. *Registo*, I, p. 3.) era filho de Pêro da Costa de Tomar e irmão de Garcia e Gaspar da Costa e de António Lopes, capitão da armada de conquista de Goa. Em 1498, foi fronteiro na guarnição de Arzila. Em 1506, integrou a armada de Afonso de Albuquerque destacada para o mar da

Arábia, fazendo parte do grupo que desertou o futuro governador. Na armada de 1516, seguia como capitão o seu irmão Garcia da Costa. Em 1518, esteve à frente da capitania de Malaca, onde viria a falecer.

BIBLIOGRAFIA: Pedro Mendes, “Afonso Lopes da Costa ou as ambiguidades de um paradigma”, in *Os Capitães de Afonso de Albuquerque*, Vítor Luís Gaspar Rodrigues e Alexandre Pelúcia (coord.), no prelo.

**Costa, Garcia da** – capitão da armada de 1516. Era filho de Pêro Lopes da Costa de Tomar e irmão do «veterano» Afonso Lopes da Costa e de António Lopes, capitão da armada de conquista de Goa. Em 1520, foi capitão do «castelo de cima» de Cochim (Cf. CAA, VII, p. 181.).

BIBLIOGRAFIA: Pedro Mendes, “Afonso Lopes da Costa ou as ambiguidades de um paradigma”, in *Os Capitães de Afonso de Albuquerque*, Vítor Luís Gaspar Rodrigues e Alexandre Pelúcia (coord.), no prelo.

**Coutinho, D. Fernando** – capitão-mor da armada de 1509. Este fidalgo da Casa Real era filho de D. Álvaro Coutinho e de D. Brites de Melo Soares. Em virtude da morte de seu pai em Baltanas, em 1475, herdou, com confirmação régia datada de 13 de Maio de 1497, o cargo de marechal do Reino pertencente ao seu avô D. Fernando, irmão do 2.º conde Marialva, D. Gonçalo Coutinho. D. Fernando era membro do Conselho Régio. Em 1507, é referido como comendador da Reigada da Ordem de Cristo. (Cf. Isabel L. Morgado de Sousa e Silva, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, separata n.º 6 da *Militarium Analeta*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2002, p.359.). Em 1509, partiu para a Índia com a missão de empossar Afonso de Albuquerque no cargo de governador e de realizar um grande feito de armas com a conquista de Calecut. Afonso de Albuquerque era seu primo em segundo grau. O Marechal era parente dos capitães Leonel Coutinho e Pedro Afonso de Aguiar e de outros Coutinhos que agiram no Oriente no reinado de D. Manuel I. Morreu no desastre de Calecut em 1510.

BIBLIOGRAFIA: Vítor Luís Gaspar Rodrigues, “As linhagens secundárias dos Coutinhos e a construção do império Manuelino”, in *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do colóquio*

*internacional*, João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues (org.), Lisboa, CHAM/IICT, 2004, p. 175-189.

**Coutinho, D. Garcia** – capitão da armada de 1515. Este fidalgo da Casa Real (Cf. *Registo*, I, p. 1.) era filho bastardo de D. Gastão Coutinho, comendador de Vaqueiros, e neto de D. Gonçalo Coutinho, 2.º conde de Marialva, meirinho-mor do Reino, casado com D. Brites de Melo, filha de Martim Afonso de Melo, guarda-mor de D. João I. (Cf. *Nobiliário*, X, p. 11.). Em 1514, tomou o hábito de Cristo (Cf. *Cavaleiros da Ordem de Cristo*, p. 21.). Em 1510, esteve no cerco de Safim. Em 1515, partiu para a Índia onde integrou a armada ao Mar Vermelho (1517). Foi capitão de Ormuz entre 1518 e 1521. Era primo de D. Gonçalo Coutinho que também participou na expedição ao Mar Vermelho e parente dos Melos Coutinhos.

**Coutinho, Francisco Pereira** – capitão da armada de Cristóvão de Brito (1514). Este fidalgo da Casa Real era filho de Afonso Pereira, alcaide-mor de Santarém, e de D. Catarina Coutinho, filha bastarda de D. Gonçalo Coutinho, 2.º conde de Marialva (Cf. *Nobiliário*, VIII, p. 197.) D. Afonso V concedeu-lhe o foro de moço fidalgo por ser filho de Afonso Pereira. Embarcou para a Índia na armada de D. Francisco de Almeida (1505), um ano mais tarde o irmão Rui Pereira Coutinho partiu com o cargo de capitão da armada de Tristão da Cunha (1506), mas morreu num naufrágio. Francisco Pereira Coutinho participou na conquista de Goa. Foi um dos primeiros capitães-donatários do Brasil, tendo-lhe sido cedido o território da Baía. Teve um fim trágico, morrendo às mãos dos índios Tupinambás.

**Coutinho, Leonel** – capitão das armadas da Índia de 1504, 1506 e 1509. Este fidalgo da Casa Real (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 23, fl. 23 v.) era segundo filho de Vasco Fernandes Coutinho e de D. Maria de Lima. Tinha relações familiares com outros agentes do Índico, a saber: o marechal D. Fernando Coutinho (capitão-mor da armada de 1509), que era seu primo; era

primo co-irmão de D. João e D. Jerónimo de Lima, que embarcaram para a Índia na armada de Tristão da Cunha, provavelmente na embarcação de Leonel Coutinho; primo de D. Luís Coutinho, capitão da armada de 1502; primo dos capitães-mores Lopo Soares de Albergaria (1504 e 1515) e Tristão da Cunha (1506); Pedro Afonso de Aguiar, capitão da Carreira da Índia, por três vezes, pelo casamento tornou-se sobrinho de Leonel Coutinho. Em 1504, participou na batalha naval de Pandarane, dois anos depois, de regresso ao Oriente, participou no ataque a Brava e tomou parte na conquista de Socotorá, mas as crónicas não referem o seu desempenho militar. Em Novembro de 1507, participou no ataque a uma esquadra muçulmana que se encontrava em Panane. Regressou ao Reino como simples passageiro em virtude da sua nau ter sido desmantelada em Moçambique. Em 1509, embarcou como capitão de uma nau da armada do primo D. Fernando Coutinho, ao lado do qual viria a morrer no desastre de Calecut (1510).

BIBLIOGRAFIA: João Paulo Oliveira e Costa, “Leonel Coutinho, um dos primeiros veteranos da Carreira da Índia” in *A Carreira da Índia e as rotas dos estreitos. Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz (dir.), Angra do Heroísmo, 1998, pp. 627-666.

**Coutinho, Luís** – capitão da armada de 1509. Participou na dupla tomada de Goa (1510) e na conquista de Malaca (1511), momento a partir do qual desaparece da documentação. É provável que fosse parente dos Coutinhos que navegaram o Índico no reinado de D. Manuel I.

**Coutinho, D. Luís (Ramiro)** – capitão da armada da Índia de 1502. Este fidalgo da Casa Real (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 6, fls 9 v. - 10) era filho D. Gonçalo Coutinho, 2.º conde de Marivalva, e de D. Beatriz de Melo. Era irmão de D. Francisco, herdeiro do título de Marialva. Era parente do Coutinhos e dos Melos Coutinhos que sulcaram o Índico. A 8 de Junho de 1509, recebeu o hábito de Santiago, mas, em 1514, transitou para a Ordem de Cristo (Cf. As

*Ordens de Santiago e Cristo*, p. 379.). Em 1518, é referido como membro do Conselho Régio (Cf. *Provas*, II, 1ª Parte, p. 441)

**Coutinho, Martim Afonso de Melo** – capitão na armada de 1521. Este fidalgo da Casa Real (Cf. *Registo*, I, p. 22.), membro do Conselho Régio (Cf. *Provas*, II, 1ª Parte, p. 443), era filho de Jorge de Melo, *o Lágeo*, alcaide-mor de Redondo e Pavia, e de D. Branca Coutinho. Era irmão de Vasco Fernandes Coutinho (capitão na armada à China de 1521) e de Diogo de Melo (que morreu nos mares da China em 1522), cunhado de Pêro de Anhaia (capitão-mor da armada de 1505) e de Pedro Afonso de Aguiar (capitão das armadas de 1502, 1503 e 1509), primo de D. Duarte e D. Luís de Meneses (capitão-mor e capitão da armada de 1521) e sobrinho de Leonel Coutinho (capitão das armadas de 1504, 1506 e 1509). Martim Afonso de Melo Coutinho foi camareiro-mor e guarda-mor do infante D. Duarte. A partir de 1506, foi capitão e anadel-mor dos besteiros a cavalo. Em 1514, tomou o hábito de Cristo (Cf. *Cavaleiros da Ordem de Cristo*, p. 380.). Entre 1514 e 1517, foi capitão de Mazagão. Em 1521, partiu para o Oriente com destino à China, onde haveria de erguer uma fortaleza no Celeste Império e estabelecer uma rota comercial entre Samatra e a China. Não é certo que tenha regressado a Portugal, porém a 21 de Abril de 1526 já se encontrava falecido.

BIBLIOGRAFIA: João Paulo Oliveira e Costa, “Vasco Fernandes Coutinho, construtor do Estado da Índia e do Brasil” in *D. João III e a formação do Brasil*, Lisboa, CEPCEP, 2004, pp. 167-194. Ronald Bishop Smith, *Martim Afonso de Mello. Captain-Major of the portuguese fleet with sailed to China in 1522 being the portuguese text of two unpublished letters of the national archives of Portugal*, Maryland, Decateur Press, 1972.

**Coutinho, Rui Pereira** – capitão da armada de Tristão da Cunha (1506). Este fidalgo era filho de Afonso Pereira, alcaide-mor de Santarém, e de D. Catarina Coutinho, filha bastarda de D. Gonçalo Coutinho, 2.º conde de Marialva. Era irmão de Francisco Pereira Coutinho que partiu como passageiro na armada de D. Francisco de Almeida (1505) e, em 1514, capitão da armada de Cristóvão de



Brito. Rui Pereira Coutinho foi o descobridor de S. Lourenço, onde após a viagem de reconhecimento, acabou por morrer num naufrágio.

**Cunha, Francisco da** – capitão da armada de 1502. João Barros informa-nos que era oriundo da ilha Terceira (Cf. *Ásia*, I, vi, 2.).

**Cunha, Francisco da** – capitão da armada de 1519. Este fidalgo da Casa Real (Cf. *Registo*, I, p 67.) era filho de Rui da Cunha. (Cf. GTT, X, p. 572.). Em 1534, escreveu uma carta ao rei onde afirmava servi-lo na Índia havia quinze anos (Cf. GTT, X, p. 172.). Em 1538, recebeu a mercê da capitania de Chául (Cf. *Registo*, I, p. 68.). Durante o governo de D. João de Castro (1545-1548) encontramos um Francisco da Cunha, mas não sabemos se se trata do mesmo indivíduo, ou de um homónimo.

**Cunha, Jorge da** – capitão da armada de 1509. Sobre este fidalgo da Casa Real (Cf. CAA, VII, p. 170.) são muito escassas as informações disponíveis. Sabemos que foi a seu pedido que Duarte de Lemos ordenou uma inquirição aos tripulantes de sua nau para se apurar as causas que os levaram a arribar na aguada de São Brás. (Cf. DPMAC, II, pp. 356-368.) Em 1510, participou no ataque a Calecut sob o comando de Afonso de Albuquerque e, no mesmo ano, na conquista de Goa, momento em que desaparece da documentação.

**Cunha, Manuel da** – capitão da armada de Gonçalo de Sequeira (1510). Este fidalgo da Casa Real (Cf. CAA, VI, p. 407.) era filho de Tristão da Cunha, capitão-mor da armada de 1506, e de D. Antónia Pais ou de Albuquerque, filha de Pêro Gonçalves, secretário de D. Afonso V. Era irmão de Nuno da Cunha (governador da Índia entre 1529 e 1538) e de Pêro Vaz e Simão da Cunha (capitães da armada de 1528). Participou na segunda conquista de Goa (1510), foi escolhido por Afonso de Albuquerque para capitão de Cananor, mas não esteve muito tempo no cargo pelas muitas queixas que se fizeram sobre o seu

desempenho. O governador enviou-o para Goa onde acabou por morrer em Março de 1511.

BIBLIOGRAFIA: António Alberto Banha de Andrade, *História de um fidalgo quinhentista português. Tristão da Cunha*, Lisboa, Faculdade de Letras e Instituto Histórico Infante D. Henrique, 1974. Andreia Martins de Carvalho, “Tristão da Cunha e a Expansão Manuelina” in *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do colóquio internacional*, João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues (org.), Lisboa, CHAM/IICT, 2004, pp. 199-226.

**Cunha, Nuno Leitão da** – capitão da armada de Pedro Álvares Cabral. Este cavaleiro (Cf. *Ásia*, I, v, 7.) salvou a vida de António Correia, filho de Aires Correia. Talvez por este feito, quando regressou a Portugal, foi almoxarife do armazém das armadas. Em 1518, é referido como tendo recebido a Ordem de Cristo (Cf. *Cavaleiros da Ordem de Cristo*, p. 21).

BIBLIOGRAFIA: Pedro Courelas da Silva, “O Capitão e os Armadores da nau Anunciada”, in *Descobridores do Brasil – Exploradores do Atlântico e Construtores da Índia*, João Paulo Oliveira e Costa (coord.), Lisboa, SHIP, 2000, pp. 215-222.

**Cunha, Rui da** – capitão da armada de Fernão Soares (1507). Foi com Afonso de Albuquerque e Fernão Soares entregar a carta que destituía D. Francisco de Almeida do posto de vice-rei. Foi capitão na torna-viagem perdendo-se com Fernão Soares.

**Cunha, Tristão da** – capitão-mor da armada de 1506. Este fidalgo da Casa Real era, desde 1503, membro do Conselho Régio. Tristão da Cunha era filho de Nuno da Cunha, camareiro-mor e governador da casa do infante D. Fernando, duque de Viseu, comendador de Aljustrel e Ourique na Ordem de Santiago, e de D. Catarina de Albuquerque, filha de Luís Álvares Pais, mestre-sala de D. Afonso V. Após a morte de Nuno da Cunha, D. Catarina voltaria a casar com o marechal D. Fernando Coutinho o que fazia do capitão-mor da armada de 1509 padraсто de Tristão da Cunha. Pelo casamento de sua irmã, D. Joana, Tristão da Cunha era cunhado do futuro governador Lopo Soares de Albergaria. D. Guiomar da

Cunha, mulher de D. Henrique de Meneses outro dirigente do Oriente, era sua sobrinha por via do casamento de Simão da Cunha, seu irmão, com D. Margarida Figueiredo. Tristão da Cunha era primo co-irmão de Francisco de Sá (capitão das armadas de 1509 e 1524) e de Garcia de Sá (capitão das armadas de 1518 e 1528). Era pai de Manuel da Cunha (capitão da armada de 1510), Nuno da Cunha (governador da Índia entre 1529 e 1538), Pêro Vaz e Simão da Cunha (capitães da armada de 1528). Tristão da Cunha foi camareiro do duque de Viseu, D. Diogo, irmão do futuro D. Manuel I. Apesar da inexistência de comprovação documental é provável que fosse cavaleiro da Ordem de Santiago. Em 1489, participou na armada à Graciosa. Em 1498, acompanhou o rei a Castela e Aragão. É possível que, em 1501, tenha integrado a armada comandada por D. João de Meneses de auxílio aos venezianos. D. Manuel I terá pensado em Tristão da Cunha para primeiro governador da Índia que recusara o cargo por motivo de doença. Em 1506, foi capitão-mor da armada para a Índia que tinha como objectivo construir uma fortaleza na ilha de Socotorá. Entre 1513 e 1514, foi embaixador do rei D. Manuel I na corte pontifícia. Morreu a 6 de Setembro de 1539, quando todos os seus filhos já tinham falecido.

BIBLIOGRAFIA: António Alberto Banha de Andrade, *História de um fidalgo quinhentista português. Tristão da Cunha*, Lisboa, Faculdade de Letras e Instituto Histórico Infante D. Henrique, 1974. Andreia Martins de Carvalho, “Tristão da Cunha e a Expansão Manuelina” in *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do colóquio internacional*, João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues (org.), Lisboa, CHAM/IICT, 2004, pp. 199-226.

**Dantas, Luís** – capitão da armada de Cristóvão de Brito (1514). Desconhece-se qual o seu estatuto social, assim como, o seu parentesco. Uma vez chegado a Moçambique partiu para a Índia com um carregamento de cobre e marfim, depois foi despachado para Cambaia com nova missão comercial. (Cf. CAA, I, pp. 265-266, 268. (Cf. CAA, IV, p. 189.)

**Dias, André** – capitão da armada de 1520. Segundo Fernão Lopes de Castanheda, este cavaleiro da Casa Real (Cf. IAN/TT, CC-I-20-5) era alcaide

pequeno de Lisboa e partiu com a missão de expedir o carregamento anual de especiarias (Cf. *História*, V, xxxiv.) Não sabemos se este André Dias é o mesmo que entre 1508 e 1510 foi feitor em Cochim e tesoureiro do dinheiro e mercadorias do rei, ou se é o mesmo que, em 1521, serviu como secretário, ou o capitão, proprietário de uma nau que, em 1525, andava entre Cochim e Malaca. Em 1514, tomou o hábito de Cristo (Cf. *Cavaleiros da Ordem de Cristo*, p. 21.).

**Dias, Bartolomeu** – capitão da armada de 1500. Este escudeiro da Casa Real (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 6, fl. 11) era irmão de Diogo Dias, também capitão da armada cabralina. Iniciou a sua actividade no Mediterrâneo, com especial incidência nos portos italianos. É possível que tenha sido almoxarife na Casa da Guiné, entre 1492 e 1497. Em Agosto de 1487, partiu de Lisboa, na viagem que o levaria a descobrir o cabo da Boa Esperança. Em 1497, partiu com Vasco da Gama, acompanhando-o até Cabo Verde, seguindo depois para S. Jorge da Mina. Em 1500, partiu na armada de Pedro Álvares Cabral com a missão de descobrir Sofala e aí instalar uma feitoria. Foi um dos descobridores do Brasil e um dos primeiros capitães da armada a ter contacto com os Índios. Morreu junto do cabo da Boa Esperança, em Maio de 1508.

BIBLIOGRAFIA: Sofia Diniz, “Bartolomeu e Diogo Dias” in *Descobridores do Brasil – Exploradores do Atlântico e Construtores da Índia*, João Paulo Oliveira e Costa (coord.), Lisboa, SHIP, 2000, pp. 185-207.

**Dias, Diogo** – capitão da armada de 1500. Este escudeiro da Casa Real era irmão de Bartolomeu Dias, também capitão da armada cabralina. Na carta de Pêro Vaz de Caminha, Diogo Dias é referido como antigo almoxarife de Sacavém. Foi capitão do navio de mantimentos que acompanhou Bartolomeu Dias na viagem que iria descobrir o cabo da Boa Esperança, sem ter dobrado o cabo propriamente dito. Em 1497, partiu na armada de Vasco da Gama, como escrivão da nau S. Gabriel. Em 1500, partiu na armada de Pedro Álvares Cabral com a missão de descobrirem Sofala e aí instalar uma feitoria. É possível que tenha descoberto a ilha de Madagáscar, certo foram as actividades exploratórias na

actual costa da Somália e no golfo junto do Mar Vermelho. Na viagem de regresso desgarrou-se da armada, mas voltou a se reunir a ela junto de Cabo Verde. Chegou a Portugal em Junho de 1501. Em 1502, recebeu a confirmação de uma tença associada ao hábito de Santiago que lhe tinha sido dada por D. João II (Cf. *As Ordens de Santiago e Cristo*, p. 368.).

BIBLIOGRAFIA: Sofia Diniz, “Bartolomeu e Diogo Dias” in *Descobridores do Brasil – Exploradores do Atlântico e Construtores da Índia*, João Paulo Oliveira e Costa (coord.), Lisboa, SHIP, 2000, pp. 185-207.

**Dias, Lopo** – capitão da armada de Estêvão da Gama (1502). Capitaneava um navio de D. Álvaro de Bragança de quem, segundo João de Barros, era criado. (Cf. *Ásia*, I, vi, 2.). Em 1513, temos notícias de um Lopo Dias cavaleiro da Ordem de Santiago (Cf. *As Ordens de Santiago e Cristo*, p. 378.).

**Dinis, Pêro** – capitão da armada de Lopo Soares de Albergaria (1504). Desconhece-se o estatuto social, no entanto, os cronistas são unânimes quanto ao facto de ser oriundo de Setúbal. (Cf. *História*, I, xc; *Ásia*, I, vii, 9. *Crónica*, I, xcvi.).

**Eanes, Pedro (Francês)** – capitão da armada de 1514. Em 1514, partiu na companhia de Luís Figueira, cavaleiro da Casa Real, com a missão de descobrir a ilha de S. Lourenço (Madagáscar) onde haveria de construir uma feitoria para o comércio de gengibre. Nesta armada acumulava as funções de capitão e piloto (Cf. *Ásia*, III, i, 1.). No fim de Junho de 1520, chegou a Moçambique uma nau que partira esse ano de Lisboa, capitaneada e pilotada por este Pedro Eanes Francês, que fora enviado por D. Manuel com correspondência para o governador Diogo Lopes de Sequeira, informando-o, entre outras matérias, das novas sobre a armada dos Turcos (Cf. *Ásia*, III, iv, 3.). Em 1522, era capitão da armada que ia descobrir a ilha do Ouro, comandada por Cristóvão de Mendonça (Cf. DPMAC, VI, p. 96.). Por sugestão da sua alcunha classificámo-lo como estrangeiro ainda que de modo interrogado.

**Eça, D. Fernando** – capitão da armada de D. Francisco de Almeida (1505). Filho de outro D. Fernando de Eça. A sua família recebera este apelido da vila de Eça, na Galiza, de onde seria originária. Era alcaide-mor da Vila Viçosa. Este fidalgo era criado do duque de Bragança. Antes de partir para a Índia, servira no Norte de África. Pereceu na tomada de Mombaça.

**Eça, D. João de** – capitão da armada de 1512. Este fidalgo da Casa Real (Cf. *Registo*, I, p. 37) era filho bastardo de D. Pedro de Eça, alcaide-mor de Moura. Antes de partir para Índia foi fronteiro em Tânger. No Oriente, em 1512, participou no assalto ao passo de Benasterim e, mais tarde, a Adem. Em 1515, exerceu funções como capitão de Goa, tendo sido substituído pouco depois por D. Guterre de Monroy. Em 1518, é referido como membro do Conselho Régio (Cf. *Provas*, II, 1ª Parte, p. 443). Em 1535, um outro D. João de Eça partiu para o Oriente, mas trata-se de um homónimo.

**Fernandes, Álvaro** – capitão da armada de Tristão da Cunha (1506). Sobre este cavaleiro da Casa Real as informações são muito difusas uma vez que Fernão Lopes de Castanheda di-lo oriundo de Sintra e irmão de um Gaspar Gonçalves, enquanto João de Barros afirma tratar-se de «um cavaleiro do Alvito». (Cf. *História*, II, xxx; *Ásia*, II, i, 1.). Comandava uma nau de armadores de Lagos. Terá morrido antes de chegar a Moçambique.

**Fernandes, António** – capitão da segunda viagem de Vasco da Gama (1502). Segundo Luís Adão da Fonseca tratava-se de um cavaleiro identificável com o cavaleiro da Ordem de Cristo que recebeu o hábito em 1511 (Cf. Luís Adão Fonseca, “Os comandos da segunda armada de Vasco da Gama à Índia (1502-1503)”, in *Mare Liberum*, Lisboa, n.º 16, 1998, p. 19.).

**Figueira, Luís** – capitão da armada de 1514. Segundo João de Barros, era cavaleiro da Casa Real (Cf. *Ásia*, III, vii, 1.). Em 1514, partiu na companhia de Pedro Eanes, *Francês*, com missão de descobrir a ilha de S. Lourenço (Madagáscar) onde haveria de construir uma feitoria para o comércio de gengibre, o que não veio a acontecer por oposição das populações locais (Cf. *Ásia*, III, i, 1.).

**Fogaça, Pêro Ferreira** – capitão da armada do vice-rei (1505). Era filho de Fernão Fogaça. Este fidalgo da Casa Real (Cf. DPMAC, I, p. 526.) era comendador de Puços e Maças na Ordem de Cristo. Ia nomeado para a capitania de Quíloa, onde ficou com cerca de 80 homens, tendo sido depois substituído por Francisco Pereira Pestana e transferido para a fortaleza de Socotorá onde haveria de falecer em 1510.

**Fonseca, João** – capitão da segunda armada de Vasco da Gama à Índia (1502). Este capitão estava destinado à denominada «Armada da Índia», mas perdeu-se em Sofala.

**Fonseca, Lucas da** – capitão da armada do vice-rei D. Francisco de Almeida. Este cavaleiro da Casa Real (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 2, fl. 63) uma vez chegado ao Índico integrou a armada de D. Lourenço de Almeida de guarda à costa do Malabar (Cf. *Ásia*, II, i, iv.). Temos notícias da sua presença na Índia até 1508, data em que terá regressado ao Reino. Em 1513, tomou o hábito de Cristo (Cf. *Cavaleiros da Ordem de Cristo*, p. 21.).

**Freire, Gomes** – capitão da armada de 1509. Sobre este fidalgo da Casa Real (Cf. IAN/TT, CC-II-70-12) desconhecemos a sua filiação e não o conseguimos identificar nas genealogias dos Freires ou dos Freires de Andrade. Foi o primeiro capitão da armada a chegar à Índia, tendo encontrado o capitão Simão de Andrade, com quem foi dar a notícia da chegada do marechal D. Fernando

Coutinho a Afonso de Albuquerque. (Cf. *Ásia*, II, iii, 9.). Regressou ao Reino em 1510.

**Gama, D. Aires da** – capitão das armadas de 1511 e de 1518. Este fidalgo da Casa Real (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 10, fl. 122) era filho de Estêvão da Gama e de Isabel Sodré, irmão de Paulo e Vasco da Gama, sobrinho de Brás e Vicente Sodré, assim como primo co-irmão de Estêvão da Gama. A sua primeira estadia no Oriente foi bastante breve, tendo regressado em 1512. Na armada de 1518, ia nomeado capitão de Cananor (Cf. *Registo*, I, p. 8.), cargo que desempenhou entre 1520 e 1521. Em 1518, é referido como membro do Conselho Régio (Cf. *Provas*, II, 1ª Parte, p. 443).

**Gama, Estêvão da** – capitão-mor de uma das esquadras que saiu de Lisboa em 1502 subordinada ao comando do Almirante que era seu primo co-irmão. Este fidalgo da Casa Real era filho de Aires da Gama e de D. Mécia Garcia. O seu pai fora juiz dos mouros e judeus de Elvas. Depois da sua estadia na Índia foi capitão da Mina.

BIBLIOGRAFIA: Jorge Faro, “Estêvão da Gama capitão de S. Jorge da Mina e a sua organização administrativa em 1529”, in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Bissau, 1957, pp. 385-442.

**Gama, Paulo da** – capitão da armada de 1497. Era filho de Estêvão da Gama e de Isabel Sodré e irmão do capitão-mor Vasco da Gama. Na viagem de regresso, a sua nau teve que ser queimada, passando para a capitania de seu irmão, onde veio a adoecer gravemente, tendo morrido na ilha Terceira, onde Vasco da Gama aportara na tentativa de o salvar. Desconhecemos se pertencia a alguma Ordem Militar e, apenas, Fernão Lopes de Castanheda escreveu que era cavaleiro da Casa Real (Cf. *História*, I, ii.).

**Gama, Vasco da** – capitão-mor das armadas de 1497, 1502 e 1524. Este fidalgo da Casa Real, era filho de Estêvão da Gama e de Isabel Sodré. Tinha relações de



parentesco muito próximas com vários indivíduos que agiram no Oriente, a saber: era irmão de Paulo da Gama e de D. Aires; sobrinho de Estêvão da Gama, Brás e Vicente Sodré; pai de D. Cristóvão, D. Estêvão, D. Paulo da Gama e D. Pedro da Silva; cunhado de Lopo Mendes de Vasconcelos. Pelo seu casamento com Catarina de Ataíde, filha de Álvaro de Ataíde, alcaide-mor de Alvor, passou a ter parentesco com figuras de destaque como D. Diogo Lobo da Silveira, barão do Alvito, e com os Almeidas, dos quais se destacaram D. João, conde de Abrantes, o bispo de Coimbra e o futuro vice-rei da Índia D. Francisco de Almeida. Depois do seu regresso da viagem de descobrimento do caminho marítimo para a Índia o rei agraciou-o com o título de *Dom* e passou a integrar o Conselho Régio. Por volta de 1507, este fidalgo da Casa Real transitou da Ordem de Santiago para a Milícia de Cristo, no entanto, manteve uma ligação muito estreita à ordem militar governada por D. Jorge. Depois de três passagens pela Índia veio a morrer vice-rei na cidade de Cochim, a 24 ou 25 de Dezembro de 1524.

BIBLIOGRAFIA: Geneviève Bouchon, *Vasco da Gama*, Lisboa, Terramar, 1998; Luís Adão da Fonseca, *Vasco da Gama, o homem, a viagem, e época*, Lisboa, Expo 98 e D.L., 1998; Sanjay Subrahmanyam, *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama*, Lisboa, CNCDP, 1998.

**Garcia, Antão** – capitão da primeira armada de Afonso de Albuquerque (1503), que regressou em 1504. Temos notícias de um Antão Garcia no Oriente, capitão de nau, em 1513, mas não sabemos se se trata do mesmo indivíduo.

**Gil, Vicente** – capitão das armadas de 1521, 1525, 1526, 1532, 1536, 1540 e 1546, no entanto, realizou apenas seis viagens, porque em 1525 arribou ao Reino. Era membro de uma família de armadores que tinha como principal figura o seu pai, Duarte Tristão, um dos mais frequentes investidores da Carreira da Índia, entre em 1517 e 1528. Em 1512, o rei concedeu a Duarte Tristão o privilégio de cidadão de Lisboa, sendo referido, em 1520, como recebedor da sisa dos panos da mesma cidade. Vicente Gil tinha, pelo menos, dois irmãos com passagens pela Índia, Manuel Gil, capitão na torna-viagem de 1522 numa nau que era

propriedade sua. (Cf. *Ásia*, III, vii, 7.), e Jácome Tristão, capitão nas armadas de 1543, 1544 e 1549. Entre os moradores da Casa de D. João III encontramos três filhos de Duarte Tristão, omitindo-se Manuel Gil, mas acrescentando-se um outro descendente, Simão Tristão, sobre o qual desconhecemos qualquer episódio ultramarino. Aparecem como moços de câmara, ou seja, eram fidalgos da Casa Real, no entanto, não podemos asseverar que esta era a condição de Vicente Gil quando partiu em 1521. A prestação deste capitão na Carreira da Índia limitou-se à expedição das especiarias.

**Godinho, João Homem** – capitão da armada do vice-rei D. Francisco de Almeida (1505). Uma vez chegado à ilha de Angediva, D. Francisco de Almeida enviou-o com cartas aos feitores de Cananor, Cochim e Couião. (Cf. *Ásia*, I, viii, 9.). Este capitão ingressou na denominada «Armada da Índia» estando ao serviço de D. Lourenço de Almeida, nomeadamente, em 1505, quando foi com este, por ordem do vice-rei, «causar danos» em Couião para vingar a morte de António de Sá e seus homens. (Cf. Joaquim Candeias da Silva, *O fundador do “Estado Português da Índia”, D. Francisco de Almeida, 1457 (?) – 1510*, Lisboa, CNCDP e INCM, 1996, p. 312.)

**Góis, Gonçalo Vaz** – capitão da armada de D. Francisco de Almeida (1505). Em 1498, foi fronteiro na guarnição de Arzila. Uma vez chegado ao Índico participou na tomada de Quiloa. Em 1506, era capitão na armada da costa do Malabar, vindo a falecer num ataque à feitoria de Cananor.

BIBLIOGRAFIA: Vasco Resende, *A sociedade da Expansão na época de D. Manuel. Mobilidade, hierarquia e poder entre o Reino, o Norte de África e o Oriente. Um estudo prosopográfico*, dissertação de mestrado em História da Expansão e dos Descobrimientos Portugueses apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 2002 (texto policopiado).

**Gomes, João (Cheira-Dinheiro)** – capitão da armada de 1518. Este cavaleiro da Casa Real (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 10, fl. 132) iniciou a sua carreira oriental no governo do vice-rei D. Francisco de Almeida, estando entre

as hostes que atacaram Dabul (Cf. *Ásia*, II, iii, 4.) e, em 1509, no ataque a Diu (Cf. *Ásia*, II, iii, 5.). Em 1512, já sob o comando do governador Afonso de Albuquerque, participou no assalto ao passo de Benasterim. (Cf. *Ásia*, II, vii, 5.) João de Barros, enlencina-o incorrectamente entre os capitães que foram com Lopo Soares de Albergaria na expedição ao Mar Vermelho (Cf. *Ásia*, III, i, 1 e 2.), uma vez que em 1518 estava em Lisboa pronto para nova viagem até ao Oriente, desta feita com a missão de construir uma fortaleza nas ilhas Maldivas. (Cf. *Ásia*, III, iii, 1.), onde veio a morrer às mãos dos mouros.

**Gonçalves, Antão** – capitão da armada do vice-rei D. Francisco de Almeida (1505). Por ordem de D. Francisco de Almeida foi a Cochim fazer o carregamento de especiarias com Diogo Correia e Fernão Soares, tendo regressado ao Reino em 1506.

**Gusmão, D. Luís** – capitão da armada de 1519. Apesar de se tratar de um fidalgo castelhano estava inscrito no livro de moradores da Casa Real de D. Manuel I. (Cf. *Registo*, I, p. 10) e era membro do seu Conselho (Cf. *Provas*, II, 1ª Parte, p. 444). A embarcação de D. Luís de Gusmão nunca chegou à Índia, tendo sido empurrada para o Brasil. Os cronistas contam com pormenor as peripécias deste capitão que acabou preso em Castela por actos ilícitos. (Cf. *História*, V, xv. *Ásia*, III, iii, 9.).

**Lacerda, Manuel de** – capitão da armada de António de Saldanha (1517) e capitão-mor da armada de 1527, tendo então naufragado na ilha de S. Lourenço (Madagáscar). A sua primeira estadia no Oriente decorreu entre os anos de 1506 e 1513 e, a segunda, entre 1517 e 1522. Em 1516, tomou o hábito de Cristo (Cf. *Cavaleiros da Ordem de Cristo*, p. 21.). Este escudeiro-fidalgo da Casa Real (Cf. Rogério de Figueiroa Rego, *Soldados da Índia*, Torres Vedras, 1956, 67) era neto e filho dos alcaides-mores da Vidigueira e de Vila de Frades, respectivamente, Nuno e Reimão Pereira de Lacerda. A mãe deste capitão, D. Isabel Pereira, era

filha de Gonçalo Cardoso, um morgado residente no norte do país que fora vedor da rainha D. Leonor. Do consórcio dos pais nasceram seis filhos varões dos quais apenas um não rumou até ao Oriente. Não foi possível certificar se o capitão da armada de Jorge de Aguiar (1508), João Rodrigues Pereira, era o irmão de Manuel de Lacerda ou se se tratava de um homónimo. Manuel de Lacerda assumiu interinamente a capitania de Goa (1511-1512) e, entre 1519 e 1522 foi capitão de Calecut.

BIBLIOGRAFIA: Alexandra Pelúcia, “Manuel de Lacerda, guerreiro e náufrago” in *A Nobreza e a Expansão. Estudos Biográficos*, João Paulo Oliveira e Costa (coord.), Cascais, Patrimonia, 2000, pp. 253-271.

**Leão, Henrique Nunes de** – capitão das armadas de Jorge de Melo Pereira (1507) e de João Sousa Lima (1513). Este fidalgo era filho de Nuno Gonçalves de Leão, chanceler da Casa do Cível (Cf. *Ásia*, II, v, 8.) e irmão de Jorge Nunes de Leão, capitão da armada de Gonçalo de Sequeira (1510). Henrique Nunes de Leão, ao contrário do irmão que serviu o governador Afonso de Albuquerque acabando por morrer em combate, limitou-se a fazer parte do processo de expedição de especiarias.

**Leão, Jorge Nunes de** – capitão da armada de Gonçalo de Sequeira (1510). Este fidalgo era irmão de Henrique Nunes de Leão capitão nos anos de 1507 e 1513, como tal, possuía a mesma teia de relações. Esteve presente na segunda conquista de Goa e partiu, mais tarde, com Afonso de Albuquerque na armada que haveria de conquistar Malaca (1511). Morreu no assalto ao passo de Benasterim (1512).

**Leite, João** – capitão da armada de Pêro de Anhaia (1505). Este cavaleiro, oriundo de Santarém (Cf. *Ásia*, I, ix, 6; *Crónica*, II, ix.), teve uma curta experiência na Carreira da Índia, pois morreu vítima de uma pescaria ainda no Atlântico (Cf. *Ásia*, I, ix, 6; *História*, II, x; *Crónica*, II, ix.).

**Lemos, Duarte de** – sota-capitão da armada de Jorge de Aguiar (1508). Este fidalgo da Casa Real, desde 1518 membro do Conselho Régio (Cf. *Provas*, II, 1ª Parte, p. 443), era filho de João Gomes de Lemos, senhor de Trofa, e de D. Violante de Sequeira, irmã de Jorge de Aguiar. Para lá do parentesco com o capitão-mor, era sobrinho de Vasco da Silveira também capitão na armada de 1508. Após o naufrágio de Jorge de Aguiar assumiu o cargo de capitão-mor da Arábia e Pérsia, mas nunca o exerceu eficazmente devido às manobras de Afonso de Albuquerque. Em 1512, preparava-se para regressar a Lisboa como capitão da torna-viagem. Em 1536, partiu para o Brasil. No ano seguinte, recebeu de Vasco Fernandes Coutinho, capitão-donatário de Espírito Santo, a ilha de Santo António. Em 1548, foi a Lisboa para que D. João III confirmasse esta doação. Em Fevereiro de 1549, tornou a partir para o Brasil com Tomé de Sousa que chegado à Baía lhe deu o governo da capitania de Porto Seguro, vago pela ausência em Lisboa de Pedro Campo Tourinho. A 27 de Junho de 1558 morreu, possivelmente no Brasil, mas sem certeza quanto ao facto.

BIBLIOGRAFIA: Augusto Soares de Sousa Baptista, “Duarte de Lemos”, in *Arquivo do distrito de Aveiro*, vol. XIV, n.º 56, Outubro/Novembro, 1948, pp. 241-251.

**Lemos, Gaspar de** – capitão do navio de mantimentos da armada de 1500. Depois do «achamento» do Brasil o capitão-mor Pedro Álvares Cabral mandou-o de regresso a Portugal para notificar o descobrimento.

BIBLIOGRAFIA: Célia Santana, “Gaspar de Lemos”, in *Descobridores do Brasil – Exploradores do Atlântico e Construtores da Índia*, João Paulo Oliveira e Costa (coord.), Lisboa, SHIP, 2000, pp. 209-214.

**Lima, António de** – capitão da armada de 1516. Este fidalgo da Casa Real (Cf. IAN/TT, CC-I-38-80) era, em 1512, cavaleiro da Ordem de Cristo (Cf. *Cavaleiros da Ordem de Cristo*, p. 21.). Era filho de Francisco Ferreira (Cf. *Ásia*, III, i, 2.).

**Lima, D. Diogo de** – capitão das armadas de 1519, 1520 e 1521, mas só à terceira tentativa é que concretizou a passagem para o Índico. Este fidalgo da Casa Real (Cf. *Registo*, I, p. 16.) era filho de D. João de Lima, 2.º visconde de Vila Nova de Cerveira, e D. Catarina de Ataíde, filha de Gonçalo de Ataíde, senhor de Gaião. Era irmão do 3.º visconde de Vila Nova da Cerveira, D. Francisco de Lima. Em 1518, é referido como membro do Conselho Régio (Cf. *Provas*, II, 1ª Parte, p. 443). Em 1519, recebeu a mercê da capitania de Cochim, cargo que exerceu entre 1521 e 1524. Na altura em terminou a sua comissão terá regressado ao Reino, razão pela qual desaparece da documentação. Era primo coirmão de muitos Limas que andaram no Índico, como D. João, capitão de Calecut; D. Jerónimo, que morreu na conquista de Goa; Leonel Coutinho, veterano da Carreira da Índia; D. João, filho de D. Duarte da Cunha Lima, que morreu no cerco de Calecut; de D. Rodrigo de Lima, embaixador ao Preste João; e de João Sousa Lima, capitão-mor da armada de 1513. Era primo como tio de D. Manuel de Lima, capitão de Baçaim e Ormuz, de Martim Afonso de Melo Coutinho e Vasco Fernandes Coutinho, capitães na armada de 1521, e dos irmãos Cristóvão, Jorge, Lopo e António de Brito.

BIBLIOGRAFIA: Patrícia Carvalho e Sofia Diniz, “Os Limas e a Política de D. Manuel I”, in *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do colóquio internacional*, João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues (org.), Lisboa, CHAM/IICT, 2004, pp. 259-277.

**Lima, D. João de** – capitão da armada de 1518. Em 1515, tomou o hábito da Ordem de Cristo (Cf. *Cavaleiros da Ordem de Cristo*, p. 374.). Este fidalgo da Casa Real, membro do Conselho Régio (Cf. *Provas*, II, 1ª Parte, p. 443), era filho de Fernão de Lima, filho de D. Leonel de Lima, 1º visconde de Vila Nova de Cerveira, e de D. Constança de Azevedo, filha de Diogo Lopes de Azevedo, senhor de S. João do Rei, e de D. Inês Pereira. Era irmão de D. Cristóvão e D. Jerónimo de Lima, o primeiro partiu para a Índia com o vice-rei D. Francisco de Almeida e, o segundo morreu na conquista de Goa. D. João de Lima partiu para a Índia como passageiro na armada de Tristão da Cunha (1506). Teve uma presença muito activa ao lado de Afonso de Albuquerque, estando na conquista

de Malaca (1511) e Ormuz (1515). Regressou ao Reino em data incerta, mas, em 1518, voltou à Índia como capitão da armada de Diogo Lopes de Sequeira com o intuito de obter uma capitania em uma das praças indianas, o que conseguiu, em 1522, tendo exercido o cargo de capitão de Calecut até 1525. Era primo co-irmão de D. João de Lima, capitão das armadas de 1519, 1520 e 1521, como tal, possuía a mesma teia de relações.

BIBLIOGRAFIA: Patrícia Carvalho e Sofia Diniz, “Os Limas e a Política de D. Manuel I”, in *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do colóquio internacional*, João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues (org.), Lisboa, CHAM/IICT, 2004, pp. 259-277.

**Lima, João Sousa de** – capitão-mor da armada de 1513. Este fidalgo da Casa Real (Cf. IAN/TT, CC-II-99-79) era filho de Fernão de Sousa, senhor das terras de Bouças, e de D. Mécia de Lima filha de D. Leonel de Lima, 1.º visconde de Vila Nova da Cerveira e de D. Filipa da Cunha. Não admira que João Sousa tivesse adoptado para seu último nome o apelido da família materna, pois por esse ramo era neto do Visconde, sobrinho de D. Álvaro, monteiro-mor do infante D. Fernando e de D. Manuel I, e de Fernão de Lima, alcaide-mor de Guimarães e copeiro-mor de D. João II. Através da família de sua mãe tinha parentesco com vários dos Limas, dos Coutinhos e dos Britos que agiram no «Estado da Índia». Era primo co-irmão de D. Diogo, D. João, D. Jerónimo, D. Vasco, D. Rodrigo de Lima e de Leonel Coutinho. Era primo como tio dos Limas D. Afonso e D. Manuel; dos Coutinhos, Martim Afonso de Melo, Vasco Fernandes Coutinho e Diogo de Melo; e dos Britos, Cristóvão, Jorge, Lopo e António de Brito. Este capitão-mor limitou-se a fazer a expedição anual de especiarias. Em 1518, é referido como membro do Conselho Régio (Cf. *Provas*, II, 1ª Parte, p. 445).

BIBLIOGRAFIA: Patrícia Carvalho e Sofia Diniz, “Os Limas e a Política de D. Manuel I”, in *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do colóquio internacional*, João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues (org.), Lisboa, CHAM/IICT, 2004, p. 277.

**Lopes, Jorge (Bixorda)** – capitão da armada de 1509. Era capitão da sua própria nau. Este armador voltou a investir nas armadas de 1519, 1520, 1523 e 1530. (Cf.

A. A. Marques de Almeida, *Capitais e capitalistas no comércio da especiaria. O eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549). Aproximação a um estudo de Geofinança*, Lisboa, Edições Cosmos, 1993, pp. 11-113, 116.).

**Lopes, Lourenço** – capitão da armada de Gonçalo de Sequeira (1510). Os cronistas informam-nos que era sobrinho de Tomás Lopes, feitor da Casa da Índia (Cf. *Ásia*, II, v, 8; *Lendas*, II, p. 131; *Crónica*. III, x.). Terá sido por influência deste seu tio que conseguiu o cargo de capitão, por certo de uma nau com missão da expedição das especiarias.

**Lourenço, Pedro** – capitão da armada de Vasco Gomes de Abreu (1507). Segundo João de Barros, os capitães Pedro Lourenço, Lopo Cabral, Rui Gonçalves de Valadares e João Chanoca, uma vez chegados à costa oriental africana, ficariam sobre as ordens do capitão da fortaleza, Vasco Gomes de Abreu, devendo impedir o tráfego de ouro para o Mar Vermelho e para a Índia (Cf. *Ásia*, II, i, 6.).

**Magalhães, Pêro Barreto** – capitão da segunda esquadra que partiu de Lisboa em 1505. Era filho de Gil de Magalhães e irmão de António de Magalhães que partiu consigo na armada de Pêro de Anhaia. Este fidalgo da Casa Real (Cf. IAN/TT, *Ordem de Santiago*, Códice n.º 3, fls. 54-56 v.), segundo Fernão Lopes de Castanheda, serviu no norte de África, pois “alguns chamauão ho lião por amor de hum que matou em Africa” (Cf. *História*, II, i). Um vez chegado ao Índico ficou por capitão-mor das naus de Sofala. Serviu durante o vice-reinado de D. Francisco, vindo a morrer na aguada do Saldanha, em 1509. Desde 1496, que é referido como cavaleiro da Ordem de Santiago (Cf. *As Ordens de Santiago e de Cristo*, p. 382.).

**Marchioni, Pêro Paulo** – capitão das armadas de 1518 e de 1520. Segundo os cronistas, era filho do mercador florentino Bartolomeu Marchionni (Cf. *História*,



IV, xliii; *Ásia*, III, iii, 1; *Lendas*, II, p. 556). A sua participação na Carreira da Índia foi meramente comercial.

**Marco, Alemão** – capitão da armada de D. Fernando Coutinho (1509). Este capitão estrangeiro capitaneava um navio armado em parceria com Fernão Chamorro (Cf. CAA, III, pp. 307-308).

**Marecos, Francisco** – capitão da armada de 1509. Este cavaleiro da Casa Real (Cf. *Ásia*, II, iii, 9.), entre Agosto e Outubro de 1510, andou na armada de patrulha do Mar Arábico (Cf. CAA, I, p. 122.). Em 1534, é referido como procurador do comendador de Sesimbra na Ordem de Santiago (Cf. Maria Cristina Gomes Pimenta, *As Ordens de Avis e de Santiago a Baixa Idade Média. O governo de D. Jorge*, separata n.º 5 da Revista *Militarium Ordium Anacleto*, Palmela, p. 429.).

**Mascarenhas, Jorge** – capitão da armada de 1515. Este fidalgo da Casa Real (Cf. *Registo*, I, p. 25.) era, segundo João de Barros, filho de João Gonçalves *Montans* (Cf. *Ásia*, III, i, 1.). Foi um dos capitães que integrou a armada de Fernão Peres de Andrade à China. Em 1524, recebeu a mercê da alcaidaria-mor de Malaca (Cf. *Registo*, I, p. 25. GTT, X, p. 646.).

**Mascarenhas, Pêro** – capitão das armadas de 1511 e de 1524. Este fidalgo da Casa Real era filho de João de Mascarenhas. Parece ter servido no paço desde 1495. Em 1508, esteve no cerco de Arzila. Quando partiu pela primeira vez para a Índia ia provido da capitania de Cochim, cargo que desempenhou mais tarde, pois Afonso de Albuquerque encarregou-o da capitania de Goa. Nesta sua primeira estadia permaneceu no Oriente até 1515, data em que terá regressado ao Reino, onde recebeu o hábito da Ordem de Cristo (Cf. *Cavaleiros da Ordem de Cristo*, p. 21.). Regressou, em 1524, como capitão da armada do Conde Almirante (1524), nomeado capitão de Malaca para onde se dirigiu uma vez

chegado à Índia. Em sequência da morte do governador, D. Henrique de Meneses, foi nomeado seu sucessor o que deu origem a uma conhecida disputa de poder com Lopo Vaz de Sampaio. Pêro Mascarenhas foi enviado preso para o Reino onde chegou em 1528. O rei incumbiu-o da capitania de Alcácer Ceguer. Em 1535, participou na expedição a Tunes ao lado do infante D. Luís, tendo falecido no regresso.

**Matoso, Gil** – capitão da armada de 1502. Sobre este cavaleiro da Casa Real (Cf. IAN/TT, CC-I-5-102; *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 35, fl. 140) pouco se sabe. Temos notícias de um Gil Matoso que esteve na Mina entre 1495 e 1499. (Cf. Avelino Teixeira da Mota, “Duarte Pacheco Pereira, capitão e governador de S. Jorge da Mina” in *Mare Liberum*, vol. I, 1990, p. 1.).

**Meireles, Manuel Fernandes** – capitão da armada de Pêro de Anhaia (1505). Este cavaleiro (Cf. CAA, II, p. 283.) ia nomeado feitor de Sofala, cargo que desempenhou até 1507, data em que terá regressado ao Reino. (Cf. Artur Teodoro de Matos, “Aspectos do comércio português no Malabar: Cochim e as «mercadorias miúdas» (1506-1508)” in *Na Rota da Índia. Estudos de História da Expansão Portuguesa*, Macau, 1994, pp. 23, 32, 33, 50.) Após a morte de Pêro de Anhaia serviu como capitão da fortaleza (Cf. *Ásia*, I, x, 6.).

**Melo, Diogo de** – capitão da armada de Vasco Gomes de Abreu (1507). Este fidalgo (*História*, II, xlv.) era filho de João de Melo. Segundo João de Barros este capitão e Martim Coelho estavam ordenados para andarem com Afonso de Albuquerque na armada do Mar Árábico. (Cf. *Ásia*, II, I, 6.) Morreu ao serviço do *Leão dos Mares*.

**Melo, Manuel de** – capitão da armada de 1514. Este fidalgo da Casa Real (Cf. IAN/TT, CC-I-23-24) era filho de João Mendes de Oliveira, senhor do morgado de Oliveira e D. Brites de Melo, filha de Vasco Martins de Melo, alcaide-mor de

Évora e Castelo de Vide. (Cf. *Ásia*, II, x, 2.) Era primo co-irmão de Rui de Melo, *Punho*, capitão na armada de 1518. Regressou ao Reino logo em Dezembro de 1514. (Cf. CAA, I, p. 344. DPMAC, III, pp 506.). Em 1517, tomou o hábito de Cristo (Cf. *Cavaleiros da Ordem de Cristo*, p. 21).

**Melo, Pêro Lourenço de** – capitão da armada de 1520. Este fidalgo da Casa Real (Cf. IAN/TT, CC-II-63-140) era filho de Gonçalo Vaz de Melo e de D. Maria de Freitas, filha de Fernão de Freitas, alcaide-mor de Coimbra (Cf. *Pedatura*, I, p. 292.). Entre 1510 e 1511, esteve no cerco de Safim. Uma vez na Índia, foi capitão de um navio da armada contra Diu, tendo realizado uma viagem para Bengala. Em 1522, foi numa viagem à China, perdendo-se nas ilhas de Andamane, perto do Reino do Pegu. Tinha uma tença com o hábito de Cristo (Cf. IAN/TT, CC-II-69-12.) e, em 1518, é referido como membro do Conselho Régio (Cf. *Provas*, II, 1ª Parte, p. 444).

**Melo, Rui de (*Punho*)** – capitão da armada de 1518. Este fidalgo da Casa Real (Cf. *Registo*, I, p. 8.) era filho de Fernão de Melo, alcaide-mor de Évora, e irmão de Cristóvão de Melo, que morreu em Marrocos em 1488. Na Índia podemos encontrar muitos dos seus sobrinhos, a saber: Cristóvão Jusarte, Martim Afonso de Melo Jusarte que entre os anos de 1522 e 1523 se encontrava nos mares da Insulíndia, e Rui Jusarte de Melo que o acompanhou na viagem até o Oriente e que foi o seu braço direito na capitania de Goa, cargo que exerceu entre 1518 e 1521. Era parente de muitos dos Melos e dos Melos Coutinhos que sulcaram o Índico no reinado de D. Manuel I. Em 1521, tomou o hábito de Cristo (Cf. *Cavaleiros da Ordem de Cristo*, p. 21.).

**Mendonça, Cristóvão de** – capitão das armadas de 1519 e 1527. Este fidalgo da Casa Real (Cf. *Registo*, I, p 11.), membro do Conselho Régio (Cf. *Provas*, II, 1ª Parte, p. 443), era filho de Diogo de Mendonça, alcaide-mor de Mourão e anadel dos besteiros, e de D. Brites Soares, filha bastarda de Fernão Soares de

Albergaria, senhor do Prado. Desde 1520, Cristóvão de Mendonça era cunhado de D. Jaime, duque de Bragança, por via do casamento de sua irmã D. Joana de Mendonça. D. Ana de Mendonça, mãe de D. Jorge, duque de Coimbra era prima co-irmã deste capitão. Em 1514, recebeu o hábito de Cristo (Cf. *Cavaleiros da Ordem de Cristo*, p. 21.). Em 1519, partiu para o Oriente e, em 1522, foi capitão-mor de uma armada com missão de descobrir a ilha do Ouro. Não se sabe em que momento regressou ao Reino. Em 1527, a Índia voltou a reclamá-lo, desta feita para capitão de Ormuz, cargo que exerceu entre 1527 e 1532, data em que morreu de «sua doença».

**Mendonça, Pêro de** – capitão da armada de 1504. Este fidalgo da Casa Real (Cf. Geneviève Bouchon, «L'inventaire de la cargaison raportée de l'Inde en 1505», in *Inde découverte, Inde retrouvée, 1498-1630*, Paris, 1999, p. 184.) era filho de João de Brito e de D. Maria de Mendonça. Era meio-irmão de Cristóvão de Brito, capitão da armada de 1511 e capitão-mor da de 1514; de Lopo de Brito, capitão do Ceilão (1519-1522); António de Brito, capitão das Molucas (1522); e Jorge de Brito, capitão da armada da Índia de 1511 e capitão-mor em 1520. Por ordem do capitão-mor Lopo Soares de Albergaria foi carregar especiarias a Couilão com os capitães Lopo de Abreu, António de Saldanha, Rui Lourenço e Filipe de Castro (Cf. *Ásia*, I, vii, xi.). Perdeu-se na viagem de regresso para Portugal, razão pela qual foi, em 1505, organizada uma armada extraordinária composta por Cid Barbudo e Pêro Quaresma de busca a este capitão e a Francisco de Albuquerque que também havia desaparecido.

**Meneses, D. Duarte de** – capitão-mor da armada de 1521. Este fidalgo da Casa Real (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 39, fl. 117) era membro do Conselho Régio (Cf. *Provas*, II, 1ª Parte, p. 441) e, em 1516, comendador de Sesimbra na Ordem de Santiago, transferindo-se para a Ordem de Cristo nas vésperas de partir para a Índia. D. Duarte de Meneses era filho herdeiro de D. João de Meneses, 1.º conde de Tarouca, prior do Crato e mordomo-mor de D.

Manuel I. D. Duarte representou o seu pai na capitania de Tânger desde 1507. Tinha uma rede familiar extremamente bem estruturada, cooperando com muitos desses parentes durante a sua estadia no Oriente, dos quais sobressaiu o irmão D. Luís de Meneses que foi o seu capitão-mor do mar da Índia. Em 1521, D. Manuel I nomeou-o governador da Índia em substituição de Diogo Lopes de Sequeira. Com a subida ao trono de D. João III a política ultramarina sofreu algumas transformações, D. Duarte foi substituído por D. Vasco da Gama, em 1524, como previa a prestação de serviço por três anos. Quando regressou ao Reino esteve preso vários anos acusado de corrupção, tendo recuperado a capitania de Tânger na década de trinta.

BIBLIOGRAFIA: COSTA, João Paulo Oliveira e, “Duarte de Menezes and the Government of India (1521-1524)” in *Indo-Portuguese History: Global Trends*, Goa, ISIPH, 2005, pp. 95-115.

**Meneses, D. Luís de** – capitão da armada de 1521. Este fidalgo da Casa Real (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 25, fls. 87 v. - 88) era filho de D. João de Meneses, 1.º conde de Tarouca, prior do Crato e mordomo-mor de D. Manuel I, e irmão de D. Duarte de Meneses, capitão de Tânger e governador do Estado da Índia (1521-1524). Era casado com D. Leonor, filha de D. Diogo Pereira, 1.º conde da Feira. Tomou o hábito de Cristo em 1512 (Cf. *Cavaleiros da Ordem de Cristo*, p. 21.). Em 1512, esteve em Safim e, em 1513, na tomada a Azamor, sendo o braço direito do irmão no exercício da capitania de Tânger. Em 1521, partiu para o Oriente com o segundo cargo na hierarquia do «Estado da Índia», ou seja, partiu nomeado capitão-mor do mar da Índia. Em 1524 morreu na viagem de regresso ao Reino.

BIBLIOGRAFIA: João Paulo Oliveira e Costa, “Duarte de Menezes and the Government of India (1521-1524)” in *Indo-Portuguese History: Global Trends*, Goa, ISIPH, 2005, pp. 95-115.

**Meneses, D. Tristão de** – capitão da armada de 1517. Este fidalgo da Casa Real (Cf. *Registo*, I, p. 5.) era filho bastardo de D. Rodrigo de Meneses, comendador de Grândola na Ordem de Santiago e guarda-mor da rainha D. Leonor. Era irmão

de D. Jorge de Meneses (capitão na armada de 1524) e primo co-irmão de D. Aleixo (capitão-mor do mar da Índia nos governos de Lopo Soares de Albergaria e de Diogo Lopes de Sequeira) e de D. António de Meneses. D. Tristão era sobrinho de D. Pedro de Meneses, 1.º conde de Cantanhede. Em 1508, esteve no socorro a Arzila com o seu tio, D. João de Meneses. Em Abril do ano 1518, sob o comando de D. Aleixo, partiu para Malaca como capitão de um navio. Pouco tempo depois, foi enviado às ilhas Molucas com cartas e presentes do rei D. Manuel para o soberano daquelas ilhas, para que se iniciasse um processo de paz que permitisse aos portugueses a comercialização do cravo. Depois de ter carregado o seu navio e quatro juncos, morreu poucos dias depois de chegar a Malaca.

BIBLIOGRAFIA: Teresa Lacerda, “Os Meneses de Cantanhede e o projecto manuelino”, in *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do colóquio internacional*, João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues (org.), Lisboa, CHAM/IICT, 2004, pp. 75-100.

**Miranda, Gonçalo Pereira de** – capitão da armada de 1512. Este fidalgo da Casa Real (Cf. *Registo*, I, 1, p 5.) era filho de Gonçalo Pereira (*Ásia*, II, vii, 2.). Em 1512, participou no assalto ao passo de Benasterim (Cf. CAA, I, p. 113. CAA, II, p. 12.) e, no ano seguinte, na expedição ao Mar Vermelho (Cf. CAA, V, p. 379. CAA, I, pp. 140-141.). As últimas notícias que temos da sua prestação no Oriente datam de Novembro de 1513, quando foi receber o tributo que Chául pagava ao monarca português (Cf. CAA, I, pp. 140-141.).

**Misser Vinet** – capitão da armada de 1501. Este capitão florentino (Cf. *Ásia*, I, V, 10. *Lendas*, III, p. 235.) comandava uma embarcação de Bartolomeu Marchionni.

**Monroy, D. Guterre de** – capitão da armada 1515. Este fidalgo da Casa Real era filho de D. Afonso de Monroy, mestre da ordem de Alcántara, em Castela, tendo passado a Portugal depois da guerra de 1475-79. Era irmão de D. Fernando de Monroy que o acompanhou, em 1515, e que foi capitão da armada de 1524. D.

Guterre era parente do governador Lopo Soares de Albergaria, uma vez que era casado com a sua sobrinha D. Mariana de Sousa, filha do meio-irmão do barão do Alvito, Fernão da Silveira. Em 1513, foi capitão de uma caravela na expedição a Azamor liderada pelo duque de Bragança. Em 1514, era fronteiro em Azamor. Em 1515, partiu para o Oriente, tendo desempenhado o cargo de capitão de Goa até 1519, data em que regressou a Lisboa. Em 1519 foi processado pelo procurador da fazenda do rei por ter impedido Fernão de Alcáçova de desempenhar as suas funções como vedor da Índia, em consequência terá perdido parte do seu ordenado. Em 1532, recebeu carta de conselheiro. No ano seguinte, partiu para Marrocos, como capitão de Santa Cruz do Cabo de Gué, cargo que voltou a exercer entre 1538 e 1541, data em que é feito cativo no norte de África. Morreu, em 1548; pouco antes tinha-lhe sido atribuída por D. João III a comenda de S. Salvador de Ansiães na Ordem de Cristo, mas não chegou a tomar o hábito.

BIBLIOGRAFIA: Ronald Bishop Smith, *D. Guterre de Monroy*, Lisboa, Tip. Silvas, 1990.

**Moreno, Lourenço** – capitão da armada de Gonçalo de Sequeira (1510). Este cavaleiro da Casa Real (Cf. DPMAC, II, p. 14.) nasceu em Moura, por volta de 1463. Entrou ao serviço da casa Viseu-Beja quando tinha cerca de 20 anos. Partiu na armada de Pedro Álvares Cabral (1500) para ocupar uma escrivania na futura feitoria de Calecut, acabou por ficar como escrivão em Cochim. Em 1503, combateu as forças do Samorim de Calecut. Em 1505, foi elevado, por provisão régia, feitor de Cochim, cargo que passou a exercer a partir de Janeiro de 1506 até 1507, quando foi afastado pelo vice-rei D. Francisco de Almeida, regressando ao Reino. Voltou ao Oriente, em 1510, desta feita como capitão da armada da Índia, retomando o seu posto de feitor de Cochim. No princípio do ano de 1517, por morte do capitão Diogo Mendes de Vasconcelos, assumiu o comando da capitania, mas em 1518 foi substituído por Aires da Silva, capitão na vagante dos providos. Em 1522, regressou ao Reino encerrando aqui a sua carreira oriental. De notar que foi o único opositor de Afonso de Albuquerque que nunca foi

afastado da Índia. Pelos serviços prestados, D. João III elevou-o à condição de fidalgo da Casa Real.

BIBLIOGRAFIA: Alexandre Pelúcia, “Lourenço Moreno, uma eminência parda em Cochim”, in *Descobridores do Brasil – Exploradores do Atlântico e Construtores da Índia*, João Paulo Oliveira e Costa (coord.), Lisboa, SHIP, 2000, pp. 279-297.

**Nogueira, Francisco** – capitão da armada de 1512. Este fidalgo da Casa Real era filho de Afonso Nogueira de Brito e Isabel Jaques, filha de Diogo Jaques de Lago. Era primo como tio de muitos dos Britos que andaram na Índia durante o reinado de D. Manuel I. Quando partiu para a Índia fez-se acompanhar por dois dos seus filhos, o primogénito, Afonso Nogueira, e o mais novo, Gomes Nogueira. A sua ventura oriental começou com um percalço, pois o seu navio naufragou em Angoxa, mas salvou-se a tripulação. Uma vez na Índia, Afonso de Albuquerque incumbiu-o do processo de paz com Calecut, onde os portugueses haveriam de construir uma fortaleza. Francisco Nogueira foi o seu capitão entre 1513 e 1515, data em que regressou ao Reino. Em 1518, é referido como membro do Conselho Régio (Cf. *Provas*, II, 1ª Parte, p. 446).

BIBLIOGRAFIA: Teresa Lacerda, “Francisco Nogueira – um nome, um espaço, um tempo” in *Os capitães de Afonso de Albuquerque*, Alexandra Pelúcia e Vítor Luís Gaspar Rodrigues (coord.), no prelo.

**Noronha, D. Garcia de** – capitão-mor das armadas de 1511 e 1538. Este fidalgo da Casa Real (Cf. IAN/TT, CC-II-69-119), membro do Conselho Régio (Cf. *Provas*, II, 1ª Parte, p. 441) era filho de D. Fernando de Noronha, governador da Casa da *Excelente Senhora*, e de D. Constança de Albuquerque. Por vi a paterna, era descendente de uma das famílias mais influentes do Reino. Era neto de D. Pedro de Noronha, bispo de Évora e arcebispo de Lisboa; irmão do 2.º conde de Vila Real e do 1.º conde de Odemira. Através dos casamentos das suas tias era sobrinho do 1.º marquês de Montemor, do 2.º conde de Abrantes e do 1.º conde de Penamacor. Seu tio, D. João de Noronha era alcaide-mor de Óbidos enquanto D. Pedro, outro seu tio, foi mordomo-mor de D. João II. Os seus irmãos mais velhos D. Afonso e D. Álvaro de Noronha foram, respectivamente, capitão de



Socotorá e capitão de Cochim. Em virtude do casamento de sua irmã, D. Isabel de Castro, era cunhado de Pedro Álvares Cabral. Por via materna, era sobrinho de Afonso de Albuquerque. Serviu no Oriente sob as ordens do tio; tomou parte na defesa de Goa; no assalto ao passo de Benasterim (1512) e na conquista de Ormuz (1515). Em 1515 regressou ao Reino e, em 1534, foi capitão de Safim. Em 1538, partiu como vice-rei e capitão-mor de uma armada com destino a Diu que estava a ser atacada pelos Turcos. Em 1540, morreu em Cochim, sendo substituído por D. Estêvão da Gama.

BIBLIOGRAFIA: André Pinto de Sousa Dias Teixeira, “Uma linhagem ao serviço da «Ideia Imperial Manuelina»: Noronhas e Meneses de Vila Real, em Marrocos e na Índia”, in *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do colóquio internacional*, João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues (org.), Lisboa, CHAM/IICT, 2004., pp. 109-174.

**Nova, João da** – capitão-mor da armada de 1501, regressou ao Índico como simples capitão de um navio da frota de D. Francisco de Almeida (1505). Era um fidalgo de origem galega, tendo transitado para Portugal, provavelmente, no reinado de D. Afonso V. Em 1490, era membro da guarda do rei. Segundo Damião de Góis, esteve em África (Cf. *Crónica*, I, lxiii.) e foi alcaide pequeno de Lisboa. Era compadre de Tristão da Cunha, com quem deveria seguir no ano de 1505, mas, devido a incógnitas vicissitudes, foi escolhido D. Francisco de Almeida de quem se tornaria um fiel servidor, o que lhe valeu a hominização durante o governo de Afonso de Albuquerque. Morreu em Cochim, em Junho de 1509. Um documento posterior à sua morte, refere-o como fidalgo da Casa Real (Cf. CAA, III, p. 280).

**Novais, Francisco** – capitão da armada de 1501. Este cavaleiro da Casa Real (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 32, fl. 33v.) terá regressado à Índia como simples tripulante, pois morreu em Chául, em 1508, com D. Lourenço de Almeida, altura em que era capitão e feitor de uma nau. (cf. *Ásia*, II, ii, 8.).

**Nunes, Dr. Pêro** – capitão da armada de 1519. Ia nomeado vedor da fazenda com isenção do cível e crime em relação ao governador. Diogo Lopes de Sequeira, ao contrário do seu antecessor Lopo Soares que impossibilitara Fernão de Alcaçova de desempenhar as suas funções, recebeu bem o doutor Pêro Nunes. Não obstante, a inexistência de referência quanto ao seu estatuto social, pertencia à denominada «nobreza de serviço», uma vez que se tratava de um licenciado com serviços à Coroa.

**Nunes, Gonçalo** – capitão da armada que descobriu o caminho marítimo para a Índia. Nunca chegou a conhecer o Índico, pois o navio de mantimentos que comandava deveria ser queimado voluntariamente. Segundo João de Barros, era criado do capitão-mor Vasco da Gama (Cf. *Ásia*, I, vi, 2.).

**Nunes, João** – capitão da armada de Diogo Lopes de Sequeira (1508). Não sabemos se este cavaleiro da Casa Real (Cf. *Ásia*, II, iii, 1.) é o mesmo João Nunes que, em 1522, era almoxarife dos mantimentos de Malaca (Cf. Luís Filipe Thomaz, *De Malaca a Pegu, viagens de um feitor português (1512-1515)*, Lisboa, 1966, p. 478.), ou o que, em 1524, tinha o hábito da Ordem de Santiago (Cf. *As Ordens de Santiago e Cristo*, p. 376.).

**Pacheco, Fernão** – capitão da armada de 1501. Regressou ao Reino na companhia do capitão-mor João da Nova.

**Paiva, Gonçalo de** – capitão da armada do vice-rei D. Francisco de Almeida (1505). Este cavaleiro (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 13, fl. 41) integrou a denominada «Armada da Índia». Devia ficar com o capitão Rodrigo Rebelo perto de Angediva a bloquear o comércio muçulmano (Cf. *Ásia*, I, viii, 9.). Participou na tomada de Mombaça (*Ásia*, I, viii, 7.). Integrou a armada de protecção à costa do Malabar, capitaneada por D. Francisco de Almeida (Cf. *Ásia*, II, i, 4.). As últimas notícias que temos deste capitão datam de 1511,

quando acompanhou Afonso de Albuquerque na conquista de Malaca (Cf. Ronald Bishop Smith, *Diogo Fernandes de Beja being the Portuguese text of two unpublished letters of the National Archives of Portugal*, Lisboa, 1973, pp. 22, 32, 33.).

**Pereira, Diogo Fernandes** – capitão da armada de António de Saldanha (1503). Este cavaleiro (Cf. *Lendas*, I, p.412.) de Setúbal era um homem experimentado nas coisas do mar, razão pela qual era também piloto da sua nau (Cf. *Ásia*, I, vii, 2.).

**Pereira, Duarte Pacheco** – capitão da armada de Francisco de Albuquerque (1503). Este fidalgo da Casa Real (Cf. IAN/TT, CC-II-91-70) era filho de João Pacheco e de Isabel Pereira, filha de Martim Pereira, senhor da Bemposta e Castro Vicente. Em 1488, Duarte Pacheco Pereira foi capitão de um navio à costa ocidental africana. Em 1490, surge na lista de membros da guarda do rei D. João II. Entre 1495 e 1499, foi-lhe feito um empréstimo na Mina por Gil Matoso, possivelmente, o capitão da armada de 1502. É possível que tenha seguido para a Índia, como passageiro, na armada de Pedro Álvares Cabral. Certa é a capitania na armada de 1503. Em 1504, destacou-se na defesa de Cochim que fora atacada pelo Samorim de Calecut e, mais tarde, socorreu a feitoria portuguesa de Couvão. Em 1509, D. Manuel I mandou-o capturar o corsário francês Mondragon, que havia pouco tempo tinha tomado a embarcação de Job Queimado, quando este regressava da Índia. Em 1510, andou por capitão da armada do estreito de Gibraltar. Em 1511, comandou uma esquadra de socorro a Tânger. Em 1519, foi nomeado capitão da fortaleza de S. Jorge da Mina. Com a subida ao trono do novo monarca, uma série de homens de confiança de D. Manuel I caíram em desgraça, parece ter sido esse o caso de Duarte Pacheco que, em 1522, foi trazido a ferros da Mina para Portugal, sem saber ao certo do que era acusado. Morreu em data incerta, entre 1531 e 1533.

BIBLIOGRAFIA: André Murteira, “A Carreira de Duarte Pacheco Pereira” in *Descobridores do Brasil – Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, João Paulo Oliveira e Costa (coord.),

Lisboa, SHIP, 2000, pp.299-329. A. Teixeira da Mota, “Duarte Pacheco Pereira. Capitão e Governador de S. Jorge da Mina” in *Mare Liberum*, Lisboa, n.º 1, 1990, pp. 1-27.

**Pereira, Gaspar** – capitão da armada de 1512. Este fidalgo da Casa Real (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 39, fl. 3 v). era parente de Diogo Pereira, escrivão da feitoria de Cochim e depois secretário de Lopo Soares de Albergaria. Gaspar Pereira também foi secretário-geral da Índia, mas no tempo de D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque. Fora outrora moço de câmara do prior do Hospital, D. Vasco de Ataíde, depois da morte deste último, a pedido de Afonso de Albuquerque, D. João II tomou-o a seu serviço (Cf. CAA, I, p 284.). Apesar desta suposta ligação de amizade com o *Leão dos Mares*, fez parte do denominado «grupo de Cochim», forte opositor às políticas deste governador. Partiu para a Índia, em 1505, na armada do vice-rei D. Francisco de Almeida, exercendo o cargo de «escrivão dos despachos do negócio da Índia». Regressou a Portugal, em data incerta, onde terá permanecido por pouco tempo. Partiu, em 1512, como capitão da armada, levando uma alvará da feitoria de Cochim. Pediu ao rei a concessão da capitania de Cochim ou de Cananor e, se possível, acumular as funções de capitão, feitor e provedor da fazenda (Cf. CAA, V, pp. 284-285.). Em 1514, regressou ao Reino com um auto de culpas (Cf. CAA, I, pp. 291, 350. CAA, VI, p. 174.).

**Pereira, João Rodrigues** – capitão da armada de Jorge de Aguiar (1508). Este fidalgo era filho de Reimão Pereira, alcaide-mor de Portel (Cf. *Ásia*, II, iii, 1.) e irmão de Rui Dias Pereira, capitão na armada de 1506. Regressou ao Reino logo em 1509, como capitão da torna-viagem, mas antes participou na armada do vice-rei D. Francisco de Almeida contra Diu. (Cf. *Ásia*, II, iii, v.). A 21 de Abril de 1524, recebeu o hábito da Ordem de Santiago (Cf. *As Ordens de Santiago e Cristo*, p. 376.).

**Pereira, Jorge de Melo** – capitão-mor das armadas de 1507 e de 1512. Este fidalgo da Casa Real (Cf. CAA, III, pp. 161-162.) era filho de Vasco Martins de

Melo, alcaide-mor de Castelo de Vide, e de D. Isabel Pereira, filha de Fernão Pereira, alcaide-mor de Vila Viçosa. O avô do nosso capitão-mor, homónimo de seu pai, fora alcaide-mor de Évora e de Castelo de Vide e guarda-mor dos reis D. João I e de D. Duarte. O irmão mais velho de Jorge de Melo herdou a casa de seu pai, enquanto que outro irmão, Diogo de Melo também enveredou por uma «carreira» ultramarina tendo sido capitão de Ormuz, assim como, Garcia de Melo, que foi capitão de Safim e anadel-mor dos besteiros do monte. (Cf. *Nobiliário*, VI, p. 646, 650-651.) Era parente de muitos dos Melos e Melos Coutinhos que sulcaram o Oriente. Jorge de Melo Pereira foi capitão de Cananor entre 1512 e 1515.

**Pereira, Rui Dias** – capitão da armada de Tristão da Cunha (1506). Este fidalgo (Cf. Ronald Bishop Smith, *Diogo Fernandes de Beja being the Portuguese text of two unpublished letters of the National Archives of Portugal*, Lisboa, 1973, p. 22.) era filho de Reimão Pereira, alcaide-mor de Portel (Cf. *Ásia*, II, i, 1) e irmão de João Rodrigues Pereira, capitão da armada de 1508. Foi armado cavaleiro após a vitória de Brava. Este capitão pode ser o mesmo indivíduo que, em 1536, era capitão-mor dos navios de remo em Goa. (Cf. *Ásia*, IV, vii, 14.). A mesma dúvida se põe em relação ao capitão que, em 1534, escreveu uma carta ao rei dizendo que o servia na Índia havia 21 anos (Cf. GTT, X, p. 172.).

**Pereira, Rui Vaz** – capitão da armada de 1520. Este fidalgo da Casa Real (*Registo*, I, p. 25.) era filho bastardo de João Rodrigues Pereira, senhor de Basto (Cf. *Ásia*, III, iv, 4.). Fez parte da armada comandada por Diogo Lopes de Sequeira a Diu (1521). Mais tarde, com a chegada do novo governador D. Duarte de Meneses integrou a armada de D. Luís de Meneses ao Mar Vermelho. Sob o governo de D. Henrique de Meneses esteve na tomada de Panane. Em 1527, foi capitão de uma nau a Bengala (Cf. GTT, X, p. 661.) que devia «andar às presas». Em 1534, encontramos-lo como capitão de Chale (Cf. CSL, I, p. 141) e, entre

1537 e 1544, foi capitão de Malaca. (Cf. CSL, I, p. 141. GTT, III, p. 202.), onde morreu.

**Perestrelo, João Lopes** – capitão da armada de 1502. Este cavaleiro da Casa Real (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 17, fl. 58.) era filho de Rafael Perestrelo e neto Filipe Perestrelo, natural da Lombardia que passou para Portugal no tempo do rei D. João I. Era sobrinho de Bartolomeu Perestrelo, primeiro capitão de Porto Santo. João Lopes Perestrelo era pai de Rafael Perestrelo, capitão da armada de 1519, e de Bartolomeu Perestrelo, feitor de Malaca. João Perestrelo foi servidor da toalha do rei D. João II que lhe fez mercê do foro de cavaleiro e morou em Torres Novas. Casou com D. Filipa Lourenço, filha de Filipe Esteves. (Cf. *Nobiliário*, VIII, p. 257.) Em 1498, foi feitor num navio comandado por Bartolomeu Dias e, em 1502, capitão da segunda viagem de Vasco da Gama à Índia.

BIBLIOGRAFIA: João Paulo Oliveira e Costa, “Perestrelo, Rafael” in DHDP, vol. II, pp.886-888.

**Perestrelo, Rafael** – capitão da armada 1519. Este fidalgo da Casa Real (Cf. *Registo*, I, p. 11.) era filho de João Lopes Perestrelo (capitão da armada de 1502) e de D. Filipa Lourenço e sobrinho-neto de Bartolomeu Perestrelo, o primeiro capitão de Porto Santo. Constituiu um morgado para seu irmão, António Perestrelo, e uma propriedade em Torres Vedras. (Cf. *Nobiliário*, VIII, p. 257.) Em 1518, tomou o hábito de Cristo (Cf. *Cavaleiros da Ordem de Cristo*, p. 21.). Partiu a primeira vez para a Índia, em 1514, na companhia do irmão, Bartolomeu Perestrelo, que ia para feitor de Malaca, onde acabou por morrer. Rafael Perestrelo estava destinado a ir «descobrir a China». Quando chegou a Malaca e teve notícia que Jorge Álvares já tinha alcançado o Celeste Império, não desistiu da viagem. Regressou ao Reino no princípio de 1518, onde permaneceu por pouco tempo, pois, em 1519, partiu como capitão da armada de Jorge de Albuquerque; seguiu com este capitão até ao mar Vermelho ao encontro do

governador Diogo Lopes de Sequeira. Mais tarde, integrou a armada que tentou conquistar Diu. Colaborou com Jorge de Albuquerque na construção da fortaleza de Pacém. Em Outubro de 1521, esteve em Bengala por ter perdido a monção para a China. Não pôde realizar esta viagem que lhe fora concedida em 1519, pois, em 1522, o relacionamento entre os portugueses e os oficiais chineses entraram em ruptura.

BIBLIOGRAFIA: Geneviève Bouchon e Luís Filipe Thomaz, *Voyage dans les Deltas du Gange et de l'Irraouaddy – Realtion portugaise anonyme (1521)*, Paris, Centre Culturel Portugais – Fondation Calouste Gulbenkian, 1988, pp. 393-395. João Paulo Oliveira e Costa, “Perestrelo, Rafael” in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. II, Luís Albuquerque (dir.), Lisboa, Caminho, pp.886-888.

**Pestana, Francisco Pereira** – capitão das armadas de Jorge de Aguiar (1508) e de D. Duarte de Meneses (1521). Este fidalgo da Casa Real (Cf. DPMAC, II, p. 346.) é referido, desde 1518, como membro do Conselho Régio (Cf. *Provas*, II, 1ª Parte, p. 446). Em 1503, participou na entrada contra Alcácer Quibir. Foi fronteiro em Arzila. Em 1508, partiu para o Oriente onde desempenhou as funções de capitão de Quíloa. Em 1512, participou no ataque ao passo de Benasterim, regressando ao Reino em 1514. Em 1521, partiu com a nomeação da capitania de Goa, cargo que desempenhou até 1525. Encontramos vestígios da sua passagem pelo Oriente até 1541.

**Pina, Simão de** – capitão da armada de 1500. Sobre esta figura existem muitas suposições, a começar pelo seu estatuto social, sendo com certeza nobre e, provavelmente, fidalgo. A sua ascendência familiar também é pouco clara, Manso de Lima di-lo filho de Diogo de Pina, neto de Vasco Eanes de Pina, a quem D. João I deu a alcaidaria de Castelo de Vide, pelos serviços prestados. Se assim for era parente de Rui de Pina, cronista e guarda-mor do Reino, e de Fernão de Pina, encarregado da «reforma dos Forais». Simão de Pina morreu num naufrágio junto do cabo da Boa Esperança, sem nunca abordar o Índico. Logo a 25 de Junho de 1501, poucos dias depois da chegada dos primeiros navios

da armada cabralina, o rei fez mercê ao filho de Simão de Pina do cargo de tabelião das notas da cidade de Lisboa, cargo que fora de seu pai.

BIBLIOGRAFIA: Odília Gameiro, “Simão de Pina” in *Descobridores do Brasil – Exploradores do Atlântico e Construtores da Índia*, João Paulo Oliveira e Costa (coord.), Lisboa, SHIP, 2000, pp. 175-183.

**Pires, Luís** – capitão da armada de 1500. Este capitão, sobre o qual desconhecemos o seu estatuto social ou a sua rede familiar, naufragou no cabo da Esperança, no regresso ao Reino.

**Quaresma, Pêro** – capitão nas armadas da Índia de 1505, 1510 e 1517. Desconhece-se a sua filiação ou qualquer outro grau de parentesco. Este anonimato nos *Nobiliários* incorpora-se no seu baixo estatuto social, pois era escudeiro da Casa Real. Antes de partir para a Índia, foi recebedor dos fornos e moinhos do Biscoito de Vale de Zebro. Os longos serviços prestados à Coroa na Índia, ter-lhe-ão valido a nomeação de provedor do mesmo organismo. Denote-se que, depois da sua estadia no Índico, passou a ser referido na chancelaria régia como cavaleiro, ou seja, fora promovido em data desconhecida, mas é provável que tenha recebido essa mercê como recompensa pelas suas três viagens à Índia.

BIBLIOGRAFIA: Sónia Marisa Rodrigues Ramos, “Pedro Quaresma, uma presença na expansão portuguesa quinhentista.” in *A Nobreza e a Expansão – Estudos Biográficos*, João Paulo Oliveira e Costa (coord.), Cascais, Patrimonia, 2000, pp. 209-228.

**Queimado, Job** – capitão da armada de Tristão da Cunha (1506). Este fidalgo da Casa Real (Cf. *Provas*, p. 453.) era filho de Vasco Queimado de Setúbal (Cf. DPMAC, I, p. 358.). Era armador do navio que capitaneava. Foi um dos investidores da Carreira da Índia, tendo investido nas armadas de 1506, 1507 e 1508. Após ter partido de Cochim foi roubado por corsários franceses antes de chegar ao Reino.

**Queirós, João de** – capitão da armada de Pêro de Anhaia (1505). Este capitão morreu no decorrer da viagem.



**Ravasco, Rui Lourenço** – capitão da armada de António de Saldanha (1503). Este cavaleiro da Casa Real (Cf. *Ásia*, I, vii, 2.) era filho de um outro Rui Lourenço Ravasco, que viera de Castela para Portugal na época da guerra da *Beltraneja* (1474-1479), tendo fixado residência em Moura. Rui Lourenço integrou a armada do estreito do Mar Vermelho. Este capitão descobriu a ilha de Zanzibar que fez tributária do rei de Portugal (Cf. *Ásia*, I, vii, 4).

**Rebello, Rodrigo** – capitão da armada de 1509. Este cavaleiro da Casa Real (Cf. *História*, II, viii.) era escudeiro do príncipe D. João e escrivão dos Contos de Lisboa, era filho de outro Rodrigo Rebello, cavaleiro da Ordem de Cristo, e de D. Eiria Lopes, moradores em Castelo Branco. Partiu pela primeira vez para a Índia na armada de D. Francisco de Almeida (1505), segundo Candeias Silva, recomendado por um amigo comum D. Rodrigo de Castro, alcaide-mor da Covilhã. Levava uma provisão para que lhe fosse atribuída a primeira capitania que vagasse. Na sequência da morte de D. Fernando de Eça, foi capitão na nau *S. Miguel*. Regressou ao Reino em 1508, para voltar a partir na armada do marechal D. Fernando Coutinho (1509). No governo de Afonso de Albuquerque foi capitão de Cananor e depois de Goa, onde viria a morrer.

BIBLIOGRAFIA: Joaquim Candeias da Silva, *O fundador do “Estado Português da Índia”, D. Francisco de Almeida, 1457 (?) – 1510*, Lisboa, CNCDP e INCM, 1996, p. 109.

**Rodrigues, Fernão (Badarças)** – capitão da segunda viagem de Vasco da Gama (1502). Este fidalgo era filho de Rui Fernandes de Almada. Deveria receber a capitania de uma caravela que haveria de ser construída na Índia (Cf. *História*, I, xliiii.). Em 1513, recebeu carta de hábito da Ordem de Santiago (Cf. Luís Adão Fonseca, “Os comandos da segunda armada de Vasco da Gama à Índia (1502-1503)”, in *Mare Liberum*, Lisboa, n.º 16, 1998, p. 19.).

**Rodrigues, Filipe** – capitão da armada do vice-rei D. Francisco de Almeida (1505). Este cavaleiro da Casa Real (Cf. *Ásia*, II, iv, 1.) morreu no ataque a Calecut liderado pelo marechal D. Fernando Coutinho, em 1510.

**Sá, Francisco de** – capitão da armada de 1509 e da de 1524. Este fidalgo da Casa Real (Cf. IAN/TT, *Chancelaria régia de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 86 v.) era vedor da fazenda do Porto e terceiro filho de João Rodrigues de Sá, alcaide-mor da mesma cidade, e de D. Joana de Albuquerque da Cunha, filha de Luís Álvares Pães, mestre-sala de D. Afonso V. Francisco de Sá casou com D. Isabel, filha de Álvaro Pires de Távora, senhor do Mogadouro. Era irmão de Garcia de Sá, capitão na armada de 1518, três vezes capitão de Malaca (1519-21, 1529-33 e 1545) e, por último, governador da Índia (1548-1449). Era primo como-sobrinho de Nuno Cunha (1529-38). Em 1497, acompanhou D. Manuel I quando este foi receber a sua primeira esposa, a rainha D. Isabel. Em 1510, acompanhou D. Fernando Coutinho no ataque de Calecut, mas sobreviveu ao desastre ao contrário do Marechal. De seguida, foi capitão de uma nau na torna-viagem, tendo encalhado junto aos Baixos de Pádua, onde se perdeu a carga, mas salvou-se a tripulação. Este acontecimento obrigou Francisco de Sá a prolongar a sua estadia na Índia. Participou, ao lado de Afonso de Albuquerque, nos primeiros assaltos a Goa, mas foi um dos capitães que defendeu o abandono da cidade. Depois de algumas quezílias com o *Leão do Mares* regressou ao Reino, onde recebeu a mercê de vedor da fazenda do Porto, a 6 de Setembro de 1511. Em 1513, tomou o hábito de Cristo (Cf. *Cavaleiros da Ordem de Cristo*, p. 21.). Em 1524, partiu de novo para o Oriente como capitão da armada de Vasco da Gama, com a nomeação de capitão da fortaleza que havia de estabelecer em Sunda. D. Henrique de Meneses, quando assumiu o governo da Índia, indigitou-o capitão de Goa (1525-1526). Na querela que opôs Lopo Vaz de Sampaio e Pêro Mascarenhas, apoiou este último razão pela qual quando Lopo Vaz assumiu o poder destituiu da capitania de Goa e o enviou numa armada a Sunda, expedição que viria a fracassar. Quando o novo governador Nuno da Cunha chegou à Índia,

Francisco de Sá encontrava-se em Goa. Em 1530, participou na armada de assalto a Diu, como capitão de uma galé. Em Março de 1531, Nuno da Cunha nomeou-o capitão de Cochim. Terá morrido no fim de 1531.

BIBLIOGRAFIA: Luís Filipe Thomaz, “O malogrado estabelecimento oficial dos Portugueses em Sunda e a islamização da Java” in *Aquém e Além da Taprobana – Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*, Luís Filipe Thomaz (org.), Lisboa, CHAM, 2002, pp. 440-441. Para este resumo biográfico foram consultados os resultados de um projecto de investigação que decorreu no Centro de História de Além-Mar, coordenado por João Paulo Oliveira e Costa e desenvolvido por Ana Guerreiro e Marisa Marques.

**Sá, Garcia de** – capitão das armadas de 1518 e 1528. Este fidalgo da Casa Real (Cf. CAA, IV, p. 159.), membro do Conselho Régio (Cf. *Provas*, II, 1ª Parte, p. 443), era filho de João Rodrigues de Sá, alcaide-mor do Porto. Era irmão de Francisco de Sá, capitão das armadas de 1509 e de 1524, como tal, possuía a mesma teia de relações. Desde 1515, era cavaleiro da Ordem de Cristo (Cf. *Cavaleiros da Ordem de Cristo*, p. 21.). Foi três vezes capitão de Malaca, a primeira das quais entre 1519 e 1521, depois entre 1529 e 1533 e, por último, em 1545. Em 1536, foi nomeado pelo governador Nuno da Cunha capitão de Baçaim, cargo que exerceu entre 1536 e 1539. Em consequência da abertura das vias de sucessão de D. João de Castro foi governador da Índia (1548-1549). Morreu na Índia em Junho de 1549.

BIBLIOGRAFIA: Para este resumo biográfico foram consultados os resultados de um projecto de investigação que decorreu no Centro de História de Além-Mar, coordenado por João Paulo Oliveira e Costa e desenvolvido por Ana Guerreiro e Marisa Marques.

**Saldanha, António de** – capitão-mor de uma das esquadras de 1503, depois capitão-mor da armada de 1517, e capitão da armada de Nuno da Cunha (1528). Este fidalgo da Casa Real (*Registo*, I, p. 6.) de origem castelhana era filho de Diogo de Saldanha e irmão de João de Saldanha, vedor da casa da rainha D. Maria. Em 1516, tomou o hábito de Cristo (Cf. *Cavaleiros da Ordem de Cristo*, p. 21.). Realizou, no total cinco viagens ao Índico, algumas das quais como

simples passageiro, tendo servido um total de onze anos no Oriente. Participou em duas expedições ao norte de África e terminou a sua carreira ao serviço da Coroa Portuguesa, em 1553, quando representava D. João III, na corte de Carlos V, na Alemanha. A sua missão no Oriente consistia no comando da armada do estreito do Mar Vermelho. Em 1504, integrou-se na armada capitaneada por Lopo Soares de Albergaria e participou nas operações militares no Malabar, tendo carregado o seu navio em Couvão. Nos princípios de 1505, regressou ao Reino onde chegou em Julho de 1505. No ano seguinte, estava de regresso ao Índico, mas quando aportou em Moçambique recebeu a capitania do navio de João da Nova para que este pudesse acompanhar Afonso de Albuquerque na expedição à Arábia. Em 1507, estava assim de novo no Reino. Em 1509, voltou a partir desta vez com a nomeação da capitania de Sofala, cargo que assumiu mal chegou a Moçambique por morte do anterior capitão Vasco Gomes de Abreu. Em 1512, participou, ao lado de Afonso de Albuquerque, no assalto ao passo de Benasterim. No princípio de 1513, voltou para o Reino, para partir logo em 1515, desta feita para Marrocos, como capitão da armada à foz do rio Cebu. Em 1517, encetou nova viagem para o Índico, nomeado capitão-mor do mar Árabe. Em 1521, estava em Portugal, onde permaneceu durante sete anos. Em Julho de 1527, integrou o Conselho Régio. Em 1528, partiu na sua última viagem ao Oriente como capitão da armada de Nuno da Cunha (1528). Em 1530, o governador nomeou-o capitão de Cochim, mas no final desse ano encontramo-lo como capitão da armada a Diu. Mais tarde, foi capitão de uma armada na costa de Cambaia. Entre 1531 e 1532, participou na construção da fortaleza de Chale e, em Fevereiro de 1532, voltou de novo à boca do Mar Vermelho. Em 1532, deixou definitivamente a Índia como capitão da torna-viagem. A 1 de Abril de 1535, comandou a armada de auxílio a Carlos V, de ataque a Tunes. Em 1552, foi nomeado embaixador ao imperador Carlos V que, então, se encontrava na Alemanha. Faleceu no ano seguinte.

BIBLIOGRAFIA: Alexandre Lobato, *António de Saldanha. His times and his achievements*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962. João Paulo Oliveira e Costa, “Saldanha, António de”, in DHDP, vol. II, pp. 961-964.

**Sampaio, Lopo Vaz de** – capitão das armadas de 1512 e de 1524. Este fidalgo da Casa Real (Cf. *Registo*, I, p. 18.) era filho de Diogo de Sampaio, senhor de Anciães e Vilarinho, Castanheira e Vilares, e de D. Briolanja de Melo, filha de João de Melo, alcaide-mor de Serpa. (Cf. *Nobiliário*, IX, p. 266). Segundo Cristóvão Alão de Moraes era comendador da Ordem de Cristo (Cf. *Pedatura*, tomo II, vol. I, p. 116.). Em 1518, é referido como membro do Conselho Régio (Cf. *Provas*, II, 1ª Parte, p. 450). Em 1501, embarcou na armada de D. João de Meneses de socorro aos venezianos. Em 1502, esteve em Marrocos, participando numa entrada contra Alcácer Quibir e, em 1505, contra Alcácer Ceguer, praça a que regressou, em 1508, como capitão. Em 1511, encontramos-lo em Tânger a resistir ao cerco do rei de Fez. Partiu para o Oriente na armada de Jorge de Melo Pereira e de Garcia de Sousa (1512). Antes de regressar ao Reino participou na expedição ao Mar Vermelho. Partiu de novo para a Índia sob o comando de Vasco da Gama, na armada de 1524. Disputou o governo da Índia com Pêro Mascarenhas e, apesar de ter «ganho a primeira batalha», quando chegou a Portugal foi preso no castelo de S. Jorge durante dois anos. Mais tarde foi julgado e condenado, porém, em atenção aos serviços prestados o rei perdoou-lhe a pena. Morreu em Ansiães, onde se recolheu.

BIBLIOGRAFIA: Jorge Borges de Macedo, *Um caso de luta pelo poder e sua interpretação n' «Os Lusíadas»*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1976.

**Sampaio, Pêro Lopes de** – capitão das armadas de 1520 e de 1530. Este fidalgo da Casa Real (Cf. *Registo*, I, p. 26.) era filho de Rui Pereira de Sampaio e de Isabel Nogueira filha do doutor Gonçalo Vaz e de sua mulher Catarina Moniz. (Cf. *Pedatura*, tomo II, vol. I, p. 117.). Partiu para a Índia como capitão das ilhas Maldivas (Cf. *Ásia*, III, iv, 7.). Em 1522, encontramos-lo como capitão-mor de uma armada ao Coromandel (Cf. DPMAC, VI, p. 94.). Em 1530, recebeu a mercê da capitania de Goa, pelos serviços prestados à Coroa (Cf. *Registo*, I, p. 33.). Nesse ano partiu como capitão da armada. A última notícia que temos deste

capitão data de 1531 e refere-o como capitão de Goa (*Arquivo Português, Oriental*, vol. V, parte 1ª, Cunha Rivara (dir.), Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861-1866, p. 141.).

**Sanches, Lopo** – capitão da armada de D. Francisco de Almeida (1505). Era cavaleiro da Casa Real, provavelmente de origem castelhana. Recebeu a capitania de um navio por intermédio do prior do Crato, irmão de D. Francisco, por alegadamente perceber de galés e por ter servido em Rodes. Acabaria por morrer depois de dobrar o cabo da Boa Esperança.

BIBLIOGRAFIA: Joaquim Candeias da Silva, *O fundador do “Estado Português da Índia”, D. Francisco de Almeida, 1457 (?) – 1510*, Lisboa, CNCDP e INCM, 1996, pp. 108-109.

**Sepúlveda, Afonso Henriques de** – capitão da armada de António de Saldanha (1517). Era filho de Fernão de Sepúlveda (Cf. *Ásia*, III, i, 10). Em 1541, capitaneou um navio de remos na armada de D. Estêvão da Gama que foi ao estreito do Mar Vermelho. Em 1543, encontrava-se com Martim Afonso de Sousa na sua famigerada «viagem ao pagode». Em 1544, foi preso em Malaca por se tentar apoderar da capitania depois da morte de Rui Vaz Pereira Marramaque. Depois de liberto acabou no naufragar junto da costa do Sião onde foi morto.

BIBLIOGRAFIA: Luís Filipe Thomaz, *A questão da pimenta em meados do século XVI. Um debate político do governo de D. João de Castro*, Lisboa, UCP, 1998, p. 132.

**Sepúlveda, Diogo de** – capitão da armada de 1521. Este fidalgo da Casa Real (Cf. *Registo*, I, p. 17.) era filho de João de Sepúlveda (Cf. *Ásia*, III, vii, 1). Em 1518, recebeu o hábito de Cristo (Cf. *Cavaleiros da Ordem de Cristo*, p. 21.). Nessa mesma data, é referido como membro do Conselho Régio (Cf. *Provas*, II, 1ª Parte, p. 443). Partiu para o Oriente com a nomeação da capitania de Sofala (Cf. *Registo*, I, p. 17), cargo que exerceu até 1524.

**Sequeira, Diogo Lopes de** – capitão-mor das armadas de 1508 e de 1518. Este fidalgo da Casa Real (Cf. CAA, II, p. 403.) quando, em 1518, foi nomeado governador da Índia era membro do Conselho Régio (Cf. *Provas*, II, 1ª Parte, p. 443). Em 1513, era cavaleiro da Ordem de Cristo (Cf. *Cavaleiros da Ordem de Cristo*, p. 21.). Diogo Lopes de Sequeira era filho primogénito de Lopo Vaz de Sequeira e de D. Cecília de Meneses. Nasceu em 1466, no Alandroal, no Alentejo, onde ocupou a alcaidaria-mor desta vila, herdando-a de seu pai. Desempenhou o cargo de almoxarife da alfândega de Lisboa e de almotacé da corte. Pelo casamento das suas tias D. Maria e D. Leonor de Sequeira era, respectivamente, primo co-irmão de Jorge de Aguiar, capitão da outra armada que partiu de Lisboa, em 1508, e de Manuel de Sousa, meirinho-mor e vedor da rainha D. Isabel e almotacé de D. João II. Entre os familiares do ramo materno da sua árvore genealógica contam-se os seus primos co-irmãos: D. Pedro de Meneses, 1.º conde de Cantanhede; D. João de Meneses guarda-mor do príncipe D. Afonso; D. Rodrigo de Meneses, guarda-mor da rainha D. Leonor; e o futuro governador da Índia D. Henrique de Meneses (1525-1526). Devido a esta ligação aos Meneses de Cantanhede quando foi nomeado governador da Índia (1518-1521) contou com a ajuda de uma série de sobrinhos pertencentes a esta linhagem. Antes de partir para o Oriente, Diogo Lopes de Sequeira serviu o rei em Marrocos como capitão de Arzila e, em 1503, foi governador da Mina. Em 1508, realizou a sua primeira viagem ao Índico como capitão de uma esquadra com destino a Malaca. Depois de um interregno, temos notícias de, em 1516, ter capitaneado uma armada ao estreito de Gibraltar, estando, mais tarde, presente no cerco de Arzila. Em 1518, regressou ao Oriente como governador da Índia. Em 1522, regressou a Lisboa, falecendo oito anos depois.

BIBLIOGRAFIA: Ronald Bishop Smith, Diogo Lopes de Sequeira: elements on his office of Almotacé Mor, Lisboa, Tip. Silvas, 1993.

**Sequeira, Gonçalo** – capitão-mor de uma das armadas de 1510. Este fidalgo da Casa Real (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 1, fl. 11) era tesoureiro-

mor da Casa de Ceuta, filho de Rui de Sequeira e de D. Guiomar de Sousa. O avô deste capitão-mor fora fidalgo da Casa do rei D. João I e era senhor da Torre da Palma. Apesar de Gonçalo de Sequeira ser filho primogénito, o seu pai era um filho terceiro, oriundo de uma família ela própria muito periférica no contexto da nobreza portuguesa. (Cf. *Nobiliário*, IX, pp. 350, 353.). O lado mais ilustre da sua árvore genealógica advém do ramo materno que o ligava à poderosa família dos Sousas. O seu avô materno, Gonçalo Rodrigues de Sousa era alcaide-mor de Portalegre e capitão dos ginetes de D. Afonso V. O seu tio, Luís de Sousa, foi comendador na Ordem de Cristo e alcaide-mor de Marvão. Por esta via, muitos dos seus primos serviram na Índia, como um Simão e um Duarte de Sousa (Cf. *Nobiliário*, X, p. 421.422.). Ainda que pertencentes a ramos distintos dos Sequeiras este capitão-mor de 1510 era parente do governador Diogo Lopes de Sequeira (Cf. *Nobiliário*, IX, p. 355). A sua estadia no Oriente foi muito curta pois, como capitão-mor da torna-viagem, regressou ao Reino em 1512.

**Sernigi, Dinis** – capitão da armada de Diogo Mendes de Vasconcelos (1510). Provavelmente, pertencente à família de mercadores florentinos instalados em Lisboa e que tinha como figura de proa Girolamo Sernigi, um dos principais investidores da Carreira da Índia. É curioso notar que, apesar de estrangeiro, D. Manuel I, em 1511, lhe concedeu o título e os privilégios de cidadão de Lisboa e que, em 1515, o reconheceu como fidalgo e nobre de cota de armas. Do seu percurso no Oriente salienta-se a prisão que sofreu às ordens de Afonso de Albuquerque quando este ordenou que Diogo Mendes de Vasconcelos e os seus capitães não partissem para Malaca, como tinha sido determinado em Lisboa. É provável que o seu parente, Girolamo Sernigi, tenha tido uma forte participação nesta armada, apesar de Barros apenas nos informar que Dinis Sernigi era armador da sua própria nau (Cf. *Ásia*, II, v, 8.).

BIBLIOGRAFIA: Carmen Radulet, “Sernigi, Girolamo”, in DHDP, vol. II, pp. 983-984.



**Serrão, João** – capitão das armadas de D. Francisco de Almeida (1505) e de Cristóvão de Brito (1514), tendo sido capitão-mor da frota que partiu de Lisboa, em Agosto de 1510, e que deveria descobrir a ilha de S. Lourenço. Em 1514, também partiu com missão específica – exploração da região entre o Mar Vermelho e o Suez. Os elementos biográficos sobre este capitão escasseiam, desconhecendo-se o seu parentesco ou qualquer das suas relações familiares; no entanto, sabemos que era cavaleiro da Casa Real.

BIBLIOGRAFIA: Maria Elisabete Ascensão, "João Serrão - Capitão das Navegações Portuguesas do Século XVI" in *A Nobreza e a Expansão - Estudos Biográficos*, João Paulo Oliveira e Costa (coord.), Cascais, Patrimonia, 2000, pp.229-252.

**Silva, Aires Gomes da** – capitão da armada de 1500. Sobre este fidalgo da Casa Real desconhece-se qualquer referência sobre o seu percurso antes de embarcar para a Índia. O facto de ter morrido no decurso da viagem, antes mesmo de ter chegado ao Índico, abrevia a sua biografia. No entanto, é possível traçar o seu perfil social através da sua genealogia. Aires Gomes era filho de Pedro da Silva, segundo filho bastardo de João Gomes da Silva, mais tarde legitimado, letrado em direito, e de D. Isabel Paes, filha do Gonçalo Paes, cantor de D. Afonso V. O avô deste capitão foi alcaide-mor de Montemor-o-Velho e senhor de Vagos. A família de Aires Gomes da Silva tinha ligações familiares com o 1.º conde de Cantanhede, com a condessa de Borba, com o 1.º conde de Olivença, com D. Álvaro de Bragança, irmão do 3.º duque de Bragança e um dos investidores da armada cabralina, com o conde de Tarouca e com o 1.º visconde de Vila Nova de Cerveira. Em termos de ligações familiares a figuras do Oriente assinala-se que uma das suas primas co-irmãs casou com Fernão de Albuquerque, irmão do futuro *Leão dos Mares* e, mais relevante, que a sua prima como sobrinha, D. Guiomar da Silva, casou com Sancho de Tovar sota-capitão da armada de 1500.

BIBLIOGRAFIA: Teresa Marques da Silva, "O capitão Aires Gomes da Silva" in *Descobridores do Brasil – Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, João Paulo Oliveira e Costa (coord.), Lisboa, SHIP, 2000, pp. 111-121.

**Silva, Baltasar da** – capitão da armada Diogo Mendes de Vasconcelos (1510). Sobre este fidalgo pouco se conhece. Segundo João de Barros, era filho do comendador Gomes Teixeira (Cf. *Ásia*, II, v, 8.) e irmão de Fernão Correia que o acompanhou em 1510 e que passou pela primeira para o Oriente na armada de D. Francisco de Almeida (Joaquim Candeias Silva, *O fundador do “Estado Português da Índia”, D. Francisco de Almeida, 1457 (?) – 1510*, Lisboa, CNCDP e INCM, 1996, p. 305.). Era capitão de um navio de Giovanni d’Empoli e outros mercadores, aliás, como todos os desta armada com destino a Malaca.

**Silva, Gaspar da** - capitão da armada de 1520. Este fidalgo da Casa Real (Cf. *Registo*, I, p. 13) era filho de Diogo Gomes da Silva (Cf. *Ásia*, III, iv, 7.). Recebeu a mercê da capitania de Chául com ordenado de 400 mil reis (Cf. *Registo*, I, p. 13.). Parece-nos que este capitão é o mesmo que foi com o governador Lopo Soares de Albergaria na expedição ao Mar Vermelho, o que significa que deve ter estado na Índia, antes de receber a capitania de 1520.

**Silva, João de Melo da** – capitão da armada de 1521. Este fidalgo da Casa Real (Cf. *Registo*, I, p. 20.) era filho de Manuel de Melo, alcaide-mor de Olivença, e irmão de Rui de Melo, alcaide-mor de Évora. Era parente dos Melos e dos Melos Coutinhos que sulcaram o Índico. Quando partiu para o Oriente ia nomeado capitão de Couvão (Cf. *Registo*, I, p. 20.), cargo que exerceu entre 1521 e 1524. Prolongou a sua estadia pelo curto governo de D. Henrique de Meneses (1525-1526).

**Silva, Pêro da** – capitão da armada de 1519. Este fidalgo da Casa Real (Cf. IAN/TT, CC-II-61-25) era filho de Rui Mendes de Vasconcelos, senhor das vilas de Figueiró e Pedrógão (Cf. *Ásia*, III, iii, 9.). Uma vez chegado ao Oriente entrou ao serviço do governador Diogo Lopes de Sequeira tendo-o acompanhado nas suas expedições ao Mar Vermelho e a Ormuz (Cf. CAA, VII, p. 177. DPMAC, VI, p. 92.)

**Silva, Tristão da** – capitão das armadas de Lopo Soares de Albergaria (1504) e Jorge de Aguiar (1508). Este fidalgo da Casa Real (Cf. GTT, V, p. 292.) era filho de Afonso Teles de Meneses (Cf. *Ásia*, I, vii, 9.). Em 1508, levava provisões do rei para que o governador lhe entregasse duas galés para as levar a Jorge de Aguiar com quem devia andar no Mar Árábico (Cf. *História*, II, xci; *Crónica*, II, xx.).

**Silveira, D. João da** – capitão da armada de 1515. Em 1516, recebeu o hábito de Cristo. Este fidalgo da Casa Real (Cf. IAN/TT, II-58-156 – 3/7/1515) era filho de D. Martinho da Silveira (Cf. *Ásia*, III, i, 1.), irmão de D. Diogo Lobo, 2.º barão do Alvito. Em 1518, foi capitão de uma expedição a Bengala e, mais tarde, capitão de Ceilão. Era primo co-irmão de D. Aleixo de Meneses (capitão-mor do mar da Índia nos governos de Lopo Soares de Albergaria e Diogo Lopes de Sequeira).

**Silveira, João da** – capitão-mor da armada 1516. Este fidalgo da Casa Real era filho de Fernão da Silveira e de D. Brites de Sousa, filha de João de Melo, alcaide-mor de Serpa. Era neto de João Fernandes da Silveira que, por via do seu segundo casamento com D. Maria de Sousa Lobo, se tornou barão do Alvito. Desta feita João da Silveira era sobrinho de D. Diogo Lobo, o 2.º barão. Era, também, primo como sobrinho de Lopo Soares de Albergaria. João da Silveira casou com D. Leonor de Meneses, filha de D. Fernando Pereira de Serpa. Em 1514, a esposa deste capitão-mor já tinha falecido, pois recebeu uma tença de 12.284 reais que eram devidos a D. Leonor. Deste primeiro consórcio nasceu Fernão da Silveira. Em segundas núpcias João da Silveira uniu-se a D. Isabel de Távora, filha de D. Diogo da Silveira, de cuja união nasceu D. Brites da Silveira que viria a casar com D. Luís Pereira, Regedor da Casa da Suplicação. Em 1502, foi nomeado trinchante-mor, cargo palatino, que o colocava na esfera cortesã. Em 1510, foi recrutado para a sua primeira embaixada a França. Antes de partir

para a Índia esteve em Safim. Em Julho de 1515, foi-lhe atribuída uma provisão de 10.000 reais pela tença do ano anterior referente ao hábito de Cristo. Pouco se sabe sobre a experiência de João da Silveira no Oriente, tão-somente que socorreu a guarnição de D. Guterre de Monroy em Goa. Regressou ao Reino em data incerta. A 2 de Agosto de 1521, integrou a armada que conduziria a infanta D. Beatriz a Sabóia. A 19 de Fevereiro de 1522, partiu como embaixador em França, onde permaneceu até à morte, em 1530.

BIBLIOGRAFIA: Margarida Garcez Ventura, *João da Silveira, Diplomata Português do Século XVI*, Lisboa, Gabinete Português de Estudos Humanísticos, 1983.

**Silveira, Jorge da** – capitão da armada de 1512. Este fidalgo da Casa Real (Cf. IAN/TT, CC-II-84-71) era filho bastardo de Diogo da Silveira (Cf. *Ásia*, II, vii, 2.). Uma vez chegado ao Oriente entrou ao serviço de Afonso de Albuquerque estando com ele no assalto ao passo de Benasterim e, em 1513, foi com o governador na expedição ao Mar Vermelho, onde acabaria por morrer (Cf. CAA, I, p. 113, 210-211; CAA, II, p. 19.).

**Silveira, Simão da** – capitão da armada de 1515. Este fidalgo da Casa Real (Cf. IAN/TT, CC-II-119-84) era filho de Nuno Martins da Silveira, senhor de Góis (Cf. *Ásia*, III, i, 1.). Entre 1510 e 1511, na companhia do capitão Nuno Fernandes de Ataíde, esteve no cerco de Safim (Cf. GTT, X, p. 88.). No Oriente foi capitão de Cananor.

**Silveira, Vasco da** – capitão das armadas de Lopo Soares de Albergaria (1504) e de Jorge de Aguiar (1508). Este fidalgo era filho de Mosem Vasco de Almeida, alcaide-mor de Linhares. Partiu a primeira vez para a Índia como tripulante na armada de Pedro Álvares Cabral. Regressou em 1504, já como capitão de nau. Em 1508, integrou a armada de Jorge de Aguiar com destino ao cabo de Guardafui. No princípio de 1510, participou no ataque a Calecut sob o comando

de Afonso de Albuquerque, onde viria a morrer com o marechal D. Fernando Coutinho.

BIBLIOGRAFIA: Pedro Alexandre Gonçalves Mendes, “ Vasco da Silveira. A progressão de um fidalgo na Carreira da Índia” in *Descobridores do Brasil – Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, João Paulo Oliveira e Costa (coord.), Lisboa, SHIP, 2000, pp. 331-352.

**Soares, Fernão** – capitão da armada de D. Francisco de Almeida (1505) e capitão-mor de uma das armadas de 1507. Era filho de Gil de Carvalho; na sua primeira viagem comandava uma nau de armadores do Porto. Este fidalgo da Casa Real (Cf. DPMAC, II, p. 16. GTT, V, p. 336), apesar de se encontrar homiziado, em 1490, pertencia à guarda do rei da qual recebia 1200 reis por mês. Em 1508, foi capitão na torna-viagem, perdendo-se com Rui da Cunha.

**Sodré, Brás** – capitão da armada de 1502. Este nobre era filho de João Resende, provedor das valas de Santarém, e de Maria Sodré. Era irmão do capitão Vicente Sodré e tio materno do capitão-mor Vasco da Gama. Uma vez chegado ao Oriente deveria integrar a denominada «Armada da Índia» que seria comandada por Vicente Sodré. Os dois irmãos acabariam por perecer nas ilhas de Cúria Múria, perto do cabo de Guardafui.

**Sodré, Vicente** – capitão da armada de 1502. Este fidalgo da Casa Real (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 17, fl. 89.) era filho de João Resende, provedor das valas de Santarém, e de Maria Sodré. Era irmão do capitão Brás Sodré e tio materno do capitão-mor Vasco da Gama. Em 1494, como fidalgo da Casa do duque de Beja, futuro D. Manuel I, foi ao Funchal resolver problemas logísticos na cerca e nos baluartes da povoação (Cf. *Descobrimientos Portugueses*, III, p. 8.). Entre 1500 e 1501, esteve em Safim com missão diplomática. Em 1502, uma vez chegado ao Índico foi capitão-mor da denominada «Armada da Índia» que deveria proteger Cochim das investidas do rei de Calecut e perturbar o comércio muçulmano no estreito do Mar Vermelho. Desde 1493, que era comendador de Maninhos da Ordem de Cristo (Cf. Isabel L.

Morgado de Sousa e Silva, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, separata n.º 6 da *Militarium Analeta*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2002, p. 455.).

**Sousa, Francisco de (*Mancias*)** – capitão das armadas de 1509 e de 1516. Este fidalgo era o filho mais velho de Jorge de Sousa (Cf. *Ásia*, III, i, 2.), cavaleiro da Casa Real que, em 1488, foi nomeado escrivão das sisas e dos vinhos de Lisboa. Francisco de Sousa casou com D. Antónia de Meneses, filha de Afonso Teles de Meneses, alcaide-mor de Campo Maior e Ouguela (Cf. Anselmo Braancamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. I., Lisboa, INCM, 1973, pp. 230-233.). Esteve com Afonso de Albuquerque na conquista de Goa (1510). Regressou ao Reino no ano seguinte, tendo partido de novo para o Índico como capitão da armada de 1516.

**Sousa, Garcia de** – capitão-mor da armada de 1512. Não conseguimos reconstituir a árvore genealógica deste fidalgo da Casa Real (Cf. CAA, V, p. 508.). Para esta ineficácia contribuíram, por um lado, o facto de nenhum cronista nos dar a sua filiação e, por outro, porque não o conseguimos localizar nos vastos pergaminhos dos Sousas, o que não nos leva a excluir a hipótese de pertencer a este «clã», provavelmente a um ramo secundário. Uma vez chegado ao Índico deveria pôr-se ao serviço do governador, e assim aconteceu, pois em 1512 encontramos-lo no assalto ao passo de Benasterim e, em 1513, na expedição ao Mar Vermelho, momento em que se perde o seu rasto.

**Sousa, Gonçalo de** – capitão da armada de Diogo Lopes de Sequeira (1508). Segundo João de Barros, este cavaleiro foi, mais tarde, meirinho do paço de D. Manuel I (Cf. *Ásia*, II, iii, 1.). Em 1498, temos notícias de um Gonçalo de Sousa que recebeu o hábito da Ordem de Santiago (Cf. *As Ordens de Santiago e de Avis*, p. 373.).

**Sousa, Manuel de** – capitão da armada de 1519. Este fidalgo da Casa Real era filho de Duarte de Sousa (Cf. *Ásia*, III, iii, 9.), antes de partir para a Índia tomou o hábito de Cristo (Cf. *Cavaleiros da Ordem de Cristo*, p. 21). Morreu em Quíloa antes de atingir a Índia.

**Sousa, Pêro de** – capitão da armada de João Serrão (1510) com a missão de descobrimento da ilha de S. Lourenço. A passagem deste cavaleiro da Casa Real (Cf. *Ásia*, II, v, 8.) pelo Oriente parece ter sido episódica.

**Sousa, Sebastião de** – capitão das armadas para a Índia de D. Francisco de Almeida (1505), do marechal D. Fernando Coutinho (1509) e de D. Duarte de Meneses (1521). Era filho de Rui de Abreu, alcaide-mor de Elvas. (Cf. *Ásia*, I, viii, 3; III, vii, 1.) Este fidalgo da Casa Real (Cf. *Registo*, I, p. 28) prestou vários anos de serviço no Oriente. Casou com uma filha natural de Manuel Pessanha que foi um dos capitães da frota do vice-rei. Em 1520, tomou o hábito de Cristo (Cf. *As Ordens de Santiago e de Cristo*, p. 384).

**Tavares, Manuel de Sousa** – capitão da armada de 1520. Uma vez chegado ao Oriente deveria integrar a denominada «Armada da Índia».

**Távora, Cristóvão de** – capitão da armada de 1515. Este fidalgo da Casa Real (Cf. *Registo*, I, p. 1.) era filho de Lourenço Pires de Távora e de D. Maria Teles, irmã de D. Francisco, conde de Marialva. Foi capitão de Sofala e Moçambique entre os anos de 1515 e 1518. Depois que regressou ao Reino recebeu a dignidade de membro do Conselho Régio (Cf. *Provas*, II, 1ª Parte, p. 442).

**Távora, Francisco de** – capitão das armadas de Afonso de Albuquerque (1506) e de Lopo Soares de Albergaria (1515). Este fidalgo da Casa Real (Cf. CAA, III, 15071211, p 287.) era filho de Pêro Lourenço de Távora, senhor do Mogadouro (Cf. *Ásia*, III, i, 1.) e irmão de Álvaro Pires de Távora (Cf. CAA, III, p. 294.). Era

tio materno de António do Campo, capitão das armadas de 1502 e 1506. Assim que chegasse à Índia deveria tratar do abastecimento de especiarias da nau Frol de la Mar onde deveria regressar ao Reino. A estadia de Francisco de Távora foi mais prolongada uma vez que foi com Afonso de Albuquerque a Ormuz (1507) onde foi aliciado pelos capitães Afonso Lopes da Costa, António do Campo e Manuel Teles Barreto a abandonar o futuro governador o que lhe valeu a prisão às mãos do *Terribil*. Em 1509, foi capitão da armada de D. Francisco de Almeida contra os «Rumes» e, um ano depois, no ataque a Calecut liderado pelo marechal D. Fernando Coutinho. Não se sabe em que data regressou ao Reino. Voltou a partir para o Oriente em 1515, tendo acompanhado o governador Lopo Soares de Albergaria ao estreito do Mar Vermelho, viagem que voltou a realizar, em 1520, sob o comando de Diogo Lopes de Sequeira que era o novo governador da Índia.

**Teixeira, Brás** – capitão da armada 1509. Este cavaleiro da Casa Real (Cf. *Ásia*, II, iii, 9.) esteve no ataque a Calecut liderado pelo marechal D. Fernando Coutinho.

**Teixeira, Jerónimo** – capitão da armada de Diogo Lopes de Sequeira (1508). Este fidalgo da Casa Real (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 8, fl. 38) era filho de João Teixeira de Macedo (Cf. *Ásia*, II, iii, 1.). Regressou ao Reino com Diogo Lopes de Sequeira.

**Torres, João** – capitão da armada de Fernão de Alcáçova (1517). Capitaneava um navio pertencente a D. Nuno Manuel.

**Tovar, Sancho de** – capitão das armadas de 1500 e de 1518. Este fidalgo da Casa Real (Cf. *Registo*, I, p. 8.) era filho de Martim Fernandes de Tovar e de D. Leonor de Vilhena, filha de Martim Afonso de Melo, alcaide-mor de Olivença e guarda-mor de D. Duarte e de D. Afonso V. Sancho de Tovar casou com D.



Guiomar da Silva, filha única e bastarda de Pedro da Silva, alcaide-mor de Porto de Mós, casado com D. Isabel de Albuquerque, irmã de Afonso de Albuquerque. Era parente de D. Álvaro de Bragança, filho do 2.º duque de Bragança e um dos investidores da armada de 1500. Depois da armada cabralina, só regressou ao Índico, em 1518, indigitado capitão de Sofala, mercê que recebera pelos serviços prestados na Corte. Nessa mesma data, é referido como membro do Conselho Régio (Cf. *Provas*, II, 1ª Parte, p. 443). Exerceu este cargo até Junho de 1521, data em que se dirigiu para a Índia, mas regressou ao comando da capitania devido ao atraso de Diogo de Sepúlveda, o novo capitão. No início de 1523, regressou definitivamente ao Reino.

BIBLIOGRAFIA: Andreia Martins de Carvalho, “Sancho de Tovar e fidalgo “castelhano”, in *Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, João Paulo Oliveira e Costa (coord.), Lisboa, SHIP, 2000, pp. 73-89.

**Valadares, Rui Gonçalves de** – capitão da armada de Vasco Gomes de Abreu (1507). Este cavaleiro da Casa Real (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 37, fl. 3) deveria ficar com os capitães Pedro Lourenço, João Chanoca e Lopo Cabral às ordens de Vasco Gomes de Abreu, devendo impedir o tráfico de ouro para o mar Vermelho e para a Índia protagonizado pelos «mouros de Meca».

**Vasconcelos, Diogo Mendes de** – capitão-mor da armada de 1510 e capitão da armada de 1515. Este nobre de origem social nebulosa era filho de Martim Mendes de Vasconcelos, morador da vila de Pinhel, e casou com D. Violante Barbudo (Cf. *Ásia*, II, v, 8; *Pedatura*, vol. II, tomo I, pp. 171-173.). Numa carta ao rei, Afonso de Albuquerque diz que este capitão estudou leis em Salamanca. Tratar-se-ia de um letrado? Na sua primeira viagem à Índia tinha como missão o descobrimento de Malaca, capitaneando uma armada composta exclusivamente por navios armados por Giovanni d’Empoli e outros mercadores. Uma vez chegado à Índia, Afonso de Albuquerque forçou-o, a si e aos seus capitães, a participarem no segundo assalto a Goa. Diogo Mendes de Vasconcelos entraria em conflito declarado com o governador que terminou com o aprisionamento do

capitão. Na sequência da morte de Rodrigo Rebelo, primeiro capitão de Goa, foi capitão interino desta cidade, mas depois o *Terribil* enviou-o para o Reino. Em 1515, regressou à Índia com a nomeação da capitania de Cochim, cargo que desempenhou até 1516, data em que faleceu.

**Vasconcelos, Lopo Mendes de** – capitão da armada de Estêvão da Gama (1502) e de Lopo Soares de Albergaria (1504). Este fidalgo era filho de Luís Mendes de Vasconcelos (Cf. *Ásia*, I, vi, 2.). Casou com D. Teresa da Gama, irmã de Vasco da Gama. Em 1501, era comendador de Castro Marim e Redinha da Ordem de Cristo (Cf. *As Ordens de Santiago e Cristo*, p. 378.).

**Vaz, Antão** – capitão da armada de D. Francisco de Almeida (1505). Uma vez chegado ao Oriente deveria integrar a denominada «Armada da Índia».

**Veiga, Pêro Vaz da** – capitão da armada de Afonso de Albuquerque (1503). Este fidalgo da Casa Real (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 17, fls. 46 v.-47.) capitaneava um navio de Catarina Dias. Segundo João de Barros, era oriundo de Montemor-o-Velho (Cf. *Ásia*, I, vii, 2.).